O SISTEMA SOVIÉTICO

RELATO DE UMA POLÊMICA

1ª edição: julho de 1992

ISBN 85-85328-18-5

Editora Página Aberta Ltda.
Rua Germaine Burchard, 286
05002 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 262-1155 • 871-5550
Telefax: (011) 864-9320

Fernando Haddad

O SISTEMA SOVIÉTICO

RELATO DE UMA POLÊMICA

SCRITTA EDITORIAL

Índice

AGRADECIMENTOS

Minhas inquietações com a problemática soviética tiveram início a partir da minha militância política no Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP. No último ano do curso, quando exerci a presidência daquela entidade estudantil, tive a oportunidade de conhecer inúmeras pessoas das mais variadas tendências políticas. Agradeço, em especial e em primeiro lugar, a uma delas: Eugênio Bucci. Sem sua amizade, dificilmente teria me engajado no movimento estudantil com tanto estusiasmo como o fiz, e dificilmente teria levado adiante a tarefa a que me propus: sucedê-lo na presidência do XI.

A partir desta experiência, interessei-me progressivamente pela economia. Em junho de 1986, visitei a FEA pela primeira vez e tive a sorte de conhecer o professor Marco Antonio Sandoval. Sem sua ajuda, provavelmente não teria me saído bem no exame da ANPEC realizado em outubro daquele ano. No decorrer do curso, as minhas notórias deficiências no campo da economia foram, em grande parte, superadas graças à ação paciente de três dedicados amigos: Alexandre Schwartsmen, Amaury Gremaud e Paulo Picchetti. A eles, todo o meu reconhecimento. Por fim, agradeço ao professor Eleutério, meu orientador, que me adotou quando estava orfão de orientador.

À minha família, todo o meu amor. Sem o apoio dos meus pais, das minhas irmãs, e da minha esposa, a quem dedico este trabalho, seria de todo impossível começá-lo, quanto mais terminá-lo.

Introdução

O presente trabalho foi motivado pelos recentes acontecimentos no bloco comunista. Tais acontecimentos, na minha opinião, recolocaram, de maneira decisiva, a questão de qual seria (ou teria sido), afinal, o caráter social do sistema soviético. Desde a publicação de *A Revolução Traída,* de Leon Trotsky (1936), tem-se assistido a uma verdadeira proliferação de teses a respeito do assunto (veja diagrama na página 14), teses estas que a realidade presente parece desautorizar. Decidi, então, revisitar os principais trabalhos desenvolvidos neste mais de meio século, com o objetivo de apresentar uma interpretação alternativa do fenômeno soviético.

Esta interpretação parte do ponto de vista de que, ainda que se possa considerar o sistema soviético uma tentativa mal sucedida de fundação de uma sociedade sem classes (socialista), seu desenvolvimento, do ponto de vista histórico, trouxe efeitos *somente* a partir dos quais devemos formar idéias a seu respeito. Evidentemente, esta postura pragmática implica o abandono de qualquer teleologia.

Analisando o sistema soviético *a posteriori*, pode-se dizer que ele aparentemente criou as condições para que sociedades de tipo asiático, em especial Rússia e China (epicentros das revoluções comunistas), pudessem estabelecer as bases de uma sociedade capitalista autônoma. Considerar o sistema soviético sob a ótica exclusiva do fracasso de suas metas expressas parece ser uma opção que negligencia alguns resultados que ele realmente alcançou e que, portanto, são sua verdadeira essência. Enquanto não

nos livrarmos do ervaçal ideológico que obscurece o debate sobre este tema, para usar uma expressão de Engels, estaremos fadados a focalizar o movimento social sob a perspectiva de suas promessas ideais e não de sua efetividade.

A tese que me esforcei por demonstrar, mas receio só ter conseguido sugerir, é a seguinte: o sistema soviético não representa um modo específico de produção, seja capitalista, socialista ou qualquer outro; tampouco representa um estágio embrionário de um novo modo de produção; trata-se de um modelo anti-imperialista (anti-capitalista) de acumulação primitiva de capital adotado por algumas sociedades asiáticas (ou semi-asiáticas) no curso da transição do modo de produção que lhes é próprio para o modo capitalista de produção (veja página 255). Em poucas palavras, poderíamos denominá-la assim: *teoria do elo mais forte da cadeia asiática*. Daí por que tomar o caso russo como paradigma. Desta perspectiva, sob o ponto de vista *exclusivo* do desenvolvimento das forças produtivas, não só se pode considerar mais eficaz o sistema soviético em relação ao estágio precedente, qual seja, o modo asiático de produção desfigurado pelo imperialismo, como se deve considerar mais eficaz o modo capitalista de produção em relação ao sistema soviético, considerado aqui um estágio essencialmente pré(mesmo que anti)-capitalista, por mais que esta caracterização contradiga as versões correntes.

O erro das versões que caracterizam como pós-capitalista, pré-socialista ou socialista a realidade soviética (exceção feita a de Karl Wittfogel), é deixar-se enganar pelo processo de intrumentalização da teoria marxista, cuja dinâmica sedimentou a base ideológica de um complexo período de transição, base sem a qual esta transição, nos moldes em que se deu, teria sido impossível. Esta instrumentalização, diga-se de passagem, ocorreu devido ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista, que, ao contrariar os prognósticos do marxismo, tranformou-o de teoria da história em teoria da história passada e, portanto, "dis-solução" da história passada pré-capitalista (asiática inclusive).

Classificar o sistema soviético como um modo peculiar de acumulação primitiva de capital talvez seja empobrecer um modelo que propiciou às sociedades que o adotaram desafiar militarmente as sociedades plenamente desenvolvidas do Ocidente. Contudo, devo dizer que tomei o conceito de acumulação primitiva como uma categoria histórica, definida nos seguintes termos: um período de transição no qual a acumulação de capital não decorre do modo capitalista de produção; antes, baseia-se na negação da propriedade privada dos camponeses, da mercadoria força de trabalho e do mercado. Neste período, a acumulação de capital depende de condições impostas pela força, isto é, o capital primitivo é capital na medida em que as condições de sua valorização estão garantidas, ainda que coercitivamente; e não é capital, na medida em que o capital ainda não é um sujeito automático que cria os pressupostos de sua reprodução. Capital primitivo é relação social que se constitui a partir de intensa atividade estatal, seja garantindo a propriedade dos não-trabalhadores expropriadores, seja regulando o "mercado de trabalho" ao fixar um salário legal, seja acionando mecanismos artificiais propulsores da acumulação, tais como o sistema de dívida pública, o protecionismo etc., que representam uma negação das leis de mercado.

A forma e a proporção que a acumulação primitiva assume variam de acordo com as condições históricas. Num contexto imperialista, ela não poderia desenvolver-se da mesma forma como o fez na Inglaterra do século XV (quando a negação da propriedade dos trabalhadores, da mercadoria força de trabalho e das leis de mercado inverteram-se, simultaneamente, nos seus contrários) ou mesmo nos EUA do século XIX, embora neste último a escravidão do negro tenha conferido à acumulação primitiva traços distintivos.

O modelo americano ajuda a elucidar um aspecto importante da tese central: o de como uma classe não-capitalista, caso dos senhores de escravos modernos e dos déspotas soviéticos, pode levar a cabo a acumulação de capital. Devo reconhecer, entretanto, que esta analogia serve tão somente para esclarecer o significado de algumas proposições, e não para aproximar dois modelos que responderam a necessidades diferentes em contextos históricos diferentes. É por isso que classifico as acumulações inglesa, americana e soviética como *proto, proto-e-anti e anti-capitalista,* respectivamente. No caso americano, a convivência de elementos anti e proto-capitalistas, associada a questões históricas e naturais, explica o desenvolvimento dos conflitos que desembocaram na Guerra Civil. No caso soviético, a negação da propriedade privada, da mercadoria força de tra-

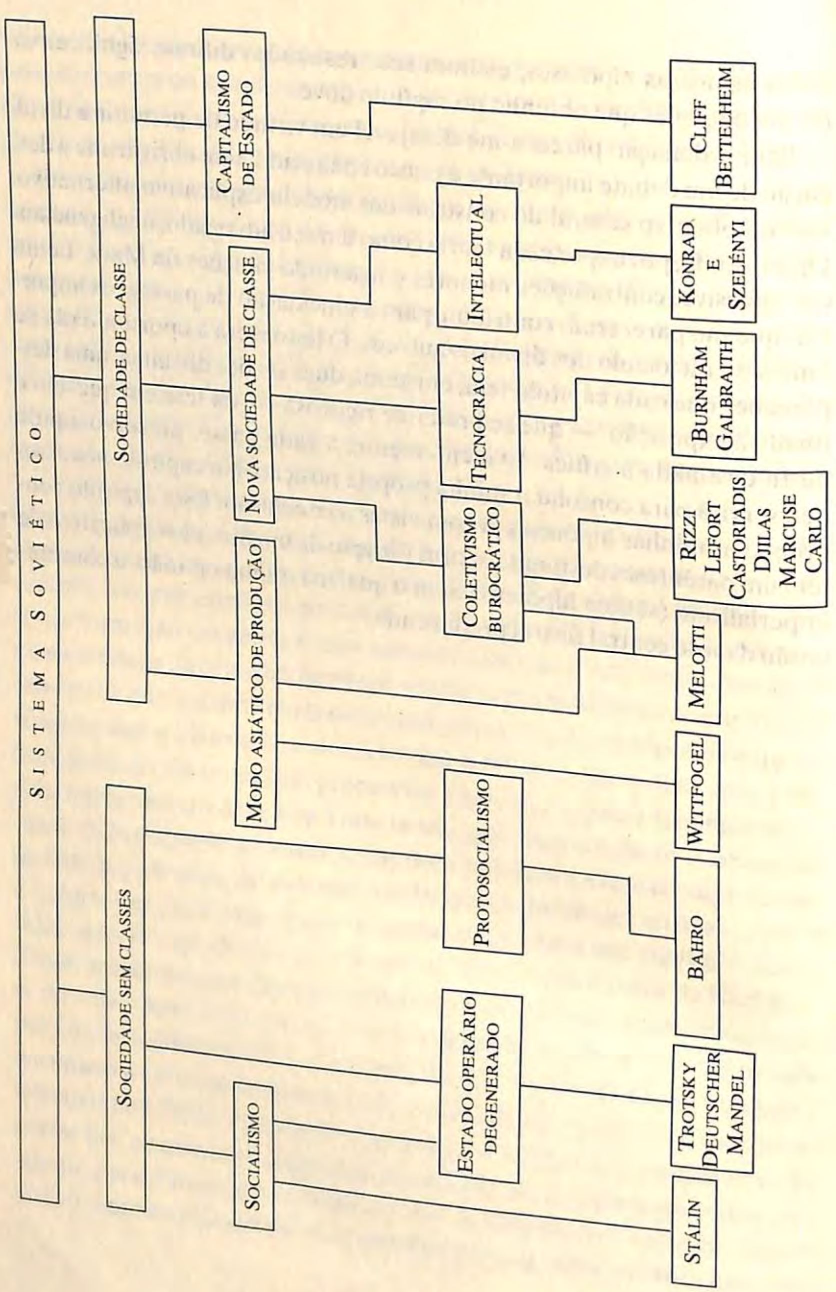
balho e das leis de mercado não se interverteram nos seus contrários, mas permaneceram no seu momento negado absoluto, o que fortaleceu uma classe não-capitalista — a burocracia estatal. Daí as dificuldades e as complexidades da desejada transição para o capitalismo.

Desde logo, acho conveniente arrolar as hipóteses sobre as quais minha tese se apoia. São elas: 1) o sistema soviético é caracterizado pela centralização estatal dos meios de produção; 2) a sociedade soviética é uma sociedade dividida em classes; 3) o processo de acumulação soviético opera segundo uma via não-capitalista; 4) a acumulação soviética está subordinada à lógica de acumulação de capital (primitivo); 5) a classe dominante soviética não é uma classe capitalista; 6) o modelo soviético foi adotado por sociedades de tipo asiático ou semi-asiático e 7) as revoluções comunistas são manifestações anti-imperialistas.

A discussão destas hipóteses, inclusive sua plausibilidade, será feita de maneira particular. Optei por abordá-las ao longo de uma exposição crítica das demais teses que discutem o caráter social do sistema soviético.No capítulo um, por exemplo, pretendo, através de uma descrição do processo de formação do pensamento marxista soviético, não tanto discutir a plausibilidade da primeira hipótese, evidente por si só, mas recusar a relação direta, que o stalinismo tentou estabelecer, entre esta hipótese e o pretenso caráter socialista do sistema soviético. Já no capítulo dois, após a exposição da teoria trotskista, promovo a defesa da segunda hipótese sugerida, num contexto de crítica a esta teoria, que não reconhece o caráter de classe da burocracia soviética. O capítulo três, sobre a tese do capitalismo de Estado, introduz, de maneira preliminar, as hipóteses terceira, quarta e quinta, que serão discutidas complementarmente nos capítulos cinco, seis e sete. O capítulo cinco, dedicado à reavaliação da tese de Karl Wittfogel, apresenta uma discussão sobre a sexta hipótese e uma crítica da tese do coletivismo burocrático, exposta no capítulo quatro e reformulada por Umberto Melotti à luz da contribuição de Wittfogel. O capítulo sete é destinado à apreciação da tese de Konrád e Szelényi sobre o papel do intelectual na URSS. Trata-se de um trabalho mais complexo que envolve vários dos elementos e hipóteses discutidos nos capítulos precedentes e que prepara o terreno para uma melhor compreensão da tese de Rudolf Bahro, exposta no capítulo oito, que absorve, implicita ou explicitamente,

todas as nossas hipóteses, embora seus resultados difiram significativamente daqueles que obtenho no capítulo nove.

Esta ordenação pareceu-me desejável em virtude de permitir a divulgação de um debate importante e pouco conhecido, sem obrigar-me a desviar do objetivo central de construir um modelo explicativo alternativo. Optei, ainda, por expor cada teoria como um seu advogado, negligenciando, inclusive, contradições menores e inserindo citações de Marx, Lenin etc. que me pareceram contribuir para a elucidação de passagens importantes do raciocínio dos diversos autores. O leitor terá a oportunidade de perceber que cada capítulo tem, em geral, duas seções distintas, uma destinada à exposição — que se pretende rigorosa — da tese em questão e outra destinada à crítica. Evidentemente, a cada passo, preservo aquilo que servirá para consolidar minha própria posição. No capítulo nove, reordeno as minhas hipóteses já com vistas à conclusão. Este capítulo contém um parênteses destinado à formalização de um modelo explicativo de imperialismo (sétima hipótese), sem o qual, na minha opinião, a compreensão da tese central ficaria prejudicada.



O MARXISMO SOVIÉTICO

Resumem-se a duas, em última instância, as condições que permitem ao marxismo soviético declarar socialistas as sociedades sobre ele erigidas: a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a planificação da economia. Desta perspectiva, as revoluções comunistas geram sociedades sem classes que não apresentam antagonismos sociais, a não ser aqueles criados pelo penoso processo de transformação inerente a qualquer revolução, ou resultantes da existência de um invólucro capitalista hostil a estas sociedades. O vertiginoso crescimento econômico e a elevação da produtividade do trabalho, que têm lugar nos períodos pós-revolucionários, são expressões da suposta superioridade da organização socialista frente a organização capitalista precedente. O marxismo soviético reconhece a distância que separa as economias soviéticas das economias capitalistas desenvolvidas, mas o desaparecimento desta distância é tratado como uma questão de tempo. Como a economia capitalista está sujeita a crises que são estranhas a uma economia planificada, esta última, ainda que tendo como ponto de partida um nível reconhecidamente precário de desenvolvimento, superará a primeira por força daquelas duas condições acima enunciadas. A discussão sobre o significado destas duas condições permeia todo o debate sobre a natureza do sistema soviético, de forma que este tópico não será estudado exclusivamente neste primeiro capítulo.

A tarefa fundamental que agora se propõe é a análise do que se convencionou chamar marxismo soviético, a descrição da evolução do pensa-

mento soviético a partir da teoria marxista original e, principalmente, a sua determinação histórica. Pretende-se, pois, identificar as tendências objetivas e as forças materiais que atuaram na história e que exerceram um forte impacto sobre a constituição e consolidação do pensamento marxista soviético. Isto implica verificar cada uma de suas respostas a cada estágio da evolução do processo histórico, diagnosticar a propriedade de cada uma delas à luz do método que ele mesmo proclama, bem como recusar a hipótese idealista de que sua constituição é produto intelectual de uns tantos membros da vanguarda revolucionária para justificar suas atitudes.

Uma teoria quando ganha as massas se transforma, ela mesma, numa força material. Mas, isto significa que, como parte constituinte de uma realidade movente, ela está invariavelmente sujeita às influências desta mesma realidade que ela ousa querer transformar. Foi assim que, na primeira metade do século XX, presenciou-se um rico processo de transformações no marxismo, até se chegar a constituição de um corpo mais ou menos rígido de concepções que só agora, por razões que serão expostas nos últimos capítulos deste trabalho, começa a apresentar fissuras e ameaça desabar. O estudo desta verdadeira metamorfose é, espera-se que fique claro, fundamental para a compreensão do que é a realidade soviética hoje.

Antecedentes

O socialismo marxista ou científico é, por assim dizer, fruto de um período histórico. O marxismo aparece num determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, quando a economia não só penetra todos os poros da vida em sociedade, como também "legitima-se", "impõe-se", independentemente de quaisquer "interações" com a ordem política, religiosa etc. Antes disso, o pensamento socialista pré-marxista é marcado por traços que lhe valeram a designação de utópico. Segundo Marx, os socialistas utópicos, representados principalmente por Fourier, Owen e Saint-Simon, se por um lado "atacavam a sociedade existente em suas bases", lutando pela supressão do lucro e do trabalho assalariado, por outro "desejavam melhorar as condições de vida para todos", "tentavam abrir ca-

minho ao novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências em pequena escala", "não cessavam de apelar indistintamente para a sociedade inteira e mesmo se dirigiam de preferência à classe dominante", o que denotava seu caráter embrionário e incompleto. Assim, ainda que se possa considerar os socialistas utópicos como revolucionários de seu tempo, não se deve deixar de reconhecer que sua descrição fantasiosa da sociedade futura corresponde a uma aspiração meramente instintiva de ruptura com a ordem vigente. Só uma observação científica do desenvolvimento do capitalismo, que, a certa altura, opera em escala mundial e enseja a autonomia completa do processo produtivo, permite que se decifre a dialética do processo histórico de produção material.

O pensamento dialético ensina que o capitalismo, assim como os modos de produção que o precederam, está fadado a desaparecer, uma vez que desenvolve as forças produtivas a uma magnitude que entra em contradição com as relações capitalistas de produção. Porém, diferentemente dos modos de produção precedentes, o capitalismo gera uma situação na qual a capacidade produtiva atinge um nível tal que é concebível, pela primeira vez, a possibilidade do surgimento de uma sociedade que supere todos os antagonismos de classe. A palavra *possibilidade* se justifica pelo fato de que aos homens, enquanto agentes históricos, cabem as decisões e alternativas que eles mesmos se colocam no processo de interação com as condições materiais prevalecentes, históricas e naturais. Não obstante, a superação do capitalismo, seja positiva (socialismo) ou não, é inevitável diante de suas contradições inerentes e, portanto, insolúveis dentro da ordem capitalista.

O marxismo vai além de pregar a inevitalidade da ruína capitalista e a possibilidade de sua superação positiva. Ao contrário do socialismo utópico, ele aponta também o sujeito deste processo. Para Marx, se por um lado o capitalismo desprove a classe operária de qualquer riqueza (exceto de sua força de trabalho, que ela é obrigada a vender pelo preço da sua reprodução para subsistir), por outro lado disciplina esta classe, acostuma-a ao trabalho cooperativo, ao trabalho socializado, incute-lhe a noção de produção planejada — a qual toda unidade produtiva independente sujeita-se para enfrentar a concorrência das demais. Esta classe, pela sua própria condição e natureza, é hostil à anarquia da economia capitalista como

um todo, hostil à propriedade privada e à classe capitalista. Segundo a teoria, assim que a classe operária toma consciência de sua condição social, assume a tarefa de promover a superação da sociedade capitalista e a construção da sociedade comunista.

Destas considerações pôde-se deduzir (muitos o fizeram) que o cenário lógico da revolução socialista fosse os países nos quais o desenvolvimento das forças produtivas tivesse atingido um determinado nível que — ao proletário despossuído, consciente e numéricamente fortalecido —, não restasse outra opção senão a de revolucionar as relações de produção estabelecidas, superando a sociedade dividida em classes. A existência de um mundo de riquezas e cultura era um pressuposto da revolução, visto que seria a aguçada contradição entre este mundo de riquezas e a condição de vida proletária que faria detonar o processo de socialização. Na ausência deste pressuposto, a revolução não poderia fazer mais do que socializar a miséria.

A questão, contudo, é que a primeira revolução socialista aconteceu num país indiscutivelmente atrasado. Marx e Engels classificavam a Rússia como um país semi-asiático: asiático porque, como nas sociedades asiáticas tradicionais, o poder político estava centralizado; semi-asiático porque esta centralização não era o resultado da necessidade de mobilizar as forças produtivas na construção de um sistema hidráulico que permitisse enfrentar as dificuldades impostas pelo clima e geografia adversos, mas provinha da necessidade de defender a população contra sucessivas invasões de tribos vizinhas.

A proximidade do Ocidente, contudo, ao mesmo tempo em que representava uma constante ameaça, criou as condições para que o tzarismo compreendesse sua base econômico-cultural, bem como sua força técnica e militar e, diante daquela ameaça, viu-se impelido a promover as formas ocidentais de propriedade, empresa privada e governo local. Entretanto, embora a propriedade privada encontrasse um terreno fértil para se desenvolver e a indústria, já em fins do século passado, ocupasse um papel significativo na economia, o total controle estatal estancava o desenvolvimento de uma economia moderna. O desenvolvimento da indústria na Rússia nada tem a ver com o processo espontâneo e natural observado no Ocidente, a partir da gradual transformação da produção artesanal; a in-

dústria foi "imposta de cima" pelo tzarismo, para servir a seus interesses militares, isto é, fortalecer o modelo semi-asiático e não transformá-lo.[1]

Por outro lado, a Rússia foi sacudida no século passado por uma onda de revoltas camponesas contra a propriedade de tipo feudal, culminando na reforma de 1861 que, embora mantivesse a propriedade latifundiária, emancipou alguns milhões de servos. A contrapartida da supressão da corvéia foi a seguinte: a terra dos camponeses foi declarada propriedade dos latifundiários e os camponeses só teriam direito a um lote se pagassem ao governo tzarista — com juros — um resgate que havia sido adiantado aos latifundiários. Como resultado da redistribuição de terras, os camponeses acabaram ficando com menos terras, e com as menos férteis, embora tenham pago por elas o preço das mais férteis. Como se não bastasse, sobre os camponeses recaiu a quase totalidade dos impostos sobre a terra; os nobres eram praticamente isentos. Junte-se a isso o fato de que, uma vez introduzidas as administrações locais, foram criados impostos provinciais e distritais.

Toda essa situação levou Engels às seguintes conclusões:

> É indubitável que a Rússia encontra-se às vésperas de uma revolução A produção agrícola — a mais importante da Rússia — acha-se completamente desorganizada devido à abolição da servidão, em 1861; falta mão-de-obra aos grandes latifúndios; aos camponeses falta terra; os impostos mantêm-nos oprimidos e os usuários tiram-lhe o couro; a agricultura rende menos a cada ano. Toda esta situação é mantida de pé com grande trabalho e só aparentemente por um despotismo oriental de cuja arbitrariedade não temos idéia no Ocidente; um despotismo que não só se encontra cada dia em mais flagrante contradição com as idéias das classes ilustradas, em particular com o da burguesia da capital [do País] — burguesia em rápido desenvolvimento —, mas também que na pessoa do seu presente portador perdeu a cabeça e hoje faz concessões ao liberalismo, amanhã, apavorado, anula-as, e assim aumenta seu descrédito. Além disso, as camadas mais ilustradas da nação, concentradas na capital, vão tomando consciência de que esta situação é insuportável e de que a revolução se apro-

xima, mas ao mesmo tempo acalentam a ilusão de orientá-la para um tranquilo curso constitucional [abril de 1875].[2]

Diante de tais circunstâncias, surgiu imediatamente a questão de se uma eventual revolução na Ásia poderia aliar-se à esperada revolução proletária no Ocidente, onde já se havia construído a primeira organização internacional dos trabalhadores. Perguntava-se se a Rússia, por exemplo, poderia evitar as vicissitudes capitalistas, pulando do estágio pré-capitalista em que se encontrava para o estágio socialista; de um lado, a violência das revoltas camponesas e, de outro, a pouca penetração da propriedade privada no país pareciam sustentar as esperanças de um caminho direto para o socialismo. A questão sobre o destino da comuna rural russa, o *mir*, chegou a ser posta diretamente a Marx. Uma resposta clara foi dada no prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista* (1882). Dizem Marx e Engels:

> O *Manifesto Comunista* propôs como tarefa proclamar a desaparição próxima e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia, ao lado do florescimento febril da velhacaria capitalista e da propriedade territorial burguesa em vias de formação, mais da metade da terra é propriedade comum dos camponeses. Cabe, pois a pergunta: poderia a comunidade rural russa — forma por certo já muito desnaturada da primitiva propriedade comum da terra — passar diretamente à forma superior da propriedade coletiva, à forma comunista ou, pelo contrário, deverá primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente? A única resposta que hoje se pode dar a esta pergunta é a seguinte: se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista.[3]

A possibilidade da revolução russa não ser seguida pela revolução proletária no Ocidente não foi expressamente considerada. Na verdade, as duas

eram dadas como inevitáveis. Na Rússia, como já se mencionou, o desenvolvimento da indústria se dava num contexto de dependência da proteção do Estado e no sentido do seu fortalecimento. A industrialização do país era feita às custas da ruína das finanças públicas e de uma carga tributária mais pesada sobre o campesinato. Politicamente, todo o desenvolvimento real era bloqueado pelo quadro institucional do despotismo tsarista.

Todavia, em 1893, o desenrolar do movimento revolucionário no Ocidente obriga Engels a rever os prognósticos que ele e Marx haviam feito sobre o efeito potencial de uma eventual revolução na Rússia. Numa carta a Danielson ele declara:

> Se a Europa Ocidental estivesse madura para tal transformação [socialista] — então caberia aos russos mostrar o que se poderia ter feito, tomando como ponto de partida sua comunidade que, nesse momento [1860-1870], estaria ainda mais ou menos intacta. O Ocidente, porém, estancou — e nem sequer levou a cabo sua transformação. E, enquanto isso, o capitalismo acelerava seu desenvolvimento.
>
> À Rússia, portanto, só restavam dois caminhos: ou desenvolver a comunidade camponesa, a fim de convertê-la numa forma de produção de que estava separada por várias etapas históricas, e para cuja instauração nem sequer no Ocidente haviam amadurecido ainda as condições necessárias —o que constituía, evidentemente, uma tarefa impossível; ou escolher o caminho do desenvolvimento capitalista. E o que poderia fazer senão escolher este último?[4]

À luz destas observações fica claro que a explicação da Revolução Russa pelo marxismo soviético constitui um passo formidável no desenvolvimento da teoria. Se em 1893 tudo levava Engels a crer na impossibilidade de outro caminho para a Rússia que não o capitalista, o que fez os bolcheviques acreditarem no sucesso do socialismo a partir de lá e tão pouco tempo depois? Como veremos, serão Lênin e Trotsky os principais teóricos que procuraram justificar e explicar a ruptura para o socialismo. Será interessante notar que estes dois autores, cada um de uma forma, desen-

volvem suas teorias a partir da reavaliação, à luz do desenvolvimento ulterior do capitalismo, de alguns elementos contidos nas obras de Marx. Refiro-me não só aos comentários de Marx e Engels sobre a Rússia e a possibilidade da revolução russa, mas, principalmente, à avaliação que Marx fez da Revolução Alemã de 1848. Esta avaliação contém elementos que são realçados e desenvolvidos pelo marxismo soviético. Na obra de Lênin, verdadeiramente, mais do que desenvolver, *potencializam-se* tais elementos diante do estágio no qual as economias capitalistas se encontram: o estágio imperialista. Parece aconselhável, portanto, que antes de tudo apresente-se, sucintamente, a teoria do imperialismo. Interessa-nos, aqui, somente a teoria leninista do imperialismo, não só porque ela se mostrou superior às demais teorias do imperialismo, suas contemporâneas, mas também porque foi ela que o desenvolvimento do marxismo soviético sacramentou.

Imperialismo: aspectos econômicos

Os aspectos econômicos da teoria leninista do imperialismo foram desenvolvidos na brochura *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrita por Lênin na primavera de 1916. Nesta obra Lênin constata, em primeiro lugar, o alto nível de concentração de capital a que chegaram os países desenvolvidos. Ele menciona pelo menos dois fatores que jogaram um papel importante no processo de concentração: as crises sucessivas inerentes a um sistema anárquico de produção e a proliferação das sociedades por ações. Quanto ao primeiro fator Lênin observa que, nos períodos de crise, os capitais individuais de certa magnitude, aptos a superar as dificuldades que se apresentam, absorvem os capitais menores incapazes de fazê-lo. Assim, às crises sucessivas corresponde um processo de concentração progressiva. Quanto ao segundo fator, diferentemente daqueles que vêem a proliferação das sociedades por ações como um processo de democratização do capital, Lênin considera-a uma poderosa alavanca de concentração de capital. A sociedade por ações possibilita o controle de uma companhia sem a necessidade de que todas as ações estejam concentradas nas mãos de um ou de poucos. Agora um capital de "X" pode controlar várias companhias cujo valor total exceda muitas vezes este montante, bastando para isso a posse de determinadas porcentagens de ações que lhe garantam a hegemonia frente aos demais acionistas.

Lênin não se detém muito neste processo. Afinal, a concentração de capital não é nenhuma novidade. Ela decorre da própria lógica do sistema capitalista, cuidadosamente explicada por Marx. Para Lênin, o dado novo é que o nível de concentração atinge um estágio que permite a certos setores industriais e ao setor financeiro organizarem-se em cartéis. As empresas cartelizadas estabelecem acordos entre si, repartem o mercado e fixam preços e quantidades, o que lhes permite auferir lucros acima daqueles que obteriam na ausência do cartel, ou seja, acima do lucro médio.

Apesar das vantagens do cartel, lembra Lênin, sua formação é operação extremamente delicada, exigindo meios artificiais de coação. Na medida em que num mesmo setor industrial existe mais de um capital individual operando, os mecanismos de concorrência podem ser acionados a qualquer momento. Um único capitalista pode comprometer a formação do cartel, ou a consolidação do cartel já formado, por exemplo, praticando preços abaixo daqueles que o grupo de capitalistas estabeleceu. O processo de cartelização, assim, tem que contar com certos meios de coação que lhe garantam a eficácia e protejam aqueles capitalistas que a ele se submetem. Excepcionalmente, o processo de cartelização é favorecido pela possibilidade de apoderar-se das fontes de matéria-prima onde as condições naturais ou históricas assim o permitam. Quanto mais restritas as fontes de uma determinada matéria-prima, maiores são as chances de que o setor industrial dela dependente sofra um processo de cartelização.

Não só o setor produtivo da economia é afetado pelo processo de cartelização. O processo transforma os bancos de modestos intermediários em monopolistas onipresentes, que dispõem de quase todo o dinheiro do conjunto dos capitalistas, bem como parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. A monopolização do setor bancário, restringindo o número de instituições a que o capitalista desejoso de crédito pode recorrer, cria uma espécie de dependência do setor produtivo da economia em relação ao setor financeiro. As poucas instituições bancárias podem começar a exigir, em troca de crédito, o perfeito conhecimento da situação econômica de cada capitalista individualmente considerado. Mediante a ampliação ou restrição de crédito passam

a controlá-los e, por fim, decidir-lhes o destino. Os bancos, assim, adquirem uma posição privilegiada que lhes permite aproveitar as melhores oportunidades de investimentos, compras de ativos etc.

Paralelamente, as sociedades por ações industriais ou comerciais que, através da emissão de ações, debêntures etc., ou através do próprio processo de cartelização que, eventualmente, tenham sofrido, adquirem uma certa autonomia frente ao crédito proveniente dos bancos, fundem-se com os últimos mediante posse de ações de uns pelos outros ou mediante a participação recíproca nos conselhos de administração.

O quadro se completa com a união informal de algumas sociedades privadas com o governo através de inter-relações pessoais. Multiplicam-se os casos em que as empresas privadas oferecem cargos nos seus conselhos de administração a antigos funcionários ou membros do governo com o fim de obter facilidades junto às agências estatais.

Como se vê, o processo de cartelização é gigantesco e envolve ramos inteiros da economia. Não obstante, ele não é total. Outros ramos da economia (algumas indústrias leves e agricultura, por exemplo), estão excluídos deste processo. Este fato tem um importante significado econômico. Devemos observar que o processo de cartelização em si não afeta a taxa de mais-valia. A taxa de mais-valia é afetada ou pela alteração da jornada ou ritmo de trabalho (mais-valia absoluta) ou pelo barateamento do custo de reprodução da força de trabalho (mais-valia relativa). O processo de cartelização não implica nem uma coisa nem outra. É claro que, no curto prazo, a cartelização pode significar dispensa de mão-de-obra e conseqüente pressão sobre os salários. Aqui, porém, só nos pode interessar o longo prazo, o que significa desconsiderar as oscilações cíclicas e supor o salário fixado ao nível histórico de subsistência. Disso decorre que, do ponto de vista dos setores cartelizados diante dos não-cartelizados, a cartelização significa uma redistribuição da mais-valia em favor dos primeiros. Assim, passa a existir uma diferenciação da taxa de lucro experimentada pelos primeiros e pelos últimos, não se podendo mais falar de uma taxa de lucro médio para todo e qualquer capital individual, fato que pertence à época da livre concorrência.

Do ponto de vista da economia como um todo, tal situação agrava as desproporções entre setor industrial cartelizado e não-cartelizado e entre

indústria e agricultura, contribuindo desta forma para descoordenar ainda mais profundamente os diversos ramos da economia. Para Lênin, o processo de cartelização, longe de ter um efeito estabilizador sobre a economia, no sentido da supressão ou atenuação das crises, contribui para agravá-las.

Mas não só as relações inter-capitalistas são afetadas. Os lucros anormais auferidos pelos cartéis têm também um importante efeito sobre a relação capital-trabalho nos países desenvolvidos. A obtenção de lucros elevados permite que os cartéis destinem parte deles para *subornar* parte do proletariado. Assim, formam-se camadas privilegiadas no seio do proletariado, que sofrem uma espécie de *aburguesamento*. Este processo de aburguesamento, aliás, foi assinalado por Engels numa carta endereçada a Marx (outubro de 1858) e Lênin dele se vale para explicar o desenvolvimento do oportunismo no movimento operário.

Aqui temos o primeiro elemento que ajuda a explicar o advento da revolução num país atrasado. É certo que a contaminação do movimento operário pelo oportunismo ou reformismo não explica, naturalmente, *porque* a revolução aconteceu num país atrasado. Contudo, é um elemento que, aos olhos do marxismo soviético, explica o deslocamento do movimento revolucionário para o Oriente. Certamente ele não é o único. Continuemos.

As conseqüências da concentração de capital transcendem as fronteiras nacionais. Os cartéis, à procura da máxima valorização do capital, percebem as possibilidades de investimento nos países atrasados. Nestas regiões, a escassez de capital e o baixo preço da terra, das matérias-primas e da mão-de-obra, garantem a estes investimentos retornos elevados. É assim que surge em cena uma operação que distingue a fase imperialista do capitalismo da sua fase precedente — *a exportação de capital*.

Com a exportação de capital dos países adiantados para os atrasados, estes últimos, que em geral já possuem uma infra-estrutura mínima para recebê-lo, passam a experimentar um desenvolvimento capitalista acelerado. Apesar do fato de que tal operação possa acarretar, até certo ponto, a estagnação das economias dos países exportadores de capital, o mundo como um todo vê o desenvolvimeno capitalista alargar-se e aprofundar-se.

As transações com capital envolvem, de um lado, os setores industrial

e financeiro cartelizados das economias desenvolvidas e, de outro, os países atrasados interessados em promover seu próprio desenvolvimento. Como já se observou, dentro das fronteiras nacionais os cartéis partilham entre si os mercados nos quais operam, e se pode verificar como resultado a dependência dos setores não-cartelizados (tomadores de crédito) em relação aos setores cartelizados (possuidores de crédito disponível). Analogamente, num outro nível, os cartéis partilham o mercado internacional e se pode verificar como resultado a mesma relação de dependência, porém aqui dos países atrasados em relação aos setores cartelizados das economias desenvolvidas. Observa-se, assim, um fluxo de riquezas dos países atrasados para os desenvolvidos, parte dos quais engorda os fundos com os quais o proletariado dos países desenvolvidos é subornado.

A exportação de capitais assume, muitas vezes, a forma de empréstimo. Como são poucas as instituições financeiras às quais os países atrasados podem recorrer, é muito comum que os últimos façam uma série de concessões em troca de crédito. Além disso, é usual que entre as cláusulas de empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos do país credor.

O surgimento destas operações financeiras traz consigo formas transitórias de dependência econômica estatal, entre países politicamente independentes, importadores de capital, e países exportadores de capital. Por mais importante que fosse a política colonial (domínio político e econômico) dos países imperialistas, principalmente no que se refere ao controle do maior número possível de fontes de matérias-primas, é o domínio financeiro que imprime a estes países um caráter parasitário, pois passam a viver às custas da exploração do trabalho, não só das colônias, mas também dos demais países atrasados.

A exportação de capital, outras vezes, assume a forma de investimento direto e, principalmente neste caso, faz mais que simplesmente promover o desenvolvimento capitalista das regiões atrasadas em troca da exploração de sua mão-de-obra e de seus recursos naturais.

> O capitalismo importado... intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta... Revolucionam-se completamente as

> velhas relações sociais, destrói-se o isolamento agrário milenário das "nações à margem da história" que se vêem arrastadas para o torvelinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação. E as referidas nações formulam o objetivo que noutros tempos foi o mais elevado entre as nações européias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica e cultural. Este movimento pela independência ameaça o capital europeu nas suas zonas de exploração mais preciosas, que prometem as perspectivas mais brilhantes, e o capital europeu só pode manter a dominação aumentando continuamente as forças militares.[5]

Agora temos mais um elemento que compõe o arcabouço teórico que explica o desenrolar do processo revolucionário nas regiões atrasadas. A exportação de capital arrasta os países atrasados para a órbita de influência do capital, revoluciona as antigas relações sociais, destrói-lhes o isolamento e desperta o sentimento nacional.

Resta-nos, ainda, expor um terceiro e igualmente importante elemento da teoria do imperialismo, que diz respeito às relações inter-imperialistas. Lênin (referindo-se aos países imperialistas) considera que:

> Por vigoroso que tenha sido, durante os últimos decênios, o nivelamento do mundo, a igualização das condições econômicas e de vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, da troca e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, respeitável... encontramos, por um lado, países capitalistas jovens, que progrediram com rapidez extraordinária (a América, a Alemanha e o Japão); por outro lado, há países capitalistas velhos que durante os últimos anos progrediram muito mais lentamente que os anteriores (a França e a Inglaterra); em terceiro lugar figura um país, o mais atrasado do ponto de vista econômico (a Rússia), no qual o imperialismo capitalista moderno se encontra envolvido, por assim dizer, numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas.[6]

A desigualdade do desenvolvimento dos países imperialistas, na visão de Lênin, altera, de tempos em tempos, a correlação de forças entre as nações e, conseqüentemente, obriga-as a uma repartilha do mercado internacional. Estes rearranjos podem assumir tanto a forma de acordos pacíficos, como a forma de guerras imperialistas, dependendo da situação histórica na qual se fazem necessários. Não existe razão alguma, portanto, para se acreditar na possibilidade de o imperialismo assegurar uma paz duradoura entre as grandes potências mundiais. Antes, ao contrário, a ocorrência de guerras periódicas pela repartilha mundial é uma situação bastante provável.

Temos, então, três elementos: 1) o aburguesamento do proletariado dos países desenvolvidos e o conseqüente avanço do movimento reformista no seio deste proletariado; 2) o acirramento das contradições e a revolução nas relações sociais dos países atrasados e 3) a inevitabilidade das guerras imperialistas pela repartilha do mundo. Nenhum destes elementos individualmente considerado, nem mesmo os três elementos agrupados, explica o advento da revolução socialista na Rússia. No entanto, eles alicerçam a explicação do fenômeno global. Para entender como o marxismo soviético enxerga, na sua totalidade, o processo de deslocamento do movimento socialista revolucionário para as regiões atrasadas é preciso investigar, mais pormenorizadamente, a correlação de forças entre as classes sociais nestas regiões e as contradições em que estavam imersas, principalmente a contradição entre o acelerado desenvolvimento capitalista ao qual estas regiões foram submetidas e a existência de relações pré-capitalistas de produção. Esta investigação, não obstante, não pode perder de vista aqueles três elementos que caracterizam a fase imperialista do modo capitalista de produção. Nesta nova etapa da evolução histórica, toda e qualquer análise social deve considerar, necessariamente, a correlação de forças em escala internacional.

A seção seguinte foi baseada nos textos de Lênin sobre a Rússia. Ao longo de sua obra, porém, bem como ao longo da evolução do marxismo soviético, os argumentos neles contidos foram generalizados e universalizados.

IMPERIALISMO: ASPECTOS POLÍTICOS

Na Rússia pré-revolucionária, apesar do fraco desenvolvimento capitalista, a concentração e fusão do capital bancário e industrial tinham dado

passos enormes. Boa parte dos ativos dos bancos russos eram constituídos de ativos de companhias que atuavam no setor produtivo. Os ativos dos bancos russos estavam, por sua vez, em grande parte sob controle de bancos estrangeiros: franceses, alemães e ingleses. Do ponto de vista político, a Rússia pré-revolucionária experimentava uma situação curiosa: apesar do alargamento do domínio do capital num ambiente no qual ainda predominavam relações pré-capitalistas, a débil burguesia nacional não possuía o poder político. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, cedo ou tarde, imporia a necessidade de revolucionar as relações de produção. A questão que se colocava, porém, dizia respeito ao caráter da revolução que se aproximava. Lênin, a princípio, admitiu seu caráter burguês; porém, baseado na avaliação que Marx havia feito da Revolução Alemã de 1848, propôs que a sua condução se desse por caminhos totalmente diversos.

Pouco depois da revolução alemã, era esta a opinião de Marx e Engels a respeito de seu provável desfecho:

> Na Alemanha, o Partido Comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que esta age revolucionáriamente contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e a pequena burguesia. Mas nunca, em nenhum momento, esse Partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, a fim de que, uma vez destituídas as classes reacionárias da Alemanha, possa ser travada a luta contra a própria burguesia. É para a Alemanha, sobretudo, que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra nas vésperas de uma revolução burguesa; e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII, a Revolução Alemã, por conseguinte, só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária.[7]

A riqueza desta passagem é notável; são três os pontos a destacar: em primeiro lugar, a importância da revolução burguesa para o proletariado e o conseqüente apoio dos comunistas à burguesia revolucionária; em segundo lugar, a necessidade de conscientizar o operário sobre os antagonismos existentes entre sua classe e a classe *burguesa,* ainda que por razões táticas eles possam estar unidos contra as forças reacionárias do passado; em terceiro lugar, a afirmação de que a revolução burguesa seria o prelúdio da revolução proletária. Marx sabia que o grau de desenvolvimento das forças produtivas na Alemanha de 1848 era menor do que o grau de desenvolvimento das forças produtivas na Inglaterra e na França de 1848. Porém, tomando a Alemanha de 1848 e comparando-a com a Inglaterra de 1648 e a França de 1789, percebia que a revolução burguesa alemã, diante das revoluções burguesas inglesa e francesa, dar-se-ia em condições mais progressistas e com um proletariado mais desenvolvido. A tarefa dos comunistas alemães era, portanto, impulsionar a revolução burguesa com todas as suas energias e, da mesma forma, conscientizar o proletariado das tarefas que se imporiam com a burguesia no poder. Tudo correndo bem, a revolução criaria as condições políticas mais favoráveis para que o proletariado alemão deflagrasse o processo da revolução comunista internacional.

Pouco tempo depois, o próprio Marx teve a oportunidade de verificar que o resultado da revolução alemã contradizia completamente seus prognósticos. Porém, como observou Trotsky, seu erro era um erro de fato, não de metodologia. Marx observa que nas revoluções inglesa e francesa, denominadas por ele *revoluções de tipo europeu*, a burguesia foi capaz de levar suas tarefas até o fim porque representava, por assim dizer, de alguma forma, a luta de todo o povo contra o absolutismo, o feudalismo e a pequena burguesia reacionária. Por um lado, as camadas urbanas não burguesas, inclusive o proletariado, não tinham ainda interesses próprios. Por outro lado, o campesinato se mostrava um aliado natural da burguesia contra o feudalismo. Com o apoio de todas as classes e categorias sociais, a burguesia pôde varrer, de uma vez por todas, a carga feudal que se opunha a seus interesses de classe.

Nada disso aconteceu na revolução alemã de 1848. A burguesia alemã deparou-se com um operariado evoluído, com interesses próprios. Intuiu

que quanto mais profundas fossem as conquistas da revolução que conduzia, melhores seriam as condições de luta do proletariado contra a própria burguesia no futuro próximo. Indecisa diante de dois adversários, à direita as forças do absolutismo, à esquerda o crescente proletariado, a burguesia inclinou-se a trair o povo, principalmente o compesinato, e aliar-se aos representantes da velha sociedade. Ao invés de criar na Alemanha as condições políticas mais progressistas da Europa, como Marx havia previsto, a burguesia não fez outra coisa senão criar um *anacronismo.*

Estes acontecimentos e a evolução do movimento operário sinalizaram a necessidade de uma mudança de estratégia. Antes, a tarefa fundamental era impelir para frente, tanto quanto possível, as conquistas da revolução burguesa. Em 1849, porém, digerido o desastre da revolução burguesa alemã, Marx passa a se declarar pela necessidade de uma organização particular dos operários.

Foram esses desenvolvimentos do pensamento de Marx que inspiraram Lênin a defender que a condução da revolução russa se desse noutros moldes. Em *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, escrita em 1905, Lênin propõe uma palavra de ordem que resume toda a sua argumentação: *ditadura democrática do proletariado e do campesinato*. Nossa tarefa é compreender cada um dos elementos desta fórmula e suas interações.

A Rússia, em 1905, estava às portas de uma revolução a qual Lênin atribuia tarefas burguesas: tratava-se de derrubar o tzarismo, conquistar o sufrágio universal, alcançar a mais ampla liberdade de agitação etc. Não se podia, naquele momento, levar a cabo uma revolução socialista uma vez que "o grau de desenvolvimento econômico da Rússia (condição objetiva) e o grau de consciência e de organização das massas do proletariado (condição subjetiva, indissoluvelmente ligada à objetiva) tornam impossível a libertação imediata da classe operária" . O que estava em jogo, então, era a tática a ser adotada pelo proletariado de forma a impulsionar o mais intensamente possível o movimento revolucionário e garantir suas conquistas no momento em que a burguesia se voltasse contra ele. Lênin pressentia que, assim como na Alemanha de 1848, a grande burguesia russa poderia aliar-se às forças retrógradas, assim que percebesse que o destino da revolução podia escapar-lhe das mãos.

Havia, contudo, a pequena burguesia revolucionária que, assim como o proletariado, estava interessada no aprofundamento da revolução burguesa. Os elementos da democracia revolucionária, que segundo Lênin encontravam-se entre os camponeses, seriam aliados naturais do proletariado contra as forças retrógradas, representadas pelo tzarismo e pela grande burguesia. Para Lênin, somente o predomínio de elementos proletários e camponeses poderia garantir que a revolução burguesa fosse levada até o fim. Caso contrário, presenciar-se-ia, mais uma vez, um *aborto*, um anacronismo à moda alemã.

Na visão de Lênin, o predomínio de elementos proletários e camponeses não retirava à revolução democrática o seu caráter burguês. Apesar da enorme importância que teria para o proletariado, o conteúdo econômico-social da revolução não seria, ainda, socialista. Desde sua polêmica com os populistas, Lênin considerava reacionárias as idéias que pregavam que a salvação do proletariado russo estava em evitar o capitalismo, em saltar por cima do capitalismo. Para Lênin, a solução estava justamente no desenvolvimento capitalista e na revolução democrática, cuja função era eliminar as reminiscências do passado.

> E dessa conclusão, diga-se de passagem, decorre a tese de que, em certo sentido, a revolução burguesa é mais vantajosa para o proletariado do que para a burguesia. Essa tese é indiscutivelmente correta no seguinte sentido: é vantajoso para a burguesia apoiar-se nalguns restos do passado contra o proletariado, por exemplo, na monarquia, no exército permanente etc. É vantajoso para a burguesia que a revolução não varra demasiado resolutamente todos os restos do passado, mas deixe de pé alguns deles, que esta revolução não seja inteiramente conseqüente, não vá até o fim, não seja decidida e implacável. Para a burguesia é mais vantajoso que as transformações necessárias num sentido democrático-burguês se produzam mais lentamente, mais gradualmente, mais pendentemente, menos decididamente, pela via das reformas e não pela via da revolução, que estas transformações sejam o mais prudentes possível em relação às *veneráveis* instituições de servidão (tais como a monarquia); que estas transformações desenvolvam o menos possível a atividade independente, a iniciativa e a energia revolucionária de gente comum, isto é, do campesinato e especialmente dos operários...[8]

Para Lênin, portanto, duas eram as possibilidades: ou a vitória definitiva sobre o tzarismo, conquistada através da aliança do proletariado e do campesinato; ou o aborto do processo revolucionário, patrocinado pela aliança entre o tzarismo e a grande burguesia. Paradoxalmente, a história caminhara de tal forma que havia colocado nos ombros do proletariado aliado ao campesinato a tarefa de levar até o fim a revolução burguesa. A burguesia, amedrontada diante de uma classe independente cujos interesses se lhe opunham, passava para o lado da reação. Vencer o tzarismo e a grande burguesia, portanto, era a tarefa da ditadura democrática do proletariado e do campesinato: ditadura, na medida em que só esta forma de Estado garantiria que todas as reminiscências do passado e toda resistência e ações contra-revolucionárias seriam esmagadas; democrática, no sentido das tarefas a que se propunha, na medida em que estas tarefas eram ainda não-socialistas; e, finalmente, do proletariado e do campesinato porque eram as únicas classes comprometidas com a marcha revolucionária e que, portanto, conduziriam o processo revolucionário até o fim, da maneira mais resoluta e decidida.

Resta-nos, agora, caracterizar melhor a relação entre o proletariado e o campesinato durante a revolução democrática e esclarecer o "momento" e a configuração das forças propulsoras da *revolução socialista*. O problema do campesinato, é verdade, não mereceu muita atenção da parte de Marx. Porém, em algumas ocasiões, Marx deixou claro que não excluia de todo a participação ativa das classes não-proletárias na revolução socialista. Uma destas ocasiões foi a polêmica contra Lassale acerca do Programa de Ghota. No seu parágrafo quarto, o Programa do Partido Operário Alemão declarava: "a emancipação do trabalho tem de ser obra da classe operária, diante da qual todas as demais classes não constituem senão uma massa reacionária". Marx repudia este parágrafo, lembrando uma passagem do *Manifesto Comunista* onde se lê: "as camadas médias... tornam-se revolucionários quando têm diante si a perspectiva de sua passagem iminente ao proletariado". Entre as camadas médias, Marx cita expressa-

mente o campesinato. Em outra ocasião, comentando a situação alemã pós-1848, Marx observa que "na Alemanha, tudo dependerá da possibilidade da revolução proletária ser apoiada com uma espécie de segunda edição da guerra camponesa. Então tudo irá bem..." (carta a Engels, 1858). Marx reconhece um traço de instabilidade da pequena burguesia em geral e do campesinato em particular e concebe a possibilidade do proletariado valer-se desta instabilidade e unir forças. Além disso, o campesinato, tomado em separado, inclui não só elementos pequeno-burgueses, mas também um contingente crescente de semi-proletários.

Lênin, partindo destas opiniões, delineou o que ele julgava ser o papel do campesinato na revolução democrática e na revolução socialista. Lênin percebia que, num primeiro momento, a grande massa camponesa estava menos interessada na defesa da propriedade privada do que na expropriação dos latifúndios. Nesta ocasião, portanto, a massa camponesa era o mais perfeito e radical partidário da revolução democrática. Entretanto, no momento da revolução socialista, a instabilidade dos elementos pequeno-burgueses, que constituiam parte significativa do campesinato, se manifestaria. Tratava-se, pois, de determinar a estratégia do proletariado nestes dois momentos distintos. Ao proletariado, no primeiro momento, cabia a tarefa de...

> ...levar até o fim a revolução democrática, atraindo a si a massa do campesinato, a fim de esmagar pela força a resistência da autocracia e paralisar a instabilidade burguesa. [No segundo momento] o proletariado devia levar a cabo a revolução socialista, atraindo a si a massa dos semi-proletários e paralisar a instabilidade do campesinato e da pequena burguesia.[9]

Essa passagem do pensamento leninista deu margem a duas interpretações: de um lado, afirmou-se que as revoluções democráticas e socialistas eram elos de uma mesma cadeia, isto é, operar-se-ia uma transcrescença da revolução democrática em revolução socialista; de outro lado, afirmou-se que as revoluções democrática e socialista estavam separadas por um período histórico definido, isto é, defendia-se uma visão mais compartimentalizada, mais rígida do processo que levava de uma à outra. Evidentemente, é possível extrair algumas passagens da obra de Lênin que sustentam a segunda interpretação. Em abril de 1917, por exemplo (depois da revolução burguesa de fevereiro) Lênin declarou: "O poder do Estado passou na Rússia para as mãos de uma nova *classe,* a saber: da burguesia e dos latifundiários aburguesados. *Nesta medida* a revolução democrático-burguesa na Rússia está terminada". No entanto, se se toma a obra de Lênin como um todo, a interpretação que parece dar maior coerência ao seu pensamento é a primeira delas, isto é, a que considera o processo que vai da revolução democrática até a revolução socialista de forma menos compartimentalizada, como um processo encadeado. Posteriormente, Lênin chegou mesmo a afirmar que a Revolução de Outubro cumpriu tarefas burguesas até o outono de 1918. Uma passagem definitivamente esclarecedora é aquela na qual Lênin responde àqueles que pregavam a impropriedade da revolução socialista na Rússia. Aqueles que afirmam — diz Lênin — que...

> ...não estamos amadurecidos... para o socialismo, é cedo para introduzir socialismo, a nossa revolução é burguesa... não compreendem (se se consideram as bases teóricas de suas concepções) o que é o *imperialismo* [*grifo meu, FH*], o que são os monopólios capitalistas, o que é o Estado, o que é a democracia revolucionária. Pois compreendendo isto não se pode deixar de reconhecer que é impossível avançar sem ir para o socialismo.[10]

Afirmei, algumas páginas atrás, que das conclusões apresentadas por Marx quando da avaliação da Revolução Alemã de 1848 alguns elementos foram desenvolvidos pelo marxismo soviético e que, além disso, dada a fase ulterior do capitalismo, a fase imperialista, tais elementos foram, por assim dizer, potencializados. Pois é justamente a fase imperialista do capitalismo, a fase de concentração máxima do capital, de exportação de capital, a fase na qual as regiões atrasadas são arrastadas para a órbita capitalista que permite que as revoluções democrática e socialista, segundo Lênin, possam ser encadeadas no processo histórico. A burguesia, impotente diante do passado por horror ao futuro, não podia conduzir a revolução democrática. O proletariado, aliado ao campesinato, promove a re-

volução, cumpre as tarefas burguesas, mas não para por aí. Cumpridas tais tarefas, o proletariado não entrega o poder à burguesia, mas mantém-no em suas mãos e, agora aliado aos elementos semi-proletários, caminha para o socialismo.

Foi assim que o marxismo, produto genuínamente europeu, emigrou decididamente para a Rússia e de lá para outras regiões atrasadas. Os revolucionários russos, ávidos por derrubar o jugo tzarista, encontravam no marxismo a teoria revolucionária justa, evoluída, mais bem formulada, a última palavra das ciências socias, *a* ciência social. Este encontro entre os revolucionários e a teoria marxista, é interessante notar, foi favorecido pelo próprio tzarismo que, provocando emigrações em massa, só fez alargar as relações internacionais dos russos com os povos das nações desenvolvidas.

Todavia, as regiões atrasadas cujas vanguardas absorviam a teoria marxista não deixavam, por tudo que foi dito, de ser regiões subdesenvolvidas. Permanecia o problema dos pressupostos materiais para o socialismo. Marx já havia enfatizado que sem um nível satisfatório de desenvolvimento das forças produtivas, que permitisse a superação da sociedade de classes, a "imundície anterior" a uma eventual revolução socialista seria restabelecida. Como então pôde Lênin, ainda em 1902, propor que o proletariado russo se tornasse vanguarda do proletariado revolucionário mundial? Esta pergunta contém em si sua resposta. Quando Lênin se referia à revolução socialista na Rússia atrasada, tinha em vista o desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial. Lênin condiciona a vitória definitiva da revolução socialista na Rússia a dois pressupostos básicos: em primeiro lugar, o apoio entusiástico do campesinato que, afinal, constituía a maioria da população russa; em segundo lugar, a revolução internacional, não só pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas russas, insuficiente para se conceber o estabelecimento de relações socialistas de produção, como também pelo fato de que só seria legítimo falar de uma vitória definitiva do socialismo quando a burguesia fosse derrotada em todos os países. Lenin considerava que, dado o desenvolvimento desigual (econômico e político) entre as nações, ainda que, a revolução pudesse acontecer primeiro num único país ou nuns poucos países, o projeto socialista não era um projeto nacional, mas internacional, isto é, um projeto que só podia ser concebido em escala mundial.

O problema do atraso econômico russo, um obstáculo à realização da produção socialista, seria, portanto, superado pelo desencadeamento da revolução mundial, principalmente na Europa, onde o nível das forças produtivas permitia que as relações socialistas de produção se consolidassem. A revolução russa despertaria e apoiaria a revolução em todos os países, mais do que nunca a partir de 1914, quando a guerra imperialista havia criado uma situação revolucionária em escala mundial. Para Lênin, em pelo menos dois aspectos a guerra criava uma situação particular que deveria ser aproveitada. Em primeiro lugar, a economia de guerra acelerava o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. Em segundo lugar, a guerra imperialista armava a população, possibilitando que ela fosse transformada de guerra entre nações em guerra civil contra o capital. Lênin, por outro lado, não descartava a possibilidade de esmagamento da revolução russa por parte das nações imperialistas mas, ainda assim, segundo ele, o movimento revolucionário teria prestado um grande serviço à causa do socialismo.

Essa é, em linhas gerais, a teoria leninista do elo mais fraco da cadeia imperialista. Lênin não foi o único a escrever sobre o assunto. O deslocamento do movimento revolucionário para as regiões atrasadas foi objeto de exaustivos estudos de Trotsky, na Rússia, e de Kautsky, na Alemanha. Este último talvez tenha sido o primeiro a registrar o deslocamento da revolução. As declarações de Kautsky, porém, sofrem uma verdadeira reviravolta. Em 1902, por exemplo, era essa sua linha de argumentação:

> Atualmente [em contraposição a 1848] pode-se pensar que os eslavos não só entraram nas fileiras dos povos revolucionários, mas também que o centro de gravidade do pensamento revolucionário e da ação revolucionária se desloca cada vez mais para os eslavos. O centro revolucionário desloca-se do Ocidente para o Oriente. Na primeira metade do século XIX encontrava-se em França e, por momentos, na Inglaterra. Em 1848, também a Alemanha entrou para as fileiras das nações revolucionárias... O novo século começa com acontecimentos que sugerem a idéia de que vamos ao encontro de um novo deslocamento do centro revolucionário, a saber, a deslocamento para a Rússia... Há muito que a Rússia

deixou de ser para a Europa Ocidental um simples baluarte da reação e do absolutismo. As coisas são agora, talvez, precisamente o contrário. A Europa Ocidental converte-se no baluarte da reação e do absolutismo na Rússia... Talvez os revolucionários russos tivessem já há muito acabado com o tzar não tivessem de lutar ao mesmo tempo contra o seu aliado, o capital europeu. Esperamos que desta vez eles consigam acabar com ambos os inimigos... *Mas seja qual for o resultado da atual luta na Rússia... eles fundarão os germes da revolução social em todo o mundo civilizado...* *[grifo meu, FH]* [11]

Nesta passagem é impossível localizar uma única palavra que destoe da teoria leninista. Kautsky menciona os pontos-chave nos quais a teoria leninista se apóia: o deslocamento do movimento revolucionário para o Oriente, a aliança entre o grande capital europeu e o tzar, o papel dos revolucionários russos na revolução que então se aproximava e, por fim, a importância da ação revolucionária russa para todo o mundo civilizado. Em 1918, porém, pouco depois da Revolução de Outubro, Kautsky mudou completamente sua linha de raciocínio:

> A revolução bolchevique baseava-se na hipótese de que serviria de ponto de partida para a revolução européia geral; de que a iniciativa audaciosa da Rússia incitaria os proletários de toda a Europa a erguerem-se... a revolução na Europa, que traria o socialismo e o consolidaria, devia também tornar-se um meio para eliminar os obstáculos que o atraso econômico do país levantava à realização da produção socialista na Rússia. Tudo isso era muito lógico e bem fundamentado desde que se admitisse uma hipótese fundamental: que a revolução russa devia desencadear infalivelmente a européia. Mas e se assim não acontecesse? Até agora não se confirmou esta hipótese. [12]

Vimos como Lênin responde a esta provocação. As crises capitalistas, as guerras imperialistas pela repartilha do mundo, a revolta nos países atrasados, tudo isso criava uma situação revolucionária planetária. Além

disso, Lênin não excluia a hipótese de que a revolução russa, uma vez isolada, sucumbisse às forças militares imperialistas. Ainda que se queira dar razão ao argumento teórico de Lenin, a história parece ter dado razão a Kautsky, já que a revolução russa não despertou o proletariado dos países desenvolvidos nem foi esmagada pelo imperialismo. Discutiremos a questão da revolução internacional numa seção à parte. Antes, porém, exporei a teoria trotskysta da revolução permanente, que aborda o mesmo tema de uma forma que permitirá uma melhor compreensão de alguns capítulos subseqüentes do presente trabalho.

A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE

Embora também tenha sofrido um processo de generalização, a teoria trotskista, assim como a leninista, refere-se num primeiro momento às peculiaridades da Rússia pré-revolucionária. Em primeiro lugar, Trotsky atribui o atraso econômico russo às condições históricas e naturais que dificultaram o processo de formação de classes sociais e imprimiram à economia russa um caráter primitivo. O atraso econômico, e a proximidade geográfica da Europa, comparativamente mais desenvolvida, submeteram a Rússia à influência e à pressão de forças externas que acabaram por conferir-lhe traços particulares. O processo de formação do Estado russo, por exemplo, foi marcado, segundo Trotsky, pela atuação destas forças externas, fazendo dele um tipo de Estado completamente diferente daquele que se formou e desenvolveu no continente europeu. Do ponto de vista interno, o Estado russo se erigiu sobre bases econômicas primitivas e, do ponto de vista externo, confrontou-se com Estados vizinhos cujas bases econômicas de sustentação eram, comparativamente, muito mais desenvolvidas. Esta circunstância obrigava o Estado a absorver, para fins militares, uma parcela das forças produtivas maior do que aquela que absorveria caso a Rússia estivesse numa situação geográfica mais isolada. Nestas circunstâncias, criava-se um círculo vicioso do qual era difícil sair. O Estado, para sobreviver, tragava parte considerável do sobreproduto social de forma a poder enfrentar as pressões dos Estados do Leste. Esta situação emperrava o processo espontâneo de desenvolvimento das forças produtivas. Mas o Estado dependia do desenvolvimento destas forças

produtivas para que ele pudesse existir, funcionar e, portanto, acima de tudo, apropriar-se de parte do produto social requerido para sua sobrevivência. O Estado tentava resolver este conflito apelando a medidas econômicas governamentais estimulantes.

Nos países desenvolvidos, as relações entre os grupos economicamente dominantes e o Estado eram tais que aqueles usavam este para promover e consolidar suas vantagens e interesses de classe. Na Rússia, diferentemente, a correlação de forças sociais parecia pender para o Estado, que submetia os grupos economicamente dominantes a seus interesses financeiros e militares. Certamente, a constituição e manutenção dos Estados europeus exigiram, igualmente, a satisfação destes mesmos interesses, mas na Rússia estas exigências eram relativamente maiores.

Como já foi dito, o Estado russo consumia parte considerável do produto social, dificultando o processo de desenvolvimento econômico do país. Não obstante, o Estado precisava estimular este processo para atingir seus próprios fins. A cada vez mais intensa pressão do Leste, principalmente militar, exigia que o Estado, a partir de certo ponto, concentrasse esforços para promover o desenvolvimento econômico que parecia florescer mais como um resultado de medidas governamentais do que, propriamente, do desenvolvimento natural das forças produtivas.

Contudo, a resposta da economia às medidas governamentais era limitada. A economia nacional, que estava se desenvolvendo espontaneamente de uma economia natural para uma economia mercantil, respondia àquelas medidas somente na extensão que elas correspondiam a seu desenvolvimento. Além disso, num certo estágio deste processo, o desenvolvimento das forças produtivas começou a esbarrar nos obstáculos representados pelas instituições políticas obsoletas. A burguesia esclarecida, que surgia no bojo do desenvolvimento econômico, compreendia a necessidade de se adotar as instituições políticas ocidentais, mas o incrível poder financeiro e militar do Estado russo sufocava quaisquer exigências liberais. A máquina burocrática estatal, agigantada e sistematicamente repressora, parecia excluir a possibilidade da revolução das instituições políticas que desentravasse o processo de desenvolvimento econômico. A burguesia, assim, cruzou os braços, incrédula de uma vitória sobre o poderio estatal absolutista. Trotsky, porém, assume que, apesar do que

surgeriam as aparências, as possibilidades revolucionárias na Rússia eram, então, enormes:

> Quanto mais um governo é centralizado e quanto mais independente ele é da sociedade, tanto mais cedo ele se torna uma organização autocrática, pairando sobre a sociedade. Quanto maiores as forças militar e financeira de tal organização, tanto mais longa e bem sucedidamente ela pode continuar sua luta pela existência... muito depois de ter cessado de satisfazer às mais elementares necessidades do desenvolvimento social... [Porém] quanto mais este estado de coisas se prolonga, maior se torna a contradição entre as necessidades de desenvolvimento cultural e econômico...A única saída que esta situação indicou para a sociedade foi através da acumulação de vapor suficiente dentro da caldeira do absolutismo para explodi-lo.
> Assim, o poder administrativo, militar e financeiro do absolutismo, graças ao qual ele pôde existir a despeito do desenvolvimento social, não somente não excluiu a possibilidade de revolução, como era a opinião dos liberais, mas, ao contrário, fez da revolução a única saída; além do mais, a esta revolução estava garantida, antes de tudo, um caráter tanto mais radical porquanto o grande poder do absolutismo cavava um abismo entre ele mesmo e a nação.[13]

Uma coisa, contudo, é reconhecer a possibilidade ou mesmo necessidade de uma revolução; outra coisa, bem diferente, é determinar-lhe o sujeito e definir-lhe o caráter. Como era a própria burguesia que vacilava diante das tarefas que a História propunha, restava identificar as forças sociais que, eventualmente, poderiam levar o processo revolucionário a termo.

Para Trotsky, a contínua pressão militar e econômica dos países do Leste obrigou o Estado, finalmente, a recorrer a empréstimos externos usurários para fazer frente às crescentes despesas com a promoção do desenvolvimento ou com a manutenção de um forte aparato militar. Estes recursos, nem sempre aplicados produtivamente, retornavam à Europa na forma de juros. Voltavam ao território russo, eventualmente, ou na for-

ma de novos empréstimos ou na forma de capital comercial e industrial atraído pelas riquezas naturais intocadas e pela mão-de-obra barata, ainda desorganizada. O capital europeu, naturalmente, apoiava o poder tzarista, que lhe garantia o pagamento dos juros mas, por outro lado, sua chegada fazia mais do que simplesmente favorecer o agigantamento do aparato estatal: ela também provocava a transformação radical das cidades russas que, de meros centros consumidores, tornaram-se importantes centros industriais. A indústria russa, por sua vez, experimentava um processo de nascimento e desenvolvimento completamente diferente do da indústria européia:

> A nossa grande indústria — diz Trotsky — não surgiu naturalmente do artesanato e das profissões. A indústria capitalista surgiu entre nós sob a influência direta e imediata do capital europeu. Apoderou-se, em suma, de terras virgens e primitivas, sem encontrar nenhuma resistência por parte dos artesões. O capital estrangeiro afluiu entre nós pelo canal dos empréstimos de Estado e pelas vias da iniciativa privada. Reuniu à sua volta o exército do proletariado industrial, sem dar tempo ao artesanato para nascer e se desenvolver. Resultado de todo este estado de coisas: no momento da revolução burguesa, é um proletariado industrial de tipo social muito elevado que constituiu a principal força nas cidades. [14]

Trotsky, como Lênin, distingue a situação russa da situação francesa e alemã à época de suas respectivas revoluções burguesas. A Revolução Francesa não conheceu o proletariado enquanto classe constituída. A burguesia de então, diante de um proletariado inexpressivo e sem interesses de classe definidos, pôde representar os interesses de toda a nação e triunfar, verdadeiramente, sobre as forças reacionárias. A Revolução Alemã conheceu um proletariado ainda fraco para impulsionar o movimento revolucionário, mas já suficientemente bem constituído e visível para despertar os temores burgueses. A burguesia amedrontada pelos eventuais resultados de um processo revolucionário agudo procurou um acordo com as forças absolutistas, optando pelo caminho das reformas graduais. Na Rússia, a situação era nova e peculiar. No momento da revo-

lução burguesa era o proletariado, e não a burguesia, a força preponderante nas cidades. A burguesia, sufocada pelo Estado onipresente e pelo capital europeu, mostrava-se impotente para cumprir as tarefas do momento. O proletariado, ao contrário —porque a indústria russa, por influência direta do capital estrangeiro, nasceu grande — era forte e potencialmente organizado para levá-las adiante.

Para Trotsky, o proletariado não só podia como devia tomar o poder, por ser a única força social capaz de resolver as contradições que se aguçavam mais e mais, inclusive no campo. O campesinato, segundo Trotsky, por ser o principal alvo da carga tributária governamental, certamente apoiaria o proletariado, caso ele decidisse medir forças com o absolutismo. Porém, ainda que uma política de alianças fosse necessária para garantir o sucesso da revolução, Trotsky a defendia somente na medida em que a hegemonia do proletariado estivesse assegurada. O campesinato, assim como a pequena burguesia em geral, devido ao seu caráter intermediário, poderia integrar um governo revolucionário mas, pela mesma razão, não podia estabelecer domínio sobre a condução do processo, de forma que o papel de liderança pertencia à classe operária. Cabia ao proletariado assumir este papel e, levando a luta de classes ao campo, romper a unidade de interesses entre os camponeses, opondo o pobre ao abastado e o proletariado agrário à burguesia agrária.

O proletariado, uma vez no poder, ver-se-ia obrigado, por influência de pressões e demandas, a intervir em todos os aspectos das relações e eventos sociais. Num primeiro momento, ele romperia com o absolutismo, patrocinando medidas de caráter democrático geral. Fortaleceria, ainda, sua aliança com o campesinato, suprimindo a servidão e instituindo o imposto de renda progressivo. Progressivamente, porém, as medidas perderiam o caráter democrático geral e ganhariam um conteúdo de classe. O Estado operário se deixaria influenciar, mais e mais, pelos princípios que norteiam a ação específica da classe trabalhadora: o coletivismo e o internacionalismo. A distinção entre programa mínimo (conjunto de metas desprovidas de conteúdo socialista cuja conquista pressupunha o Estado democrático) e programa máximo (conjunto de metas de conteúdo socialista cuja conquista pressupunha a ditadura do proletariado) perderia todo o significado. O proletariado tomaria o poder antes mesmo do programa mínimo ter

sido cumprido. Já no poder, cumpriria ambos, os programas mínimo e máximo, num processo de revolução ininterrupta ou *revolução permanente*.

A solução dada por Trotsky à problemática em torno dos pré-requisitos do socialismo é semelhante àquela dada por Lênin. O socialismo pressupõe, de um lado, um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas que permita o estabelecimento de condições socialistas de produção (condição objetiva) e, de outro, pressupõe que a classe operária, consciente de seus interesses objetivos, esteja suficientemente fortalecida para se propor à conquista do poder (condição subjetiva). Trotsky sabia que a Rússia não preenchia a primeira condição. Não obstante, dizia que os países capitalistas avançados a haviam preenchido e que, consequentemente, as condições mundiais favoreciam o projeto socialista. Isto, porém, implicava que "sem o suporte do proletariado europeu, a classe trabalhadora da Rússia não pode permanecer no poder e converter sua dominação temporária numa durável ditadura socialista". Ainda que o proletariado russo fosse hábil suficiente para estabelecer uma aliança duradoura com o campesinato, ainda que esta aliança pudesse ser fortalecida através de uma política agrária que evitasse que o campesinato assumisse uma postura anti-revolucionária, ainda assim a vitória do socialismo estava condicionada ao advento da revolução internacional.

Trotsky tinha motivos para acreditar que isso viesse a acontecer. O capitalismo havia convertido o mundo como um todo num único organismo político e econômico. A revolução russa teria desdobramentos internacionais inevitáveis, iniciando um processo de liquidação do capitalismo em escala mundial. Em primeiro lugar, a bancarrota do Estado russo teria um impacto significativo no mercado financeiro internacional; existia uma malha de relações que unia o Estado tzarista aos bancos internacionais. Em segundo lugar, o proletariado russo poderia se ver obrigado a levar a revolução à solo europeu, por meio das armas, caso as forças militares estrangeiras reacionárias decidissem abortar o desabrochar da nova sociedade. Em terceiro lugar, a Revolução Russa poderia desencadear uma revolução na Polônia, devido à proximidade geográfica ou, ainda, uma guerra na Europa que, certamente, desembocaria numa revolução socialista européia. Por fim, Trotsky cogitava também a idéia de que a revolução russa sucumbisse à falta de apoio externo.

A tese da revolução permanente, apesar das similariedades com a tese leninista do elo mais fraco, recebeu inúmeras críticas, inclusive do próprio Lênin, que chegou a declará-la imbuída de um "esquerdismo absurdo". Em geral, foram dois os pontos nos quais seus críticos se apoiaram: 1) acusaram-na de proclamar um salto por cima da etapa democrática da revolução e 2) acusaram-na de subestimar o papel revolucionário do campesinato. A principal razão destas críticas se fundava na oposição de Trotsky à fórmula leninista *ditadura democrática do proletariado e do campesinato* pela qual propunha a fórmula substituta *ditadura do proletariado*. Às exclusões das palavras democrática e campesinato correspondiam as críticas de número 1 e 2, respectivamente.

Em *A Revolução Permanente*, Trotsky tenta acertar contas com seus críticos, estimulado, adicionalmente, pelo objetivo de desmascarar a tese stalinista do "socialismo em um só país". Da leitura do livro tem-se a impressão que a opção pelo termo *revolução permanente*, ao invés de revolução democrática, se deveu menos à conjectura de que a revolução pudesse saltar por cima da etapa democrática do que à análise de seu desenrolar. O proletariado no poder não poderia se limitar às tarefas democráticas da revolução; faria incursões cada vez mais profundas no organismo social, revolucionando as relações sociais e, finalmente, as relações de propriedade. Enveredaria, assim, pelos caminhos socialistas num processo ininterrupto. Para Trotsky, "a Historia uniu — não confundiu, mas uniu organicamente — o conteúdo fundamental da revolução burguesa com a primeira etapa da revolução proletária". Assim, da mesma forma que a indústria apareceu na Rússia atropelando o período do ofício e da manufatura, a democracia operária atropelaria o período da democracia burguesa.

Quanto à questão camponesa, Trotsky dizia que a expressão ditadura do proletariado e do campesinato estava sujeita à má interpretação, já que não definia qual das duas classes, efetivamente, exerceria a ditadura. Para que não houvesse margem para dubiedade, sugeria algo do tipo *ditadura do proletariado que se apóia no campesinato*. Assim, "a polêmica com Lênin tinha por objeto a possibilidade da independência (e do grau dessa independência) do campesinato durante a revolução e, em particular, a possibilidade de um partido camponês *independente.*" Nesta polêmica Trotsky acusava Lênin de exagerar o papel independente do campesinato. Lê-

nin, por sua vez, acusava-o de subestimar o papel revolucionário do campesinato. As divergências pareciam dizer respeito mais ao peso e ao caráter da participação do que a participação em si mesma. Alguns dos críticos de Trotsky talvez tenham ido um pouco longe demais quando acusaram-no de menosprezar a aliança entre o proletariado e o campesinato. Em 1907, quando muitos deles nem cogitavam a hipótese de que o proletariado pudesse tomar o poder, era esse o tom de seu discurso:

> Tal como a democracia pequeno-burguesa das cidades se colocou à cabeça da nação revolucionária durante a Grande Revolução Francesa, também o proletariado, essa única democracia revolucionária das nossas cidades, deve encontrar um apoio nas massas camponesas e subir ao poder, se a revolução está no limiar da vitória.[15]

É sempre possível citar passagens nas quais Trotsky nem sequer menciona o campesinato. Também é possível citar passagens nas quais Lênin coloca o proletariado à frente do campesinato. Em 1909, por exemplo, Lênin chegou a sugerir a fórmula *ditadura do campesinato que conduz atrás de si o campesinato*. Embora seja inegável a diferença entre as abordagens leninista e trotskista, vistas num contexto mais amplo, muita coisa as aproxima. A oportunidade e necessidade da revolução, o papel reservado ao proletariado na sua condução, a participação do campesinato, a importância da revolução internacional: tudo isso era-lhes comum. Não se deve, porém confundí-las.

Adolf Ioffé, revolucionário que se dedicou inteiramente à causa comunista, numa carta endereçada a Trotsky, comenta ter ouvido frequentes vezes Lênin reconhecer a exatidão de seus pontos de vista. A circunstância na qual foi redigida — véspera do dia em que o autor cometeu suicídio — confere à carta uma aura de veracidade: "à hora da morte não se mente", escreveu Ioffé. Apesar de seu poder persuasivo, esta carta não pode ser considerada um argumento decisivo. Nos artigos escritos por Lênin, o autor nunca sugeriu uma mudança de posição ou o reconhecimento da exatidão da tese trotskista. Ao contrário, Lênin sempre menciona a exatidão de suas próprias conclusões e remete o leitor aos seus textos de 1905.

A REVOLUÇÃO INTERNACIONAL

Vimos que tanto Lênin quanto Trotsky, apesar das diferenças, condicionavam a vitória da revolução socialista à revolução internacional. Essa condição não se devia exclusivamente ao fato de que a sociedade socialista só era concebível no plano mundial. Devia-se igualmente ao fato de que as forças produtivas de então só haviam se desenvolvido a um nível compatível com a produção socialista nos países capitalistas ocidentais. Sempre que questionados sobre a maturidade das condições materiais para o socialismo, os marxistas geralmente saem-se com dois tipos de respostas: se militam num país atrasado, respondem que a base material no seu país não está madura para a construção do socialismo, mas a base material no plano mundial está; se militam num país desenvolvido, respondem que o mundo de outrora não estava maduro para o socialismo, mas o de agora está. O desenvolvimento passado do capitalismo é quase sempre superestimado e o desenvolvimento futuro é quase sempre subestimado. Com freqüência, ouve-se dizer que as forças produtivas atingiram o máximo desenvolvimento possível no contexto capitalista e que, a partir daí, transformar-se-iam em forças destrutivas.

Ignoremos o colossal desenvolvimento capitalista das últimas décadas e suponhamos que o Ocidente em 1920 estava realmente maduro para o socialismo. Lênin e Trotsky condicionavam a vitória da revolução russa à erupção do movimento revolucionário ocidental mas, além disso, supunham que esta erupção seria um desdobramento provável daquela revolução. Quanto Kautsky perguntou o que fazia os bolcheviques acreditarem nisso, as respostas, quase sempre, continham o mesmo denominador comum: o *imperialismo*. O sistema financeiro internacional, as guerras mundiais, as lutas anti-colonialistas, tudo isso fazia-os acreditar que, rompido um elo da cadeia imperialista, ainda que o mais fraco, os demais se romperiam sucessivamente.

Mas a própria teoria leninista do imperialismo oferece elementos que comprometem a suposição de que a revolução internacional era inevitável, ou mesmo provável. Em primeiro lugar, tomemos o comportamento da maioria dos marxistas no Ocidente, frente à participação dos seus países na Primeira Guerra Mundial: o seu apoio demonstrava a divisão do

proletariado mundial em torno de interesses nacionais. Se o oportunismo era forte entre os marxistas, supostamente a camada mais conscientizada da população, o que fazia os bolcheviques acreditarem na solidariedade do proletariado ocidental à revolução socialista? Aparentemente Lênin confiava na capacidade de agitação de uma minoria marxista que se mantinha fiel ao princípio do internacionalismo. Em segundo lugar, Lênin reconheceu que algumas camadas do proletariado eram subornadas com parte dos lucros monopolísticos apurados pelos cartéis. Isto poderia sugerir uma tendência de longo alcance no sentido da colaboração de classes e não no da luta de classes, pelo menos nos países imperialistas. Para Lênin, porém, estas camadas proletárias privilegiadas (aburguesadas) não chegavam a constituir uma parcela significativa da classe operária. O porquê do contínuo crescimento do oportunismo no seio do movimento operário ficava sem uma explicação conveniente. Se a parcela privilegiada era pequena, ficava difícil explicar como o impacto político do imperialismo europeu assumiu dimensões tão importantes. Herbert Marcuse tem razão quando afirma que:

> A parte *colaboracionista* do proletariado era quantitativa e qualitativamente diferente de uma pequena camada que havia sido corrompida pelo capital monopolista e que o Partido Social-Democrata e a burocracia sindicalista eram algo mais que *traidores:* sua política refletia de forma bastante exata as condições econômicas e sociais da maioria das classes trabalhadoras organizadas dos países industrializados.[16]

Porém, se a camada privilegiada era muito maior do que Lênin supunha, os próprios fundamentos econômicos da teoria do imperialismo precisam ser revistos. Se o fundo de suborno do proletariado é constituído por parte dos lucros monopolísticos de alguns setores industriais cartelizados, não faz sentido considerá-lo muito grande. Vejamos por quê. Os cartéis são formados, evidentemente, para beneficiar os capitalistas que os compõem, não os trabalhadores por eles comandados. O suborno é um desdobramento político. Como vimos, a constituição do cartel, por si só, não afeta a taxa de mais valia social.

Esta última só pode ser alterada em favor do capital pelo prolongamento da jornada, pela intensificação do ritmo de trabalho ou pelo barateamento do custo de reprodução da mercadoria força de trabalho. A cartelização tem o simples efeito de canalizar parte da mais valia produzida nos setores não cartelizados para os setores cartelizados da economia. Com isso, passam a existir taxas diferenciadas de lucro, a taxa de lucro dos cartéis e a taxa de lucro médio comprimida da economia concorrencial. Se, porém, a massa de mais valia é a mesma, isto implica que a diferenciação de taxas de lucro só existirá na medida em que existam setores cartelizados e não cartelizados, ou, noutras palavras, a taxa de lucro de monopólio é tanto maior, relativamente à taxa de lucro médio da economia concorrencial, quanto menor o grau de cartelização da economia como um todo. À medida que o processo de cartelização avança, à medida que ele se apodera dos setores mais importantes da economia, é claro que a diferenciação das taxas de lucro só pode perder importância. Como, porém, o padrão de vida da classe trabalhadora melhorou à medida que o processo de cartelização avançou, a menos que se considere uma drástica queda da taxa de mais valia (que não ocorreu), a explicação do fenômeno tem que estar em algum outro lugar. A questão fica ainda mais obscura se se adota o tratamento dado por Lênin à questão tecnológica na fase imperialista.

> Na medida em que se fixam preços monopolistas — diz Lênin —, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico... Naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultra-imperialismo é um absurdo). Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implementando aperfeiçoamentos técnicos, atua a favor das modificações. Mas a *tendência* [grifo de Lênin] para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e em certos ramos

da industria e em certos países há períodos em que consegue impor-se. O monopólio da posse de colônias particularmente vastas, ricas ou favoravelmente situadas atua no mesmo sentido.[17]

Se existe a tendência para a estagnação tecnológica na fase imperialista, elimina-se a fonte de produção de mais valia relativa, isto é, elimina-se uma possível explicação para a elevação do padrão de vida da classe trabalhadora. Na economia marxista, o padrão de vida da classe trabalhadora é determinado por três fatores: em primeiro lugar, por fatores sociais, morais e históricos; em segundo lugar, pela relação de forças entre o proletariado e a burguesia; em terceiro lugar, pela necessidade interna da acumulação de capital de reduzir a parte paga do dia de trabalho através do barateamento do custo de reprodução da força de trabalho, ou seja, através do progresso técnico. É perfeitamente concebível visualizar uma situação na qual as crescentes pressões do movimento sindical por um padrão de vida superior estimulasse o processo de inovação tecnológica de forma a neutralizar os efeitos do acirramento da luta de classes. Assim, o padrão de vida da classe trabalhadora poderia ser melhorado (em termos de valores de uso) sem que isso significasse uma modificação na proporção entre trabalho pago e trabalho não-pago. O modelo leninista, contudo, pregando a estagnação tecnológica inerente ao monopólio, afasta esta possibilidade.

Consideremos agora a questão tecnológica do ponto de vista das relações internacionais. Lenin dizia que a exportação de capital poderia, até certo ponto, acarretar a estagnação econômica das economias capitalistas desenvolvidas embora, de outro lado, acelerasse o desenvolvimento capitalista das regiões atrasadas. Lênin observou ainda que, apesar do nivelamento do mundo capitalista imperialista, o desenvolvimento necessariamente desigual que as nações experimentaram acarretaria a necessidade de repartilha do mercado mundial que assumiria, esporadicamente, a forma de guerras imperialistas, criando-se, desta forma, uma situação revolucionária em escala mundial. Se for adotada a tese, porém, de que a cartelização e a exportação de capital acarretam a estagnação econômica e tecnológica, não há motivo para enfatizar o desenvolvimento desigual das nações. É justamente o dinamismo econômico e tecnológico que provoca o fenômeno do desenvolvimento desigual. Aliás, este é um dos motivos pelos quais, apesar

da exportação de capitais, a distância que separa o mundo desenvolvido do mundo subdesenvolvido não diminui, quando não aumenta. Se se assume a hipótese da estagnação, o desenvolvimento dos diferentes países respeitaria cada vez mais os mesmos padrões e o mesmo ritmo.

A questão tecnológica é o pecado original de todas as teorias do imperialismo, não só da leninista. Realmente, o processo de concentração de capital conduziu a uma situação em que a quase totalidade do capital estava nas mãos de uns poucos. Ao mesmo tempo, porém, observou-se um vertiginoso crescimento do movimento sindical disposto a reinvidicar um melhor padrão de vida para a classe trabalhadora. O operário queria uma vida mais digna, queria ter à sua disposição mais valores de uso. A luta entre capital e trabalho se aguçava e o primeiro, naturalmente, teve que fazer concessões ao último. Do ponto de vista econômico havia um estímulo adicional aos investimentos em progresso técnico. Isto porque ele permitia que se mantivesse intacta a taxa de mais valia (podendo inclusive aumentá-la) ao mesmo tempo em que proporcionava uma melhora do poder de compra do salário *medido em valores de uso*. Recursos suficientes para tais investimentos existiam e, melhor do que isso, concentrados em poucas mãos.O resultado foi o alargamento do espaço de negociação entre capital e trabalho e a conseqüente melhoria do padrão de vida de camadas cada vez maiores da classe trabalhadora.

O marxismo soviético poderia recusar as óbvias conclusões de uma tal explicação sobre a neutralização do potencial revolucionário do Ocidente. Diria que todo este movimento não poderia se sustentar no longo prazo. Cedo ou tarde, as contradições inerentes ao modo capitalista de produção se manifestariam e todos os benefícios porventura conquistados pela classe trabalhadora seriam varridos e a revolução no Ocidente, então, irromperia. Não havia motivo, portanto, para retardar o movimento revolucionário socialista no Oriente. Todavia, como observa Marcuse, o marxismo soviético desconsiderou a hipótese de que a revolução russa trouxesse conseqüências muito mais profundas, mas num sentido inverso daquele imaginado:

> Essa interpretação não previu a possibilidade, logo concretizada, de que uma base internacional se materializasse. Sobre essa base,

a sociedade ocidental criou suas novas instituições políticas e econômicas. A catastrófica violência, a destruição física e cultural sem precedentes e o inigualável crescimento da produtividade técnica que caracterizam o período posterior a 1918 correspondem a extensão da tarefa. Era a própria estrutura da civilização vigente que estava sendo ameaçada e que tinha de ser reafirmada contra uma outra civilização que lhe desafiava. O potencial tecnológico e político desenvolvido nesta luta logo demonstrou que ajustamentos menores não seriam suficientes para enfrentar-se o desafio. A necessidade de mobilização total de todas as forças materiais e mentais requeria a abolição do *laissez-faire* econômico e cultural, o controle metódico do processo político e o reagrupamento nacional sob a hierarquia real do poder econômico — este último às expensas das caras soberanias tradicionais. O interesse maior da sociedade ocidental, encarada como um todo, modificou os interesses nacionais e de classes: os partidos nacionais se alinhavam com as forças políticas e econômicas internacionais. O trabalhismo não constituiu exceção e, finalmente, a social-democracia tornou-se parte do Ocidente, e o comunismo fixou-se no Oriente. Para o marxismo, o mundo capitalista nunca havia chegado tão perto do temível espectro do *cartel geral*, que substituia a anarquia da produção e distribuição capitalistas pelo planejamento ultra-imperialista. E foi o próprio progresso do sistema soviético que havia promovido a realização dessa possibilidade tão temida.[18]

O impacto da revolução russa não foi o despertar da revolução internacional. O capitalismo, que já estava passando por um processo de transformação acelerada, viu-se submetido a incursões reformistas e reacomodações institucionais. O Estado, sem dúvida, foi a instituição que sofreu a mais radical metamorfose. Quando a luta de classes se tornou o principal fator de distribuição do produto social, foi preciso criar um mecanismo que permitisse a um sistema anárquico de produção repartir o peso das inevitáveis concessões que se fariam, de forma que os sacrifícios fossem suportados equitativamente por cada capital individualmente considerado. Muitas vezes as reinvidicações recairam sobre o próprio Estado, que

assumiu os investimentos cujos retornos não eram convidativos à iniciativa privada. Paralelamente, a magnitude dos investimentos privados e a complexidade da tecnologia moderna exigiram um mínimo de planejamento e a criação de um amplo sistema educacional que fornecesse mão-de-obra habilitada a gerenciar as grandes corporações e o moderno aparato estatal. A dívida pública, instrumento muito utilizado no período de acumulação primitiva de capital, ressurgiu, agora como um poderoso mecanismo de absorção das novas necessidades e demandas, desempenhando um papel "saneador". Do ponto de vista ideológico, a revolução keynesiana cumpriu a tarefa fundamental de conformar a super-estrutura às exigências do momento. Keynes, intelectual orgânico da burguesia esclarecida, deu, sem dúvida, o último passo para a vitória final do pensamento reformista no Ocidente.

Se, contudo, o progresso do sistema soviético acarretou tal ordem de transformações nas instituições ocidentais, cabe-nos perguntar qual foi o impacto do conseqüente arrefecimento do movimento revolucionário ocidental sobre as instituições soviéticas.

Marx e o anarquismo

Antes mesmo da Revolução de Outubro, a questão do Estado foi retomada pelo marxismo soviético. Segundo Lênin, a guerra imperialista havia acelerado e acentuado o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. Então, ganhava terreno a idéia de que o Estado havia se transformado de uma instituição de domínio de classe em uma instituição de conciliação de classe. Lênin achou por bem avaliar a discussão diante da evolução do pensamento de Marx acerca do Estado. Em *O Estado e a Revolução*, Lênin expôs, didaticamente, esta evolução, desde a polêmica de Marx contra os anarquistas.

Para Marx e Engels, o "Estado não é um poder imposto de fora à sociedade, tão pouco é a realidade da idéia moral, a imagem e a realidade da razão, como afirmava Hegel". "Antes, é a admissão de que essa sociedade se envolveu numa contradição consigo mesma, se cindiu em contrários irreconciliáveis que ela é impotente para banir". O Estado, justamente, "nasceu da necessidade de conter os antagonismos de classe e como ele,

ao mesmo tempo, nasceu no meio do conflito entre as classes, ele é o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, a qual, por meio dele se torna também a classe politicamente dominante, e assim adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida".[19]

Houve sociedades comunistas primitivas que passaram sem o Estado, dada a não existência de antagonismos de classe. No processo de produção material, a divisão do trabalho, a conseqüente divisão da sociedade em classes e o final aparecimento do Estado como expressão do conflito entre as classes foram determinadas pelas necessidades de incremento das forças produtivas. Atingiu-se um nível de desenvolvimento, porém, em que a divisão do trabalho, as classes sociais e o Estado deixaram de cumprir o papel positivo de promotores do progresso material e transformaram-se em obstáculo à produção. Era, portanto, perfeitamente concebível imaginar uma sociedade futura de produtores livremente associados na qual o Estado não existiria. Nestas circunstâncias, a extinção do Estado seria mais do que um desdobramento lógico, seria uma necessidade imperativa.

> A classe operária — escreve Marx em *A Miséria da Filosofia* — substituirá, no curso do desenvolvimento, a velha sociedade burguesa por uma associação que exclui as classes e o seu antagonismo, e deixará de haver um autêntico poder político, pois precisamente o poder político é a expressão oficial de antagonismo de classes no seio da sociedade burguesa.

Os socialistas de maneira geral, marxistas e anarquistas, concordam que o Estado desaparecerá como consequência de uma revolução social. As divergências surgem quando se discute a forma pela qual se atingirá este objetivo. Os anarquistas defendem sua simples abolição. Se o Estado é a expressão dos antagonismos de classe, se é o instrumento de opressão de uma classe por outra, cabe ao proletariado insurreto, que almeja uma sociedade livre, simplesmente aboli-lo. Marx discorda desta proposição. É possível verificar uma evolução do seu pensamento, do *Manifesto Comunista* até as proposições mais amadurecidas de *A Guerra Civil na França*. Ao longo desta jornada, porém, Marx jamais nega a necessidade de que a classe trabalhadora, depois da revolução, mantenha o poder de Estado em

suas mãos, sem o qual não conseguirá cumprir as tarefas que a própria revolução lhe impõe.

O que distingue o socialismo científico de todo socialismo anterior é a percepção de que um modo de produção é produto de contradições inerentes ao modo de produção precedente. Isto implica conceber o processo revolucionário considerando as reais condições existentes.

> Quando a luta política da classe operária — escreve Marx, troçando dos anarquistas e da sua rejeição da política — assume força revolucionária, quando os operários substituem a ditadura da burguesia pela ditadura revolucionária, cometem o crime horrível de lesar os princípios, pois, para satisfazerem as suas tristes necessidades profanas do dia-a-dia, para quebrarem a resistência da burguesia, dão ao Estado uma forma revolucionária e transitória em vez de deporem as armas e abolirem o Estado.[20]

Marx, já se disse, não se opunha à idéia de que o Estado desaparecesse com o desaparecimento das classes sociais. Para ele, contudo, o erro dos anarquistas estava em pregar a abolição do Estado antes que fossem abolidas as relações sociais que lhe deram origem. A abolição destas relações sociais exige que o proletariado se utilize da violência organizada, isto é, do Estado, para quebrar a resistência da burguesia, criando assim as condições para o desaparecimento das classes e da expressão política de seus antagonismos. Este raciocínio conduz Marx a assumir uma postura francamente estatista, que pode ser expressa pela seguinte passagem extraída do *Manifesto Comunista*:

> O proletariado usará seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a totalidade das forças produtivas.

Lênin justifica esta postura argumentando que no *Manifesto* pretende-se fazer um balanço da História no qual o Estado é visto como órgão

de dominação de classe. Conclui-se, logicamente, que o proletariado não pode operar as transformações sociais sem derrubar a burguesia através da conquista do poder político, apoderando-se do Estado e transformando-se em classe politicamente dominante para criar as condições sociais nas quais todo o poder político seja desnecessário e impossível e o Estado comece a extinguir-se. Se é certo que o proletariado precisa de um organismo de coerção, da violência organizada do Estado contra a burguesia, resta saber se é concebível a utilização pelo proletariado da máquina que a burguesia criou para si própria com o objetivo de reprimí-lo. Para Marx e Engels a experiência da "Comuna demonstrou principalmente que não basta que a classe operária se apodere da máquina do Estado existente para fazê-la servir a seus próprios fins". Lênin sugere que esta concepção que ganha campo depois da Comuna de Paris, já vinha amadurecendo desde a análise da revolução de 1848 na França. No *18 Brumário* se lê: "todas as revoluções aperfeiçoaram esta máquina [o Estado] em vez de a quebrarem." Em *Socialismo Utópico e Socialismo Científico*, Engels coloca o problema nos seguintes termos:

> O proletariado toma em suas mãos o poder de Estado e principia por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas nesse mesmo ato, destrói a si próprio como proletariado, destruindo toda diferença e todo antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal... O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade, a posse dos meios de produção em nome da sociedade, é ao mesmo tempo o seu último ato independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tonar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será abolido, extingue-se.

A interpretação de Lênin desta passagem é digna de nota. Num primeiro momento, Engels diz que o proletariado, uma vez no poder, converte os meios de produção em propriedade do Estado e com isso destrói o Estado

enquanto tal. Em seguida, diz que a intervenção estatal nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após o outro: o Estado extingue-se. Em primeiro lugar, a passagem nos transmite a idéia de ruptura (destruição do Estado enquanto tal) e, a seguir, a idéia de gradualismo (extinção do Estado). O que se destrói quando da tomada do poder pelo proletariado é o Estado burguês; suprime-se a máquina criada pela burguesia para oprimir o proletariado. O proletariado substitui, por via revolucionária, a velha máquina estatal por uma compatível com a consecução dos seus próprios interesses, um Estado operário. O novo Estado, na medida em que cumpre as tarefas do período de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista, já não é um Estado, mas um Estado posto como não-Estado, um Estado em extinção.

Depois da experiência da Comuna de Paris, a forma deste Estado operário ganha contornos mais claros. Para Marx, até que se consiga a completa supressão da burguesia enquanto classe, a transição da sociedade capitalista para a comunista é marcada por um período de acirramento da luta de classes. A supressão da burguesia exige que o proletariado se utilize de um instrumento de coação, porém organizado de uma maneira nova. O Estado burguês, isto é, o Estado organizado na forma de ditadura burguesa contra o proletariado deve ser substituído pelo Estado operário, isto é, o Estado organizado na forma de ditadura do proletariado contra a burguesia. O Estado, como antes, continua a ser um organismo de repressão de uma classe por outra, continua a expressar, agora mais do que nunca, o antagonismo de classes. Mas, pela primeira vez, é a organização da repressão da maioria contra a minoria. Se é, pois, a maioria que exerce a ditadura (o que significa a mais ampla democracia), não existe mais a necessidade de uma força especial, uma força à parte, que pratique a repressão e, portanto, a polícia e o exército permanente podem e devem ser substituídos pelo povo em armas.

Em segundo lugar, ainda que não seja possível dispensar a administração e subordinação, deve-se quebrar a máquina burocrática e substituí-la por uma outra, nova, que enseje a gradual extinção de todo o funcionalismo. "Organizaremos a grande produção — diz Lênin — partindo do que foi criado pelo capitalismo, nós próprios, os operários, apoiando-nos na nossa experiência operária, criando uma disciplina rigorosíssima, de fer-

ro, apoiado pelo poder de Estado dos operários armados, reduziremos os funcionários públicos ao papel de simples executantes das novas diretivas, de 'capatazes e contabilistas' (naturalmente técnicos de todos os gêneros e níveis) responsáveis, amovíveis e modestamente pagos".[21]

Em terceiro lugar, substitui-se o parlamentarismo burguês por instituições nas quais os representantes trabalhem, executem as leis que promulgam e respondam diretamente perante seus eleitores. Naturalmente, a superação do parlamentarismo não exige a supressão da representatividade e da elegibilidade. Trata-se de transformar as instâncias representativas comunais em instituições de trabalho cujos membros são eleitos por sufrágio universal, mas são amovíveis a qualquer momento.

> Em vez de decidir, de três em três anos ou de seis em seis, que membro da classe dominante havia de representar e reprimir o povo no parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em comunas como o voto individual serve a todos os outros patrões para escolherem operários, capatazes e contabilistas em seus negócios.[22]

Por fim, deve-se organizar a unidade nacional através da constituição comunal, destruindo-se o aparato militar e burocrático estatal "que se faz passar pela encarnação desta unidade, mas quer ser independente e superior à nação" e substituindo-o por um centralismo consciente e democrático.

A economia do período de transição também difere, significativamente, da economia capitalista. Abolida a propriedade privada dos meios de produção, os mesmos passam a pertencer a toda a sociedade. O capital, enquanto relação social, deixa de existir, pois desaparecem seus pressupostos: o trabalhador dissociado dos instrumentos de trabalho. Agora, a sociedade possui como um todo a totalidade dos instrumentos de trabalho. Cada membro da sociedade realiza uma parte do trabalho social necessário e recebe dela um cupom atestando a quantidade de trabalho que forneceu. Este cupom distingue-se da moeda pelo fato de não circular. De posse destes cupons, o trabalhador dirige-se ao armazém público e os troca por uma quantidade correspondente de artigos de consumo. Estes artigos que recebe em troca não têm a si incorporada, como pensou Lassale,

a mesma quantidade de trabalho oferecida pelo trabalhador ou, noutras palavras, o operário não recebe o produto integral ou não-reduzido do trabalho. Marx ensina que de todo trabalho social é preciso descontar uma parte que constitui um fundo de reserva, com o qual amplia-se a produção, repõem-se as máquinas depreciadas no processo de produção, custeia-se a administração das escolas, hospitais, asilos etc. Porém, descontada a parcela destinada ao fundo social, pode-se dizer que cada operário recebe da sociedade o quanto lhe deu.

No período de transição reina aparente igualdade, já que cada um tem iguais direitos ao produto igual do trabalho. Marx, contudo, lembra que numa sociedade na qual os indivíduos gozam de direitos iguais, de fato, reina ainda, a desigualdade.

> Este direito igual continua trazendo implícita uma limitação burguesa. O direito dos produtores é proporcional ao trabalho que prestou; a igualdade, aqui, consiste em que é medida pelo mesmo critério: o trabalho. Mas, alguns indivíduos são superiores, física e intelectualmente, a outros e, pois, ao mesmo tempo, prestam mais trabalho, ou podem trabalhar mais tempo; e o trabalho, para servir de medida, tem que ser determinado quanto à duração ou intensidade: de outro modo, deixa de ser uma medida. Este direito igual é um direito igual para trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque aqui cada indivíduo não é mais do que um operário como os demais; mas reconhece, tacitamente, como outros tantos privilégios naturais, as desiguais aptidões dos indivíduos e, por conseguinte, a desigual capacidade de rendimento. No fundo é, portanto, como todo o direito, o direito da desigualdade.[23]

Este período, no qual os indivíduos ainda recebem de acordo com sua capacidade de trabalho e não de acordo com suas necessidades, é absolutamente necessário na construção do comunismo. Trata-se de construir a sociedade comunista não como se ela pudesse se desenvolver a partir de suas próprias bases, mas reconhecendo que ela provém da sociedade capitalista e, como tal, na primeira fase, ou fase inferior do comunismo, traz

rancá-los da submissão aos capitalistas, cortar os laços que os subordinavam aos interesses capitalistas e submetê-los ao poder comunal. Lênin nunca perdia de vista que a construção do socialismo devia se basear nas conquistas da era capitalista.

Por outro lado, Lênin criticava a idéia reformista de que o capitalismo monopolista de Estado não era capitalismo, na acepção do termo, que já podia ser considerado um socialismo de Estado ou coisa assim. Em primeiro lugar, Lênin afirmava que os cartéis não poderiam fazer uma planificação completa da economia. Em segundo lugar, a planificação que faziam atendia aos interesses do capital e, portanto, a sociedade não havia cruzado as fronteiras do mundo burguês. Contudo, essa nova fase na qual o capitalismo se encontrava sinalizava a proximidade do socialismo, sugeria a facilidade e a urgência da revolução socialista e não, como pensavam os reformistas, as possibilidades futuras do capitalismo e a negação da revolução.

> Se uma grande empresa capitalista se torna um monopólio de Estado — conclui Lênin —, o Estado dirige a empresa ou no interesse dos latifundiários e dos capitalistas, e então teremos um Estado não-democrático-revolucionário, mas burocrático-reacionário, uma república imperialista; ou no interesse da democracia revolucionária, então isto é precisamente um passo para o socialismo. Pois o socialismo não é outra coisa senão o passo em frente seguinte a partir do monopólio capitalista de Estado. Ou de outro modo: o socialismo não é outra coisa senão o monopólio capitalista de Estado usado em proveito de todo o povo e que, nesta medida, deixou de ser um monopólio capitalista.[25]

A questão da democracia — segundo ponto de apoio da doutrina reformista — foi suscitado pela publicação de *A ditadura do proletariado*, de Karl Kautsky. Neste livro, Kautsky sugere que o termo ditadura significa supressão da democracia ou poder pessoal de uma só pessoa, não subordinada a nenhuma lei senão às suas próprias. Acrescenta que a ditadura difere do despotismo porque, no primeiro caso, o poder pessoal é transitório e circunstancial e, no segundo, durável e estrutural. Dadas tais noções, Kau-

tsky conclui que Marx, ao referir-se à ditadura do proletariado, não poderia estar usando a palavra ditadura no seu sentido literal. Como prova, menciona o fato de Marx ter concebido a idéia de uma transição pacífica, por via democrática, para o socialismo, ao menos na Inglaterra e na América.

Lênin recusa toda esta argumentação. Para ele, a democracia é uma forma de Estado e como tal a aplicação sistemática e organizada da violência sobre as pessoas. Por outro lado, esta forma de organização do Estado reconhece formalmente a igualdade entre os cidadãos e admite, em princípio, que todos determinem sua direção. Por isso o marxismo, ainda que declare tanto uma monarquia reacionária quanto uma república democrática formas estatais de repressão de uma classe por outra, não comete o erro anarquista de ser indiferente a qualquer delas. Uma forma mais livre e aberta de luta de classes facilita demasiadamente a luta das classes oprimidas. Num certo estágio do desenvolvimento democrático, a classe operária pode organizar-se revolucionariamente contra o capitalismo, quebrar definitivamente a máquina do Estado burguês e substituí-la por uma ainda mais democrática — mas ainda uma máquina de Estado, ainda uma máquina de repressão.

Segundo Lênin, a ditadura do proletariado não significa, em hipótese alguma, a supressão da democracia para a classe que exerce a ditadura sobre as outras classes — para o proletariado. Significa, necessariamente, a supressão da democracia para a classe sobre a qual a ditadura é exercida — para a burguesia. Mais isso quer dizer que a ditadura será exercida pela maioria contra a minoria e que, portanto, a sociedade gozará do mais alto grau de democracia. Nisto reside a saída do quadro da sociedade burguesa.

Não obstante, não se deve esquecer que "a supressão do Estado é também a superação da democracia, que a extinção do Estado é a extinção da democracia". Isto porque "a democracia não é idêntica à subordinação da minoria à maioria. A democracia é um *Estado* que reconhece a subordinação da minoria à maioria, isto é, uma organização para exercer a *violência* sistemática de uma classe sobre outra, de uma parte da população sobre outra ... o objetivo final é a supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda a violência sobre os homens em geral...

[porque no comunismo] os homens se *habituarão* a observar as condições elementares da convivência social sem violência e sem subordinação".[26]

A democracia burguesa é uma forma de Estado e, portanto, uma forma de ditadura — a ditadura burguesa sobre o proletariado. Quando o proletariado toma o poder, substitui a democracia burguesa pela democracia operária, isto é, substitui a ditadura da burguesia pela sua própria ditadura, pela ditadura do proletariado. Ao fazê-lo, amplia o grau de democracia, estende-o ao seu limite máximo, porque ainda que a democracia operária seja uma forma de Estado e, portanto, uma ditadura, trata-se da ditadura da maioria sobre a minoria. Esse passo significa não só a saída do quadro da sociedade burguesa, mas um passo na direção da extinção do Estado e, portanto, na direção da supressão da democracia. A democracia pura não existe enquanto existirem classes sociais; mas quando as classes deixam de existir, o Estado é impossível, a democracia é impossível.

A luta contra o reformismo foi ganha no Oriente. Porém, pelas mesmas razões que determinaram a transformação das instituições políticas ocidentais, o reformismo, ao contrário do anarquismo ou do marxismo soviético, prosperou no Ocidente. Na verdade, o reformismo foi causa e conseqüência do processo de imunização revolucionária no Ocidente. No seu limite, a doutrina reformista implicou um determinismo ainda mais rígido que aquele pregado por Marx e Engels. Como observou Marcuse, o fator subjetivo foi objetivado às expensas de seu conteúdo e de seu intento revolucionário: o proletariado se deslocaria — e com ele toda a sociedade — em direção ao socialismo, sob o comando de leis objetivas, sendo estas também válidas para a liderança".[27] Diz a máxima bernsteiniana: "o movimento é tudo para mim e o que é habitualmente chamado 'objetivo final do socialismo' não significa nada". A burguesia esclarecida, que posteriormente adotou a política de reforma proposta pelo keynesianismo, encontrou pavimentado o caminho da conciliação de classes. A confluência destas tendências acabou por criar uma poderosa base de sustentação social-democrata no Ocidente.

O Estado soviético e a revolução internacional

O processo de imunização revolucionária sofrido pelo Ocidente teve importantes reflexos na teoria e prática do Estado soviético. No período

imediatamente pós-revolucionário, tudo caminhava bem. A atividade inovadora das massas populares tinha criado um aparelho do tipo da Comuna, os sovietes, com o qual foi-lhes possível manter o poder político ao mesmo tempo em que destruiam a velha máquina estatal. A criação dos sovietes foi um movimento anterior, preparatório da revolução. Sem eles, sem uma máquina adequada aos seus interesses de classe, o proletariado não conseguiria conservar o poder; sucumbiria sob as pressões das forças reacionárias. Segundo Lênin, foram estas as vantagens do poder soviético:

> Os sovietes são um novo aparelho de Estado que, em primeiro lugar, proporciona a força armada dos operários e camponeses, e esta força não está, como a força do velho exército permanente, separada do povo, mas ligada a ele do modo mais estrito; no aspecto militar esta força é incomparavelmente mais poderosa do que as anteriores; no aspecto revolucionário não pode ser substituída por qualquer outra. Em segundo lugar, este aparelho proporciona uma ligação tão estreita, indissolúvel, com as massas, com a maioria do povo, facilmente controlável e renovável, que não há absolutamente nada de semelhante no aparelho de Estado anterior. Em terceiro lugar, este aparelho, em virtude da elegibilidade e amovibilidade de sua composição pela vontade do povo, sem formalidades burocráticas, é muito mais democrático que os aparelhos anteriores. Em quarto lugar, proporciona uma forma de organização de vanguarda, isto é, da parte mais consciente, mais enérgica, mais avançada das classes oprimidas, dos operários e camponeses, sendo deste modo um aparelho mediante o qual a vanguarda das classes *oprimidas* pode elevar, educar, instruir e guiar toda a gigantesca massa destas classes, que até então estava completamente fora da vida política, fora da história. Em sexto lugar, proporciona a possibilidade de unir as vantagens do parlamentarismo com as vantagens da democracia imediata e direta, isto é, de unir na pessoa dos representantes eleitos do povo tanto a função legislativa *como a execução das leis*. Em comparação com o parlamentarismo burguês, isto é um passo em frente no desen-

volvimento da democracia que tem uma importância histórica mundial.[28]

Durante a ditadura do proletariado, a correlação entre sovietes, partido e sindicatos se apresenta da seguinte forma: o Estado soviético era o domínio da coação; a ditadura era exercida pelo proletariado através dos sovietes; o partido comunista dos bolcheviques era a vanguarda de proletariado, isto é, seu órgão dirigente; o partido, no seu trabalho de direção, apoiava-se nos sindicatos que, no seu conjunto, formavam um aparelho proletário poderoso, por meio do qual o partido mantinha-se ligado à classe e à massa; os sindicatos eram escolas do comunismo e uma escola preparatória dos operários para o exercício da ditadura; eram reservatórios do poder do Estado.

Nos primeiros momentos da Revolução de Outubro, a tarefa que coube ao Estado Soviético foi, basicamente, a supressão, dentro do país, das classes exploradoras recém-derrubadas. Pôde-se, contudo, observar que, à medida que a revolução internacional tardava, o Estado assumia novas tarefas e sofria um processo de autonomização frente ao controle popular. Antes de mais nada, vejamos como, segundo Lênin, evoluia o movimento revolucionário internacional:

Outubro de 1917: "Encontramo-nos no limiar da revolução proletária mundial";

Março de 1918: "Eles [os operários alemães] atrasaram-se em vir em nosso auxílio. Ganharemos tempo, esperá-los-emos, eles virão em nosso auxílio";

Abril de 1918: "... a revolução.... amadurece com penosa lentidão no Ocidente";

Maio de 1920: "... é mais difícil para a Europa Ocidental do que para nós começar a revolução socialista";

Maio de 1921: "... atualmente a situação internacional é tal que se estabeleceu um certo equilíbrio temporário, instável, mais ainda assim equilíbrio";

Julho de 1921: "O movimento revolucionário cresce com uma força notável entre as centenas de milhões de homens dos povos oprimidos do *Oriente* (*grifo meu, FH*)";

Março de 1923: "Os países capitalistas da Europa Ocidental [comple-

tam] o seu desenvolvimento para o socialismo de uma maneira diferente que esperávamos... não por um processo gradual de amadurecimento neles do socialismo, mas mediante a exploração de uns Estados pelos outros... Temos do nosso lado o inconveniente de que os imperialistas conseguiram cindir todo o mundo em dois campos...".

Lênin, ora esperançoso, ora conformado, manteve-se sempre atento às perspectivas revolucionárias na Europa. Mais tarde, identificou, com notável clareza, as forças que atuavam no Oriente e previu seu despertar para o socialismo. No seu último artigo, reconheceu que o desenvolvimento europeu para o socialismo não caminhava da forma esperada; contava-se, então, com o inconveniente de que o imperialismo cindira o mundo em dois campos. Como superar este inconveniente e quais as conseqüências de um eventual fracasso foram tópicos que Lênin não teve tempo de discutir profundamente.

Não obstante, a leitura dos textos leninistas do período 1917-23 revela as inquietações do autor em garantir a sobrevivência do Estado recém-criado. Pouco antes da revolução, Lênin já havia observado que no caso dos capitalistas serem derrotados num único país — e dado o caráter desigual do processo de amadurecimento das condições revolucionárias nos diversos países, era provável que este fosse o caso — eles continuariam, ainda assim, mais fortes do que os trabalhadores, uma vez que contariam com o suporte das forças internacionais. Realmente, nos primeiros anos da sua existência, o poder soviético foi ameaçado pela luta frenética das forças contra-revolucionárias russas, fortemente apoiadas por forças estrangeiras. O perigo contínuo de intervenções externas, agravado pelo isolamento da revolução russa, justificaram a primeira modificação da teoria do Estado soviético:

> Nós arrebatamos essa máquina aos capitalistas e apropriamo-nos dela. Com esta máquina ou cacete destruiremos toda a exploração e quando não houver *no mundo* a possibilidade de explorar, quando não houver proprietários de terras, proprietários de fábricas, não acontecer que uns se saciam enquanto outros sofrem fome, só quando não houver a possibilidade disto, lançaremos essa máquina para o ferro-velho. Então não haverá Estado, não haverá exploração [*grifo meu, FH*].[29]

O projeto de extinção do Estado foi suspenso em função da existência de um invólucro capitalista hostil ao socialismo. Enquanto, *no mundo*, existissem capitalistas, enquanto a trama de relações internacionais garantisse-lhes superioridade política e militar, o Estado soviético teria de assumir a função de defensor da nova sociedade contra as agressões externas. E, já que o socialismo surgiu num país atrasado, este Estado não só não podia ser um Estado em extinção, mas devia ser um Estado preparado para enfrentar o poderio das nações imperialistas, cujo crescimento sua própria existência ensejava. Como, porém, preparar-se para este enfrentamento? Como poderia a União Soviética, ainda que socorrida por eventuais revoluções socialistas no Oriente, proteger-se dos países capitalistas avançados cujas forças produtivas já haviam atingido um elevado nível de desenvolvimento? Diz Lênin:

> A fim de assegurar a nossa existência até o próximo choque militar entre o Ocidente imperialista contra-revolucionário e o Oriente revolucionário e nacionalista, entre os Estados mais civilizados do mundo e os Estados atrasados à maneira Oriental, os quais, não obstante, constituem a maioria, é preciso que a maioria se consiga *civilizar* [*grifo meu, FH*].[30]

O termo *civilizar-se*, em Lênin, tem um significado amplo e complexo. Se por um lado refere-se à psicologia das massas, aos seus hábitos, sua forma de pensar e de se comportar, por outro refere-se às condições materiais objetivas às quais todos aqueles aspectos sociais subjetivos estão relacionados. Observemos a seguinte passagem:

> A ditadura do proletariado é a guerra mais abnegada e mais implacável da nova classe contra um inimigo mais *poderoso*, contra a burguesia, cuja resistência é duplicada pelo seu derrubamento (ainda que num só país) e cujo poderio reside não só na força do capital internacional, na força e na solidez das relações internacionais da burguesia, mas também na *força do costume, na força da pequena produção* [*grifo meu, FH*].[31]

A dimensão subjetiva (costume) e a dimensão objetiva (pequena produção) estão indissoluvelmente ligadas uma à outra. Não se pode resolver o problema da hostilidade do pequeno produtor às práticas socialistas, não se pode sanear sua psicologia mesquinha, seu espírito não cooperativo, se não se lhe oferece as vantagens da grande produção, a técnica da grande indústria. O comunismo é um sistema no qual a produtividade do trabalho é mais elevada do que no capitalismo. Isto porque os trabalhadores voluntariamente associados lançam mão de uma técnica mais avançada. A base material deste sistema só pode ser a grande indústria mecanizada, capaz, inclusive, de oferecer meios para que se reorganize a agricultura.

As dimensões subjetiva e objetiva encontram-se, também, no tratamento dado ao fenômeno burocrático. Lênin, apesar de sua morte prematura, teve a oportunidade de observar suas primeiras manifestações. Dizia que o burocratismo, na sociedade capitalista, decorria da necessidade de reprimir o movimento revolucionário dos trabalhadores. A burguesia desenvolvia um aparelho burocrático composto de um aparato militar e de um aparato judicial para impedir a prática daqueles que queriam subverter as regras do sistema. Na sociedade soviética, porém, as raízes do burocratismo eram outras : de um lado a fragmentação, a dispersão do pequeno produtor, a sua miséria, a ausência de circulação de mercadorias entre agricultura e a indústria, a ausência de interação entre elas (dimensão objetiva); de outro, a incultura do pequeno produtor, a falta de comunicação, o analfabetismo (dimensão subjetiva).

Do ponto de vista objetivo, a solução do problema da passagem para o socialismo exigia a compreensão das etapas pelas quais a sociedade soviética tinha que passar e que iam da superação das relações pré-capitalistas ainda existentes até o estabelecimento de relações socialistas. Lênin identificava diferentes formações econômico-sociais existentes na Rússia pós-revolucionária. Eram cinco as estruturas observáveis: a economia camponesa, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo. A tarefa consistia em fortalecer as duas últimas estruturas contra a ameaça constante das primeiras. Devemos lembrar que o capitalismo de Estado era, para Lênin, a ante-sala do socialismo e, portanto, uma formação econômica superior às demais. Seu fortalecimento era por ele considerado um passo em frente no processo de transição:

Enquanto a revolução tardar ainda em nascer na Alemanha, a nossa tarefa é aprender com os alemães o capitalismo de Estado, transportá-lo *com todas as forças*, não regatear métodos *ditatoriais* para acelerar a sua transplantação, mais ainda do que Pedro acelerou a transplantação do ocidentalismo para a bárbara Rússia, não se detendo perante meios bárbaros de luta contra a barbárie.[32]

Enfoquemos, agora, o problema da transição sob o ponto de vista subjetivo. Os textos leninistas enfatizam, com certa insistência, a importância da luta prolongada da disciplina proletária contra os elementos da anarquia pequeno-burguesa. Não se tratava simplesmente de eliminar a pequena produção e substituí-la pela grande indústria, tratava-se de erradicar a mentalidade pequeno-burguesa que infestava todo o organismo social. Isto exigia um combate intenso no *front* ideológico, principalmente, contra a intelectualidade burguesa. Para Lênin, o proletariado triunfará não com a ajuda da intelectualidade, mas apesar da sua oposição (pelo menos na maioria dos casos), afastando os intelectuais burgueses incorrigíveis, transformando, reeducando e submetendo os vacilantes, conquistando gradualmente para o seu lado um número cada vez maior deles".[33] Mais tarde, ele acrescenta: ... é impossível expulsar e eliminar a intelectualidade burguesa, é preciso vencê-la, transformá-la, refundi-la, reeducá-la, do mesmo modo que *é necessário reeducar numa luta prolongada, na base da ditadura do proletariado, os próprios proletários* [*grifo meu, FH*], que não se desembaraçam dos seus preconceitos pequeno-burgueses".[34]

Assim, no todo, o processo de transição consistia, por um lado, da utilização de métodos ditatoriais a fim de se apoderar das conquistas econômicas da grande indústria ocidental e, de outro, da reeducação das massas que não rompiam com valores pequeno-burgueses. Só para constatar como esta orientação foi seguida na prática, citemos o caso da delegação de poderes ditatoriais aos dirigentes de fábrica. Alguns bolcheviques resistiram a esta medida por considerá-la lesiva aos princípios da colegialidade e do democratismo que guiavam, então, a atuação do poder soviético. Eis como Lênin lhes responde:

Se não somos anarquistas, devemos aceitar a necessidade do Estado, isto é, a coação para passar do capitalismo ao socialismo. *A forma de coação é determinada pelo grau de desenvolvimento da classe revolucionária dada* [*grifo meu, FH*], a seguir pelas circunstâncias especiais como, por exemplo, a herança de uma guerra longa e reacionária, a seguir pela forma de resistência da burguesia e da pequena burguesia. Por isso, *não existe* absolutamente nenhuma contradição de princípio entre o democratismo soviético (isto é, *socialista*) e a aplicação do poder ditatorial de indivíduos. A diferença entre a ditadura proletária e a burguesa consiste em que a primeira dirige os golpes contra a minoria exploradora no interesse da maioria explorada, e depois que a primeira é exercida — *também através de indivíduos* — não só pelas massas trabalhadoras e exploradas, *mas também por organizações estruturadas de modo a despertar, erguer as massas para uma atividade criadora histórica* [*grifo meu, FH*] (as organizações soviéticas pertencem a este gênero de organizações).[35]

Lênin, então, concluia que era tarefa do Partido, como intérprete das aspirações do proletariado, convencê-lo, pelo caminho da conciliação, a aceitar a disciplina e a subordinação, sem reservas, à vontade do dirigente soviético investido de poderes ditatoriais para comandar a produção.

Vejamos como o problema da estratégia foi colocado, teoricamente, por dois dos mais expressivos intelectuais marxistas: Luckács e Gramsci. O primeiro, em *História e Consciência de Classe*, declara:

Há que não ignorar nunca a distância que separa o próprio nível de consciência dos operários mais revolucionários da verdadeira consciência de classe do proletariado. Este estado de fato também se explica a partir da doutrina marxista da luta de classes e da consciência de classe. *O proletariado só se realiza suprimindo-se, levando até o fim a sua luta de classe e instaurando assim a sociedade sem classes.* A luta por esta sociedade, de que também a ditadura do proletariado é só uma simples fase, não é somente uma luta contra o inimigo exterior, a burguesia, mas, ao mesmo tem-

> po, *uma luta do proletariado contra si próprio*, contra os efeitos devastadores e degradantes do sistema capitalista sobre a sua consciência de classe.[36]

Gramsci, numa carta ao comitê central do PCUS escreve: "... nunca se viu na história que uma classe dominante, em seu conjunto, estivesse em condições de vida inferiores às de determinados elementos da classe dominada e submetida. A história reservou ao proletariado esta contradição inaudita; nesta contradição se acham os maiores perigos para a ditadura do proletariado, especialmente nos países em que o capitalismo não assumiu um grande desenvolvimento nem conseguiu unificar as forças produtivas. É desta contradição... que nasce o espírito corporativo e as estratificações da aristocracia operária. No entanto, o proletariado não pode tornar-se classe dominante se não supera esta contradição com o sacrifício dos interesses corporativos, não pode manter sua hegemonia e sua ditadura se, mesmo dominante, não sacrifica estes interesses imediatos em favor dos interesses gerais e permanentes de classe".[37]

Estes dois programas sugerem que um dos grandes obstáculos à consolidação do poder operário encontrava-se no seio do próprio proletariado. Os efeitos do capitalismo sobre a consciência de classe e a possibilidade do surgimento do espírito corporativo entre os operários poderiam comprometer sua ditadura de classe. Nesse caso, Luckács chega a sugerir que o proletariado lute contra si mesmo, ou seja, estenda sua ditadura à sua própria classe. Evidentemente, esta tarefa só pode ser executada pelos membros mais revolucionários da classe operária, pelos vanguardeiros do proletariado. Este raciocínio, coerente com a tradição leninista, antecipa, em tudo, a posterior transformação do proletariado de sujeito em objeto do processo revolucionário. Apesar disso, pode-se dizer que, ainda sob Lênin, esta estratégia atendeu, de alguma forma, aos verdadeiros apelos das classes trabalhadoras. O poder dos sovietes, a articulação dos sindicatos e a democracia do partido garantiram que, mesmo quando medidas de caráter polêmico eram tomadas — como no caso da delegação de poderes ditatoriais aos dirigentes — elas se mantivessem sob estreito controle da vontade popular. A expressão de Luckács — a luta do proletariado contra si próprio — retrata com relativa fidelidade o seu verdadeiro conteúdo.

Mas o Estado soviético, que na primeira fase da Revolução assumira duas novas tarefas — defender a nação da agressão das forças imperialistas e proporcionar o necessário grau de civilização ao projeto socialista —, estava para sofrer, sob o comando de Stálin, a decisiva transfiguração.

A teoria do socialismo em um só país

A fórmula *socialismo em um só país* contém, implicitamente, a postura que o Estado soviético, sob Stálin, assumiu tanto em termos de política externa, quanto em termos de política interna. A doutrina stalinista, basicamente, afirma que as contradições internas a União Soviética poderiam ser resolvidas pelo papel dirigente do Estado, enquanto as contradições externas só seriam definitivamente resolvidas pelo processo histórico em nível internacional.

O conceito stalinista de *contradições internas* envolve uma série de relações, consideradas, não antagônicas, entre o proletariado e o campesinato, entre camponeses ricos e pobres, entre trabalho manual e intelectual, entre espírito pequeno-burguês e consciência socialista etc. Cabia ao Estado soviético resolver tais contradições, cujas bases, em última instância, encontravam-se no nível de desenvolvimento das forças produtivas.

O conceito stalinista de *contradições externas* refere-se à internacionalização da luta de classes promovida pela própria existência do Estado soviético. Para Marx, deve-se lembrar, a luta de classes assume a forma nacional, embora seu conteúdo seja internacional. A doutrina stalinista, na tentativa de explicar a neutralização do processo revolucionário no Ocidente, isto é, a neutralização da luta de classes, "ajusta" este conceito, deslocando-o do cenário nacional para o internacional. Não só o conteúdo, mas igualmente a forma da luta de classes é agora internacional. O conflito entre o bloco ocidental e o bloco socialista é a simples expressão deste deslocamento.

Vejamos como a doutrina do socialismo em um só país refletiu sobre a política externa soviética. Embora o marxismo soviético jamais tenha abandonado a idéia tradicional de que as contradições inerentes ao capitalismo, inclusive as contradições inter-imperialistas, acabariam por destruí-lo, a política externa soviética admitiu, implicitamente, a contenção do po-

tencial revolucionário do mundo ocidental. Isto ficou absolutamente claro após as sucessivas derrotas das revoluções centro-européias, notadamente na Alemanha em 1923 — não é por acaso que a teoria do socialismo em um só país data de 1924. Tomemos o caso concreto do aparecimento do fascismo. Segundo o marxismo soviético, o capitalismo monopolista, sob o fracasso do movimento revolucionário, lançou o Ocidente, do ponto de vista político, a um estágio anterior ao da revolução democrática. As próprias conquistas da era capitalista, notadamente os direitos democráticos, foram traídos pela burguesia monopolista que organizou e suportou o Estado fascista. Nestas circunstâncias, a orientação stalinista foi significativa. Os partidos comunistas foram incumbidos da tarefa de levar adiante a luta pelas liberdades democráticas e a luta pelas soberanias nacionais, cumprindo um papel outrora reservado à burguesia progressista contra a burguesia reacionária. A estratégia culminou com a adoção, em 1935, da política de frente unida contra o fascismo. Na prática, tal política implicou a adoção de um programa mínimo pelos partidos comunistas cujas reinvidicações não ultrapassavam as fronteiras do Estado burguês-democrático. Herbert Marcuse reporta a "justificativa" stalinista para sua adoção:

> A política da "frente única"... é ditada pelas condições objetivas do "capitalismo organizado", o qual transformou largas porções das classes trabalhadoras em beneficiários da nova prosperidade, fornecendo, assim, uma justificativa para atitudes reformistas e anti-revolucionárias. Se a eficácia da revolução depende de fato da conquista não só da maioria do proletariado, mas também de todo o povo — segundo sempre afirmou o marxismo — então, a estratégia comunista tem de se ajustar às condições nas quais a maioria do proletariado, e do povo em geral, não são revolucionários. E, na medida em que as condições não-revolucionárias pertencem a todo um estágio de desenvolvimento capitalista, a política de frente única é um estratagema fundamental, que não pode ser posto de lado segundo o arbítrio das lideranças.[38]

Tomemos outro caso concreto: a postura stalinista no período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Aqui também observa-se que, a

despeito das declarações em contrário, o marxismo soviético admitia a hipótese de um arrefecimento revolucionário no Ocidente. Em primeiro lugar, as ocupações soviéticas dos territórios dos países vizinhos e a imposição de uma "revolução de fora", desconsiderando o espectro das forças locais, indica que o Estado soviético não só não confiava num processo espontâneo de maturação das condições revolucionárias no Ocidente, mas também que o Estado soviético resolveu não depender do advento das revoluções coloniais para sua preservação. Em segundo lugar, no fim da guerra, os comunistas pareciam estar suficientemente fortalecidos e armados para tentar tomar o poder na França e na Itália. Após algumas tentativas descoordenadas nas quais tiveram de enfrentar as forças aliadas comandadas do exterior, os comunistas dissolveram suas unidades militares e adotaram um programa mínimo de feição democrática.

A reação militar das forças aliadas às operações dos comunistas italianos e franceses, bem como a rapidez com que os países capitalistas reuniram-se, no pós-guerra, em torno de uma política externa de mútua cooperação (Plano Marshall, por exemplo) surpreenderam. Tudo parecia ter-se tornado uma questão de política internacional. Tais circunstâncias exigiram do stalinismo uma espécie de revisão teórica; afinal, a teoria leninista do imperialismo ensinava que no quadro do capitalismo monopolista, as contradições inter-imperialistas eram insuperáveis. A resposta teórica stalinista foi a doutrina dos dois campos. A doutrina não reconhece a unificação das nações imperialistas, nem abandona a noção tradicional de contradições capitalistas, mas, implicitamente, adere à noção de que as contradições entre os campos imperialista e socialista haviam tomado o lugar das contradições inter-imperialistas. Observemos os desdobramentos deste raciocínio:

> O campo "democrático-socialista", liderado pela União Soviética, representa a luta pelos interesses de classe "reais" do proletariado internacional. Como o proletariado ocidental está geograficamente "encerrado dentro do campo imperialista" (embora pertencendo "na realidade, ao campo socialista") — lhe é impossível reivindicar seus interesses "reais", e esta função passa a ser exercida pelo grupo de nações reunidas no campo soviético. O

> conflito entre os interesses reais e imediatos do proletariado, conflito esse que a teoria marxista sempre previu, torna-se agora o conflito entre dois agrupamentos internacionais: o proletariado "externo" dos países atrasados é suposto de assumir, por todo o proletariado, o papel histórico de lutar pelos interesses reais. Com essa mudança de protagonista, mudam também o conteúdo e a estratégia da luta de classes. Esta se transforma numa luta para conquistar novas áreas e novas populações, e questões sociais se transformam em questões políticas. [39]

Desta forma a União Soviética justificava a intervenção nos países europeus orientais. Tratava-se de proporcionar ao proletariado a redenção do jugo do capital. A imposição do modelo soviético refletia, simplesmente, os interesses deste proletariado, incapaz de expressar-se revolucionariamente. Porém, atingido um novo equilíbrio na correlação de forças militares entre os dois blocos, a União Soviética restabelecia imediatamente a política de paz com as potências imperialistas. Retomava a "pausa para respirar", estratégia que ao tempo de Lênin já era considerada um pré-requisito da sobrevivência do Estado soviético. Uma política expansionista aventureira significaria, então, a certeza de um enfrentamento com a nação capitalista mais poderosa: os Estados Unidos. Aliás, a esta altura, os riscos de um combate direto entre os dois blocos eram altos demais para que qualquer das partes adotasse esta estratégia. Assim, observou-se um processo de "regionalização" dos conflitos armados e o cenário europeu foi reservado ao que se passou a chamar Guerra Fria. Mesmo as ocupações por tropas soviéticas da Hungria (1956) e da Tchecoslováquia (1968) têm que ser vistas no contexto em que os dois blocos esforçavam-se para manter o equilíbrio militar. Nos demais continentes, principalmente na Ásia, ao contrário da Europa, o movimento revolucionário desenvolvia-se naturalmente. Neste caso, a política soviética parecia mais seguir do que dirigir o curso dos acontecimentos. Ademais, o proletariado oriental, e mesmo todo o proletariado, só recebiam o apoio soviético se seus interesses não colidissem. Caso contrário, as revoluções coloniais ficavam à mercê de sua própria sorte. O mundo mergulhou num verdadeiro impasse:

> O crescimento da órbita soviética parece sustentar a unidade e estabilidade da "órbita imperialista", na medida em que existe um "inimigo comum" fora do mundo capitalista, inimigo esse cujo poderio crescente e cuja expansão fazem necessária uma "economia permanente de guerra", uma "economia de estado de alerta". *E, no contexto desta economia, as potências imperialistas se unem, ao mesmo tempo em que o progresso tecnológico permite aos países capitalistas mantê-la, sem que se reduza apreciavelmente seu padrão de vida — verificando-se até um aumento deste último [grifo meu, FH]*. O campo socialista não pode quebrar esse impasse sem alterar fundamentalmente sua política — o que, por sua vez, está condicionado a um avanço correspondentemente da sociedade soviética. Tal mudança de política (tendo como objetivo a dissolução da "economia de guerra", sobre a qual, diz-se, fundamentava-se a estabilização capitalista) pressupõe que o Estado soviético tenha atingido um nível de competitividade que lhe permita "afrouxar" sua estratégia intransigente e agressiva. Somente tal afrouxamento, se levado a cabo por longo tempo e sistematicamente, poderia comprometer a estabilização internacional e fazer com que o sistema capitalista voltasse àquela "normalidade" na qual, supõe-se, as contradições internas amadurecerão e, finalmente, explodirão. [40]

Na seção anterior vimos como Lênin enfocava o processo de transição do ponto de vista subjetivo e objetivo. Muito dado a palavras de ordem, resumiu sua doutrina na fórmula: socialismo = poder soviético + eletrificação. O sucesso da transição exigia que o Estado "civilizador", sob a ditadura do proletariado, elevasse o padrão cultural das massas ao mesmo tempo em que promovia a industrialização do país. Sob Stálin, a condição objetiva é super-dimensionada: a necessidade de alcançar e ultrapassar os países capitalistas dá origem ao ressurgimento do pensamento economicista (na verdade, como o contexto é pós-revolucionário, surge um pensamento neo-economicista). O raciocínio é simples: se socialismo = poder soviético + eletrificação, num quadro pós-revolucionário onde já existe o poder soviético, socialismo = eletrificação. Evidentemente, não se per-

gunta se "o processo de eletrificação" pode comprometer a existência do poder soviético, e conseqüentemente, da ditadura do proletariado.

As noções neo-economicistas de Stálin, expostas na obra *Materialismo histórico e materialismo dialético* têm, na verdade, suas raízes teóricas nas proposições de Engels em sua *Dialética da Natureza*. Neste livro, Engels tenta integrar conceitos do materialismo histórico à filosofia da natureza. Sugere que o marxismo formulou leis dialéticas que podem ser aplicadas para obter uma explicação tanto dos processos sociais quanto dos processos naturais. Como observa Marcuse, em termos da dialética hegeliana ou da dialética marxista, esses princípios nem chegam a ser verdadeiros ou falsos, são apenas cascas vazias. Hegel pode desenvolver os princípios da dialética por meio da universalidade, como uma ciência da lógica, porque, para ele, a estrutura e o movimento do ser eram como a estrutura e o movimento do "conceito", e alcançavam sua verdade na Idéia Absoluta. Todavia, a teoria marxista, que rejeita a interpretação que Hegel dava ao ser em termos da Idéia, não pode mais desdobrar a dialética como lógica: seu Logos é a realidade histórica, e a sua universalidade é a universalidade da história.[41] Assim, a dialética marxista inclui a natureza, mas só na medida em que ela integra a realidade histórica. Quando a natureza é investigada abstraindo-se esta dimensão, ela está fora da perspectiva da dialética marxista.

Os princípios enumerados em *Materialismo histórico e materialismo dialético* são paráfrases das proposições de Engels. Stálin transforma a dialética num modo de encarar o mundo. Conseqüentemente, não só promove a divisão do materialismo em histórico e dialético, mas também subordina o primeiro ao segundo, isto é, o materialismo histórico passa a ser um caso particular do materialismo dialético. Agora, leis universais determinam a evolução como desdobramento de leis naturais objetivas. O impacto sobre a teoria do Estado é automático:

> O conflito entre o desenvolvimento racional das forças produtivas dentro do interesse comum, e sua utilização privatística-lucrativa, no contexto do Estado de classes, era insolúvel e comprometia a identificação dos interesses. Conforme esse conflito fosse amadurecido, o Estado de classes se tornaria necessariamente

> mais repressivo e acabaria por ser um entrave ao desenvolvimento da sociedade. Em contraste, supõe-se que o Estado soviético segue o caminho oposto, e que é capaz de resolver este conflito e de estabelecer a harmonia entre a necessidade individual e a social, *com base no desenvolvimento total da produtividade* [*grifo meu, FH*].[42]

O neo-economicismo stalinista, reforçando o caráter determinista das chamadas leis dialéticas, acarreta, como foi dito, o superdimensionamento das condições objetivas da transição. As palavras de ordem da época stalinista são: "a técnica decide tudo" e "alçançar e ultrapassar os países capitalistas mais avançados". A industrialização e o agigantamento do aparato estatal são conseqüências óbvias da nova filosofia.

Todavia, uma transformação tão ou mais significativa derivou da reanálise das condições subjetivas da transição. Na seção precedente, vimos que a teoria leninista da transição pressupunha que o Estado, sob a ditadura do proletariado, patrocinasse às massas um nível cultural compatível com a construção socialista. A coação poderia ser exercida inclusive sobre o proletariado e no seu interesse, como foi o caso da delegação de poderes ditatoriais aos dirigentes de fábrica. Nestes casos, cabia ao Partido convencer a maioria do proletariado da justeza das decisões. A doutrina leninista pode ser resumida na fórmula luckacsiana: *a luta do proletariado contra si mesmo*. Por trás desta doutrina, é inegável, está a teoria da consciência trazida de fora, elaborada por Lênin no começo do século. A teoria ensina que o proletariado, por suas próprias forças, não pode desenvolver uma consciência socialista. A história atesta que os efeitos do capitalismo sobre o proletariado permitem que o mesmo desenvolva, no máximo, uma consciência obreirista, sindical. Tanto isto é verdade, que a doutrina socialista nasceu nos meios frequentados por pessoas instruídas e o próprio socialismo científico foi fundado por pessoas que, pela sua condição, pertenciam à intelectualidade burguesa. Lênin dizia que toda a tentativa de diminuir o papel da intelectualidade social-democrata e valorizar o desenvolvimento espontâneo do movimento revolucionário significava fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários. O erro do pensamento economicista, por exemplo, consiste no fato de que, ao defender a politização das

lutas econômicas, não rompe com a mentalidade sindicalista que está presa à dimensão reformista e não revolucionária. A luta social-democrata defende mas, não obstante, transcende o quadro das meras reformas sociais. Considera seu dever atuar no campo econômico e também em todos os campos de manifestação político-social. A doutrina social-democrata difere da doutrina economicista, não só porque nega a possibilidade da classe operária desenvolver, por si, a consciência de classe, mas também porque subordina a luta pelas reformas econômicas à luta política e revolucionária pelo socialismo. A consciência política de classe só pode ser trazida do exterior, de fora das relações entre operários e capitalistas, de fora das lutas econômicas. E é por isso que a luta da social democracia, mais ampla e mais complexa do que a luta econômica dos operários, só pode ser conduzida por um partido centralizado cujos membros tenham como profissão a atividade revolucionária, a atividade de agitação política, a atividade de formular táticas e estratégias, levá-las ao proletariado, instruí-lo, dirigí-lo e, finalmente, conduzí-lo ao poder.

O neo-economicismo stalinista, por um lado, herda do economicismo uma concepção determinista das leis históricas dialéticas mas, por outro, rompe com a tradição economicista espontaneísta e pratica, extrapolando as proposições da "teoria leninista da consciência trazida de fora", o mais escancarado voluntarismo. O redimensionamento das dimensões objetiva e subjetiva transforma a "luta do proletariado contra si mesmo" em "luta do Estado contra o proletariado". Agora, o Estado, para o bem-estar social, promove um processo de super-industrialização, ainda que para isso tenha que lançar mão dos mais terríveis meios de repressão contra a classe trabalhadora. Embora a classe trabalhadora possa não entender, toda a repressão é para seu próprio bem. Marcuse conclui:

> Apesar de Lênin estabelecer a autoridade de um partido revolucionário centralizado por sobre o proletariado e para além deste, durante a Revolução ficou claro o quanto Lênin conseguiu basear sua estratégia sobre os interesses e aspirações reais da classe dos trabalhadores e dos camponeses. Ao mesmo tempo, a dialética foi reativada e foram-lhe dados os instrumentos conceituais que permitiram a Lênin traçar análises orientadoras sobre a situação histórica. Então, a partir de 1923, as decisões de liderança passaram a se dissociar cada vez mais dos interesses de classe do proletariado. Tais decisões não mais pressupunham o proletariado como um agente revolucionário, mas sim foram impostas sobre este e sobre o resto da população. O voluntarismo autoritário que caracterizou a liderança stalinista corresponde à determinante objetiva representada pela redução do potencial revolucionário nos países capitalistas. E, visto como a vontade da liderança age de cima para baixo sobre o proletariado, a teoria proclamada ou endossada pela liderança assume formas deterministas rígidas. A dialética se petrifica num sistema universal, no qual o processo histórico aparece como um processo natural, e no qual as leis objetivas que se colocam por sobre os indivíduos e para além destes governam não só a sociedade capitalista, como também a socialista. *O ocorrido com a dialética revela a substância histórica da sociedade soviética: esta não é uma negação do capitalismo, visto que compartilha com este de uma parte decisiva da função capitalista, ou seja: do desenvolvimento industrial das forças produtivas, com a separação do controle da produção dos "produtores imediatos".* Aqui a teoria soviética expressa o que a ideologia nega: que a Revolução Bolchevista "ainda não" deu origem a uma revolução socialista, e que a "primeira fase" ainda não é o socialismo. *Mas enquanto a sociedade soviética participa assim da função do capitalismo, ela o faz sobre um fundamento econômico —a nacionalização total — o que se dirige a uma tendência de desenvolvimento total diferente, para além das condições conhecidas...* [*grifo meu, FH*].[43]

Nestas condições, a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a planificação da economia não podem significar outra coisa senão um expediente técnico para aumentar a produção e a produtividade do trabalho. Estas medidas serviram à eliminação dos obstáculos que freiavam o desenvolvimento das forças produtivas. Mas como é imposto um controle centralizado e burocrático sobre o processo de produção, os indivíduos, de sujeitos pretensamente autônomos, são convertidos em supor-

tes do processo de acumulação. Além disso, mais do que um expediente técnico, a abolição da propriedade privada e a planificação cumprem uma importante função ideológica. Sob a fachada de "protetor da propriedade socialista", o Estado justifica suas medidas repressivas e se legitima como o agente promotor das relações socialistas de produção. Neste contexto, as afirmações das autoridades soviéticas sobre a democracia completa na Rússia e o colapso capitalista aparecem como verdades absolutas, já que sua verificação não se encontra nos fatos em si, mas sim em tendências.[44] O *tempo* aparece como remédio para todos os males e é elevado à categoria de religião de Estado. Louvado seja a longo prazo, proclamam os ideólogos. É assim que tudo que disturbe o passar do tempo, tudo que contrarie o curso "natural" das coisas, é considerado lesivo à meta socialista: no plano interno, os movimentos contestários são movimentos contra-revolucionários e a violência de Estado é contra-violência; no plano internacional, o imperialismo russo é anti-imperialismo e a concorrência inter-imperialista é um embate ideológico em nome do proletariado. Todas estas interverções são reflexos da transformação da teoria marxista que, assumindo uma nova racionalidade, se tornou uma ideologia de Estado. [45]

Trotskismo

Como foi visto quando tratamos da revolução permanente, Trotsky defende a tese de que a Rússia tzarista, apesar dos esforços feitos para modernizar a economia, teve seu desenvolvimento político e econômico bloqueado por vários fatores, entre eles: a existência de um Estado autocrático, a fraqueza e dependência da burguesia frente a este Estado, o peso das relações residuais sócio-econômicas arcaicas e a dependência econômica frente ao capital estrangeiro. Nestas circunstâncias, parecia não haver uma força social qualquer que pudesse levar à frente um projeto de industrialização; este, porém, não era o caso.

> A insignificância da burguesia russa fez com que os objetivos democráticos da Rússia retardatária, tais como a liquidação da monarquia e de uma servidão dos camponeses meio-saídos da escravidão, só pudessem ser alcançados pela ditadura do proletariado. Mas tendo conquistado o poder à cabeça das massas camponesas, o proletariado não pode se limitar a realizações democráticas. A revolução burguesa confundiu-se imediatamente com a primeira fase da revolução socialista. E isso não aconteceu por causas fortuitas. A história dos últimos decênios atesta com uma força particular que, nas condições da decadência do capitalismo, os países atrasados não poderão atingir o nível das velhas metrópoles do capital. Os civilizadores no impasse barram o caminho dos que se

civilizam. A Rússia entrou na via da revolução proletária, não porque a sua economia fosse a mais madura para a transformação socialista, mas porque esta economia já não podia se desenvolver em bases capitalistas. A socialização dos meios de produção tornou-se a condição necessária prévia para retirar o país da barbárie: esta é a lei do desenvolvimento combinado dos países atrasados.[46]

Todavia, seria idealismo supor que as revoluções criam um novo "ambiente" do nada. Elas constroem uma nova ordem a partir do desenvolvimento social e econômico produzido pela ordem precedente. Essa é, aliás, a razão pela qual Marx concebeu uma fase de transição entre a ordem capitalista e a comunista na qual elementos de ambas as ordens poderiam ser observados. Ainda que o capitalismo prepare as condições materiais sobre as quais o comunismo será erigido, a herança material e cultural é insuficiente para que as relações comunistas sejam definitivamente estabelecidas. Daí porque a necessidade do direito, da coação, do Estado. Se, por um lado, o desaparecimento destes vestígios da era burguesa pressupõe o desaparecimento da dominação de classe, por outro, a socialização dos meios de produção, por si só, não suprime a luta pela existência individual que os promove.

"O direito burguês — diz Marx — é inevitável na primeira fase da sociedade comunista sob a forma que reveste, nascendo da sociedade capitalista após longas dores de parto. O direito não pode nunca elevar-se acima do regime econômico e do desenvolvimento cultural condicionado por este regime". Lênin acrescenta: "o direito burguês, em matéria de repartição dos artigos de consumo, supõe naturalmente o Estado burguês, pois o direito não é nada sem um aparelho de coação que impõe as suas normas. Surge-nos assim o direito burguês a subsistir durante um certo tempo no seio do comunismo, e até mesmo o Estado burguês a subsistir sem burguesia!".[47]

Destas linhas, Trotsky infere que o Estado operário tem um duplo caráter: socialista, na medida em que promove a abolição da propriedade privada; burguês na medida em que defende um direito cujo domínio implica normas de distribuição que atendem a padrões de valor capitalistas. Segundo Trotsky, a teoria marxista não soube prever, mas a experiência

soviética demonstrou, que a dualidade de funções do Estado operário acaba refletindo na sua estrutura, de forma a torná-lo incompatível com o ideal de uma autêntica democracia operária. Isto porque o Estado operário é o domínio da coação em dois sentidos: tanto no que se refere à defesa da propriedade socializada contra as forças de reação (daí seu caráter socialista), quanto no que se refere à manutenção da desigualdade na esfera da distribuição, ou seja, na esfera do consumo (daí seu caráter burguês). Trotsky conclui que "se o Estado, em vez de desaparecer, se torna mais despótico; se os mandatários da classe operária se burocratizam, enquanto a burocracia se eleva acima da sociedade renovada, não é por razões secundárias, tais como sobrevivências psicológicas do passado etc. mas em virtude da inflexível necessidade de formar e de conservar uma minoria privilegiada, enquanto não é possível assegurar a igualdade real".[48] Assim, tendências burocráticas são manifestações esperadas nos períodos pós-revolucionárias e serão tanto mais fortes quanto mais pobre a sociedade na qual se der a revolução. Quanto maior o grau de ignorância e indigência material, mais amplo o domínio do direito burguês e maior o aparato que o impõe. Trotsky continua:

> O melhoramento da situação material e cultural deveria, à primeira vista, diminuir a necessidade de privilégios, restringir o domínio do 'direito burguês' e, por esse fato, minar os alicerces da burocracia que é guardiã desses direitos. Mas o que se produz é exatamente o inverso: o crescimento das forças produtivas foi acompanhado até hoje por um extremo desenvolvimento de todas as formas de desigualdade e privilégios e, igualmente, da burocracia. E não sem razão.
>
> No seu primeiro período, o regime soviético teve incontestavelmente um caráter bastante mais igualitário e menos burocrático do que hoje. Mas a sua igualdade era a da miséria comum. Os recursos do país eram tão limitados que não permitiam destacar das massas quaisquer meios ou privilégios. O salário 'igualitário', suprimindo o estímulo individual, tornava-se obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. A economia soviética teria que sair um pouco da indigência para que a acumulação desses sujos

objetos que os privilégios constituem se tornasse possível. O atual estado da produção ainda está longe de assegurar a todos o necessário. Mas permite já fornecer importantes vantagens à minoria e fazer da desigualdade um estímulo para a maioria. Esta é a razão número um para o fato do crescimento das forças produtivas ter até hoje reforçado os traços burgueses e não socialistas do Estado.[49]

Todavia, ainda que a desigualdade constitua, no período de transição, um fator estimulante do desenvolvimento das forças produtivas, não se pode deixar de considerar a questão do grau a partir do qual a desigualdade deixa de ter uma utilidade e se torna um perigo para todo o organismo social. Como parece ser este o caso da sociedade soviética, trata-se de determinar-lhe as causas. Para Trotsky, todas as revoluções experimentaram, no curso do seu desenvolvimento, reações e contra-revoluções que, embora não tenham feito a sociedade regredir ao seu ponto de partida original, usurparam parte importante das suas conquistas. Um exemplo típico é-nos dado pelo bonapartismo. O bonapartismo foi um instrumento utilizado pelo novo regime criado pela Revolução Francesa para superar os momentos de crise revolucionária. Napoleão I, por exemplo, embora defendesse o novo regime de propriedade saído da revolução, o que lhe valeu a hostilidade de toda Europa semi-feudal, rompeu com todos os princípios originais do jacobinismo, entre outras coisas restaurando a coroa e a religião católica. Trotsky considera o stalinismo uma variante de bonapartismo, "mas assente nas bases do Estado operário, dilacerado pelos antagonismos entre a burocracia e a classe trabalhadora. Assim como o bonapartismo, o stalinismo defende o regime de propriedade saído da revolução ao mesmo tempo em que rompe com todos os princípios originais do 'jacobinismo operário' — o bolchevismo".

Para Trotsky, é perfeitamente legítimo, do ponto de vista científico, aplicar as leis das revoluções burguesas às revoluções proletárias, especialmente à soviética. O caráter socialista da Revolução Russa não deriva do amadurecimento das condições que permitem o desabrochar da sociedade socialista; deriva da situção imperialista internacional e do quadro interno de correlação de forças sociais no qual a barbárie tzarista

e o capitalismo atrasado eram obstáculos ao desenvolvimento social. Foram precisamente estas condições que permitiram ao proletariado russo dar um salto imprecedente de uma monarquia semi-feudal para uma ditadura socialista. Foram precisamente estas mesmas condições que permitiram à burocracia saída das próprias fileiras operárias fazer valer seus privilégios.

A degeneração burocrática estatal teve como causa e conseqüência a degeneração do Partido Bolchevique. Originalmente, o Partido tinha sido erigido sobre os princípios do centralismo democrático. Segundo estes princípios, suas fileiras se manteriam estritamente delimitadas mas, uma vez autorizado o ingresso de um novo membro, este último gozava da mais ampla liberdade de se fazer ouvir e usufruir do direito de determinar os rumos que o partido tomaria. O centralismo democrático era, portanto, um poderoso instrumento contra a deterioração a que qualquer organismo vivo está sujeito. A luta de idéias entre membros comprovadamente comprometidos com o ideal socialista tornava o partido um aparelho ágil, flexível e capaz de atender com fidelidade às legítimas aspirações da classe que representava. Eis que Stálin, a frente do partido, resolveu que a prática bolchevique era incompatível com a existência de facções. "O centralismo democrático deu lugar ao centralismo burocrático". A vanguarda revolucionária do proletariado, quando não foi absorvida pelos novos serviços de Estado, foi, literalmente, eliminada e esmagada. Assim teve início o processo que acabou por transformar os burocratas, de servidores da classe trabalhadora, em seus mandatários.

Paralelamente, a situação internacional evoluia desfavoravelmente. A crise capitalista do pós-Primeira Guerra Mundial, graças à ação contra-revolucionária da social-democracia, não conduziu à vitória do socialismo. O período de isolamento da Revolução Russa que, segundo Lênin, dadas as contradições inter-imperialistas, não poderia ter uma muito longa duração, tornou-se uma época histórica. À medida que um quadro de relativa estabilidade no cenário internacional se consolidava, a burocracia soviética se firmava e ganhava segurança. A política externa soviética, que nada mais é do que um desdobramento da política interna, não tardou em refletir a nova situação. "A degenerescência da casta dirigente da URSS não podia deixar de ser acompanhada por uma modificação correspondente

nos fins e nos métodos da diplomacia soviética. A 'teoria do socialismo em um só país'... significava o desejo de libertar a política externa dos sovietes do programa da revolução internacional".[50] Renegando as teses leninistas segundo as quais o poder soviético não se conservaria sem o apoio do movimento operário revolucionário mundial, a burocracia não fez nada mais do que obedecer a um instinto de conservação. Isto porque é justamente o isolamento da revolução num país atrasado que permite à burocracia se descolar do controle popular, elevar-se acima da sociedade e impor-lhe suas diretrizes. "Tendo traído a revolução mundial, mas considerando-se traída por esta, a burocracia termidoriana aponta como objetivo principal 'neutralizar' a burguesia. Para isso, deve dar a aparência moderada e sólida de uma verdadeira guardiã da ordem. Mas, para o parecer com caráter duradouro, é preciso que nisso se torne".[51]

O processo de degeneração pode ser resumido teóricamente da seguinte maneira: as formas socialistas foram forjadas antes que o conteúdo (isto é, a base econômica e cultural que lhes dá substância) estivesse pronto. Num primeiro momento, as instituições políticas criadas pela revolução eram as mais progressistas, principalmente se se considera o nível de desenvolvimento que lhes servia de base. Porém, por razões ligadas ao fraco desenvolvimento das forças produtivas, à fraqueza numérica do proletariado, ao baixo nível cultural da população, ao isolamento da revolução e à dispersão da vanguarda operária, aquelas instituições políticas, à medida que o progresso material se consumava, ruíram sob o peso da burocracia. Os trabalhadores, sob o pesado fardo representado pelas cruéis necessidades de acumulação primitiva de riquezas, mostraram-se cada vez menos interessados nos assuntos referentes à condução dos negócios econômicos e estatais. Tais funções foram, então, "delegadas" à burocracia que, quando se sentiu bastante forte, usurpou-as definitivamente. Assim, como Lênin já havia salientado em 1920, a URSS não é apenas um Estado operário, mas um Estado operário com deformações burocráticas.

O que melhor caracteriza este Estado operário é sua instabilidade, seja por razões políticas, seja por razões econômicas.Do ponto de vista econômico, são inegáveis os êxitos do regime soviético — o que, aliás, constitui prova da viabilidade técnica dos métodos socialistas baseados na abolição da propriedade privada e na planificação. Estas duas condições aproxi-

mam a realidade soviética do modelo proposto por Marx. Porém, é importante lembrar que Marx entendia por socialismo um sistema no qual o desenvolvimento econômico seria desde logo superior ao do capitalismo avançado. Na URSS, todavia, devido à má organização do trabalho resultante da administração burocrática, a produtividade média do trabalho é ainda sensivelmente inferior àquela experimentada pelos países ocidentais. Consequentemente, a renda por habitante também é muito mais baixa e, dado que as necessidades de investimento absorvem parte apreciável do produto (até 30%), o fundo de consumo não pode deixar de ser insuficiente para atender as reais necessidades da população. O problema é ainda agravado pelo fato de que a camada dirigente se apropria de parte significativa dos bens destinados ao consumo: a burocracia, pela sua própria natureza, estabelece e mantém privilégios e, tendo em seu poder os mecanismos de distribuição do produto social, não pode deixar de se atribuir a melhor parte. Essa camada social, composta pelo pessoal dirigente dos comitês centrais do Estado, dos sindicalistas, das cooperativas e do partido, pelos presidentes dos sovietes, dos *kolkhozes* e *sovkhozes*, pelos diretores das empresas, bem como seu pessoal técnico-administrativo etc., comanda, administra e dirige a economia através do controle sobre os salários, preços, orçamentos e impostos, e através destes mecanismos, estabelece as normas de distribuição que, por definição, a beneficiam. A parcela do produto social que ela consome sem fornecer nenhum trabalho produtivo direto em troca é difícil de dimensionar, não só porque a burocracia dissimula os dados (uma das suas necessidades orgânicas) mas também porque muitas obras "públicas" são executadas em proveito de seus interesses particulares.

No campo, a situação é igualmente problemática. Como resultado de uma coletivização desastrada, o Estado, para pacificar os camponeses, viu-se obrigado a recuar frente às tendências individualistas burguesas. Teve que fazer várias concessões, entre as quais a entrega solene de terras, em usufruto perpétuo, aos *kolkhozes* que, se por um lado constituem um progresso em relação à agricultura parcelar, por outro podem significar um obstáculo futuro à planificação socialista da agricultura. Além disso, o Estado permitiu o ressurgimento da empresa camponesa individual e fechou os olhos às transações de arrendamento de terras que, embora pro-

bidas por lei, são praticadas em larga escala e, muitas vezes, pagas com trabalho. O resultado disso tudo é a crescente diferenciação de rendas no campo.

Como se sabe, a renda de uma atividade agrícola, seja uma exploração kolkhoziana ou individual, depende de fatores como o clima, a produtividade natural do solo, a cultura produzida e a posição do lote em relação às cidades e centros industriais. Este último fator ganhou maior importância com a aceleração do processo de industrialização que, ao provocar o crescimento daqueles centros, desenvolveu ainda mais a oposição entre cidade e campo. Conseqüentemente, uma minoria de explorações kolkhozianas, particularmente bem localizadas, tiveram suas rendas aumentadas numa proporção muito maior do que a maioria das demais. Isto acarretou o aparecimento de antagonismos entre os kolkhozes e no seu próprio seio.

Todos esses antagonismos sociais — entre burocracia e classe trabalhadora, entre cidade e campo, entre kolkhozes etc. — tendem a se agravar com o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente complexidade da economia e "transparência" dos negócios públicos. Permito-me citar uma longa passagem de *A Revolução Traída* (1936) que, com extraordinária acuidade, descreve com cinqüenta anos de antecedência a atual situação econômica do bloco soviético:

> A racionalidade da economia se concebe sem um inventário preciso. *O inventário é incompatível com o arbítrio burocrático.* O desejo de restabelecer um rublo estável... é ditado à burocrática pela contradição cada vez mais confessada entre o seu poder absoluto e o desenvolvimento das forças produtivas do país. Também a monarquia absoluta se tornou outrora incompatível com o desenvolvimento do mercado burguês. O cálculo monetário não pode deixar de dar maior abertura à luta das diversas camadas da população pela repartição da renda nacional. A tabela dos salários, indiferente ao operário na época das senhas de víveres, adquire para ele uma importância capital e desde logo se coloca a questão dos sindicatos. A nomeação dos funcionários sindicais, vinda de cima, se defrontará com uma resistência cada vez mais tenaz. Finalmente, o trabalho por pro-

> dução faz o operário se interessar pela boa gestão das empresas. Vêem-se os stakhanovistas se lamentar cada vez mais frequentemente pelos defeitos da organização da produção. O despotismo burocrático que prolifera na designação dos diretores, dos engenheiros e do pessoal industrial em geral, se torna menos tolerável. A cooperação e o comércio estatizado caem, muito mais que outrora, na dependência dos consumidores. Os *kolkhozes* e os seus membros aprendem a traduzir as suas relações com o Estado na linguagem dos algarismos. Nem consentirão sempre que lhes sejam designados administradores cujo mérito é, frequentemente, agradar aos burocratas locais. Finalmente, o rublo permite levar luz ao domínio mais secreto: o dos rendimentos lícitos e ilícitos da burocracia. E a circulação monetária, ao se tornar, em um país politicamente asfixiado, o poderoso meio da mobilização das forças de oposição, anuncia o declínio do absolutismo 'esclarecido'.
>
> *Enquanto o crescimento da indústria e a entrada da agricultura na esfera do plano* complicam extremamente a tarefa diretiva, dando prioridade ao problema da *qualidade,* a burocracia liquida a iniciativa criadora e o sentimento de responsabilidade sem os quais não poderá haver progresso qualitativo. As chagas do sistema são talvez menos visíveis na indústria pesada, mas corroem ao mesmo tempo a cooperação, a indústria ligeira e alimentam os *kolkhozes*, as indústrias leves, isto é, todos os ramos da produção próximos da população.
>
> *O papel progressista da burocracia soviética coincide com o período de assimilação. O grande trabalho de imitação, de enxertia, de transferência, de aclimatação, se fez no terreno preparado pela Revolução. Até hoje, ainda não se pôs o problema de inovação no domínio da técnica, da ciência ou da arte.* Sob as ordens da burocracia, se poderá construir fábricas gigantes de acordo com os modelos importados do estrangeiro, pagando-as, é certo, pelo triplo do preço. Mas quanto mais avançar, maior será o choque contra o problema da qualidade, e este escapa à burocracia como uma sombra. A produção parece marcada pelo cunho cinzento da in-

diferença. Na economia nacionalizada, a *qualidade* supõe a democracia dos produtores e dos consumidores, a liberdade de crítica e de iniciativa, tudo isto incompatível com o regime totalitário do medo, da mentira e do panegírico [*grifo meu, FH*].[52]

Realcemos os elementos mais importantes desta passagem. Em primeiro lugar, Trotsky reconhece que o desenvolvimento econômico promovido sobre as bases estabelecidas em Outubro de 1917, confere à burocracia um papel progressista, pelo menos no período de assimilação. A manutenção daquelas bases permitiu ao país civilizar-se num ritmo mais acelerado do que fez o Ocidente e a razão é simples: a estatização dos meios de produção possibilita que a técnica capitalista, uma vez absorvida, seja aplicada a uma escala imensa e não aos poucos como acontece numa economia de mercado. Em segundo lugar, Trotsky identifica uma contradição entre a crescente complexidade da economia e a sua gestão burocrática. Por um lado, o inventário e o cálculo monetário exigidos pela atividade de planejamento tornam mais transparentes as relações econômicas entre as várias camadas sociais e aguçam os antagonismos. Por outro, o crescimento da produção industrial e o controle da produção agrícola dificultam a tarefa dos organismos burocráticos de planejamento, cuja ineficiência compromete a saúde econômica do organismo social. Além disso, como a burocracia sufoca o espírito criador e promove o culto à irresponsabilidade, não há estímulo ao progresso tecnológico e científico. A deterioração econômica sob o planejamento burocrático parece, assim, inevitável e é aqui que reside a fragilidade e instabilidade do Estado operário degenerado.

Vejamos agora o problema do ponto de vista político. Foi dito que a burocracia, apesar das concessões que teve de fazer ao campo, manteve o regime de propriedade nascido da revolução. A propriedade estatal domina a indústria. O solo pertence, juridicamente, ao Estado. De fato, a agricultura estatal cobre somente parte das superfícies semeadas. A agricultura cooperativa e individual cobrem a parte restante. Não obstante, o equipamento agrícola pesado pertence como um todo ao Estado e o equipamento leve, à exploração coletiva. A propriedade estatal, portanto, predomina, o que, ademais, é atestado pelas dimensões do aparato burocrático.

A propriedade estatal não é ainda socialista. Certamente é um estágio

necessário do processo de metamorfose da propriedade privada em propriedade socialista. Esta metamorfose só se completa quando a propriedade deixa de ser estatal e passa a ser propriedade de todo o povo ou, noutras palavras, só quando o desaparecimento das distinções sociais tornam o Estado um organismo desnecessário e impossível. Ao contrário, quanto mais descolado, mais autônomo e mais repressivo este organismo estiver frente à sociedade, mais claramente se impõe o seu caráter de protetor da propriedade contra o povo, isto é, protetor da propriedade estatal. E, se os meios de produção pertencem ao Estado e não ao povo, de alguma forma pertencem àqueles a quem pertence o Estado, isto é, à burocracia. Todavia, a propriedade estatal não constitui uma base social segura à dominação da burocracia.

> A burocracia não tem títulos nem ações. Recruta-se, completa-se e renova-se graças a uma hierarquia administrativa, sem ter direitos particulares em matéria de propriedade. O funcionário não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado. Os privilégios da burocracia são abusos.[53]

Por outro lado, apesar da base precária de sua dominação, a burocracia é obrigada a defender o regime de propriedade estatal que constitui a fonte de onde seu poder e privilégio brotam. E é justamente por este aspecto da sua atividade, por ter de defender as bases estabelecidas pela Revolução, que *a burocracia não constitui uma classe social*, no sentido da palavra, mas ainda representa um instrumento da ditadura do proletariado. Por trás de todas as distorções observáveis na realidade soviética, existe ainda um traço de continuidade ideológica entre o bolchevismo e o cesarismo soviético, representado pela abolição da propriedade privada e pela planificação da economia. Até agora, aquelas distorções não foram capazes de afetar profundamente estas fundamentais conquistas de Outubro. E por paradoxal que possa parecer, todo o poder burocrático, seja político, econômico ou cultural, repousa na defesa destas conquistas. Aqui também reside a precariedade do Estado operário degenerado. Desde que a burocracia não cria nenhuma base para sua dominação, no sentido de condições particulares de propriedade, seu domínio repousa sobre a insta-

bilidade de um estado de equilíbrio político. Nas sociedades soviéticas, nenhum mecanismo automático — lei, religião ou tradição — mantém os trabalhadores numa posição subordinada, a não ser a coerção política.

> Porque não há propriedade dos meios de produção na União Soviética — conclui Mandel —, porque as vantagens de que os burocratas gozam estão essencialmente relacionadas às suas funções e posição na hierarquia, e porque estas vantagens sempre permanecem precárias, como um mero resultado da ausência de propriedade, tem sido impossível para o sistema de administração fundado nos interesses individuais dos burocratas desenvolver qualquer racionalidade intrínsica genuína.[54]

Eis como Trotsky, então, resolve o problema do caráter social da URSS. Em primeiro lugar, supõe a possibilidade da burocracia ser deposta por um partido revolucionário do tipo do velho partido bolchevique. Este partido restabeleceria imediatamente as liberdades democráticas no interior dos sovietes e dos sindicatos; estabeleceria o pluripartidarismo; "enxugaria" a máquina estatal, varrendo toda sorte de privilégios; manteria a desigualdade na distribuição mas tão somente na medida em que ela constitui um elemento necessário à administração da economia; no mais, promoveria uma ampla repartição da renda segundo os apelos das massas trabalhadoras. Finalmente, levaria adiante a luta pela maior produção e produtividade do trabalho, porém num processo de contínua interação com a ampliação da gestão operária da economia e do Estado. Apesar de todas estas importantes transformações, o partido não teria que adotar medidas que modificassem o regime de propriedade: manteria a abolição da propriedade privada e desenvolveria os mecanismos da economia planificada. No campo econômico, ainda que se imponha a necessidade de reformas profundas, não haveria necessidade de uma verdadeira revolução social; daí porque o derrubamento da burocracia deve ser considerado uma revolução *política.*

> A revolução que a burocracia prepara contra si própria — diz Trotsky — não será social como a Revolução de Outubro de 1917; não se tratará de mudança das bases econômicas da sociedade, de substituir uma forma de propriedade por outra. A História, para além das revoluções sociais que substituíram o feudalismo pelo regime burguês, conhece revoluções políticas que sem tocar nos fundamentos econômicos da sociedade, subverteram as antigas formações dirigentes (1830 e 1848 em França, fevereiro de 1917 na Rússia). A subversão da casta bonapartista terá, naturalmente, profundas conseqüências sociais; mas não irá para além dos limites de uma transformação política.[55]

Neste ponto, Trotsky acrescenta um importante elemento à sua teoria da revolução permanente. Esta teoria previu que o proletariado de um país atrasado seria o primeiro a ter que realizar a revolução socialista. Porém, defendeu a possibilidade de, sob a ditadura do proletariado, o Estado, à medida que cumpria a tarefa de promover o progresso econômico e cultural, extinguir-se e, finalmente, desaparecer. Mas foi justamente a circunstância da revolução socialista ter acontecido num país atrasado que possibilitou a uma casta burocrática instalar-se no poder. Assim, o privilégio de ter realizado a primeira revolução social socialista contra a classe capitalista terá que ser pago com uma segunda revolução, desta vez de caráter político, contra a burocracia.

Vejamos, agora, uma segunda possibilidade: suponhamos que a burocracia, ao invés de ser deposta por um partido operário, o seja por um partido burguês. Neste caso, tal partido não teria muitas preocupações de natureza política. É verdade que alguns arranjos na máquina burocrática se fariam necessários, mas tais arranjos seriam menos dramáticos do que aqueles que um partido operário teria que fazer. O principal alvo do novo poder seria a destruição do sistema de planificação econômica e o restabelecimento da propriedade privada dos meios de produção. No campo, muito provavelmente, criaria condições para que os *kolkhozes* se transformassem em verdadeiras empresas capitalistas, enquanto nas cidades, promoveria a desnacionalização da indústria, a começar pela indústria leve. O plano daria lugar à autonomia crescente das unidades produtivas e a acordos com o capital estrangeiro, até o completo domínio das forças de mercado. Embora a burocracia tenha dado passos gigantescos rumo à restauração capitalista, o partido burguês teria que promover uma autêntica

revolução social e não uma revolução política. Dois fatos históricos atestam a precisão destas conjecturas (em sentidos diferentes): em primeiro lugar, quando províncias ocidentais soviéticas foram ocupadas por tropas alemãs, tentou-se reintroduzir, pela força, a propriedade privada dos meios de produção; em segundo lugar, quando as tropas soviéticas puderam, massacraram a burguesia nos países europeus ocidentais e impuseram o mesmo regime de opressão burocrática da pátria soviética.

Admitamos uma terceira e bastante provável realidade: nem um partido operário nem um partido burguês destronam a burocracia. Neste caso, evidentemente, a burocracia não abriria mão de seus privilégios em favor da luta pela construção do socialismo. Contudo, apesar destes privilégios, a burocracia é consciente da instabilidade de sua dominação devido à ausência de uma forma particular de propriedade que responda aos seus interesses. Poder-se-ia argumentar que a propriedade estatal, como tal, lhe serve, mas se estaria ignorando o fato de que o direito de propriedade é inseparável do direito de legar e a burocracia não dispõe de mecanismos que permitam aos seus descendentes valer-se dos seus privilégios. Assim, a evolução das relações sociais conduziria a uma situação na qual a burocracia se esforçaria por apoiar seus privilégios em relações de propriedade, ou noutras palavras, esforçar-se-ia por transformar a si mesma numa nova classe possuidora.

Vejamos as forças sociais que estão em jogo. Dissemos que o papel progressista da burocracia coincide com o período de assimilação das conquistas capitalistas. Logo que a economia se torna complexa, se diversifica, logo que a agricultura entra para a órbita do plano, o planejamento burocrático torna-se incompatível com o desenvolvimento econômico. À medida que o progresso material desacelera, uma parcela crescente da burocracia pressiona no sentido da descentralização do controle sobre os meios de produção. Os dirigentes das unidades produtivas, vendo-se fortalecidos, vislumbram as vantagens que a produção privada e o lucro privado lhes garantiriam. O planejamento central enfraquece-se e tendências em direção à restauração capitalista fortificam-se.

Vimos, contudo, que esta não é a única possibilidade. Dissemos que o planejamento cada vez mais complexo exige um inventário preciso e a utilização do cálculo monetário que tornam, por sua vez, mais transparentes

as relações entre as diversas camadas sociais. Este fato enseja um antagonismo exacerbado entre as massas trabalhadoras e a casta burocrática, que se traduz num movimento popular anti-burocrático. Estas forças, se vitoriosas, impulsionarão a sociedade no sentido do fortalecimento da propriedade coletiva, enfraquecendo o Estado, limitando o campo de atuação da burocracia e promovendo uma maior igualdade social.

De todas estas considerações, Trotsky conclui que o regime soviético pode ser qualificado de transitório, ou de intermediário, em dois sentidos: em primeiro lugar, ele não se confunde com nenhum sistema social acabado, seja o capitalismo (inclusive o capitalismo de Estado), seja o socialismo; em segundo lugar, o sistema soviético é transitório num sentido muito particular, na medida em que a solução da sua contradição entre o modo de produção socialista e as normas burguesas de distribuição pode se resolver tanto na direção capitalista como na socialista. A superação do regime soviético será marcada pela ação destas duas tendências crescentes e opostas que se manifestam no seu seio:

> Desenvolvendo as forças produtivas — ao contrário do capitalismo estagnante — são criados os fundamentos econômicos do socialismo; e levando ao extremo, por complacência em relação aos dirigentes, as normas burguesas de repartição, prepara uma restauração capitalista. A contradição entre as formas de propriedade e as normas de repartição não pode crescer indefinidamente....[56] A dialética das influências recíprocas conserva... a sua inteira força.[57] Ou as normas burguesas se estenderão, de uma ou de outra maneira, aos meios de produção, ou as normas socialistas terão de ser concedidas à propriedade socialista.

Por fim, Trotsky garante que o destino da União Soviética será determinado não só pela luta das forças vivas dentro do cenário nacional, mas principalmente pelo resultado da luta de classes na arena internacional. Um isolamento prolongado da revolução, isto é, a derrota das forças do proletariado internacional por todo um período histórico, conduziria a URSS, inevitavelmente, à restauração do capitalismo. Já a derrota do capital em alguns países avançados a recolocaria, sem nenhuma dúvida, nos

trilhos que conduzem ao socialismo. A duração deste impasse é indeterminada. A História tem demonstrado que podem ser muito longos os períodos de transição entre os principais modos de produção.

As contradições do trotskismo

Dissemos a pouco que Trotsky considera o regime soviético transitório, isto é, um estágio intermediário entre as formações sociais acabadas capitalista e socialista. Seu caráter é determinado pela contradição entre modo de produção socialista e normas burguesas de distribuição. Como os privilégios burocráticos derivam tanto deste quanto daquele elemento, a burocracia não é uma classe social no sentido exato da palavra. Seu domínio não se apóia num regime de propriedade particular que atenda a seus interesses.

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx declara: "O socialismo vulgar (e através dele uma parte da democracia) aprendeu com os economistas burgueses a considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção e, portanto, a expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição".[58] Parodiando Marx, pode-se dizer que o trotskismo aprendeu não se sabe com quem a tratar o modo de produção como algo independente da distribuição e, o que é pior, a expor o socialismo como uma doutrina que gira em torno das formas de propriedade.

Vejamos o que Marx nos diz nos seus *Grundrisse* ("Introdução"):

> Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição de produtos e assim como que afastada da produção; e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior (subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas). A distribuição dos produtos é manifestadamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação deter-

> mina. Considerar a produção sem ter em conta esta distribuição, nela incluída, é manifestadamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por esta distribuição que constitui, na origem, um fator de produção. Ricardo, a quem interessava conceber a produção moderna na sua articulação social determinada, e que é o economista da produção por excelência, afirma mesmo assim que não é a produção, mas sim a distribuição que constitui o tema propriamente dito da Economia moderna. Aqui ressurge o absurdo dos economistas que consideram a produção como uma verdade eterna, enquanto prescrevem a História ao domínio da distribuição.[59]

Marx conclui:

> O resultado a que chegamos não é que a produção [e] a distribuição são idênticos, mas que... são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade... Uma reciprocidade de ação ocorre entre os diferentes momentos. Este é o caso para qualquer todo orgânico.[60]

O que Trotsky faz é reduzir a unidade dialética entre os diversos momentos do processo de produção — produção e distribuição, por exemplo — à simples "influências dialéticas recíprocas". Certamente, produção e distribuição não são idênticas, o que aliás, associado a outros elementos da realidade capitalista (moeda, por exemplo) é o ponto de partida para a explicação das crises. Porém, produção e distribuição são elementos de uma totalidade orgânica. Isto implica que o rendimento de um indivíduo numa sociedade qualquer só pode ser entendido a partir de sua relação com os meios de produção material, ou, o que vem a dar no mesmo, a partir das relações sociais de produção. Dizer que na sociedade soviética o modo de produção é socialista e as normas de distribuição, capitalistas, não faz o menor sentido à luz destas considerações. Mas não foi o próprio Marx que descreveu a primeira fase do comunismo (o socialismo) com um período no qual ainda imperaria o direito burguês até que fossem criadas as condições nas quais seria possível assegurar a plena igualdade? Até que

ponto o período de transição justifica a suposição de Trotsky de rompimento da unidade entre produção e distribuição?

Vejamos o que Marx realmente quis dizer e o que Trotsky infelizmente entendeu. Para Marx, no socialismo, o produtor individualmente considerado recebe da sociedade, na forma de bens de consumo, aquilo que lhe deu na forma de trabalho. Mais precisamente, são feitas algumas deduções que comporão um fundo social que cubra as despesas gerais de administração, satisfaça as necessidades coletivas, mantenha as pessoas não habilitadas para o trabalho, reponha e amplie o estoque de meios de produção e, finalmente, constitua um fundo de reserva contra imprevistos fortuitos; mas, uma vez feitas tais deduções, pode-se dizer que o produtor recebe da sociedade, sob uma forma, a mesma quantidade de trabalho que lhe deu sob uma forma diferente. Este fato, em primeiro lugar, quer simplesmente dizer que, no socialismo, não há exploração, isto é, ninguém pode se apropriar do trabalho alheio: todos recebem na medida do seu trabalho. Mas, em segundo lugar, isto implica que, no socialismo, ainda reina a desigualdade. A igualdade, representada pelo princípio da troca de equivalentes — trocam-se quantidades iguais de trabalho sob formas diferentes —, é meramente aparente. O direito igual é determinado pelo fato de que aquilo a que se tem direito é proporcional àquilo que se ofereceu, tudo medido pelo mesmo critério: o trabalho. Assim, trabalhos iguais, direitos iguais; trabalhos desiguais, direitos desiguais. Mas justamente porque o direito igual não observa as diferentes aptidões dos produtores e, portanto, suas diferentes capacidades de rendimento, ele não pode ser outra coisa senão o direito da desigualdade, como aliás qualquer direito. A verdadeira igualdade só pode reinar quando as condições materiais permitirem que indivíduos desiguais sejam tratados de forma desigual, isto é, quando o critério de distribuição não for outro senão suas desigualdades. Como o direito implica a aplicação de um critério igual, a solução só pode encontrar-se no comunismo com a superação de todo direito. Nesta medida, *e só nesta medida*, o direito igual socialista continua sendo, em princípio, o direito "burguês"; o Estado que o impõe, um Estado "burguês"; e a distribuição, uma distribuição "burguesa". Porém, no socialismo, se não há igualdade, tampouco há exploração.

Trotsky, contudo, infere a seguinte conclusão: "Se o Estado, em vez de

desaparecer, se torna mais despótico... é em virtude da inflexível necessidade de formar e conservar uma minoria privilegiada enquanto não é possível assegurar a igualdade real".[61] Ora, esta é uma interpretação inaceitável. No socialismo não existe nem a igualdade real nem qualquer tipo de privilégio. Trotsky simplesmente suprime a etapa socialista do modelo de transição original; e o faz por uma razão simples: interpreta erroneamente o conceito de "direito burguês" utilizado por Marx. O "direito burguês" socialista, ao contrário do capitalista, não implica normas de distribuição capitalistas. No socialismo, o princípio e a prática do direito já não estão mais em conflito. Na ausência de relações capitalistas, a troca de equivalentes não se inverte em troca desigual (como quando se troca força de trabalho pelo custo de sua reprodução) e, portanto, o direito igual, ainda que trazendo implícito uma limitação burguesa, não forma nem conserva uma minoria privilegiada enquanto não se assegura a igualdade real.

A interpretação de Trotsky leva-o, finalmente, a ocultar a natureza de classe da burocracia. Como para ele os privilégios burocráticos, que nada mais são do que expropriação do trabalho alheio, são conseqüências naturais do império do "direito burguês", não há porque considerar a camada que defende com unhas e dentes a propriedade estatal (graça e infortúnio da burocracia) uma classe social. No limite, a crítica trotskista da burocracia acaba se reduzindo a puro moralismo. Vejamos uma passagem de Ernest Mandel: "A facção stalinista — diz ele — pode ser criticada com o seguinte: 1º) ... pelo fato de ocultarem estas circunstâncias [a teoria trotskista], justificando a burocracia com uma teoria especial... 2º) que em nome do 'marxismo' eles desencadearam um processo de exploração e repressão.. e que são um crime contra o proletariado e o socialismo; 3o.) através de suas doutrinas eles não só não reduziram a carência e os excessos burocráticos a um mínimo possível, como, desenvolveram-nos ilimitadamente...".[62] Ou seja: mentirosos, criminosos e pródigos. Isto é tudo. Mistificando as tais conquistas de Outubro — propriedade estatal e plano — o trotskismo não só se revela uma teoria formalista, mas principalmente obscurece a compreensão das causas subjacentes ao fenômeno soviético: as relações sociais de produção.

Como Marx explica, considerar a produção e, portanto, as relações de produção, sem considerar a distribuição dos instrumentos de trabalho e

dos membros da sociedade pelos diversos tipos de produção, é uma abstração vazia. Esta distribuição — ela mesma, na origem, um fator de produção — implica uma determinada gestão da economia e uma determinada distribuição da produção; noutras palavras, estas últimas repousam sobre a disposição original das condições de trabalho. Assim, na União Soviética, por exemplo, a gestão burocrática e a distribuição dos produtos são implicados pelo controle monopolista gozado pela burocracia sobre os meios de produção. A redistribuição dos instrumentos de trabalho operada pela Revolução de Outubro concentrou-os nas mãos da burocracia e é seu controle absoluto que garante a apropriação do trabalho alheio. Desta perspectiva, a camada burocrática é uma classe social, ainda que se possa discutir sua transitoriedade e mesmo a precariedade das bases sobre as quais apóia seu domínio. O fato destas bases não permitirem ao sistema soviético desenvolver sua própria racionalidade, em nenhuma medida afeta esta conclusão. Uma coisa é dizer que este sistema não constitui um sistema acabado ou um novo modo de produção; outra coisa é dizer que os antagonismos que ele experimenta não são antagonismos de classe. Voltaremos a isso.

Capitalismo de Estado

Como foi visto, o trotskismo sustenta que são duas as soluções das contradições que envolvem o Estado operário soviético: ou uma reforma social (revolução política) socialista ou uma revolução social capitalista. Tony Cliff assevera que, se o Estado soviético fosse realmente um Estado operário degenerado — como quer o trotskismo —, um partido operário que tomasse o poder, ainda que tivesse que depurar a máquina estatal, deveria poder utilizar-se dela, uma vez que ela ainda merece o nome de Estado operário. De outro lado, ainda sob a hipótese trotskista de que o Estado soviético é um Estado operário degenerado, um partido burguês que tomasse o poder teria que destruir a máquina existente (supostamente operária) e erguer uma outra que servisse a seus propósitos. Segundo Cliff, trata-se exatamente do oposto: para ele, na primeira hipótese o proletariado teria que destruir a máquina existente e substituí-la pelo Estado dos sovietes, do povo armado etc., enquanto na segunda hipótese a máquina estatal não precisaria sofrer nenhuma modificação. Como, então, considerá-la um Estado operário, ainda que degenerado?

Além disso, como na URSS observa-se uma verdadeira fusão entre economia e política, não há porque distinguir, do ponto de vista teórico, uma revolução econômica (social) de uma revolução política. Aliás, este é justamente o motivo pelo qual a expropriação política descrita pelo trotskismo corresponde à uma expropriação econômica. O erro de Trotsky, segundo Cliff, foi ter prestado mais atenção às formas de propriedade do que às

relações de produção: considerar as primeiras, negligenciando as últimas, não passa de abstração metafísica. No caso específico da propriedade estatal, a história dos povos do Oriente é um testemunho claro de como, em numerosos sistemas econômicos, as diferenciações de classe tinham como base este regime de propriedade e não o regime de propriedade privada.

TONY CLIFF E A BUROCRACIA CAPITALISTA

Cliff, apoiado na definição leninista de classe, sustenta que a burocracia stalinista é uma classe social. Para Lênin, "classes são tais grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar o trabalho de um outro devido à diferença em suas posições num dado sistema socio-econômico"; segundo Cliff, este é exatamente o caso da burocracia soviética. Afirmar o contrário seria pretender que os burocratas e os operários pertencem à mesma classe social ou que não há mais classes sociais na URSS: nos dois casos se imporia a conclusão stalinista de que na URSS não há mais luta de classes. Paradoxalmente, o próprio Trotsky rejeita esta conclusão.

Segundo Cliff, os erros de Trotsky têm raízes históricas. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels resumiram a luta revolucionária numa fórmula: abolição da propriedade privada. Naturalmente, a luta dos comunistas se pautou no combate aos titulares da propriedade, isto é, à burguesia. Por isso, quando Trotsky e Lênin formularam as teorias do desenvolvimento desigual e combinado e a teoria do elo mais fraco, respectivamente, previram que um eventual isolamento da revolução socialista num país atrasado conduziria, inevitavelmente, à restauração do capitalismo e da propriedade privada. Nesta perspectiva, a propriedade estatal era vista como uma espécie de conquista das massas.

Trotsky, por seu turno, entendeu que a burocracia, num esforço para consolidar seus privilégios, lutaria em última instância para restaurar a propriedade privada, sem a qual aqueles privilégios careciam de uma base de legitimação. Se de fato a propriedade privada ainda não havia sido restaurada era porque as massas exerciam um papel social considerável na luta em defesa da propriedade estatal.

A experiência passada — conclui Cliff — foi o principal impedimento de Trotsky em compreender o fato de que o triunfo da reação nem sempre significa um retorno ao ponto de partida original, mas pode levar a um declínio, numa espiral, no qual são combinados elementos do período pré-revolucionário e do período revolucionário, os últimos subordinados aos primeiros; o velho conteúdo capitalista de classe emerge numa nova forma "socialista", servindo assim como uma confirmação adicional da lei do desenvolvimento combinado — uma lei que o próprio Trotsky fez tanto para desenvolver.[63]

Cliff atribui o triunfo da reação à herança material da Rússia pré-revolucionária. Isto, porém, não implica aceitar a tese menchevique de que a Rússia não estava preparada para o socialismo. De fato, Marx insiste que uma ordem social não desaparece antes que tenha desenvolvido as forças produtivas ao nível para o qual está habilitada e que uma nova ordem só surge quando as condições materiais preparadas pela ordem anterior estão maduras para o estabelecimento de mais elevadas relações de produção. A estreiteza menchevique, contudo, está em não ter compreendido que este raciocínio só faz sentido se considerado o contexto mundial: as forças produtivas em 1917 estavam, segundo Cliff, maduras para o projeto socialista em escala internacional. Além disso, o menchevismo perde de vista que a dependência da Rússia tzarista frente ao capital estrangeiro impossibilitava um vigoroso desenvolvimento capitalista. Só assim se explica as proporções que assumiu a luta entre a classe operária e as forças absolutistas. A Revolução de Outubro só é compreensível à luz do desenvolvimento capitalista em nível mundial, que já tinha atingido a maturidade suficiente para a substituição das relações capitalistas pelas socialistas. Foi justamente a tensão existente entre a unidade da economia mundial e o desenvolvimento desigual dos países que a compõem que desencadeou o processo revolucionário nos países mais atrasados. Desta perspectiva, a Revolução de Outubro é a prova de maturidade das condições materiais para a revolução mundial.

Todavia, a vitória definitiva da Revolução de Outubro pressupunha a verificação de uma dentre duas possibilidades: em primeiro lugar, a revolução russa seria o prelúdio de uma série de revoluções que irromperiam

por todo o continente europeu; em segundo lugar, a revolução russa, em virtude do desenvolvimento do movimento revolucionário mundial, ficaria isolada, mas somente por um certo intervalo de tempo. De fato, nada disso aconteceu. Segundo Cliff, o apoio social-democrata ao capitalismo ocidental culminou no fracasso do projeto socialista internacional.

Para que as forças produtivas estivessem aptas a se desenvolver — conclui Cliff — a ordem social que existiu sob o tzar tinha que desaparecer. Mas, que ordem social estava para tomar o seu lugar? Vendo que a destruição da ordem social da Rússia tzarista era uma expressão da maturidade do mundo para o socialismo, não há dúvida que, tivesse a revolução se espalhado, a ordem social que teria tomado seu lugar teria sido o primeiro estágio da sociedade comunista. Mas como a revolução de Outubro não se espalhou, que ordem social poderia aparecer na Rússia?.[64]

Marx dizia que se o movimento histórico não tivesse criado as condições materiais para que o modo capitalista de produção fosse abolido, um eventual domínio político do proletariado sobre a burguesia não seria mais do que um ponto no processo da própria revolução burguesa e, portanto, não poderia ter uma longa duração. Engels, por sua vez, dizia que nada poderia ser pior para um líder operário do que governar numa época em que as condições não estivessem preparadas para o domínio da classe operária. Neste caso, tal líder, ao invés de representar sua própria classe, ver-se-ia obrigado a representar a classe para a qual as condições permitissem a dominação. Entretanto, na União Soviética, a burguesia não foi somente derrotada politicamente pela Revolução de Outubro, mas principalmente foi derrotada economicamente pouco tempo depois. Por volta do plano quinqüenal, nem mesmo a burguesia rural era uma força social apreciável. Fica difícil sustentar, portanto, que a Revolução de Outubro tenha sido um simples ponto no processo da revolução burguesa; a burguesia foi simplesmente aniquilada.

Todavia, Cliff sugere que a partir do isolamento da revolução num país atrasado, o Estado operário conta somente com duas estratégias para promover o desenvolvimento. Uma delas é fazer com que a taxa de desenvolvimento industrial dependa da taxa de crescimento dos superávits agrícolas. Isto implica proporcionar novas oportunidades de investimento para os camponeses ricos (de quem, afinal, provinha a principal contribuição

para os tais superávits), oferecendo-lhes uma maior proporção de terras para cultivo. A conseqüência inevitável desta estratégia é a vitória do capitalismo privado que acaba contaminando toda a economia. A outra estratégia é promover uma acumulação primitiva de capital industrial, onerando o campesinato e, ao mesmo tempo, patrocinar a mecanização do campo, liberando com isso mão-de-obra para a indústria. Aqui, a conseqüência inevitável é a subordinação da classe trabalhadora aos imperativos da acumulação de capital. Nestes dois casos, a democracia socialista não pode florescer. Num, o Estado se vê acuado diante da crescente pressão dos camponeses ricos e, por fim, se divorcia dos interesses da classe operária. Noutro, o Estado torna-se onipresente e seus gestores impõem sua vontade sobre a massa da população, seja operária ou camponesa.

Na opinião de Cliff, estas duas estratégias foram efetivamente tentadas. A primeira sob o rótulo de Nova Política Econômica ou NEP, no período 1921-28; a segunda, sob o rótulo de Primeiro Plano Qüinqüenal. Este último marca um verdadeiro *turning point*. Antes do Plano, apesar da crescente burocratização do Estado, a lenta acumulação de riquezas não se traduziu em aumento da pobreza da população. Com a inauguração do Plano, deu-se prioridade absoluta à industrialização às expensas do padrão de vida das massas. Sob a alegação de que a planificação da economia exclui a possibilidade de que os salários sejam fixados por um processo mais independente, os acordos coletivos são declarados a melhor forma de regulá-los. Conseqüentemente, os salários reais, que até então cresciam mais do que a produtividade do trabalho, sofrem, entre 1928 e 1936, uma queda de mais de 50%. Ao mesmo tempo, observou-se neste período uma contínua e crescente diferenciação de salários. De fato, já durante a NEP, o próprio Lênin defendeu a necessidade de certas exceções ao princípio do igualitarismo, notadamente no caso dos técnicos, visto que, dada sua escassez e hostilidade ao novo regime, os objetivos econômicos não poderiam ser atingidos sem isso. Entretanto, neste período não havia exploração no sentido marxista da palavra. O argumento de Cliff é mais ou menos o seguinte: suponha que o trabalho do especialista "valha" cinco vezes mais do que o trabalho de um operário; neste caso, ao final da jornada normal de trabalho eles terão produzido um valor de, digamos, 40 e 8, respectivamente. Descontado o montante destinado ao fundo social

(25%, por exemplo) recebem cupons no valor de 30 e 6. Durante a NEP, o que se observou foi que o especialista recebia cupons adicionais no valor de 6. Embora tenha sido beneficiado, o especialista ainda não recebia da sociedade mais do que aquilo que lhe tinha dado, ainda que recebesse proporcionalmente mais do que operário; noutras palavras, ninguém se apropriava do trabalho alheio. Entretanto, com a inauguração do Plano Qüinqüenal, toda a tradição bolchevique de igualitarismo foi literalmente desprezada. Agora, o burocrata recebe da sociedade muito mais do que aquilo que dá, quando lhe dá.

Do ponto de vista administrativo, as mudanças são igualmente dramáticas. Nos primeiros anos da Revolução, o Partido instruiu os sindicatos a estimular, tanto quanto possível, a participação direta dos trabalhadores nas tarefas econômico-administrativas. Ao mesmo tempo, os sindicatos deveriam funcionar como instrumentos do proletariado contra a burocratização do Estado que, desde logo, se manifestara. Em 1929, entretanto, o gerenciamento individual das plantas é adotado e os trabalhadores são instruídos a não intervir nos assuntos administrativos, nem sequer a lutar pela substituição dos corpos administrativos. Adicionalmente, a mobilidade do trabalhador, isto é, a possibilidade de livre troca de emprego, é abolida e, em 1932, criou-se um sistema de passaporte interno que o impedia de mudar de domicílio sem prévia autorização.

Do ponto de vista jurídico, a legislação trabalhista se tornou, progressivamente, uma espécie de legislação penal: as greves foram proibidas; as transferências de empresa ditadas de cima eram compulsórias; as faltas imotivadas eram punidas com perda de salário ou mesmo dispensa; os julgamentos eram sumários e não admitiam recursos. As mulheres, proibidas de trabalhar em lugares insalubres pelo Código Trabalhista de 1922, podiam ser vistas trabalhando em minas e fazendo os trabalhos mais pesados. Na legislação propriamente penal, os crimes contra a pessoa eram tratados com certa parcimônia se comparados aos crimes contra a propriedade e o Estado. O homem foi totalmente subordinado à propriedade, em todas as áreas.

A legislação foi aplicada indiscriminadamente. Milhões foram condenados ao trabalho escravo em campos de trabalho forçado. O arbítrio da autoridade judicial cumpria uma óbvia função ideológica, mas também

uma importante função econômica. O trabalho escravo é, em geral, improdutivo, mas as condições econômicas nas quais a Rússia se encontrava justificavam sua utilização. Não só porque era baixa a relação capital/trabalho, se comparada com os países desenvolvidos da Europa Ocidental, mas principalmente porque alguém tinha que desempenhar as tarefas altamente desgostosas que o processo de acumulação exigia. Lênin uma vez declarou: "dispomos de incomensuráveis riquezas de turfa. Mas não as podemos utilizar porque não podemos mandar pessoas para estes trabalhos forçados. Com o Estado socialista não podemos enviar pessoas para estes trabalhos forçados, e voluntariamente ninguém irá".[65] A ditadura stalinista parece ter resolvido maravilhosamente bem este problema. Enquanto o código penal transformou em escravos uns tantos, a coletivização forçada e a mecanização da agricultura transformaram em proletários tanto o camponês que veio para a cidade quanto o camponês que permaneceu no campo. Assim, a burocracia soviética conseguiu conquistar em alguns anos o que a Inglaterra havia levado alguns séculos para fazer.

Vejamos, por fim, as transformações de natureza política. Depois de Outubro, as forças revolucionárias armadas constituíam-se de grupos de voluntários. O cansaço da guerra e a conseqüente desmobilização destes grupos obrigaram os bolcheviques a reintroduzir a convocação militar, transformando as forças armadas num exército regular. Além disso, a falta de experiência dos novos comandantes exigiu a convocação de oficiais mais gabaritados nas fileiras do antigo exército tzarista. Apesar destas transformações, a existência de células do partido e a liderança de Trotsky asseguraram o caráter proletário do Exército Vermelho que, com sucesso, pôde derrotar os guardas brancos na guerra civil. Entretanto, em 1929, deu-se início a um processo de diferenciação que consistia em provocar a queda do salário dos soldados e o aumento do salário dos oficiais. O processo culminou com a reintrodução de todas as antigas patentes militares e a atribuição de poderes disciplinares totais aos oficiais.

Os sovietes não tiveram melhor destino. De instituições nas quais repousava a soberania do Estado soviético, sofreram um processo de despolitização até transformarem-se em organismos desprovidos de qualquer poder. O partido, por sua vez, tornou-se um corpo monolítico cujas instâncias superiores, embora eleitas pelas inferiores, controlam-nas totalmen-

te. Assim, o comitê central do Partido, seu órgão dirigente, era eleito pelo congresso do Partido e a ele deveria prestar contas. Para tanto, o congresso deveria ser convocado não menos do que uma vez a cada três anos. Porém, os estatutos eram deliberadamente ignorados e os congressos não eram convocados. O comitê central, por sua vez, elegia o bureau político ao mesmo tempo em que a ele, de fato, subordinava-se. O bureau político elegia seu secretariado, a frente do qual figurava o secretário-geral, cargo ocupado por Stálin até o fim de sua vida.

Todas estas transformações econômicas, administrativas, jurídicas e políticas são, para Cliff, reflexos de profundos antagonismos de classe — de um lado, a burocracia; de outro, a massa da população. A burocracia dominante tem como objetivo a acumulação de capital e a proletarização da população. Neste sentido, cumpre exatamente a mesma missão historicamente reservada a burguesia: promover o desenvolvimento das forças produtivas e a socialização do trabalho. Mas, "o fato de que a burocracia preenche as tarefas da classe capitalista, e assim fazendo, transforma a si própria numa classe, faz dela a mais pura personificação desta classe. Apesar das diferenças da classe capitalista, ela é, a um só tempo, a mais próxima da sua essência. *A burocracia russa como negação parcial da classe capitalista tradicional é, a um só tempo, a mais verdadeira personificação da missão histórica desta classe*".[66] Curiosamente, os ideólogos do socialismo em um só país acabaram construindo as fundações do que seria um capitalismo de Estado.

Como Lênin colocou, o capitalismo de Estado é a ante-sala do socialismo ou, de outra maneira, o socialismo é o capitalismo monopolista de Estado colocado à serviço de todo o povo. Isto implica que a propriedade estatal, por si só, não é a solução das contradições capitalistas, ainda que contenha os elementos formais desta solução. Não obstante a similaridade formal entre o último estágio do capitalismo e o primeiro estágio do socialismo, eles são diametralmente opostos no que diz respeito ao conteúdo. A URSS apresenta as formas nascidas de uma revolução proletária que degenerou (e por fim morreu); suas relações de produção são compatíveis com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas de um país isolado. Se a forma guarda traços de continuidade com o período revolucionário, o conteúdo da síntese mostra uma continuidade histórica

com o período anterior, pré-revolucionário. A contradição entre forma e conteúdo deriva do fato de que, na história, um passo atrás não significa nunca um retorno ao ponto de partida, mas uma situação na qual combinam-se elementos do sistema que a sociedade tentou superar e elementos do sistema que a sociedade tentou estabelecer.

O capitalismo de Estado, fruto da degeneração e colapso do Estado operário, é o limite teórico extremo que o capitalismo pode atingir; é o ponto culminante no processo de desfiguração do capitalismo tradicional e, portanto, é a negação do capitalismo nas suas próprias bases, isto é, uma negação parcial. Cliff distingue o capitalismo de Estado que se origina da degeneração do Estado operário e o capitalismo de Estado que surge do desenvolvimento *natural* do próprio Estado burguês. No primeiro caso, uma metamorfose mais radical se opera: a planificação é uma negação *parcial* da lei do valor e *total* das leis de mercado, inclusive do mercado de trabalho. A mercadoria força de trabalho pressupõe o trabalhador livre para vendê-la; como no sistema soviético só existe um único empregador, esta condição não é satisfeita: a venda da força de trabalho é uma simples formalidade.[67] A divisão do trabalho com sistema de preços da Rússia stalinista mais se parece com a divisão do trabalho sem sistema de preços do Egito dos faraós. Se existe uma diferença de grau, não existe uma diferença de essência. A diferença reside no fato de que a divisão do trabalho na Rússia é determinada pela concorrência com os países desenvolvidos e assume a forma militar. Se se abstrai as relações soviéticas com o resto do mundo, a divisão do trabalho pode ser comparada à que se observa dentro de uma única fábrica. Cliff conclui, afirmando que se é correto chamar o sistema soviético de capitalismo de Estado, as características que o diferenciam daquele que evolui gradativamente do capitalismo monopolista, obriga-o a encontrar uma mais precisa definição: Cliff sugere capitalismo burocrático de estado *(Bureaucratic State Capitalism)*.

Por fim, Cliff trata das perspectivas do Estado soviético. Com Trotsky, Cliff sustenta que a burocracia, tendo que apoiar-se em elementos da futura sociedade (plano e propriedade estatal) para manter as atuais relações, prepara uma reedição da Revolução de Outubro, mas desta vez sob bases mais sólidas. Contra Trotsky, Cliff rejeita a hipótese de um recuo da economia planejada e estatal para uma economia privada, não somente

porque não há forças sociais internas que o desejem, mas também porque um tal recuo seria uma notória regressão tecno-econômica.

Charles Bettelheim: uma visão maoísta

O novo na análise de Bettelheim é que para ele o principal obstáculo à consecução de uma política socialista não se encontra no baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas nas relações sociais dominantes: de um lado, a reprodução da divisão capitalista do trabalho e, de outro, as relações políticas e ideológicas que, a um só tempo, são um reflexo dessa divisão e constituem as condições de sua reprodução. O desenvolvimento das forças produtivas não pode, por si, eliminar a divisão do trabalho e as demais relações burguesas. Estas mazelas capitalistas, os verdadeiros obstáculos à uma prática socialista, só podem desaparecer através da luta de classes, travada sob a ditadura do proletariado, corretamente orientada pela experimentação das massas e pela análise teórica. Só o combate à divisão do trabalho e à ideologia burguesa darão lugar a um sistema onde não exista exploração ou opressão.

A experiência maoísta demonstra que o nível de desenvolvimento das forças produtivas não constitui obstáculo à revolução das relações de produção e não implica a necessidade de atravessar períodos marcados pelos horrores da acumulação primitiva e pelo aumento das desigualdades sociais. Demonstra, ainda, a ameaça que constitui ao socialismo a tentativa de construir primeiro a base material da sociedade socialista, negligenciando a transformação das relações sociais, que só seria levada a cabo quando a primeira condição fosse satisfeita.

A experiência soviética, por sua vez, confirma que a tarefa mais difícil não é derrubar as antigas classes dominantes, mas destruir as antigas relações sociais. A compreensão do fenômeno soviético exige, em primeiro lugar, que se rompa com a idéia de uma correspondência mecânica entre as formas jurídicas de propriedade e as relações de produção, particularmente no período de transição socialista. Esta idéia oblitera o fato de que, neste período, o proletariado pode perder o poder para a burguesia sem que a propriedade privada capitalista seja necessariamente restaurada. A eventual manutenção da propriedade estatal pode servir como um excelente instrumento ideológico: ela sugere que a luta de classes acabou, justamente quando esta luta assume novas formas e se aguça. Evidentemente, a nacionalização dos meios de produção oferece condições político-jurídicas mais favoráveis à posterior transformação socialista das relações de produção mas, em si, a nacionalização não se confunde com esta transformação enquanto tal.

> Como Lênin sublinhou muitas vezes, sobretudo em seus desenvolvimentos sobre o capitalismo de Estado, não é o caráter estatal da propriedade que faz dela uma propriedade socialista. Na condição da ditadura do proletariado, a estatização torna possível uma luta pela socialização da produção, pela transformação socialista efetiva das relações de produção. Sob a ditadura do proletariado, a propriedade do Estado pode ser uma forma socialista de propriedade, mas só pode continuar na medida em que — levando em conta condições concretas das relações de classes — há luta para a transformação socialista das relações de produção. Enquanto esta transformação não for levada até o fim, a propriedade estatal revela um *duplo caráter*: é ao mesmo tempo uma forma socialista de propriedade, em razão do caráter de classe do Estado, e uma forma capitalista de propriedade, em razão da natureza em parte capitalista das relações de produção existentes, dos limites das transformações dos processos de produção e reprodução. Perder isso de vista é reduzir o conceito de propriedade a seu aspecto jurídico e ignorar o alcance social efetivo da forma jurídica de propriedade, que apenas pode ser compreendida pela análise das relações de produção.[68]

De fato, o duplo caráter da propriedade deriva do duplo caráter das próprias classes sociais sob a ditadura do proletariado. Neste período, a classe operária é proletariado, ao mesmo tempo em que é não-proletariado: é proletariado porque está inserida num sistema no qual as relações capitalistas só foram parcialmente transformadas, o que a mantém separada dos meios de produção; é não-proletariado porque exerce a ditadura através de um Estado operário que transforma as relações sociais econômicas e su-

per-estruturais, o que a aproxima dos meios de produção. Da mesma forma, sob a ditadura do proletariado, a burguesia é ao mesmo tempo uma não-burguesia: burguesia porque, através das relações capitalistas de produção parcialmente transformadas (mas que ela luta por reproduzir), exerce ainda um controle efetivo sobre os meios de produção; não-burguesia porque suas atividades estão subordinadas politicamente à ditadura do proletariado, que a obriga a exercer o controle que lhe resta sob condições inteiramente novas. Ao duplo caráter das classes corresponde o duplo caráter do Estado, do processo de acumulação e até do partido, que não está absolutamente imune à prática e à ideologia burguesas.

Assim, percebe-se que a expropriação da burguesia não se confunde com o seu desaparecimento. A propriedade estatal sob a ditadura do proletariado não consegue senão eliminar gradualmente as relações capitalistas e, se elas continuam a existir, é perfeitamente possível que as práticas burguesas se desenvolvam, ainda que sob novas formas, principalmente nos organismos estatais. Se a luta de classes não segue uma linha justa, abre-se a possibilidade de consolidação da burguesia no nível das relações sociais e no nível político-ideológico. Verificada esta possibilidade, obstrui-se o processo de revolução da produção e afirmam-se as antigas relações parcialmente transformadas. Nestas circunstâncias, como a transição não mais se processa, não se pode mais falar de uma sociedade socialista, mas de uma restauração capitalista "sob as formas específicas impostas por aquelas relações sociais transformadas que a burguesia não pode destruir".[69]

Quando Ustridov, cadete emigrado anti-comunista, propôs apoio aos bolcheviques na esperança de que o Estado soviético cumprisse, finalmente, as tarefas históricas indispensáveis das quais uma nova burguesia poderia tirar proveito, Bukharin reagiu da seguinte maneira:

> Chegaríamos a uma situação em que todas as declarações, as bandeiras, o canto da Internacional, a forma soviética de governo seriam mantidos exteriormente, enquanto o conteúdo interior de tudo isso já estaria transformado: esse conteúdo... corresponderia à expectativa, aos anseios, às esperanças e aos interesses dessa nova camada burguesa que cresce constantemente e se torna cada vez mais forte, e que, por meio de mudanças lentas e orgânicas, conseguiria modificar todas as características do Estado soviético e colocá-lo, pouco a pouco, nos trilhos de uma política puramente capitalista... A antiga burguesia apodrecida, que vivia de esmolas do governo tzarista... seria então substituída, graças à Revolução de Outubro, por uma nova burguesia... que não recua diante de nada, que abre seu caminho sob o signo do nacionalismo mas se esconde sob a fraseologia e as bandeiras do internacionalismo para avançar no sentido de uma nova Rússia capitalista e burguesa, grande e poderosa *(Revolução proletária e cultura, 1923)*.[70]

Para Bettelheim, a previsão se confirmou: sob a capa da propriedade estatal, as relações de produção na URSS acabaram por se assemelhar às de qualquer outro país capitalista, embora a forma de existência dessas relações assumisse um caráter particular, a de capitalismo de Estado, que nada mais é do que o capitalismo levado a seu extremo. Neste sistema, uma burguesia de Estado ou burguesia burocrática de Estado, dispõe efetivamente dos meios de produção que só formalmente pertencem ao Estado. Os meios de produção funcionam como capital coletivo administrado pela burguesia estatal que, como classe capitalista, constitui o corpo de funcionários do capital. Os produtores imediatos, os trabalhadores, continuam sendo simples assalariados cuja única função é a operação dos meios de produção que não lhes pertencem.

Até aqui, parece haver uma grande similaridade entre o pensamento de Bettellheim e o de Cliff. Porém, como já dissemos, o primeiro exclui o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas como fator determinante da derrota da ditadura do proletariado. Mas, para dar coerência a seu raciocínio, Bettelheim é obrigado a perguntar-se quais outros fatores conduziram, finalmente, à obstaculização do processo de transição e à restauração capitalista sob o manto da propriedade estatal. Na resposta a esta pergunta residem os elementos que conferem a obra de Bettelheim traços distintivos.

Bettelheim arrola alguns fatores que condicionaram o curso dos acontecimentos: a guerra civil contra os guardas brancos, o combate à intervenção de tropas imperialistas e a inexperiência dos quadros revolucionários (uma vez que se tratava da primeira experiência socialista duradou-

ra). Assim, só para citar um exemplo, "na ausência de uma verdadeira experiência militar prática anterior à instauração do poder soviético, a concepção 'tecnicista' do exército e da tática militar — amplamente predominante no partido bolchevista — impede a edificação de um exército de tipo novo".[71] Outro fator mencionado por Bettelheim é a pouca penetração do partido bolchevique no campo. Este fator é fundamental, visto que o apoio do campesinato é imperativo para a vitória da ditadura do proletariado num país onde ele constitui a maioria da população. Se o partido estivesse mais presente no campo talvez pudesse tirar mais proveito das tradições comunitárias no sentido do fortalecimento de uma agricultura coletiva.

Todavia, o fator que parece jogar o papel principal na sua linha de argumentação são as concepções teóricas errôneas dos líderes soviéticos, principalmente após a morte de Lênin. Praticamente todo o Volume II d'*A luta de classes na União Soviética* é destinado a explicar como as diretrizes fixadas, influenciadas pela tradição economicista, conduziram ao fortalecimento das forças sociais burguesas que, finalmente, transformaram o Estado num aparelho de tipo capitalista. Bettelheim ressalva que as concepções errôneas em si não constituem o elemento determinante do processo, mas fortalecem determinadas relações e práticas sociais que determinam seu curso.

O economicismo, contudo, não é um produto teórico desvinculado da luta de classes. Considerá-lo como tal seria puro idealismo. Na verdade, o economicismo é, ele mesmo, um produto da luta de classes no seio do marxismo. A ação dos aparelhos político e sindical do movimento operário alemão, de um lado, e o poderio imperialista alemão, de outro, permitiram que algumas camadas do proletariado experimentassem uma melhoria das suas condições de vida. Conseqüentemente, tomou corpo um conjunto de idéias aparentemente marxistas (mas impregnadas de ideologia burguesa) que sugeria que as contradições econômicas, por si mesmas e desde que amadurecidas, engendrariam as transformações sociais e as lutas revolucionárias rumo ao socialismo. A própria constituição de um partido operário, bem como a necessidade de eventuais alianças de classe, eram proposições questionadas diante dessa argumentação.

Na Rússia tzarista, a não existência de condições para o desenvolvimento de um movimento revolucionário legal impediu que o economicismo menchevique encontrasse apoio no movimento operário russo, com a exceção do apoio de algumas categorias profissionais privilegiadas. Entretanto, após a revolução, o bolchevismo aproxima-se gradualmente do legado economicista e afasta-se do marxismo revolucionário. Esse movimento se manifestou na constituição de duas tendências "opostas", uma direitista e uma esquerdista, ambas porém de conteúdo economicista: a primeira pleiteava a substituição da direção política e ideológica operária pela coerção estatal; a segunda, pela ação dos organismos sindicais. Basicamente o que estava em jogo era a estatização dos sindicatos ou a sindicalização do Estado.

Lênin, que tinha uma visão particular da relação partido/sindicato/massas, combateu ambas as tendências. Contudo, o próprio Bettelheim reconhece que, diante do economicismo, coexistiam em Lênin dois pontos de vista: "um 'dominante', que coloca em primeiro plano a luta de classe travada pelas massas como fator de destruição/reconstrução das relações sociais, sobretudo das relações de produção; e outro, 'dominado' (no sentido de que desempenha papel secundário), que condiciona a emergência de novas relações de produção ao desenvolvimento das forças produtivas".[72] Segundo Bettelheim, a existência desta segunda concepção no pensamento de Lênin não é de surpreender, visto que textos do próprio Marx não a excluem inteiramente. O problema consiste em atribuir a esta concepção economicista um papel dominante, erro cometido pelos ideólogos da Segunda Internacional, com quem Lênin rompe parcialmente em 1918. Para Bettelheim, esta concepção só pode predominar quando as relações de produção não constituem um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas; caso contrário, e aí está caracterizada uma situação revolucionária, são as transformações das relações sociais de produção que desempenham o papel principal. Em dezembro de 1920, é esse o tom do discurso de Lênin no VIII Congresso dos Sovietes:

> Enquanto vivermos num país de pequenos camponeses, haverá na Rússia base econômica mais sólida para o capitalismo do que para o comunismo... Quem tenha observado atentamente a vida

> do campo, em comparação com a vida na cidade, sabe que não extirpamos as raízes do capitalismo nem minamos as bases, os fundamentos do inimigo interno. Este último mantém-se na pequena economia e para o minar só há um meio: passar a economia do país, incluindo a agricultura, para uma nova base técnica da grande produção moderna. Essa fase só pode ser a eletricidade. O comunismo é o poder soviético mais a eletrificação de todo o país.[73]

Quem quer que conheça o significado da expressão *poder soviético* em Lênin, não pode atribuir a esta passagem um conteúdo *dominantemente* economicista; porém também não pode deixar de perceber que este elemento não só está presente como também, de forma alguma, é um elemento dominado. Ambas as dimensões (objetiva e subjetiva) estão sempre presentes no pensamento de Lênin: quando ele trata das bases do socialismo quase sempre se refere ao desenvolvimento das forças produtivas e à transformação das relações de produção.

Contudo, a tese que Bettelheim esforça-se por demonstrar sugere que, a partir de 1921, as preocupações de Lênin voltam-se com mais força para os aspectos subjetivos da transição (notadamente as transformações das relações de produção e o fortalecimento político da aliança entre operários e camponeses) do que para os aspectos objetivos. Bettelheim identifica uma primeira guinada na primavera de 1921. De fato, nesta época, Lênin procede uma avaliação do período do Comunismo de Guerra. Considera um erro a tentativa de organizar à maneira comunista, num país de camponeses, a produção e distribuição dos produtos pelo Estado. Propõe, então, a substituição das requisições forçadas — impostas aos camponeses em virtude da guerra civil e da miséria generalizada — pelo imposto em espécie. Preconiza que a política econômica a ser adotada pelo proletariado que exerce sua ditadura num país camponês é a troca de produtos industriais por cereais: só o estímulo à produção agrícola poderia servir de base à necessária industrialização.

> O melhor — escreve Lênin — seria se se conseguisse restabelecer, de forma completa e o mais rapidamente possível, as grandes

> fábricas, assim como os transportes ferroviários e aquáticos. Poder-se-ia, então, fornecer aos camponeses, de forma rápida e barata, uma grande quantidade de todos os produtos da indústria... Mas, para estabelecer rapidamente a grande indústria, são necessárias grandes reservas de combustível e de víveres nas cidades. E nós não estamos em condições de reunir e transportar essas reservas. Por isso, a par do trabalho de recolha e transporte dessas reservas, é preciso iniciar imediatamente o trabalho de recolha e transporte para desenvolver e estimular por todos os meios a pequena indústria”[74]

Bettelheim reconhece que a primeira versão da Nova Política Econômica leninista (NEP) ainda não renuncia ao desenvolvimento acelerado da grande indústria nem examina mais profundamente as transformações sociais de produção; porém tem o mérito de ter traçado as principais diretrizes da política que muito mais tarde seria adotada na China sob os *slogans:* “marchar sobre as duas pernas” e “duas iniciativas valem mais do que uma”, isto é, desenvolver a grande e pequena indústria simultaneamente, recorrendo à técnicas antigas e modernas.

Todavia, Bettelheim reconhece uma segunda guinada no outono de 1921. Do ponto de vista econômico, Lênin, que até então havia defendido um fortalecimento dos setores estatal e socialista contra a produção pequeno-burguesa, passa a admitir a necessidade de um recuo, regulamentando o comércio e a circulação de moeda. Do ponto de vista político — segundo Bettelheim, o aspecto mais importante — Lênin propõe uma nova forma de relação entre proletariado e campesinato. Em 1923, declara o caráter socialista da produção cooperativa, o que revela sua preocupação com as relações de produção e não com as formas jurídicas de propriedade. Paralelamente, ressalta a necessidade de transformações político-ideológicas, principalmente ao nível do aparelho estatal, e propõe uma revolução cultural que elimine a mentalidade burocrática e feudal e permita o florescimento de uma autêntica cultura proletária.

Após a morte de Lênin (janeiro de 1924), predominou uma interpretação economicista da NEP. Tal interpretação encontrou apoio nas lacunas teóricas da própria obra leninista: de um lado, Lênin não havia deixado

claro se o fracasso do Comunismo de Guerra se devia à adoção de métodos por princípio inadequados, ou se se devia à adoção de tais métodos num momento inoportuno; de outro lado, as políticas de fevereiro e de outubro de 1921 são tratadas pelo próprio Lênin pelas metáforas *recuo* e *nova retirada*, respectivamente, quando, na verdade, segundo Bettelheim, tratavam-se de um gigantesco passo à frente. Foi justamente o predomínio economicista no debate econômico travado após a morte de Lênin que determinou o colapso da aliança entre camponeses e operários e o colapso da própria ditadura do proletariado.

Para Bettelheim, o predomínio economicista que se fez presente no debate sobre a industrialização soviética (1924-1928) fez confundir, durante toda a NEP, o processo de reprodução ampliada das condições materiais de produção e de existência e o processo de reprodução ampliada de capital. Segundo este autor, as duas coisas não se confundem: o crescimento da quantidade de valores de uso disponíveis não exige necessariamente o crescimento do valor dos meios de produção sujeitos à lógica de autovalorização. A ditadura do proletariado permite desvincular uma coisa da outra, o que é tarefa impossível sob o capitalismo, dada a subordinação da produção de valores de uso à reprodução ampliada de capital. Como esta operação não se realizou na URSS, a predominância da forma capitalista acabou determinando o caráter capitalista das relações sociais existentes. A crise final da NEP, considerada uma crise econômica inevitável, não passa de uma mera manifestação fenomenal deste erro *político*.

Para Bettelheim, por exemplo, a escassez de produtos industriais, agravada no final da NEP, não se devia ao excesso de demanda camponesa por tais produtos. Segundo ele, o índice de demanda camponesa por produtos industriais cresceu de 75,2 em 1926-27 para 80,2 em 1927-28 (1912-13=100), enquanto o índice de produção industrial cresceu de 89,9 em 1925-26 para 103,9 em 1926-27 e para 119,6 em 1927-28 (1913=100). Isto significa que a produção industrial cresceu proporcionalmente mais do que a demanda camponesa por produtos industriais: a demanda camponesa, portanto, não poderia explicar o agravamento da escassez de produtos industriais. Todavia, um diagnóstico errado da situação, que culpava o campo e o atraso relativo da indústria pela escassez, conduziu os dirigen-

tes a priorizar o desenvolvimento industrial. Como eram justamente as condições de reprodução do parque industrial as responsáveis pelo excesso de demanda por produtos industriais, a situação se agravava. Os investimentos, principalmente na indústria pesada, absorviam quantidades crescentes de produtos industriais antes que as plantas estivessem aptas a aumentar sua oferta.

A economia camponesa, por seu turno, sofria os efeitos dramáticos da escassez de produtos industriais. Por um lado, o fornecimento de produtos industriais era uma condição necessária para que os camponeses pobres e médios se libertassem da dependência frente ao camponês rico. Isto porque a escassez de equipamentos obrigava os primeiros a arrendá-los do último. Por outro lado, esta escassez condenava os camponeses pobres e médios a cultivar somente parte das terras férteis a sua disposição. Mas isso não é tudo. Como as vendas de superávits agrícolas eram condicionadas, em primeiro lugar, ao montante produzido e, em segundo, à possibilidade de trocá-los por equipamentos agrícolas (independência frente ao camponês rico), a coleta de produtos agrícolas cai rapidamente. O camponês pobre e médio prefere aumentar um pouco seu padrão de consumo a vender sua produção sem ter o que comprar; ou então estoca sua produção com a finalidade de escapar da compra de cereais à crédito, a que estava sujeito nas entresafras.

A queda da coleta induziu o partido a lançar mão de medidas excepcionais (requisições) que exerceram um efeito negativo sobre a produção de cereais. O processo culminou com a adoção da política de coletivização forçada e mecanização da agricultura. Paralelamente, implementou-se a política de preços preconizada por Preobajensky, abrindo-se a tesoura que se encontrava quase fechada em 1928. Conseqüentemente, dada a queda do poder de compra do camponês pobre e médio, sua dependência frente ao camponês rico se agrava mais ainda. Como um todo, as medidas acarretam o colapso da aliança entre proletariado e campesinato, condição necessária para que se consolide a ditadura de classe num país atrasado.

Na cidade, a mecanização da agricultura — solução encontrada pelo partido para escapar à crise da coleta— implica uma pressão ainda maior sobre a indústria. O programa de industrialização, que já durante a NEP estava submetido à lógica da valorização do capital, transforma-se num programa de super-industrialização que assume formas definitivamente

capitalistas. A decisão de levar o programa adiante a qualquer custo reflete-se sobre a gestão das empresas, cujos dirigentes adquirem os poderes absolutos do antigo gerente capitalista. Por fim, a necessidade de operários qualificados aprofunda o problema do leque salarial.

O desenvolvimento máximo da grande indústria estatal cria uma situação objetiva favorável à penetração de membros da antiga *intelligentsia* nos aparelhos econômicos administrados pelo Estado. O Estado, que deveria desaparecer na ausência de antagonismos de classe, se fortalece e se autonomiza frente ao controle popular, o que só pode ser considerado um sinal de aprofundamento daqueles antagonismos. A nova burguesia estatal, num momento em que a burguesia privada remanescente especulava com o preço dos escassos bens industriais, aproveita-se do conflito entre esta burguesia e o proletariado e conclui o processo de estatização da economia. A consequente planificação total, porém, não tem nada de socialista: não se deve deixar influenciar-se pelas formas ideológicas que se desenvolvem nestas circunstâncias e que tentam "identificar a luta entre a via capitalista e a via socialista à luta entre 'anarquia de mercado' e o 'desenvolvimento harmonioso assegurado pelo plano'."[75]

E Bettelheim finaliza:

> Quando no poder, a burguesia [estatal] não apenas é o agente dominante da reprodução ampliada das relações capitalistas como também... o agente de uma *prática contraditória de transformação de relações capitalistas*. Assim são introduzidos elementos que prefiguram as relações socialistas. Tais elementos encontram-se em posição totalmente *subordinada*, estão submetidos às exigências da reprodução das relações capitalistas em seu conjunto e têm de permanecer assim na ausência de uma revolução proletária que os coloque em posição dominante. Como afirma Marx mais de uma vez ao estudar as sociedades anônimas, a bolsa, os trustes, as nacionalizações capitalistas etc., o processo de preservação das relações capitalistas realiza-se através da transformação formal dessas relações.[76]

Crítica da tese do capitalismo de Estado

A principal crítica que se pode fazer à tese do capitalismo de Estado é que ela negligencia completamente a *forma* capitalista de produção e apropriação do trabalho excedente, parte absolutamente constitutiva do modo capitalista de produção. E, como diz Hegel, "justamente porque a forma é tão essencial à essência quanto esta o é a si mesma, a essência não deve ser apreendida e expressa puramente como essência... mas igualmente como forma e na riqueza total da forma desenvolvida."[77]

O capitalismo é, em primeiro lugar, caracterizado pela produção e realização da mais valia através da troca de mercadorias. Não é de nenhuma forma fortuito que seja esse justamente o ponto de partida da análise marxista do capitalismo:

> À primeira vista — diz Marx — , a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, e a mercadoria isolada como seu modo elementar. Mas toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de *valor de uso* e *valor de troca*.[78]

Se a forma elementar da riqueza burguesa é a mercadoria, é natural concluir que o modo de produção do qual aquela riqueza brota é necessariamente mercantil. Um produto só é mercadoria se foi produzido para troca e a troca pressupõe unidades absolutamente independentes, isto é, mercado. Na URSS, porém, na quase ausência de unidades produtivas independentes, a produção para troca é quase inexistente no que se refere a bens de consumo e inexistente no que se refere a bens de produção. Poder-se-ia argumentar que a agricultura parcelar e o comércio exterior conferem à economia soviética um caráter mercantil. Todavia, é preciso lembrar que o sistema, em si, é totalmente compatível com a supressão da agricultura não planificada e que o monopólio estatal sobre o comércio exterior garante ao sistema uma certa "imunidade". Além disso, não se pode perder de vista o aspecto quantitativo.

Em segundo lugar, o capitalismo pressupõe a separação dos produtores dos seus instrumentos de trabalho. Mas não qualquer separação. Sob o capitalismo, a separação entre trabalhadores e meios de produção assu-

me uma forma exclusivamente econômica. Na URSS, dado que os meios de produção pertencem ao Estado, a linha que separa a economia da política se evanesce e, conseqüentemente, oblitera-se a pureza econômica desta separação. O controle direto do capitalista sobre os meios de produção é substituído pelo controle do burocrata sobre o Estado que é o proprietário dos meios de produção. Noutras palavras, a relação entre a burocracia e os meios de produção aparece mediada por uma entidade abstrata, o Estado, e a separação entre os produtores e os meios de produção aparece como manifestação política.

Os teóricos do capitalismo de Estado têm uma resposta pronta para estas críticas. Dizem eles que a forma não é capitalista mas o conteúdo o é. A degeneração não poderia conduzir a um retorno ao ponto de partida, mas a uma situação híbrida. Não foi o próprio Marx que sugeriu que a preservação das relações capitalistas se dá através de suas transformações formais? E a distribuição do produto? Ela não se dá segundo normas que correspondem aos padrões capitalistas? E Bettelheim acrescentaria: A existência da forma salário não é um testemunho do predomínio das relações capitalistas?

De fato, Marx estabelece:

> O salário supõe o trabalho assalariado, o lucro supõe o capital. Estas formas determinadas da distribuição supõem portanto que as condições de produção tenham caracteres sociais determinados e que existam certas relações sociais entre os agentes de produção. Em suma, a relação determinada da partilha traduz a relação de produção historicamente definida... A distribuição capitalista é diferente das formas de distribuição decorrentes de outros modos de produção; cada forma de distribuição desaparece com o modo determinado de produção do qual é oriunda e ao qual ela corresponde.[79]

Vejamos, então, até que ponto *salário* é salário e *lucro* é lucro na sociedade soviética. Sob o capitalismo, a própria força de trabalho é objeto de troca, isto é, mercadoria. Isto pressupõe não só que o produtor esteja separado dos instrumentos do trabalho, isto é, esteja *livre* dos meios de pro-

dução (caso contrário, não venderia sua força de trabalho), mas também, que o trabalhador seja *livre* para vender (ou não) sua força de trabalho (ou seja, pressupõe mercado de trabalho). O trabalhador assalariado é, portanto, sob o capitalismo, livre em dois sentidos. Todavia, na URSS isto não acontece. Na presença de um único "contratante", o Estado, não há mercado de trabalho. Os salários são fixados pelo planejador e não regulados pelo mercado. Do ponto de vista teórico, o "salário" soviético tem muito pouco em comum com o salário capitalista. Como muito bem observa o próprio Tony Cliff, a situação dos trabalhadores sob o poder burocrático soviético é *semelhante* a dos trabalhadores sob o poder despótico dos faraós egípcios, sendo que, se há uma diferença de grau (e sistemas de preços), não há uma diferença de essência.

Tomemos agora o lucro. Sob o capitalismo, a mais valia é apropriada privadamente pelos membros da classe dominante, na forma de lucro e na proporção da cota de capital de cada um destes membros no montante total do capital nacional. Na URSS, porém, como muito bem coloca Cornelius Castoriadis:

> O lucro se torna lucro universal abstrato, que superou sua relação com ambos, a estrutura e a magnitude de uma massa de capital, como também com a própria posse de tal massa de capital. O lucro é somente lucro total baseado na posse universal do aparato produtivo por este universal abstrato que é o Estado. Na medida em que este Estado é somente uma abstração, na medida em que o lucro, por meio de compensação, requer que lhe seja dada uma forma concreta através de acumulação e através de consumo improdutivo (consumo sendo, numa palavra, o único meio real pelo qual ele pode tornar-se concreto); na medida em que, conseqüentemente, o Estado pode tornar o lucro concreto somente sob a forma abstrata de acumulação abstrata (abstrata significando aqui: não determinada em sua forma específica, desde que a acumulação concreta é, numa palavra, acumulação para a finalidade de *consumo*), e dado que consumo é sempre consumo concreto (isto é, consumo de algo por alguém), nós, então, podemos dizer que a concretização do lucro pode somente consistir de seu con-

sumo pelo conteúdo concreto do Estado, isto é, pelos burocratas. Mas neste processo de concretização, sua relação com uma massa determinada de capital é superada *qua* mediação. A mediação necessária à concretização pode ter lugar, portanto, somente numa base diferente da sua relação com uma massa determinada de capital. Ela, assim, tem lugar na base de relações que não são mais econômicas, mas, mais propriamente, extra-econômicas. E, daqui por diante, estas relações determinarão a alocação do lucro total entre os diferentes estratos da burocracia e entre os burocratas enquanto indivíduos.[80]

O caráter extra-econômico das relações que determinam a alocação do "lucro total" (aliás, não só esta alocação) é reconhecido pelo próprio Bettelheim quando afirma que os planos (instrumentos de alocação de recursos) "são o produto de um processo social complexo, são o efeito das relações e das lutas de classes, sofrem uma série de coerções sociais tanto no decorrer de sua preparação como no decorrer de sua aplicação".[81]

O que confunde os teóricos do capitalismo de Estado é o fato, por eles corretamente assinalado, de que no sistema soviético o capital exerce de alguma forma (não da forma que eles pensam), o seu domínio (embora num contexto não capitalista). A passagem d'*O Capital* acima citada sugere que, se lucro pressupõe capital, capital pressupõe lucro. Isto, porém, não é assim. Explico-me. De fato, na URSS, ainda que o montante de sobre-trabalho destinado ao processo de acumulação (e a alocação deste montante entre os diversos setores) e o montante destinado ao consumo improdutivo da burocracia (e a alocação deste montante entre os burocratas) possam ser decidido despoticamente, a burocracia não se liberta das leis de acumulação de capital. E isto não só porque "os imperativos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital" impõem que certas proporções sejam consideradas — sob pena de colapso do processo de industrialização —, mas também por uma razão mais profunda: os vínculos e conexões da sociedade soviética com o sistema global do capitalismo impõem o mesmo padrão de acumulação sob pena do sistema sucumbir a uma eventual agressão externa, ainda que ideológica. Afinal, os teóricos do socialismo em um só país têm como um de seus

apoios o fato de pretender oferecer uma condição material de existência superior ao capitalismo. Quando Stálin decidiu colocar, lado a lado, um país socialista atrasado e os países capitalistas avançados, não fez outra coisa senão subordinar a acumulação "socialista" à acumulação capitalista, isto é, o processo de produção de valores de uso ao processo de produção de capital que, neste caso, assume a forma de capital estatal. Assim, "as dimensões da acumulação socialista não são fixadas com base nas necessidades internas do sistema, mas sim à luz da chamada concorrência econômica com o capitalismo".[82]

Duas objeções podem ser feitas, de imediato, a estas considerações. Em primeiro lugar pode-se dizer que, a princípio, soa estranha a afirmação de que o capital, de certa forma, exerce seu domínio num contexto não-capitalista. Em segundo lugar, pode-se dizer que o capital, na perspectiva marxista, é um sujeito automático, e o argumento apresentado parece sugerir que a acumulação soviética é uma opção claramente política da burocracia. Estes argumentos aparentemente põem em xeque a hipótese da existência de capital no sistema soviético. Contudo, verdadeiramente, não existe nenhuma contradição em afirmar que o sistema soviético não é um sistema *capitalista*, mas que está subordinado à lógica de acumulação de capital. Como observou István Mészáros:

> O conceito de *capital* é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro aborda bastante mais do que isso: ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, *das condições de origem e desenvolvimento da produção de capital, incluindo as fases em que a produção de mercadorias não é abrangente e dominante como o é no capitalismo.*[83]

Aqui Mészáros refere-se, explicitamente, à fase de acumulação primitiva de capital. Neste período, a acumulação de capital não decorre do modo capitalista de produção, embora seja seu ponto de partida. Mas, além de anterior à acumulação capitalista, a acumulação primitiva de capital possui um outro traço característico. Diferentemente da acumulação capitalista, que repõe automaticamente as condições de sua reprodução, a

acumulação primitiva depende de condições que são impostas coercitivamente. Neste período, como veremos, o capital não é sujeito automático (ou melhor, é sujeito, mas não automático); antes depende, no seu processo de constituição, de uma forte vontade política, principalmente estatal. No caso das sociedades soviéticas, esta vontade foi ensejada pela existência de nações capitalistas imperialistas, cujo grau de desenvolvimento superava, em muito, o grau de desenvolvimento por elas atingido. Disso decorre o caráter anti-imperialista das revoluções comunistas.

Estas questões serão retomadas adiante, um pouco mais pormenorizadamente. Peço ao leitor um pouco mais de paciência. Antes de continuarmos, porém, quero colocá-lo frente a mais uma dificuldade com a qual teremos que lidar. Dada a distinção entre capital e capitalismo, surge-nos a seguinte questão: se a burocracia, ainda que num contexto não-capitalista, subordina-se à lógica do capital, seria ela uma classe capitalista? Antecipo ao leitor que a resposta é negativa: o capitalismo pressupõe produção generalizada de mercadorias, inclusive força de trabalho, ou seja, mercado; ocorre que o domínio burocrático se apóia na centralização estatal dos meios de produção: conclui-se que entre o modo de produção capitalista e a burocracia existe uma contradição irreconciliável, sendo que um não pode ser dominante sob o império do outro.

COLETIVISMO BUROCRÁTICO

Neste capítulo apresento a teoria do coletivismo burocrático. Não a discuto aqui. Como os vários teóricos do coletivismo burocrático não formularam uma versão bem acabada desta teoria, muito ao contrário, apresento-os de forma a realçar suas diferenças e peculiaridades, seguindo uma ordenação didática.

Procurei classificá-los pelo que me pareceu mais relevante: a forma pela qual os vários autores situaram o sistema soviético frente ao capitalismo contemporâneo. Assim, reúno as diversas versões em três subgrupos: tese da convergência, tese da convergência antagônica e tese do paralelismo. O primeiro subgrupo é representado por Bruno Rizzi que, aliás, foi quem cunhou a expressão *coletivismo burocrático,* nem sempre usada pelos demais teóricos. O segundo subgrupo é representado pelos integrantes do grupo Socialismo ou Barbárie, Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, a quem deve-se reconhecer o mérito de ter emprestado à teoria do coletivismo burocrático um maior rigor — daí dedicarmos mais tempo à apresentação destes autores. O terceiro subgrupo é representado por Hebert Marcuse, M. Djilas, A.Carlo e Umberto Melotti. O mérito destes autores, especialmente os dois últimos, é ter associado o sistema soviético a sociedades economicamente pouco desenvolvidas. Umberto Melotti vai ainda mais longe, ao sugerir que o sistema soviético só foi adotado pelas sociedades asiáticas que não sofreram os efeitos de uma conquista colonial.

A tese de Melotti não será apresentada neste capítulo. O fato de ela envolver elementos destacados por Karl Wittfogel (particularmente o modo asiático de produção), obrigou-me a apresentá-la separadamente, no capítulo cinco, dedicado exclusivamente a estes dois autores. Só depois disso, neste mesmo capítulo cinco, discutirei a validade da teoria do coletivismo burocrático. No capítulo sete, retomarei algumas destas questões, traçando um paralelo entre as várias versões da teoria do coletivismo burocrático e as teorias das sociedades gerencial, tecnocrática e racionalista, apresentadas subseqüentemente.

Tese da convergência

O que caracteriza a tese da convergência é o fato de que ela supunha que o sovietismo, o nazismo, o facismo e até mesmo o *"newdealism"* americano pudessem ser manifestações do mesmo processo de burocratização mundial que, afinal, os faria convergir todos para uma mesma nova forma de organização social.

Em 1938, Bruno Rizzi, influenciado pelos acontecimentos mundiais, notadamente na Itália e na Alemanha, considera a hipótese de que o Estado soviético pudesse ser uma nova estrutura social já cristalizada, rejeitando a hipótese trotskista de que a URSS encontrava-se num período intermediário entre capitalismo e socialismo. Para ele, mais de vinte anos passados (1917-1938) era tempo suficiente para que a Revolução Russa produzisse efeitos cristalizados e não simplesmente uma degeneração. Estes efeitos são a formação de um Estado burocraticamente hierarquizado que controla uma economia que não é capitalista (Rizzi enfatiza a ausência de propriedade privada) nem socialista. Politicamente, à semelhança dos Estados totalitários, pratica-se o culto à personalidade.

Segundo Rizzi, o isolamento da revolução socialista num país atrasado, devido em grande parte ao recuo do movimento revolucionário internacional (Alemanha em 1923), obrigou a liderança a escolher uma dentre duas opções: ou conduzir a revolução em compasso de espera até o desontar da revolução na Europa Ocidental ou adotar uma política de boa vizinhança com o mundo capitalista, o que implicava uma mudança radical da política externa. A segunda opção, mais segura, foi a escolhida. A

partir daí, os funcionários do Estado e do partido minam o poder dos sovietes e monopolizam o poder de Estado; fundem-se com elementos do antigo regime, em primeiro lugar com os técnicos, dando início ao processo de formação de uma nova classe social, processo marcado pelo enfrentamento entre esta nova classe e a classe operária.

Estas considerações poderiam levar à conclusão de que Rizzi atribui ao baixo nível das forças produtivas a responsabilidade pela cristalização de uma nova formação social. Isto, porém, não é assim. Segundo ele, o processo de burocratização que desemboca no surgimento desta nova formação não é um fenômeno soviético "mas um fenômeno mundial" como prova a ascenção nazista na Alemanha. A nova formação, portanto, não encontra apoio no nível das forças produtivas — afinal, a Alemanha, desde 1923, conta com condições materiais para o socialismo: ela é o resultado de uma época em que a figura do burguês capitalista já tornou-se supérflua mas o proletariado ainda não atingiu maturidade política suficiente para substituí-lo. Diante disso, uma nova classe social é chamada a jogar um papel necessário ao desenvolvimento histórico da humanidade: a burocracia, que organiza a produção e planeja a economia sob a propriedade dentro da estrutura estatal.

Rizzi rejeita a tese trotskista de que a abolição da propriedade privada e a planificação garantem o caráter operário do Estado soviético. Para ele a nacionalização da economia é perfeitamente compatível com a nova formação social. Aliás, não só compatível, mas também desejável, tanto do ponto de vista econômicó como do ponto de vista ideológico. A manutenção da propriedade estatal e do planejamento econômico é garantida, não porque a correlação de forças sociais impeça a burocracia de se transformar em classe proprietária, mas porque esta circunstância se harmoniza com a natureza do Estado burocrático. Na verdade, embora não haja propriedade privada capitalista, os membros da nova classe são, em bloco, os verdadeiros proprietários de todos os meios de produção nacionalizados. Ademais, a nova forma de propriedade resolve a contradição específica da sociedade capitalista entre o modo de produção (coletivo) e a forma da propriedade (individual), conferindo ao sistema grande estabilidade.

À nova forma de propriedade corresponde uma nova forma de apropriação do trabalho excedente. Enquanto no capitalismo a classe domi-

nante se apropria diretamente do trabalho excedente na forma de lucro, no sistema soviético a classe dominante se apropria do trabalho excedente (através do Estado) na forma de altos salários e serviços estatais. A relação entre produtores e meios de produção igualmente se altera. O trabalhador "livre" da era capitalista é substituído por um trabalhador que tem mais as características de um escravo. Na ausência de outro empregador que não o Estado, a "liberdade de opção" desaparece. O Estado, na qualidade de proprietário dos meios de produção, se torna, de fato, proprietário de toda a força de trabalho, isto é, à propriedade estatal de todos os meios de produção corresponde a aquisição em bloco das classes trabalhadoras, o que dá lugar a relações de produção inteiramente novas.

Por fim, deve-se assinalar a crítica de Rizzi aos conceitos de *capitalismo de estado* e *estatismo*. Para ele, a lei dialética da transformação da quantidade em qualidade aplica-se também à propriedade. Se a propriedade se torna estatal numa escala progressiva, deve haver um ponto a partir do qual ela deixa de ser propriedade capitalista; por força daquela mesma lei, a economia também deixa de ser capitalista e se torna, precisamente, *coletivismo burocrático*. Para Rizzi, essa é a única forma de explicar, por exemplo, a luta entre o Estado fascista italiano e a burguesia italiana. Se o Estado fascista é um Estado burguês e a propriedade estatal, propriedade capitalista, qual a razão desta luta?

Tese da convergência antagônica

Denomino tese da convergência antagônica o conjunto de idéias que, apesar de terem registrado o desenvolvimento e avanço das formações burocráticas nas sociedades contemporâneas, percebem a maneira distinta pela qual isto se deu no capitalismo monopolista, de um lado, e no sovietismo, de outro, de modo que a possível unificação destes dois modelos, tomados como antagônicos, só é vista no contexto da absorção ou destruição de um pelo outro. Noutras palavras, para os teóricos da convergência antagônica o capitalismo monopolista e o sovietismo respondem às mesmas necessidades e compartilham a mesma identidade essencial, associada ao processo de socialização das tarefas administrativas; mas em função das origens históricas diversas (o primeiro modelo sendo o resultado da evo-

lução orgânica do próprio capitalismo; o segundo, o resultado da degeneração de uma revolução proletária), estes modelos não estão fadados a uma unificação natural sugerida pela sua identidade comum, mas a um conflito do qual só um subsistirá.

Não por coincidência, estas idéias começam a ser esboçadas no período imediatamente seguinte à Segunda Guerra Mundial: a derrota do nazismo e do fascismo com a decisiva participação soviética e a formação de blocos hostis em torno de dois grandes pólos (EUA e URSS) pareciam sepultar definitivamente a tese da convergência nos moldes propostos por Rizzi e recolocaram a necessidade de um novo tratamento do fenômeno burocrático.

Claude Lefort e Cornelius Castoriadis são os principais formuladores desta nova proposta. O seu entendimento exige que, antes de mais nada, se compreenda um pouco melhor o próprio conceito de burocracia, assunto bem explorado por Lefort. Este autor focaliza as teorias de Marx e Weber sobre o assunto, aproveitando-se, em particular, do legado deste último, para só então analisar o caso concreto soviético.

A teoria marxista da burocracia estatal já nos é um pouco familiar. Para Marx, o Estado nasce da necessidade de conter os antagonismos de classe e, portanto, é o Estado da classe mais poderosa economicamente que, através dele, consolida também seu poder político. A burocracia estatal , neste contexto, não é uma classe nem é um estrato social. Sua função é a simples preservação do *status* social da classe dominante mas, desde que ela não é simplesmente uma seção desta classe, dependendo da correlação de forças sociais, a burocracia pode ganhar uma certa autonomia (caso do bonapartismo).

Embora seja um corpo especial destinado a preservar as regras da ordem social estabelecida, a burocracia aparece diante de si mesma como a corporificação dos interesses gerais. O erro de Hegel, segundo Marx, teria sido justamente aceitar sua auto-imagem quando, na verdade, a burocracia só faz reduzir os interesses gerais aos seus próprios interesses. A fim de justificar sua própria existência como corpo especial na sociedade, a burocracia cria esferas particulares, corporações e estamentos cuja atividade, meramente formal, é preservar as estruturas existentes e legimimar as atividades reais que têm lugar no âmbito da sociedade civil. Nestas circunstâncias, suas características observáveis não poderiam ser outras senão:

ser o reino da incompetência, sobreviver às custas do segredo, promover o culto à autoridade e utilizar a máquina estatal para o fim de auto-preservação. Contudo, na ausência de uma função real, sua única atividade concreta é a auto-justificação.

Para Lefort, a teoria marxista somente rascunhou uma descrição. Questões como o porquê da proliferação dos organismos burocráticos, o efeito desta proliferação, o aumento numérico dos burocratas, sua eventual mudança de comportamento etc., ficam sem resposta. A teoria marxista, tomando a luta de classes como motor da história, não poderia dedicar muita atenção a um corpo social especial que servia unicamente como suporte da classe dominante. Contudo, segundo Lefort, as coisas mudaram:

> Hoje, o Estado é o maior capitalista e o maior investidor. Além do que, ele administra diretamente através da política econômica e fiscal e tende a dirigir investimentos em escala nacional. Apesar do Estado ser o campo de batalhas entre grandes partidos políticos que incluem representantes do capital, e de suas políticas frequentemente serem o resultado de forças sociais conflitantes, a luta entre estes dois grupos não é a mesma que se desdobra na sociedade civil. Quando somada aos requerimentos da administração pública, a divisão de interesses cria um espaço para seu próprio processo de tomada de decisão — um espaço que cresce e desenvolve um processo por onde o Estado drena, em escala crescente, maiores montantes de capital e se apodera de um número crescente de tarefas antes deixadas à iniciativa privada. A defesa da ordem estabelecida, que garante a posição dos dominadores por aqueles que são dominados, cria e recria, a cada dia, as fundações desta soberania. Desta perspectiva, o antigo conceito de burocracia estatal não pode mais sustentar-se. Em particular, o conceito de parasitismo parece inadequado ou, ao menos, inacurado: por que o modo burocrático de organização como tal multiplica parasitas? A tese de que, no todo, a burocracia é um fenômeno parasitário entranha-se com a teoria marxista. Verdadeiramente, a burocracia é necessária no contexto da sociedade capitalista.[84]

Além disso, o processo de burocratização não se restringe aos órgãos da administração estatal, mas avança no âmbito da chamada sociedade civil. O fenômeno da multiplicidade de burocracias no seio da sociedade moderna foi analisado por Max Weber, que tentou estabelecer seus traços comuns e similaridades:

> Ele lista certos traços característicos que considera típicos das modernas burocracias: 1) os deveres dos funcionários são oficialmente fixados por leis, regras ou disposições administrativas; 2) as funções são hierárquicas e integradas num sistema de comando, tal que a todos os níveis, autoridades inferiores são controladas por autoridades superiores; 3) a atividade administrativa é detalhada em documentos escritos; 4) estas funções requerem um aprendizado profissional; 5) o trabalho dos funcionários demanda completa devoção ao trabalho; 6) o acesso a profissão é, ao mesmo tempo, acesso a uma particular tecnologia, jurisprudência, ciência comercial, ciência administrativa etc.[85]

O burocrata, por sua vez, é aquele elemento nomeado — geralmente por uma autoridade superior — para um cargo em uma organização cujos objetivos deve perseguir, colocando à sua disposição os conhecimentos que possui, em troca de um salário compatível com sua posição na hierarquia, que lhe assegura prestígio frente aos subordinados e, muitas vezes, estabilidade no emprego.

Segundo Weber, as modernas estruturas organizacionais só se desenvolvem num ambiente em que a sociedade capitalista domina e o movimento de burocratização corresponde ao processo de racionalização deste sistema. Para ele, a moderna burocracia é a forma de organização mais adequada ao modo capitalista de produção e deve ser considerada uma forma de organização superior a todas as formas passadas. Ademais, o movimento de burocratização não afeta a natureza econômica e política do regime; prova dada pelo fato de que as estruturas burocráticas se adequam a vários regimes e de que, durante as guerras, as mesmas estruturas do país conquistado são utilizadas pelas forças de ocupação. Assim, Weber vê a burocracia como uma forma de organização essencialmente neu-

tra no que concerne às relações econômicas e sociais e, conseqüentemente, sem objetivos históricos próprios.

Segundo Lefort, esta abordagem levou Weber a tratar a sociedade soviética com preconceito. Embora Weber concorde que a burocracia adaptou-se mais facilmente à sociedade soviética que à capitalista, para ele o processo de burocratização da primeira foi favorecido por uma seqüência de eventos alheios à história da própria burocracia. Lefort lembra, contudo que a burocracia na sociedade soviética está, verdadeiramente, atada ao poder.

> As batalhas políticas concernentes à direção do Estado têm lugar nos mais altos escalões da burocracia. Estendendo ao limite, a burocracia estatal toma as decisões políticas e econômicas finais, isto é, ela se torna o foco do novo sistema. Tivesse Weber aceito isto, ele não teria formulado sua definição do tipo burocrático como o fez. Dada a natureza de seu pensamento, ele recusou considerar a burocracia como tendo um objetivo dinâmico próprio. Assim, ele foi incapaz de investigar seus traços constitutivos, isto é, como ela se enraiza no ser social e aumenta seu poder.[86]

Mas, ainda que falhe, ele ao menos fornece subsídios para uma nova abordagem baseada nos critérios e exemplos que enumera para explicar a multiplicidade de formas burocráticas de organização na sociedade moderna.

Vejamos até que ponto estes critérios ajudam a identificar os elementos que pertencem definitivamente à categoria dos burocratas. Tomemos a burocracia estatal: quem quer que possua um cargo que acarrete deveres e responsabilidades para com os objetivos de uma organização, cuja consecução exige conhecimento especializado em relação a subordinados, é um burocrata. Isto implica que nem todos aqueles que tenham acesso a uma posição na hierarquia estatal sejam burocratas: a muitos falta a participação num sistema de autoridade.

> A ausência de certos traços torna difícil falar em burocracia. Em primeiro lugar, nós vemos uma conecção entre uma certa hierarquia e um sistema de autoridade (de comando-subordinação, de acordo com Weber), tal que progressos na hierarquia correspondem a ocupar uma posição mais alta, novas responsabilidades e mais poder. Em segundo lugar, o que Weber chama de identificação a uma atividade é algo diferente de consciência profissional. A última encontra seu fim no ato de produção; a primeira, na ocupação de um cargo. Esta consciência profissional clama por um comportamento conforme o interesse da burocracia, em resposta às expectativas dos superiores hierárquicos — um comportamento próprio para cada membro da burocracia numa situação similar. Assim, a atividade dos burocratas tem duas características: ela é técnica e burocrática. Ela pode perder a primeira, não a segunda.[87]

Tomemos um segundo exemplo: as corporações industriais. Ainda que se tenha que reconhecer que a autonomia da administração não é absoluta — na medida em que ela tem que atender aos interesses do capital financeiro ou às diretrizes governamentais, no caso de uma empresa estatal —, o fato é que a administração possui um considerável poder de decisão; poder este necessariamente distribuído entre diversos grupos, cujos problemas são resolvidos através da participação coletiva. O problema que aqui se coloca é de qual a linha divisória que separa o burocrata do não burocrata. Segundo Lefort, pelos critérios arrolados por Weber é impossível simplesmente destacar um setor da corporação e classificá-lo como burocrático, sendo burocratas os elementos que o compõem. O conceito de burocrata é um conceito funcional, isto é, não pode ser utilizado considerando tão somente o *status* jurídico.

Como já foi dito, uma posição na hierarquia não faz de alguém um burocrata; caso contrário, os próprios trabalhadores, por estarem sob a mesma estrutura hierárquica que a alta administração, deveriam ser considerados burocratas. Lefort lembra que os trabalhadores estão confinados a simples execução de tarefas determinadas por um corpo administrativo distante da fábrica propriamente dita, fazendo da última uma espécie de mundo à parte do poder. De outro lado, a posse de um cargo também não pode ser um critério exclusivo de identificação do burocrata. Os serviços

técnicos, por exemplo, embora comunguem normas comuns com os serviços de administração, com os mesmos não se confundem. Como vimos, a atividade do burocrata é uma atividade técnica e, principalmente, uma atividade burocrática. A relativa autonomia que os técnicos usualmente gozam numa corporação deriva da natureza do seu conhecimento profissional, isto é, sua posição depende mais do trabalho executado do que propriamente de sua posição na hierarquia.

Uma situação peculiar é aquela dos empregados pertencentes aos níveis inferiores da hierarquia administrativa propriamente dita. Por um lado, sua atividade serve para reiterar a estrutura autoritária administrativa; por outro, sua posição não pode ser descrita como um cargo administrativo, visto que suas funções em geral não exigem qualquer competência profissional. Sua situação é ambígua: ao mesmo tempo em que não está integrado ao sistema burocrático, o empregado não é alheio a este sistema, suporta-o. Finalmente, a burocracia, conclui Lefort:

> ... transborda o núcleo ativo dos níveis médios e altos de funcionários ligados a tarefas administrativas e exploradoras: é uma hierarquia que crava suas raízes mesmo dentro do setor produtivo, onde supervisores e capatazes controlam o trabalho dos trabalhadores. Estes funcionários possuem uma verdadeira autoridade. Eles não só ocupam posições com deveres oficiais definidos por uma certa divisão do trabalho e submetidas a certa disciplina, mas sua função os faz participar do poder de gerenciamento e os leva a se identificar com as empresas como tais... Eles vêem a ordem social imanente à empresa como ambas, natural e sagrada, suas próprias funções como algo diferente de uma mera fonte de remuneração ou de uma atividade profissional, mas como a espinha dorsal de um sistema que necessita de sua cooperação para subsistir e expandir.[88]

Tomemos um terceiro e último exemplo: o partido de massas. O próprio Weber teve a oportunidade de perceber a clara conecção entre a burocracia estatal e o partido na sociedade soviética. Contudo, segundo Lefort, muitos dos critérios por ele listados não se aplicam ao corpo de funcio-

nários do partido: a hierarquia partidária não é constituída sobre regras estritas que regulam o acesso a uma cargo mais elevado; a mobilidade não depende de conhecimento técnico associado a uma profissão; e não existe uma hierarquia de salários. Ainda assim, é possível identificar um setor do partido onde as decisões são tomadas sem controle das bases, as responsabilidades são distribuídas autoritariamente e os mecanismos de renovação de quadros são regulados de forma que uma minoria dominante controle permanentemente todo o organismo. São estas as características que permitem considerar os partidos instituições burocráticas e neste sentido, antíteses de democracia.

Segundo Lefort, a burocracia partidária é uma espécie de contra-prova às teses que reconhecem nas condições econômicas a gênese imediata do fenômeno burocrático. O partido, a princípio, enquanto organismo que agrega elementos que estabelecem um acordo de natureza ideológica sobre um programa de ação, não exige nenhuma forma particular de organização. Entretanto, tão logo ele se torne um partido de massas, a necessária organização das atividades de pequenos grupos e a coordenação destes grupos criam as condições que tornam *possível* sua transformação numa instituição burocrática. Esta transformação é o resultado de uma *escolha* não deliberada de que certo tipo de comportamento predomine. Lefort conclui:

> Na nossa visão, a burocracia é um grupo que faz um certo modo de organização prevalecer, desenvolve-se sob certas condições, expande-se com certos estados da economia e tecnologia somente em virtude de atividade social... De fato, a burocracia surge com a socialização imediata de atividades e comportamentos... Mas isto...não deve ocultar o fato de que, na realidade, a burocracia não tem seu destino definido estritamente pela estrutura técnica das instituições de massa. Ela também traça seu próprio destino. Como um agente de uma estratificação particular, ela multiplica posições e serviços, subdivide várias atividades, gera controles e coordenações artificiais e reduz uma sempre crescente massa de trabalhadores a funções meramente mecânicas de modo a exercer sua atividade em todos os níveis.[89]

De acordo com Lefort, é dentro desta perspectiva que deve ser analisado o fenômeno soviético. Sem dúvida, a burocracia soviética constitui uma classe dominante, mas afirmar simplesmente que esta classe é a contrapartida das funções asssociadas à planificação e à nacionalização da economia, é negligenciar o fato de que sua matriz é uma burocracia política que não estava preocupada em extrair mais valia, mas em concentrar autoridade. Certamente, a constituição da burocracia em classe contou com uma já existente indústria concentrada e uma crescente fusão entre capital e Estado, mas sua natureza social não pode ser deduzida de sua função econômica. Seu poder político e econômico não deriva de uma atividade profissional, mas do poder do Estado que mantém a hierarquia social. Daí porque o poder burocrático é um poder totalitário: o pluralismo põe em risco não só o poder da elite dominante, mas o da classe como um todo; por isso os conflitos internos à classe burocrática são abafados e administrados pela atividade unificadora do partido. Segue-se a conclusão de Lefort: "de um ponto de vista, a formação de uma classe burocrática parece ser uma extensão de organizações burocráticas; elas florescem dentro das instituições de massa porque os desenvolvimentos tecnológicos tornam a atividade humana crescentemente mais interdependente e impõem uma socialização das tarefas administrativas paralelas às da produção. De outro ponto de vista, esta classe requer uma tal integração e subordinação ao poder estatal que ela não pode operar sem instituir um sistema de total dominação. Ainda mais, estes dois pontos de vista não são incompatíveis; eles nos permitem ver as burocracias como um tipo de comportamento social cujo sucesso ou fracasso não é pré-ordenado, mas depende de um complexo de condições históricas. Organizações burocráticas têm uma afinidade por regimes onde a eliminação definitiva da propriedade assegura seu mais amplo desenvolvimento possível e sua integração dentro de uma estrutura de uma nova classe social. Similarmente, enraizadas na sociedade burguesa e presas a seu desenvovimento para sua natural conservação, tanto quanto pelos lucros que elas derivam do modo de produção estabelecido, elas provam-se incapazes de fazer mais do que invadir a sociedade burguesa, isto é, incapazes de transformar o sistema de poder. Em outras palavras, nada garante que, na ausência de uma radical sublevação que varra velhos regimes (como aconteceu na Rússia pela revolução dos operários e camponeses e nas

democracias populares pela guerra), as burocracias superariam naturalmente suas divisões e se tornariam integradas num novo aparato estatal como parte da classe dominante".[90]

Estas considerações de Lefort colocam uma importante questão. A burocracia é a contrapartida da socialização crescente das tarefas administrativas. Neste sentido, ela é um fenômeno universal. Contudo, onde a propriedade privada foi eliminada, ou seja, no sovietismo, esta situação lhe permitiu integrar-se dentro de uma nova classe social, enquanto no capitalismo monopolista foi-lhe possível tão-somente invadir a sociedade sem transformar-lhe o sistema de poder. Se, entretanto, o fenômeno burocrático responde, nos dois modelos, à mesma necessidade histórica, o que os faz compartilhar, de certa forma, a mesma identidade essencial, seria prudente sugerir que estes dois modelos pudessem se desenvolver paralelamente, cada qual seguindo uma lógica própria? Por outro lado, se o fenômeno burocrático expressa-se, nos dois modelos, de formas diversas, em função do fato destes dois modelos terem diferentes origens históricas, seria prudente sugerir que eles caminham para uma unificação, ou seja, convergem?

Castoriadis afirma categoricamente que não. Estes dois modelos respondem a mesma necessidade histórica e essencial e, portanto, compartilham a mesma identidade essencial. Ambos são expressões da concentração das forças sociais de produção em escala nacional e internacional, da planificação da produção e da fusão entre Estado e economia. No entanto, são antagônicos devido às suas diferentes origens históricas e diferentes bases sociais de sustentação. De um lado, no processo de concentração em torno do capital financeiro, o papel dominante cabe ao estrato que controla o capital monopolístico, ao qual se integram a burocracia estatal e trabalhista. De outro, no processo de concentração que se desenvolve na União Soviética, o papel dominante cabe a esta burocracia, composta pela burocracia sindical, estatal, partidária, militar e técnica. Historicamente, enquanto o primeiro caso é fruto de um processo revolucionário natural e orgânico do capitalismo, o segundo é conseqüência da degeneração de uma revolução proletária e do processo que se segue a esta degeneração. O primeiro caso representa o crescimento da barbárie dentro do capitalismo; o segundo é manifestação originada no seio do próprio proleta-

riado como sua negação interna, mas dentro desta negação interna, persiste a oposição ao capitalismo que também determina o proletariado.

Estes dois sistemas encontram-se em estágios diferentes da sua evolução: na União Soviética, a fusão entre Estado e economia está completa, assim como a planificação; nos Estados Unidos ainda se é capaz de observar estágios embrionários deste fenômeno. Como as necessidades históricas e sociais que os dois sistemas satisfazem são as mesmas, pode-se admitir que suas dinâmicas internas guiam-nos, no limite, para uma situação de completa unificação: o controle do capital financeiro sobre os outros países, a concentração vertical e horizontal e a expansão do aparato militar americanos são traços que indicam esta perspectiva. Contudo, estas circustâncias podem dar margem à idéia de que esta unificação pode se dar por via pacífica quando, na verdade, dadas as diferentes origens históricas e as diferentes bases de sustentação, o processo culmina com a necessária destruição e absorção de um sistema pelo outro. Isto é, trata-se de um processo de convergência antagônica.

Os diferentes estágios das suas respectivas evoluções determinam também diferenças com respeito às leis econômicas que governam um e outro sistema: enquanto a economia imperialista americana ainda é regida pelas leis que governam o sistema capitalista no seu estágio monopolista, com algumas modificações provocadas pela contínua fusão entre capital e Estado, a economia soviética já é regida por leis que na sua totalidade constituem uma negação ao capitalismo, ainda que se deva reconhecer o efeito distorsivo provocado pela existência de um invólucro capitalista.

Na Rússia pode-se observar duas categorias sociais básicas: de um lado, a massa de trabalhadores desqualificados que aparentemente tem a sua disposição sua própria força de trabalho; de outro, a burocracia que assume as tarefas de administração sem executar nenhum trabalho relacionado diretamente ao processo produtivo. Entre estas duas categorias existe uma camada de trabalhadores privilegiados e uma aristocracia intelectual. O caráter de classe da burocracia é determinado pelo controle que exerce sobre a totalidade do aparato produtivo e, por extensão, sobre o próprio proletariado, pela natureza das tarefas que executa e pela subordinação da produção planificada aos seus exclusivos interesses. Os diferentes papéis que burocracia e proletariado jogam no processo produtivo

refletem na distribuição final do produto: enquanto os primeiros recebem uma renda proporcional ao lugar que ocupam na hierarquia, muito acima de sua real contribuição em termos produtivos, os segundos recebem a renda resultante da "venda" de sua força de trabalho. Sobre o regime de propriedade, Castoriadis estabelece:

> Visto que o caráter de classe desta economia é manifesto, o sistema de efetiva propriedade que forma sua base não pode ser comparado a outro sistema de dominação historicamente existente. A propriedade burocrática não é nem individual nem coletiva. É uma forma de propriedade privada, desde que ela existe somente para a burocracia e o resto da sociedade é dela completamente despossuído. Mas ela é uma forma de propriedade explorada em comum pela classe e uma forma coletiva de propriedade dentro da classe, visto que, em outros aspectos, ainda existe diferenciação interna. Neste sentido, ela pode ser definida, em termos sumários, como uma forma de propriedade coletiva privada.[91]

Ao contrário de Trotsky, Castoriadis descarta a hipótese de restauração da propriedade privada pela burocracia. Em primeiro lugar, seu domínio repousa sobre o controle exclusivo do aparato estatal; em segundo lugar, as bases do Estado soviético — centralização estatal dos meios de produção — garantem à burocracia uma situação confortável tanto do ponto de vista econômico (eliminação das crises econômicas) quanto do ponto de vista político ideológico (camuflagem socialista para ditadura totalitária). Além disso, o problema da progênie mencionada por Trotsky é contornado por um sistema de eficientes mecanismos sociais que garantem que os privilégios passem de geração para geração. Castoriadis conclui que a propriedade privada só poderia ser restaurada a partir de uma intervenção imperialista armada.

Vejamos o efeito do regime da propriedade privada coletiva sobre as relações econômicas entre burocracia e trabalhadores. A burocracia tem à sua disposição coletiva os meios de produção: ao direito de usá-los e gozá-los da forma que lhe convier corresponde o direito de determinar o padrão e o destino da produção; assim, a burocracia não somente tem à sua

disposição os bens de produção e as matérias-primas, mas também o fundo social de consumo. O trabalhador, por seu turno, diante destas circunstâncias, só pode "vender" sua força de trabalho para o "Estado", ou seja, para a burocracia. Aparentemente a natureza desta venda se assemelha àquela observada nas sociedades capitalistas; da mesma forma, o monopólio sobre os meios de produção por parte de uma camada da população obriga os membros da camada desprovida destes meios a vender sua força de trabalho. Contudo, por maior que seja o poder de barganha da classe capitalista na elaboração do contrato de trabalho, este poder está confinado dentro dos limites definidos pelas leis econômicas que regulam o mercado de trabalho e dentro dos limites do desenvolvimento da luta de classes. É assim para a burocracia? Castoriadis responde:

> Claramente não. Nenhum obstáculo objetivo limita as possibilidades da burocracia em explorar o proletariado russo. Nas sociedades capitalistas, Marx diz, o trabalhador é livre no sentido jurídico, e ele acrescenta, não sem ironia, em todo sentido do termo. Esta "liberdade" é, antes de mais nada, liberdade do homem que não está acorrentado pela fortuna, e como tal, ela é equivalente, de um ponto de vista social, à escravidão, porque o trabalhador é obrigado a trabalhar para evitar a fome, trabalhar onde quer que lhe seja dado trabalho e sob as condições a ele impostas. Entretanto, sua "liberdade" jurídica, enquanto servindo como uma sedução do sistema, não é desprovida de significado, tanto social como economicamente. É a liberdade que torna a força de trabalho uma mercadoria que pode, em princípio, ser vendida ou retida (por greves), aqui ou em outro lugar (por dispor-se da possibilidade de mudar de firmas, cidades, países etc.). Esta "liberdade" e suas consequências, a intervenção das leis de oferta e demanda, permitem à força de trabalho ser vendida em condições não exclusivamente ditadas pelo capitalista individual ou por sua classe como um todo, mas sob condições que também são determinadas, num grau importante, de um lado, pelas leis e estado do mercado e, de outro, pela relação de forças entre as classes.[92]

Na Rússia, o proletariado não possui liberdade formal, o que o torna uma espécie de escravo moderno industrial. Como o escravo, o trabalhador não tem a própria força de trabalho à sua disposição, o que permite à burocracia fixar arbitrariamente a taxa de exploração; sua única limitação é o limite fisiológico do organismo humano mas, como diz Castoriadis, nada é mais elástico do que este limite. A venda da força de trabalho é uma operação meramente formal: não só tem o trabalhador que vendê-la sob as condições impostas pela burocracia, como também a venda em si é obrigatória, isto é, o trabalhador não pode recusar-se a trabalhar. Nestas condições, a luta de classes se manifesta de uma forma totalmente peculiar: o roubo de bens intermediários e finais e a indiferença quanto ao resultado qualitativo e quantitativo da produção. A perspectiva de superação deste estado de coisas só pode ser a luta revolucionária.

TESE DO PARALELISMO

A partir da década de cinqüenta, o vigor da economia de mercado, ainda que sob estrita vigilância e intervenção estatais, e os primeiros sinais das dificuldades apresentadas pelas economias burocraticamente planificadas, associados à proliferação do sistema soviético pelas regiões mais atrasadas do planeta (Ásia, África e América) deram margem a uma nova concepção do fenômeno aqui estudado, embora a virulência da Guerra Fria mantivesse viva a perspectiva da tese da convergência antagônica.

A tese do paralelismo é, certamente a versão menos elaborada da teoria do coletivismo burocrático; contudo, esta circunstância não a desqualifica como sendo a mais fecunda no que diz respeito ao significado do sistema soviético e aos prognósticos sobre seu futuro.

Num primeiro momento, talvez ainda valha a pena enfatizar o que resta de comum entre esta tese e as já expostas no decorrer deste capítulo: a denúncia do caráter de classe da burocracia soviética. Marcuse, por exemplo, que em seu *Marxismo Soviético* não se preocupa diretamente com a determinação do caráter social da camada dirigente soviética, marca sua posição com a seguinte considerção:

> É claro que se a "classe" é definida em termos de relação com os

meios de produção, e estes últimos são definidos em termos de propriedade, a burocracia soviética não é uma classe. Se se faz um critério de controle sobre os meios de produção, a questão de se este controle é ou não delegado aos "produtores imediatos", e se estes o exercem, torna-se decisiva. Aqui, entendemos por classe o grupo que exerce funções governamentais e empresariais como função "separada" na divisão do trabalho, com ou sem privilégios especiais [*no caso soviético Marcuse acrescenta que o exercício do controle das instituições políticas, econômicas e culturais geram uma série de privilégios especiais que se afirmam, por sua vez, pelo próprio ato de controle—FH*]. Assim, ainda que a burocracia seja aberta a uma ascenção de "cima para baixo", ela ainda será uma classe, na medida em que a exclusividade de suas funções a torna independente do povo que ela governa e administra.[93]

Este parece ser também o entendimento de Djilas. Para este autor, a centralização estatal dos meios de produção não elimina o caráter de classe da sociedade soviética. A propriedade coletiva é condição necessária mas não suficiente de uma sociedade sem classe: esta forma de propriedade é encontrada em sociedades antigas (modo de produção asiático) que nem por isso deixavam de ser caracterizadas pela exploração. Ademais, a propriedade, como a define o Direito Romano, é o uso, gozo e controle dos bens materiais e, para Djilas, a burocracia, usa, goza e dispõe da propriedade nacionalizada. Sendo assim, a burocracia é uma classe proprietária.[94]

Até aqui, nenhuma novidade. O que, porém, distingue a tese do paralelismo é, sem dúvida, sua compreensão peculiar do significado histórico do modelo soviético e as previsões que faz sobre seu futuro. Marcuse coloca esta questão nos seguintes termos: a sociedade soviética parece cumprir uma parte decisiva da função capitalista, qual seja, desenvolver as forças produtivas; mas pelo fato de fazê-lo sobre um fundamento econômico distinto — a nacionalização total — seu desenvolvimento parece seguir caminhos diferentes. Marcuse ainda sublinha uma tarefa cumprida pelo sistema soviético — a separação do controle da produção dos produtores imediatos — que pertence, na verdade, à pré-história do capitalismo, ou seja, à fase de acumulação primitiva.

Djilas, na mesma linha, lembra que o capitalismo incipiente russo não se mostrava, à época da revolução, um instrumento eficaz para se operar a transformação industrial do país. À Rússia restava "industrializar-se, ou abandonar a participação ativa na História, transformando-se em caudatária dos países desenvolvidos e dos seus monopólios, destinando-se assim à decadência".[95] A primeira opção pressupunha a existência de uma força anti-imperialista em matéria de política externa e anti-capitalista em matéria de política interna. Com os socialistas, deu-se a revolução.

Carlo, por sua vez, assevera que o modelo soviético fixou-se somente em áreas subdesenvolvidas e não sem razão. Resgatando uma idéia originalmente de Trotsky, Carlo propõe a existência de uma contradição entre o planejamento burocrático e a crescente complexidade da economia. O coletivismo burocrático só "funciona" enquanto opera em pequena escala; a partir de certo ponto, observam-se desproporções entre os setores produtivos e a conseqüente queda da produtividade do trabalho. É justamente esta circunstância que permite a Carlo declarar a completa impossibilidade de florescimento de um modelo de tipo soviético no Ocidente, estando ele fadado a fixar-se em áreas subdesenvolvidas. Ainda aqui, a correlação de forças internacionais dificulta sua proliferação: em primeiro lugar, dado que ele implica nacionalização dos meios de produção, as forças imperialistas constituem um obstáculo poderoso; em segundo lugar, observa-se, contemporaneamente, um refluxo do movimento revolucionário operário, cuja vitória é vista por Carlo como condição *sine qua non* para uma eventual contra-ofensiva burocrática.

Perspectivamente, Carlo conclui que são duas as soluções da contradição inerente ao modelo, sob o colapso provável do planejamento burocrático: ou os antagonismos entre a burocracia e a administração das empresas (*managers*) resultam na restauração de uma economia de mercado, ou os antagonismos entre burocracia e proletariado resultam na implantação de uma economia socialista planejada.

Marcuse, mais prudente, afasta esta segunda opção. Ainda que a burocracia não mostre interesse em perpetuar o sistema de repressão e tenha decidido aumentar e acelerar a produção de bens de consumo, as tendências prevalescentes (isto em 1959) não permitem formular a hipótese de que a administração se submeta a uma democracia do tipo socialista. Da-

da a transformação da teoria revolucionária marxista em ideologia de Estado, a racionalidade interna ao sistema pode perpetuar a repressão através da própria população. "Deixadas sem um instrumento conceitual para a 'negação determinada' do sistema estabelecido, para compreenderem e realizarem suas potencialidades reprimidas, os governados não só tendem a se submeter ao governantes, como também a reproduzir em si mesmos a subordinação".[96] Marcuse, contudo, desatento à contradição econômica observada por Trotsky e resgatada por Carlo, pensava que a sociedade soviética pudesse se mover em direção a um *welfare state*, sem sucumbir aos encantos do mercado.

Modo de produção asiático

A continuidade deste estudo exige que se abra um parêntesis para a introdução de um conceito, resgatado por Karl Wittfogel (da Escola de Frankfurt), que ocupa um lugar decisivo na evolução do pensamento sobre o sistema soviético. Trata-se do conceito de modo asiático de produção.

Para que se tenha uma melhor compreensão deste conceito, seguiremos a reconstrução feita por Umberto Melotti da visão de Marx sobre o desenvolvimento histórico. A gênese e desenvolvimento de cada modo de produção serão discutidos em curtas passagens. Naquela destinada ao modo asiático de produção será exposta a tese de Wittfogel, cuja contribuição foi avaliada por Melotti à luz da teoria do coletivismo burocrático.

O desenvolvimento histórico

O primeiro estágio do desenvolvimento histórico da humanidade foi o comunismo primitivo, caracterizado por grupos formados a partir de laços sangüíneos, maritais e consuetudinários, cuja economia baseava-se na caça, na pesca, no extrativismo e, nas suas últimas formas, na agricultura primitiva — atividade que pressupunha a apropriação comunal temporária da terra. O desenvolvimento das forças produtivas proporcionado pelo aparecimento da agricultura estabelecida *(settled)*, da criação e do artesanato, proporcionaram condições para que novas formações sociais evoluíssem a partir do comunismo primitivo. Essa evolução, entretanto, não

era a mesma em toda parte; a extensão e profundidade do processo de transformação dependeram de considerações de ordem social e natural.

Assim, na comuna asiática, devido ao menor grau de desenvolvimento das forças produtivas, imposto por condições naturais adversas, apesar do surgimento da agricultura, a propriedade comunal do solo foi mantida; ainda que o membro da comuna possuísse uma fração de terra, com direitos hereditários ou não, o lote por ele cultivado não lhe pertencia, mas era-lhe cedido na condição de membro da comuna. Aqui, portanto, a propriedade privada não existe, isto é, não existe nenhum vínculo direto entre o indivíduo enquanto tal e a terra.

Indivíduo → Comunidade → Terra

Onde as condições naturais permitiram um desenvolvimento mais pleno da agricultura, a propriedade comunal tornou-se um entrave à produção e a propriedade privada foi estabelecida. Quanto mais benéficos os fatores naturais e sociais sobre a produção, maiores as chances dos indivíduos produzirem seu próprio sustento sem a necessidade de recorrer ao trabalho comunal e, portanto, maiores os atrativos da propriedade privada. Assim, na comuna clássica ou antiga — formação que compreende os casos romano, grego e hebreu —, a propriedade comunal — a *ager publicus* ou estatal — convivia com a propriedade privada da terra e era totalmente distinta dela. Diferentemente da comuna asiática, onde a mera posse dos bens comunais não permitiu ao indivíduo romper seus laços com a comunidade, a comuna clássica deu condições para que isso acontecesse parcialmente. Esta formação social, entretanto, enfrentava dificuldades decorrentes de ocupações da terra por parte de outros clãs. A necessidade de manter a ocupação da terra, de modo a garantir a sobrevivência da comuna, obrigava-a a se organizar militarmente e era justamente o cumprimento das tarefas militares uma das condições para ser proprietário. Já a base da organização militar era a concentração de residências na cidade: *Property is quiritorium, Roman*, isto é, os proprietários eram somente romanos, mas como romano o cidadão era proprietário. Neste caso, portanto, a propriedade privada era mediada pela comuna.

Comunidade → Indivíduo → Terra

A comuna germânica difere tanto da forma asiática quanto da forma clássica. Nesta formação, o membro da comuna é proprietário, o que o difere do membro da comuna asiática; e sua propriedade não é mediada pela comuna, o que a difere da propriedade na comuna clássica. Aqui a comuna existe através da reunião voluntária de indivíduos que são proprietários autônomos, ou seja, é a própria existência da comuna que é mediada pelo relacionamento mútuo de indivíduos independentes e isolados.

Indivíduo → Terra → Comunidade

Marx observa que enquanto existe uma união indistinta entre cidade e campo na formação asiática, e uma totalidade econômica da cidade e campo na formação clássica, no mundo germânico a totalidade é a residência individual: há uma totalidade econômica em cada um dos domínios familiares.

A existência das comunas — seja asiática, clássica ou germânica — pressupunha, simplesmente, que seus elementos se reproduzissem, respeitando as condições objetivas dadas. Entretanto, a produção em si, bem como o aumento da população que também se enquadra sob aquele título, criaram as condições que determinaram a destruição das bases sobre as quais a comunidade se apoiava e, consequentemente, as relações de propriedade.

Dissemos que uma das condições de sobrevivência da comunidade era a ocupação do solo e que, por isso, a organização militar era uma das suas tarefas. Com o crescimento das forças produtivas, os conflitos tribais se acirram. Como naquelas circunstâncias a condição de propriedade é a própria tribo, a tribo conquistada torna-se sem-propriedade e como tal se transforma em parte das condições inorgânicas de reprodução da tribo conquistadora. É assim que surge...

> ... o modo antigo de produção, cuja fase mais elevada coincide com a "escravidão" de direito privado... distinguido pela apropriação por parte de uma parte privilegiada de senhores —já proprietários privados de terras— da pessoa física do trabalhador, como

um meio de apropriação de toda ou quase toda sua capacidade de trabalho. Este tipo de exploração, que caracterizou por vários séculos a história da antiguidade clássica, especialmente Grécia e Roma, implica a separação do trabalhador dos meios de produção, como também formas extra-econômicas de coerção.[97]

As contradições inerentes ao modo de produção antigo, principalmente as limitações econômicas da escravidão — a partir de certo ponto o trabalho escravo no latifúndio não mais se pagava — determinaram marcadamente o seu desaparecimento e o surgimento do feudalismo. Contudo, a constituição do feudalismo não foi o produto da superação da escravidão como resultado de seu próprio desenvolvimento histórico ou de uma revolução social; ela foi o produto do colapso do Império Romano — certamente enfraquecido pelas contradições internas — golpeado pelas invasões bárbaras. É certo que a luta de classes, por si, leva necessariamente à superação de um determinado modo de produção, mas pode resultar tanto na sua transformação positiva como na sua ruína. A desintegração do modo de produção antigo não desembocaria lógica ou históricamente no feudalismo sem a influência da civilização dos povos invasores germânicos. Por outro lado, o feudalismo não foi trazido pronto da Alemanha, mas teve sua origem na organização militar germânica que evoluiu depois da conquista por força do nível de desenvolvimento do povo romano. Os povos germânicos, novos senhores das províncias romanas, tinham que organizar os povos conquistados, mas não podiam absorvê-los nos corpos gentílicos nem governá-los através destes corpos. A solução foi transformar os órgãos da constituição gentílica em órgãos estatais. Como os representantes imediatos dos conquistadores eram seus líderes militares, a liderança militar foi transformada em reinado. Melotti estabelece:

> O modo feudal de produção, que coincide com a servidão, é distinguido pela apropriação do produto excedente dos servos em nome dos senhores, que combinam em suas mãos propriedade privada da terra e poder político. Este tipo de exploração (característico da Europa medieval e Japão) não acarreta a separação

> do trabalhador dos meios de produção, mas implica formas extra-econômicas de coerção.[98]

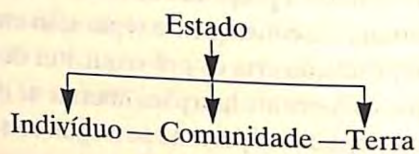
Nesta formação, o servo, ao contrário do escravo, produz não só para o seu senhor como também para si mesmo. Este fato age significativamente no sentido de imprimir ao sistema um dinamismo maior, principalmente nos seus últimos estágios. Além disso, o emprego da força de trabalho aqui não é confinada à agricultura, mas inclui uma indústria caseira rural. Logo o comércio se desenvolve e, com ele, as cidades. Surgem também as corporações de ofício; nelas a propriedade dos meios de produção está liberta de seu uso comum e a consequente separação entre trabalho e condições objetivas de produção cria os pré-requisitos de uma nova ordem. Finalmente, a burguesia nascente luta para libertar-se do julgo feudal e estabelecer uma nova ética que lhe permite perseguir seu principal objetivo: maximizar lucros. Com a emancipação dos servos e a expropriação dos camponeses tem início a era capitalista.

> O modo capitalista de produção — declara Melotti —, ao qual corresponde o trabalho assalariado, é caracterizado pela apropriação direta, por parte da classe burguesa, do valor excedente produzido pelos proletários, isto é, formalmente trabalhadores livres (no sentido de que, diferentemente dos escravos, eles não são propriedade privada de seu possuidor, nem têm vínculos de dependência pessoal para com um senhor, como os servos feudais). Os trabalhadores, não sendo nem proprietários nem possuidores dos meios de produção, devem vender sua força de trabalho para sobreviver; assim, sua liberdade é puramente formal e sem substância. Este tipo de exploração implica a separação do trabalhador dos meios de produção (geralmente conseguida no estágio da acumulação primitiva), mas, uma vez estabelecida, não mais acarreta formas extra-econômicas de coerção.[99]

O modo asiático de produção e a tese de Karl Wittfogel

O modo de produção asiático sucede a comuna asiática. A comuna asiáti-

ca, devido à ausência de propriedade privada, experimenta poucas contradições internas, o que imprime à sua economia um ritmo estagnante. Com o crescimento das necessidades materiais, decorrente principalmente do aumento populacional, a comuna se submete a uma unidade superior — o Estado — que passa a incumbir-se dos requerimentos básicos de drenagem e irrigação ditados pelas condições naturais, com a finalidade de dar o suporte necessário à atividade agrícola. Todavia, as comunidades produtivas continuam a existir, assim como o propriedade comum das terras; o Estado é simplesmente superposto às vilas comunais autosuficientes:



Com o surgimento do Estado, desenvolve-se uma camada, livre do trabalho produtivo direto, que se ocupa da administração dos negócios estatais, das obras hidráulicas, da justiça etc. Logo o Estado assume uma nova forma, transformando seu poder funcional original em despotismo político e exploração econômica. A classe privilegiada que o controla, constituída de oficiais estatais, burocratas e militares, reduz à escravidão geral os habitantes das comunidades de quem extraem sobre-trabalho na forma de impostos. Melotti descreve assim o novo modo de produção:

> O modo asiático de produção, onde as relações de produção coincidem com a assim chamada "escravidão geral", é caracterizado pela apropriação do produto excedente do trabalho coletivo das vilas comunitárias com propriedade comum da terra, para benefício de uma classe privilegiada, constituída por funcionários civis, num Estado centralizado, burocrático, mas não-moderno; este último emerge como o único possuidor da terra por meio de impostos sobre a propriedade e do trabalho forçado coletivo (relacionado a isto, a diferença entre propriedade e posse é crucial). Este tipo de exploração, que por séculos e mesmo milênios caracterizou a história de muitos países não-europeus como China, Índia, Egito, Mesopotâmia, Pérsia, Peru, México etc., não acarreta a separação do trabalhador dos meios de produção, mas, em lugar disto — como com outros modos antagônicos de produção —, implica formas extra-econômicas de coerção.[100]

O termo *escravidão geral*, utilizado por Marx para descrever a condição do trabalhador asiático, passa a falsa idéia de que os membros das comunidades eram escravos, isto é, propriedade das camadas dominantes. Contudo, escravidão propriamente dita, entendida como a relação segundo a qual o trabalhador é considerado parte das condições de reprodução do seu proprietário, joga um papel muito reduzido na sociedade asiática, e não sem razão: os custos de supervisão inerentes ao uso de grande número de escravos que as grandes obras públicas exigiam tornavam-na proibitiva. Marx usa o termo escravidão geral porque, como nesta formação o indivíduo não é proprietário mas tão somente possuidor da terra que cultiva, ele é, na verdade, propriedade daquela unidade mais elevada que corporifica a comunidade: o Estado. É justamente este o motivo pelo qual as guerras de conquista têm um significado na sociedade asiática completamente diferente daquele observado nas sociedades antigas; a escravidão propriamente dita não se desenvolve.

Assim, o modo de produção asiático difere essencialmente tanto do modo de produção antigo quanto do modo de produção feudal. Na sociedade antiga, o sobre trabalho é apropriado em virtude da propriedade, a um só tempo, da terra e do trabalhador; na sociedade feudal, isto ocorre em virtude da propriedade da terra a qual o trabalhador está ligado em função de sua dependência frente ao senhor feudal; já na sociedade asiática, o sobre trabalho não é apropriado em virtude da propriedade direta da terra ou do trabalhador: a camada privilegiada se apropria do trabalho excedente em virtude de suas funções públicas, isto é, como representante do Estado proprietário.

O Estado asiático, dada sua origem e constituição, é, ao contrário do estado romano desarticulado e do Estado feudal descentralizado, um organismo burocraticamente centralizado, comparável somente, *em seus aspectos formais*, ao Estado da era moderna. Todavia, num universo onde a propriedade privada é extremamente limitada, sua onipresença sufoca a

luta de classes, impedindo que a sociedade experimente um certo dinamismo capaz de criar as bases de sua própria superação.

Isto não significa que a sociedade asiática não tenha conhecido mudanças, algumas substanciais; a questão é que tais mudanças não operavam uma transformação ao nível de suas bases econômicas. Era inerente ao sistema, por exemplo, eventuais trocas de dinastias. O poder despótico do Estado por vezes degenerava, tendendo a exaurir a capacidade da comuna de pagar impostos e a negligenciar os serviços públicos, principalmente as obras públicas que davam suporte à agricultura. As conseqüências eram más colheitas, fome e sucessivas revoltas contra a camada dirigente. Contudo, a imperativa necessidade de um poder central que gerenciasse o sistema de irrigação fazia com que tais revoltas se traduzissem em meras mudanças de dinastia, deixando a base econômica intocada.

Tudo conduzia à conclusão que, apesar dos antagonismos sociais, a sociedade asiática não possuía nenhum mecanismo interno que favorecesse seu desenvolvimento e final superação. Assim como a superação positiva das contradições do mundo antigo dependeu das influências externas bárbaras, a superação da sociedade asiática parecia depender de um estímulo externo que permitisse romper sua milenar inércia. Esta tarefa parecia reservada ao desenvolvimento capitalista europeu ou, mais propriamente, ao colonialismo europeu.

Nos seus estudos sobre o colonialismo inglês, Marx reconhecia que, apesar da tremenda capacidade devastadora do capital europeu no mundo asiático, o colonialismo destruia as fundações de seu modo de produção, causando a maior revolução social pelo qual a Ásia havia passado. Na Índia, por exemplo, o capital minava as bases sobre as quais as castas se apoiavam, destruindo a inércia auto-suficiente das vilas e a antiga divisão social do trabalho. Para Marx, apesar da destruição, a conquista capitalista da Ásia era progressista, embora sua posição não possa ser reduzida a um etnocentrismo estreito: ele propunha que a tarefa dos comunistas, a seu tempo, era forjar uma aliança entre a luta do proletariado metropolitano contra o capital e a luta anti-colonial dos povos não europeus.

Karl Wittfogel, no seu famoso *Oriental Despotism* (1957), observa quatro padrões de inter-relacionamento entre o Ocidente industrializado e os vários países "asiáticos". O primeiro padrão (caso tailandês) é caracterizado por independência e distância: estas condições mantinham o país asiático, numa certa medida, imune às influências ou interferências do Ocidente. O segundo padrão (México, Peru, Indonésia e Índia) é caracterizado por uma simples e completa dependência: o traço peculiar destas experiências é que o colonizador, de acordo com seus interesses, introduzia as instituições ocidentais somente de forma seletiva e limitada, insuficiente, portanto, para que fizesse surgir uma sociedade multi-centrada em oposição ao despotismo. O terceiro padrão (China e Turquia) é caracterizado por uma dependência limitada e múltipla: neste caso, o país não se transformara em colônia, mas sofria as pressões de *vários* países industrializados ocidentais que lutavam por seu controle; aqui, porém, os efeitos negativos da interferência ocidental eram mitigados pela ação governamental que, dada a sua relativa independência, pôde jogar um papel ativo na modernização do país. O quarto padrão, caracterizado por independência e proximidade, é justamente o caso russo.

Segundo Wittfogel, a proximidade e independência russas do Ocidente permitiram ao país, ainda que dirigido por uma burocracia despótica, promover seu próprio desenvolvimento. A crescente massa de trabalhadores livres e uma mais notável atmosfera de liberdade favoreciam o aparecimento de uma sociedade multi-centrada. A revolução de 1905, por exemplo, embora mantivesse os alicerces do poder absoluto, trouxe já significativos avanços constitucionais; nesta ocasião, as forças anti-absolutistas ainda não eram suficientemente fortes para estabecer, desde então, uma super-estrutura de tipo novo. Contudo, quando as forças militares tzaristas se viram paralisadas pela Primeira Guerra Mundial, aquelas mesma forças derrotaram o tzar e, em fevereiro de 1917, fundaram um estado democrático. No entanto, em outubro do mesmo ano, entre os países que estavam rompendo seus laços com o passado asiático, a Rússia, justamente o que tinha ido mais longe no processo de ocidentalização, voltou as costas ao capitalismo e tornou-se a mais importante fonte de ações anti-ocidentais.

Retomemos, desta outra perspectiva, a questão da natureza da Revolução de Outubro. Vejamos as conclusões de Wittfogel. Em 1906, lembra ele, houve um debate entre Lênin e Plekhanov sobre a proposta de inclusão da nacionalização da terra na plataforma do Partido. Plekhanov sugeriu que a terra, ao invés de ser nacionalizada como queria Lênin, deveria

ser dividida entre os camponeses e colocada sob controle municipal. Para ele, como a propriedade estatal do solo tinha sido até então uma das bases do despotismo russo, a nacionalização, apesar do desenvolvimento econômico que o país experimentara, criaria as condições de uma possível restauração asiática. Lênin contra-argumentava dizendo que, em primeiro lugar, "a menos que houvesse uma revolução socialista no Ocidente...a restauração seria inevitável, tenhamos a nacionalização, municipalização ou divisão da terra"; e que, em segundo lugar, o argumento de Plekhanov não era lógico, uma vez que quando a terra era nacionalizada, sua base econômica era o modo asiático de produção, enquanto que, na Rússia de então, o modo capitalista já havia se estabelecido.

Todavia, depois de Outubro de 1917, algumas circunstâncias fizeram Lênin crer que uma espécie de despotismo oriental estava em gestação: ao fim da guerra civil, as forças produtivas tinham enfrentado um processo de decomposição sem precedentes; a grande indústria estava aos escombros e a massa dos trabalhadores industriais tinha voltado para suas vilas de origem.

Para Wittfogel, Lênin errou duas vezes: nos seus primeiros escritos superestimou o desenvolvimento capitalista russo, ao negligenciar o papel dirigente do estado despótico tzarista; nos seus últimos escritos, subestimou a mentalidade do novo homem do aparelho estatal, isto é, não percebeu que a nova máquina burocrática não se contentaria em dominar uma economia baseada simplesmente na agricultura camponesa e no artesanato, pois conhecia o enorme potencial da indústria moderna. Wittfogel conclui:

> Assim, enquanto os senhores da Rússia perpetuaram uma característica chave de uma sociedade agro-despótica, qual seja, a posição monopolística de sua burocracia dominante, elas fizeram mais do que simplesmente perpetuar aquela sociedade. Mesmo antes da coletivização da agricultura, o aparato soviético dispunha de um sistema mecanizado de comunicação e indústria que fez sua posição semi-gerencial diferente e potenciamente superior à posição semi-gerencial da burocracia agro-hidráulica. O aparato da indústria nacionalizada de uma nova ordem semi-gerencial proveu-os de novas armas de organização, propaganda e coerção, que capacitou-os a liquidar o produtor pequeno-burguês como categoria econômica. A coletivização transformou os camponeses em trabalhadores agrícolas que labutam para um único senhor: o novo aparato estatal.
>
> O despotismo agrário da velha sociedade que, quando muito, foi semi-gerencial, combina poder político total com controle intelectual e social limitado. O despotismo industrial do aparato totalmente gerencial plenamente desenvolvido combina poder político total com controle intelectual e social total.[101]
>
> Marx claramente superestimou o caráter opressivo da sociedade oriental que ele sustentava ser um sistema de "escravidão geral". Ironicamente, mas adequadamente, esta designação pode, entretanto, ser usada para a sociedade do novo aparato industrial. Nós podemos verdadeiramente dizer que a revolução de Outubro, quaisquer que sejam seus objetivos expressos, pariu um sistema de base industrial de escravidão (estatal) geral.[102]

DE VOLTA À TESE DO COLETIVISMO BUROCRÁTICO

Vejamos, agora, como Umberto Melotti absorve novos elementos à tese do coletivismo burocrático. Segundo ele, Wittfogel tem o inquestionável mérito de ter reabilitado o conceito de modo de produção asiático, assim como de identificar inúmeras características comuns entre este modo de produção e o modelo soviético. Contudo, sua tese apresenta dois problemas. Em primeiro lugar, da análise de Wittfogel depreende-se que a Revolução de Outubro teve um caráter marcadamente regressivo, se se toma o período de fevereiro a outubro de 1917. Entretanto, Melotti sugere que uma análise histórica correta não pode comparar a sociedade soviética com sua imagem projetada, tivesse o governo "democrático" de fevereiro se estabelecido; ao contrário, deve-se avaliar o significado histórico de uma revolução tomando-se por base o seu ponto de partida. Melotti conclui que, deste ponto de vista, a Revolução de Outubro, considerando o passado asiático, não parece ser tão retrógrada como prega Wittfogel. Acrescentaria ainda que o tratamento dado por Wittfogel ao *"short-lived but genuinely anti-absolutism and democratic government"* estabelecido

em fevereiro e deposto em outubro de 1917, é francamente insatisfatório. A Revolução de Outubro aparece muito mais como um lance de oportunismo de Lênin do que como o resultado da completa paralisia do governo Kerensky que, entre outras coisas, não deu nenhum passo importante na solução do problema agrário, questão chave à época para a estabilização de qualquer governo.

Em segundo lugar, observa Melotti, afirmar que o sistema soviético é simplesmente um sistema de escravidão geral estatal baseado na indústria, ou seja, uma versão industrial do modo de produção asiático, é negligenciar o fato, realçado pelo próprio Wittfogel, de que este último tem como uma das principais características a reprodução simples. Segundo Melotti, apesar das semelhanças, o sistema soviético deve ser considerado uma nova formação social. Para ele, a realidade soviética só é compreensível se se abandona a teoria da sucessão uni-linear clássica dos modos de produção — da escravidão para o feudalismo e daí para o capitalismo — e, em seu lugar, se se adiciona uma linha paralela que explica as revoluções asiáticas — do modo de produção asiático para uma nova formação social: o coletivismo burocrático. Melotti conclui:

> O coletivismo burocrático coincide com a escravização estatal da força de trabalho, isto é, com a servidão geral — para usar uma expressão análoga a modo de produção asiático de Marx. Este modo exibe uma classe privilegiada de modernos líderes de Estado, sem propriedade privada dos meios de produção, que se apropriam do trabalho excedente dos trabalhadores; os últimos nem são livres, como os proletários sob o capitalismo, nem subjugados a senhores individuais, como os servos, uma vez que sua relação com regras sociais particulares não acarreta elos de dependência pessoal, como é tipicamente o caso sob o modo feudal de produção. Este tipo de exploração implica, geralmente, mas não necessariamente (como no caso dos *kolkhozes*), a separação do trabalhador dos meios de produção, como também formas extra-econômicas de coerção, efetuada não através do mercado, como sob o capitalismo, mas antes através de um plano que, quando despido de suas mistificações pseudo-democráticas, é imposto de cima.

> *Assim, como com as formas pré-capitalistas de produção, a exploração do coletivismo burocrático não é mistificada no plano econômico e requer pesadas mistificações ideológicas*; sob o coletivismo burocrático é frequente que elas tomem a forma de um marxismo degradado e canonizado, reduzido a um dogma esquálido para ser interpretado para uso e consumo pessoal dos próprios burocratas.[103]

Melotti, ainda que reconheça os méritos da versão de Antônio Carlo do coletivismo burocrático, critica-lhe a idéia de que este sistema surge e se desenvolve nos países subdesenvolvidos. Na sua opinião, o conceito de subdesenvolvimento inclui países capitalistas e pré-capitalistas (feudais, "africanos" e "asiáticos"), o que o torna impreciso. O coletivismo burocrático, segundo Melotti, é um modo de produção que sucede especificamente o modo de produção asiático; mais precisamente, é um novo estágio do desenvolvimento de países asiáticos e semi-asiáticos que não tenham sido submetidos à influência externa prolongada do modo capitalista de produção. Quanto ao seu significado histórico, Melotti acrescenta:

> Verdadeiramente, capitalismo e coletivismo burocrático são formações sócio-econômicas paralelas que, em diferentes circunstâncias, performam muito da mesma função: asseguram o máximo desenvolvimento das forças sociais de produção, a condição *sine qua non* da transição para o socialismo.[104]

Aqui, é preciso fazer duas qualificações da maior importância. Em primeiro lugar, Melotti (como todos os teóricos do coletivismo burocrático) negligencia um ponto fundamental realçado por Trotsky e resgatado por Antonio Carlo: existe uma contradição essencial entre o desenvolvimento das forças produtivas e o planejamento burocrático. Nesta perspectiva, se as condições subjetivas internacionais não estiverem maduras para o socialismo — e este é definitivamente o caso — uma economia de mercado (sistema comprovadamente compatível com uma economia complexa) pode se estabelecer. Em segundo lugar, alguns teóricos do coletivismo burocrático estabelecem que o modelo soviético cumpre as mesmas funções

históricas do capitalismo sob diferentes circunstâncias (Djilas, Marcuse, Melotti) enquanto outros (acho mesmo que todos) sugerem, implícita ou explicitamente, que o invólucro capitalista não produz muito mais do que algumas distorções nas leis que regem este sistema. O que a teoria do coletivismo burocrático não captura é que, em essência, a *raison d'etre* do modelo soviético *é* o invólucro capitalista. Quando os ideólogos do socialismo em um só país estabeleceram como meta *alcançar* os países capitalistas ocidentais, no fundo subordinaram a acumulação "socialista" aos determinantes da acumulação do rival capitalista, isto é, à lógica do capital. É justamente esta dimensão da realidade soviética que a impede de desenvolver sua própria racionalidade e constituir-se numa nova formação social. Como corretamente observa Ernest Mandel:

> Para que possa surgir um modo de produção "burocrático de *novo tipo*" (não-capitalista), a burocracia soviética teria que se libertar de uma vez por todas da lei do valor... [Isto] exige... a sua emancipação do mercado capitalista mundial, isto é, a eliminação do capitalismo numa escala mundial, no mínimo, nas mais importantes nações industriais capitalistas.
>
> O surgimento de uma nova classe dominante requer um novo modo de produção dominante, com sua lógica interna própria, com suas próprias leis de movimento. Até agora, ninguém foi capaz de ao menos esboçar as leis de movimento daquele "novo modo de produção burocrático"...[105]

REVOLUÇÃO ORGANIZACIONAL

A teoria do coletivismo burocrático também sofreu, desde o começo, um outro tipo de crítica: por um lado, dizia-se que a palavra burocracia não só era um termo vago e impreciso, como também não servia para determinar uma linha de separação de classe que não fosse arbitrária num sistema uni-hierárquico como o soviético; por outro lado, dizia-se que a burocracia era hierarquicamente estruturada e funcionalmente subordinada ao verdadeiro grupo dominante, a elite do partido comunista e que, portanto, não se tratava de um Estado burocrático, mas de um Estado totalitário.

JAMES BURNHAM E A REVOLUÇÃO GERENCIAL

Pouco depois de publicado o livro de Bruno Rizzi, James Burnham lança seu *The managerial revolution* que, ainda na perspectiva da convergência dos mundos socialista e capitalista, tenta superar aquelas deficiências. Assim como Rizzi, Burnham acredita numa proposição alternativa àquelas que ou advogam a eternidade da sociedade capitalista ou sua inevitável substituição pelo socialismo; contudo, propõe como sucessora provável do capitalismo não a sociedade burocrática, mas a gerencial. Segundo Burnham, a expressão *sociedade gerencial* retrata com mais precisão o conteúdo das transformações mais importantes que estão ocorrendo ao nível das instituições políticas e econômicas. Adicionalmente, sustenta que a taxa segundo a qual estas transformações estão operando já permite que o presente período possa ser considerado um período de transição.

De forma a diferenciar a sociedade emergente da sociedade capitalista, Burnham descreve os traços econômicos desta última: 1) a produção é produção de mercadorias, ou seja, produção para troca; 2) a economia capitalista é uma economia monetária, ou seja, uma economia onde o dinheiro é meio de troca; 3) a produção é regulada pelo mercado; 4) duas classes estão em conflito: de um lado, os proprietários individuais dos meios de produção e, de outro, os trabalhadores livres, contratados para operarem esses meios de produção; 5) o dinheiro, usado como meio de troca, é também usado como capital, como valor que se valoriza; 6) a produção tem por objetivo o lucro; 7) as crises econômicas são periódicas. Em seguida, Burnham descreve os traços políticos da sociedade capitalista: 1) existência de Estados nacionais independentes; 2) tais Estados são subordinados aos interesses capitalistas; 3) império da lei, isto é, do direito burguês. Observe-se que, para Burnham, não existe nenhuma relação entre capitalismo e democracia e que, portanto, esta não é um traço característico deste sistema.

Segundo Burnham, a sociedade acima descrita enfrenta uma crise, atestada por alguns sintomas, que indicam a proximidade de sua superação. Dentre a série de sintomas por ele arrolados, muitos tiveram sua intensidade fortemente diminuída desde o final da Segunda Guerra. Assim, por exemplo, Burnham menciona o fato de que a magnitude dos *booms* econômicos desde a crise de 1929, considerados o contigente populacional e a capacidade produtiva, são sempre menores comparados com o *boom* precedente. Observa também o aumento drástico do desemprego, a crise agrícola, bem como a diminuição das transações monetárias. Entretanto, outros dos sintomas por ele considerados continuam a existir pelo menos como sinais de uma ameaça potencial. Por um lado, o volume das dívidas públicas e privadas indicam a proximidade de uma crise que pode assumir a forma de bancarrota geral ou inflação desenfreada; por outro, a incapacidade demonstrada pelas grandes potências capitalistas em explorar e desenvolver as regiões atrasadas parece sugerir o esgotamento do modelo.

Apesar da crença de que o capitalismo será superado, Burnham não acredita na hipótese de que o socialismo será seu sucessor. O socialismo pressupõe uma sociedade sem classes, plenamente democrática econômica, política e socialmente — em escala internacional. Neste sistema — nenhuma pessoa ou grupo de pessoas tem qualquer direito especial sobre os meios de produção diferente do das demais pessoas ou grupos, quer estes direitos sejam exercidos diretamente, quer indiretamente. O marxismo supõe ainda que a transformação da sociedade capitalista em socialista seja obra da classe operária organizada na forma de um Estado evanescente. Burnham observa que após a Revolução Russa, embora os capitalistas tenham sido eliminados, operou-se uma nova estratificação de classe e, consequentemente, uma estratificação de renda; a democracia que se observou nos primeiros anos foi completamente suprimida e o princípio do internacionalismo foi substituído pelo do nacionalismo. Além disso, embora tenha sido abolida a propriedade privada dos meios de produção, as massas não têm o menor controle sobre eles. A abolição da propriedade privada pode ser considerada uma condição necessária para a abolição das classes sociais, mas não é condição suficiente. Isto porque, se é verdade que a exploração de uma classe por outra exige que uma delas controle os meios de produção, não é verdade que esse controle tenha necessariamente que ser exercido através da propriedade privada individual. Este controle pode também ser exercido através de direitos corporativos, possuídos não por indivíduos enquanto tais, mas por instituições.

O fracasso da Revolução de Outubro, por si, não prova a inviabilidade do projeto socialista, mas é o reflexo de um fenômeno global. A hipótese marxista fundamental, que garantia a inevitabilidade da revolução socialista — a crescente proletarização da população — simplesmente não se concretizou. Ao contrário, enquanto tem se verificado uma taxa de crescimento menor do número de operários, as classes médias têm aumentado relativamente. Essas classes não são só representadas pelas classes tradicionais (pequena burguesia, campesinato, burocracia) mas, principalmente, pelo nascimento de uma nova classe que surgiu como conseqüência das contínuas inovações tecnológicas. Tais inovações reduziram a classe trabalhadora à uma classe desqualificada, enquanto criaram uma outra, a dos técnicos, incumbidos de operar o novo aparato tecnológico. Além disso, a crescente sofisticação das máquinas de guerra impossibilitou o operário de manejá-las, minando ainda mais o potencial revolucionário socialista. Estes fatos novos conduziram ao colapso da ideologia marxista e à consequente desarticulação do movimento comunista.

Descartado o socialismo, Burnham passa a investigar os contornos da nova sociedade em gestação. O surgimento de uma sociedade de classes é caracterizado pela existência de um grupo relativamente pequeno de homens que controlam, numa escala crescente, direta ou indiretamente, os principais meios de produção e que, num determinado ponto deste processo, apropria-se do poder de Estado e ajusta a super-estrutura a seus próprios fins; estes movimentos traduzem-se, finalmente, num novo sistema de produção e distribuição que os privilegia. O edifício burguês, por exemplo, foi sendo construído dentro do mundo feudal. A burguesia nascente, que não se confundia nem com os lordes nem com os servos, apropriou-se progressivamente dos meios de produção até tomar o poder e adequar todas as instituições políticas aos interesses do capital. Agora, é a sociedade capitalista que está sofrendo o mesmo processo.

Para Burnham, são várias as análises que já dão conta do processo de separação entre controle sobre os meios de produção e sua propriedade. Essas análises (Burnham cita especificamente a de Berle e Means) sofrem todas, porém, de uma mesma deficiência básica:

> A verdade é que, quaisquer que sejam seus méritos legais, o conceito de "separação de propriedade e controle" não tem nem um significado sociológico nem histórico. Propriedade *significa* controle. Se não há controle, então não há propriedade. Os aspectos centrais do controle que é propriedade são, como vimos, controle sobre o acesso aos objetos em questão e tratamento preferencial na distribuição de seus produtos. Se a propriedade e o controle estão, em realidade, separados, então, a propriedade mudou de mãos para o "controle", e a propriedade separada é uma ficção sem significado.[106]

Burnham observa que o controle sobre os meios de produção e o tratamento preferencial na distribuição são dois momentos separados no processo de transformação social e que, uma vez consolidado o primeiro, o segundo é sua conseqüência inevitável. A teoria da revolução gerencial identifica uma classe que emergiu de dentro da sociedade capitalista e vem se apoderando gradualmente dos meios de produção: a classe dos gerentes. Uma vez no poder, esta classe assegurará seu domínio pela concentração da maior parte dos meios de produção nas mãos do Estado. Conseqüentemente, a parte privilegiada na distribuição dos produtos não terá um ganho derivado da propriedade individual privada dos meios de produção, mas um ganho proveniente do controle sobre o Estado, "titular" formal do direito de propriedade. O Estado, de fato, será "propriedade" dos gerentes.

Burnham identifica o ano de 1914 como o começo da transição. A classe capitalista cujo controle sobre os meios de produção tinha crescido continuadamente desde o século XIV começa, a partir daí, a declinar abruptamente em direção a zero. Os capitálistas se retiram do processo de produção propriamente dito e se envolvem, principalmente, em atividades financeiras. Os *managers,* consequentemente, ganham poder dentro das empresas, embora ele ainda não seja absoluto, mas subordinado. Em muitas das maiores corporações capitalistas, onde os gerentes têm um controle firmemente estabelecido, os proprietários acionistas foram reduzidos a um grupo que se limita a receber dividendos e, de fato, tem pouco a ver com a condução dos negócios a eles pertinentes.

Paralelamente a estas transformações na órbita do setor privado, pode-se observar importantes mudanças no papel do Estado na economia capitalista. O Estado, que jogava um papel secundário enquanto agente econômico, passa a se movimentar mais amplamente dentro da economia. Progressivamente, setores inteiros, antes submetidos ao reino das relações privadas capitalistas, passam para a órbita pública, o Estado assumindo tarefas importantes no campo dos investimentos e da prestação de serviços. O crescente controle estatal impõe restrições ao exercício do direito de propriedade capitalista e absorve funções antes exercidas pelas forças de mercado.

Burnham rejeita a idéia de que o Estado moderno é um mero *"executive comitee of the bourgeoisie"*, uma agência política que impõe as regras da sociedade capitalista. Esta versão tende a identificar o processo de intervenção contínua do Estado na economia como manifestação das contradições capitalistas, mas com o objetivo de manter as relações estabelecidas: como é o Estado próprio dos capitalistas que assume tarefas mais amplas, são as regras do capital que estão sendo fortalecidas. Esta ilusão se desfaz

uma vez apreciadas as implicações históricas que as incursões estatais provocam no longo prazo. Quando, a partir da Primeira Guerra Mundial, a empresa estatal cresce às expensas da empresa privada, o controle dos meios de produção sendo submetido ao controle e propriedade do Estado, o que está em marcha é o processo de transição da sociedade capitalista para a sociedade gerencial: o limitado Estado capitalista vai sendo substituído pelo ilimitado Estado gerencial; e é justamente a propriedade e controle estatais sobre os meios de produção a base da estrutura econômica da nova sociedade. Aqui, a fórmula *capitalismo de Estado* é totalmente inadequada, uma vez que seu uso deve ser restrito aos casos em que a propriedade estatal serve de suporte aos interesses capitalistas, ou seja, esteja relacionada primariamente com o benefício da classe capitalista. Assim, dez vezes 10% de capitalismo de Estado, longe de perfazer 100% de capitalismo, perfaz 0% de capitalismo. A multiplicação é do Estado, não do capitalismo".[107] Uma prova de que o Estado em gestação não é um Estado capitalista é sugerida, entre outras coisas, pela perda da soberania dos parlamentos, entendida como a capacidade de regular a sociedade. A soberania parlamentar demonstra ser inadequada para um país que experimenta a transição na direção da sociedade gerencial. O poder de "legislar" tende, assim, a ser transferido da órbita dos parlamentos para a dos *bureaus*. Essa mudança de lugar da soberania é uma manifestação das mudanças nas relações sociais, das relações capitalistas para as gerenciais.

Mas se o Estado em gestação não é capitalista, tampouco é socialista. O *state socialism* pressupõe uma sociedade sem classes, e não há a mais tênue razão para se admitir que as economias baseadas na propriedade estatal em gestação desenvolvem-se no sentido da constituição de uma sociedade sem classes. Entre os motivos figura o fato de que o "Estado socialista" pressupõe abundância, situação muito improvável dada a contínua expansão das necessidades. Não obstante, é certo que o Estado gerenciado seja chamado socialista, por razões meramente ideológicas.

Com base na análise precedente pode-se arrolar, sumariamente, aqueles que são, do ponto de vista econômico, os traços distintivos da sociedade gerencial emergente: 1) a exploração se consolida através da propriedade estatal dos meios de produção e distribuição; 2) a exploração assume a forma corporativa ao invés de privada; 3) os privilégios da distribuição

do produto nacional não assumem, necessariamente, a forma monetária; 4) não há necessidade de que cada uma das empresas, ou mesmo toda uma indústria, opere com lucro; 5) como a produção não se destina a troca, ou seja, como não há produção de mercadorias, o dinheiro perde importância; 6) o sistema de preços não é determinado pelas forças de mercado mas pelos imperativos da distribuição dos fundos estatais; 7) o trabalhador, aqui, só é livre num sentido: livre do controle sobre os meios de produção; mas não o é no sentido de poder vender ou não sua força de trabalho; 8) a economia é planificada; 9) as crises deixam de assumir a forma econômica e assumem formas tecnológicas ou políticas; 10) a nova sociedade reduz o desemprego, reassume o desenvolvimento econômico e desenvolve regiões atrasadas; 11) a classe dominante é a classe dos gerentes.

Para predizer as características políticas da nova sociedade é preciso explorar um pouco melhor a natureza dos *managers* (ou, primeiramente, determinar quem são eles), para em seguida inferir as instituições políticas que mais se adequam a seus interesses. Para Burnham, os gerentes são simplesmente aqueles que, de fato, dirigem os instrumentos de produção. O processo de sua aparição enquanto classe é paralelo ao processo de inovações tecnológicas que tem lugar na sociedade capitalista. As mudanças técnicas por um lado dividem a classe trabalhadora, desqualificando parte significativa desta classe e criando uma categoria de técnicos cuja formação exige treinamento suficiente para habilitá-los a operar as novas invenções. Por outro lado, as mudanças técnicas aumentam as tarefas de organização da produção. É justamente a esta tarefa de organização da produção que estão associados os gerentes; eles são aqueles que gerem, organizam e administram o aparato produtivo e, portanto, se diferenciam dos meros técnicos que não se incumbem destas tarefas.

Na sociedade contemporânea, porém, além do gerente que organiza o processo de produção, coexistem as velhas figuras do acionista e do capitalista financeiro, bem como a nova categoria do executivo financeiro, que embora não organize a produção, conduz a companhia à obtenção de lucro. Na medida em que o processo de inovação tecnológica caminha, as funções tanto dos acionistas quanto dos capitalistas financeiros vão se tornando supérfluas. Os executivos financeiros, por sua vez, no processo de transição, vão sendo desprovidos de suas funções originais e assumem,

com os *managers*, as tarefas de organizar a produção. Esse processo, que já foi quase que totalmente completado na URSS, não é, porém, um processo pacífico; antes é um processo no qual se observam conflitos não só entre as massas e a nova classe, como também entre os grupos acima descritos.

Em primeiro lugar, a posição e função dos gerentes não dependem da preservação das relações capitalistas. Ao contrário, como seu *status* depende da natureza técnica do processo de produção moderno, a abolição das relações e propriedade capitalistas garantiriam ao gerente hegemonia absoluta. Consequentemente, são fortes os antagonismos entre os acionistas e os gerentes. Em segundo lugar, a função do grupo até hoje mais privilegiado, o dos capitalistas financeiros, está intimamente ligada às relações capitalistas e, portanto, à preservação da propriedade privada capitalista. Isto significa que os antagonismos existentes entre os gerentes e o acionista se estendem ao capitalista financista. Por fim, pode-se dizer que nos períodos de depressão aflora uma conflito entre o executivo financeiro, cuja função é conduzir a companhia à obtenção do lucro, e o capitalista financista, cuja função é garantir que os juros sobre o capital emprestado às companhias sejam pagos. Na depressão, estas funções se chocam e geram ressentimentos.

Estamos agora em condições de delinear os traços políticos da nova sociedade. Concentremo-nos, primeiramente, na questão da necessidade do desenvolvimento e estabelecimento de um Estado totalitário. Se este fosse o caso, seria justo afirmar que o dirigente totalitário ou os burocratas de Estado são os verdadeiros senhores da nova sociedade e não os gerentes. Contudo, para Burnham, o totalitarismo não é um traço característico da nova sociedade; ele se manifesta no período de transição, quando o poder dos gerentes não está definitivamente assegurado. Até que se resolva o conflito entre os gerentes, os acionistas financeiros, os capitalistas e as massas, a teoria da "liderança" (versão moderna da doutrina seiscentista do direito divino dos reis) suporta o totalitarismo (versão moderna do despotismo esclarecido). Uma vez estabelecido o domínio dos gerentes, o Estado tende a se democratizar para atender os objetivos da própria classe dominante: a planificação exige o conhecimento das necessidades materiais das pessoas e de suas reações ao trabalho que executam. A democracia gerencial diferirá, porém, da capitalista — ainda que seja tão limitada quanto ela —, por ser não-parlamentar e pressupor um sistema unipartidário que assegure o monopólio do poder de Estado.

Entretanto, se é a burocracia que controla diretamente o Estado, surge a questão do motivo que leva Burnham a não considerá-la a classe dominante. Para ele, a burocracia não pode existir isolada; ela necessariamente colabora com a classe dominante mas não se confunde com ela. É o caso, por exemplo, da situação da burocracia no capitalismo, onde, apesar de controlar o aparelho estatal, está subordinada aos interesses capitalistas. Evidentemente, a situação se complica no caso de sociedades (como a feudal) onde os membros da classe dominante administram o Estado. Similarmente, na sociedade gerencial, como política e economia estão interfundidas, não há uma separação clara entre funcionários estatais e "capitães de indústria". A questão de se os primeiros servem aos últimos ou vice-versa tem, portanto, pouco interesse — a estrutura geral e a organização institucional seriam exatamente a mesma. Porém, como aqui ainda existe uma diferenciação entre as questões propriamente de Estado (diplomacia, guerra etc.) e as questões relativas especificamente à produção, infere-se que são os "capitães de indústria", os gerentes, a verdadeira classe dominante, os burocratas servindo-lhes de suporte.

A última parte do livro de Burnham é dedicada ao estudo das versões russa, alemã e americana de transição do capitalismo para o "gerencialismo", às quais correspondem as ideologias bolchevique, nazista e *"newdealist"*, respectivamente. Para Burnham, é a ordem de duas das tarefas dos gerentes no caminho do poder — lutar contra os capitalistas e lutar contra as massas — que diferenciam uma versão das outras. No caso russo, os bolcheviques seduzem os trabalhadores com a palavra de ordem "controle operário" para chegar ao poder. Se a operação é bem sucedida contra os capitalistas (ou seja, cumprida a primeira tarefa), o poder operário é substituído de fato pelo controle dos gerentes (cumprindo-se assim a segunda tarefa):

> Hoje, a Rússia é a nação que foi mais longe, em aspectos estruturais, na trilha gerencial. Em suas instituições políticas e econômicas, a Rússia aproximou-se dos tipos institucionais do futuro. Não se deveria pensar, entretanto, que a Rússia é agora um exemplo

de um estado gerencial terminado e consolidado... A presente situação na Rússia, ademais, é condicionada pela herança da Revolução Russa, de atraso cultural e econômico e pelo fato de que seu regime político é ajustado a um período de transição social e de crises agudas recorrentes.[108]

A Alemanha (de 1941) é um estado gerencial nos primeiros estágios. Apesar de estruturalmente menos avançada que a Rússia, a Alemanha conta com um poderio econômico capaz de permitir-lhe superar as fraquezas que ainda são notadas no caso russo. Aqui, os capitalistas perdem progressivamente o controle sobre os meios de produção e, consequentemente, sua posição de classe dominante. Não obstante, como os nazistas se utilizam do poder remanescente dos capitalistas para frear as pretensões das massas ao poder (cumprindo assim a segunda tarefa), os últimos, neste caso, podem se tornar gerentes da nova sociedade, deixando, com isso, de serem capitalistas enquanto tais (cumpre-se a primeira tarefa). Sobre a possibilidade de derrota dos nazistas, Burnham predisse:

> O único caminho para derrotar a Alemanha seria, para as nações oponentes, ir em frente, não meramente em idéias e instituições similares às da Alemanha, mas ainda mais longe no caminho gerencial até agora percorrido pela Alemanha.[109]

Por fim, o caso americano é caracterizado pelo cumprimento das duas tarefas a um só tempo. O *New Deal*, de um lado, promove a intervenção do Estado na economia através de crescentes déficits orçamentários e, de outro, freia as massas através de propaganda intensa e de aliciamento das organizações populares, trazendo-as cada vez mais para a órbita do Estado.

Galbraith e a revolução tecnocrática

Na década de sessenta, surgiu uma segunda versão da teoria da revolução gerencial que, escrita por um não-marxista, parte de premissas não-marxistas. Neste caso, portanto, as expressões luta de classes, valor, contradição etc., são substituídas pelas expressões escassez, utilidade etc. Como

não se pode julgar as conclusões pelas premissas e porque Galbraith acrescenta novos elementos ao debate, principalmente os desenvolvidos no campo da organização industrial, achei por bem abrir-lhe uma exceção no rol dos neo-marxistas.

Antes de mais nada, é preciso explicar o conceito não-marxista de "revolução"; uma vez que estamos lidando com uma sociedade supostamente sem antagonismos de classe, faz-se necessário apresentar um motor da História substituto à luta de classes: trata-se da velha hipótese clássica da escassez. Segundo esta hipótese, o que confere poder a um fator de produção (e, portanto, àqueles que o controlam) é sua inelasticidade de oferta na margem, resultante de sua escassez natural.

Assim, num primeiro estágio do desenvolvimento econômico, a escassez de terras conferiu a seus proprietários um papel social proeminente. Quem a possuísse obtinha, com facilidade, a mão-de-obra e a modesta quantidade de capital necessária para cultivá-la; a posse de capital, ao contrário, não garantia a seu proprietário a terra necessária a sua utilização.

Com a descoberta das Américas, África e Austrália, o fator terra foi destronado. Agora, dada a necessidade de capital para pagar as pastagens, as sementes, o gado e os implementos necessários ao cultivo, o capitalista será aquele que podia, sem dificuldade, obter a terra e a mão-de-obra necessárias à produção.

Segundo Galbraith, vivemos hoje uma situação na qual o capital, embora utilizado em grandes quantidades, é abundantemente fornecido; por isso, pode-se observar um novo deslocamento do poder, desta vez do capital para o novo fator de produção requerido pela economia moderna: a inteligência organizada ou tecnoestrutura.

Para Galbraith, a mudança mais visível que a economia vem sofrendo, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, é a utilização de uma tecnologia cada vez mais requintada na produção de bens. Suas conseqüências mais importantes são:

1) um intervalo de tempo cada vez maior separa o início e o término de qualquer tarefa; 2) há um aumento no capital investido na produção, sem contar o ocasionado por maior produção; 3) com o crescimento da tecnologia, o emprego de tempo e dinheiro ten-

de a ser feito de maneira cada vez mais inflexível com relação ao desempenho de determinada tarefa; 4) a tecnologia exige mão-de-obra especializada; 5) a contrapartida inevitável da especialização é a organização: é esta que faz com que o trabalho de especialistas chegue a um resultado coerente; 6) do tempo e do capital que devem ser investidos, da inflexibilidade desse investimento, das necessidades da grande organização e dos problemas da atitude de mercado sob condições de tecnologia avançada, vem a necessidade do planejamento.[110]

Na verdade, pode-se resumir os imperativos tecnológicos a dois elementos — tecnocracia e planejamento — que, de fato, formam uma unidade sistêmica. Concentremo-nos no primeiro destes elementos.

A aplicação de tecnologia sofisticada requer que as decisões sejam baseadas em informações prestadas por um grande número de especialistas cujas atividades estejam coordenadas. Na empresa moderna, as decisões são tomadas em grupo, o que, em geral, lhes confere um valor absoluto. Dificilmente os conhecimentos possuídos por um indivíduo habilitam-no a rever a decisão do grupo. Na melhor das hipóteses, a decisão só poderá ser revista por um outro grupo de especialistas dotado de iguais conhecimentos técnicos. De qualquer forma, quando o poder é exercido por um grupo, ele irrevogavelmente escapa das mãos dos indivíduos e passa às da organização. Assim, aquele empresário que a um só tempo une a propriedade ou o controle do capital à liderança empresarial, agente unitário que organiza os demais fatores de produção e promove inovações, é substituído por uma tecno-estrutura, que...

> ... abrange todos os que trazem conhecimentos especializados, talento ou experiência às tomadas de decisão de grupo. Este, e não [só] o restrito grupo de diretores [*como pensou Burnham, FH*], é [agora] a inteligência orientadora — o cérebro — da empresa.[111]

A decisão do grupo, por sua vez, exige que a tecno-estrutura possua um alto grau de autonomia em relação aos proprietários, sejam os acionistas das modernas corporações ocidentais, seja o Estado nas sociedades do tipo

soviético. No primeiro caso, o objetivo é atingido pelo desgaste do poder do acionista através da distribuição de ações entre um número crescente de tomadores. A operação é grandemente facilitada pela separação entre propriedade de capital e gerência, resultante da acumulação de capital. No segundo caso, o menor grau de desenvolvimento das economias soviéticas permite que as decisões sejam tomadas na órbita do Estado. Com a crescente complexidade destas economias, porém, é inevitável que se conceda às empresas uma grande e crescente autonomia. Galbraith, não obstante, descarta que o processo de descentralização envolva um retorno à economia de mercado. Dados os imperativos tecnológicos já mencionados, isso não seria mais possível mesmo na URSS. O planejamento é uma necessidade inerente à indústria tecnologicamente sofisticada.

Antes de continuarmos a descrever as características da tecnoestrutura, fixemo-nos no segundo elemento da tese de Galbraith: o planejamento.

O planejamento existe porque o mercado não é mais seguro. Numa economia onde se investem volumes enormes de capital e tempo, as necessidades do consumidor, bem como as necessidades da própria empresa, têm que ser previstas com muita antecedência. Isto exige o controle da demanda específica de cada insumo e de cada produto, bem como o controle da demanda agregada.

Do lado dos insumos, o mercado é suplantado por várias operações. Em primeiro lugar, ele é suplantado pela integração vertical: a empresa, assumindo o controle de uma fonte de abastecimento, transforma uma negociação externa e incontrolável numa decisão interna. Em segundo lugar, as firmas assinam contratos de abastecimento de longo prazo, nos quais preços e quantidades são préviamente estabelecidos.

Do lado dos produtos, o mercado é suplantado através do controle do comportamento do consumidor. Se por um lado, graças ao desenvolvimento econômico, o consumidor tem mais recursos disponíveis para gastar (ou não gastar) onde bem lhe aprouver, por outro, quanto mais distante ele está do ponto de satisfação das necessidades básicas, mais receptivo ele está à persuasão. O controle da demanda específica é uma atividade que, em si, envolve uma indústria em rápida expansão: a indústria publicitária. Ao esforço de vendas que esta atividade retrata, corresponde a transferência da decisão de compra da órbita do consumidor "soberano" para a órbita da

empresa. Não admitir que os consumidores estão sujeitos à persuasão, ou seja, presumir o consumidor soberano — o eleitor que com seu voto consegue que sejam feitas as coisas que deseja — é afirmar que os gastos com publicidade resultam num "empate" entre as empresas no qual não só ninguém ganha como, na verdade, todos perdem; os preços são obrigatoriamente fixados num patamar mais alto e os lucros num patamar mais baixo. Essa avaliação, segundo Galbraith, não percebe a importância que a indústria publicitária tem para o sistema de planejamento.

O controle do comportamento do consumidor de nada adiantaria se o nível de atividade econômica não fosse mantido. Como não existe nenhum mecanismo que garanta que o montante poupado seja equivalente ao montante investido, é necessário que a demanda agregada seja regulada, mantendo-se o nível de emprego e, consequentemente, de renda. Galbraith observa que na sociedade moderna, embora os fundos para investimento sejam em grande parte representados pelos lucros retidos das companhias, nada garante que tais fundos sejam necessariamente investidos. Em geral, a tecnoestrutura, tendo garantido o pagamento de dividendos aos acionistas e das duplicatas aos credores, retêm as receitas restantes para promover o crescimento da empresa, ou seja, o seu próprio crescimento. Embora exista a tendência de que as poupanças e os investimentos caiam ou subam juntos, não existe nenhum mecanismo que os iguale. O efeito Pigou — a queda de preços que provoca o aumento da demanda, compensando o excesso de poupança — não opera num sistema de preços rígidos, corolário de um sistema planejado. A alternativa é o controle da demanda agregada pelo Estado, ou seja, um nível permanentemente alto de gastos públicos. Quanto à forma que estes gastos assumem, é interessante observar que da mesma forma que o comportamento do consumidor está sujeito à influência de certos mecanismos de persuasão, o comportamento do Estado, enquanto consumidor, está sujeito à influência de outros mecanismos ainda mais eficientes, embora menos visíveis. Registre-se o fato de que parte significativa dos gastos públicos assume a forma de despesas militares justamente porque, dado seu enorme potencial criador de novas tecnologias, atendem da melhor forma aos interesses da tecnoestrutura.

Além do controle da demanda, o Estado assume outras tarefas no sistema de planejamento. Numa sociedade em que a tecnologia moderna implica alto nível de consumo e investimentos de grande magnitude, é necessário que a oferta de capital esteja assegurada por algum mecanismo seguro. Isto significa que as decisões de poupar devem ser retiradas do consumidor e, de alguma forma, exercidas por uma autoridade a serviço da tecnoestrutura. Em geral, a oferta de capital é garantida por um sistema de preços cujo patamar permite às empresas obterem lucros adequadamente elevados para reinvestimento. Não obstante, nas economias planejadas a decisão básica sobre o quanto poupar é tomada pelo Estado, através da tributação. O sistema fiscal, portanto, garante, de um lado, o nível de renda através do controle da demanda agregada e, de outro, a utilização da poupança que reúne via sistema tributário. Como já foi dito, num sistema de preços controlados não há mecanismo que iguale poupança e investimento. Desenvolvendo fontes internas ao sistema planejado, o Estado liberta as firmas da incerteza das taxas de juros. Assim, as decisões de poupar e investir, independentes do movimento das taxas de juros e internas ao sistema planejado, igualam-se.

Como já se mencionou, o planejamento exige que os preços estejam sob controle. A concorrência de preços deve ser evitada de forma a prevenir os efeitos dela decorrentes. Porém, embora os preços estejam exclusivamente sob controle da tecnoestrutura, sua estabilidade depende do controle sobre os salários. Ocorre que as reivindicações salariais são estimuladas pelos sindicatos, organismos em princípio externos à tecnoestrutura, que têm seu poder de barganha fortalecido pela estabilidade do nível de emprego. Essa circunstância aumenta os riscos de uma espiral preço-salário. A solução óbvia é o controle dos salários por parte da autoridade pública, do Estado; essa, portanto, é sua terceira tarefa no sistema planejado.

O controle estatal sobre os salários só é possível porque as mudanças até aqui examinadas diminuem sobremaneira a força dos sindicatos. Em primeiro lugar, o deslocamento do poder do proprietário para a tecnoestrutura diminui o conflito entre os operários e os dirigentes das empresas. Em segundo lugar, o avanço tecnológico permite que se substitua mão-de-obra por capital a qualquer mudança brusca de seus preços relativos. Por fim, o alto nível de emprego e de renda garantidos pelos sistema de planejamento, à medida que garante uma boa remuneração aos trabalhadores,

enfraquece os laços que os unem ao sindicato, outrora o instrumento que lhes permitia enfrentar as ameaças de privações materiais.

Entretanto, os sindicatos não desaparecem; na verdade, passam a desempenhar importantes funções no sistema planejado. De um lado, o sindicato, através de sua atuação, padroniza os custos salariais e garante que suas alterações sejam realizadas simultaneamente, facilitando o controle de preços por parte das indústrias. De outro lado, o sindicato ajuda a remover as barreiras que impedem o operário de se identificar com a empresa, mitigando a sensação de alienação. Com a diferenciação das funções da classe trabalhadora, cria-se um intrincado sistema de benefícios que envolve assistências de toda ordem, quadro de carreiras, aposentadorias etc., cuja ordenação conta com a participação do sindicato, o que lhe confere legitimidade e afasta eventuais acusações sobre o arbítrio e a injustiça de sua aplicação. Por fim, é justamente o contrato sindical que traz a fixação dos níveis salariais para a jurisdição do Estado: é fundamental que uma organização trabalhista sancione a política estatal de salários.

Uma vez descritos a tecnoestrutura e o sistema de planejamento, investiguemos sua lógica de funcionamento, seus objetivos. Dado o anseio de independência da tecnoestrutra, poder-se-ia inferir que seu êxito continua atrelado à política de maximização de lucros. Todavia, como não mais operam forças de mercado que reforçam este objetivo, não existe nenhum motivo, *a priori*, que garanta que esta política seja uma necesssidade imperativa como o era no caso da firma competitiva. Resta saber se à tecnoestrutura interessa substituir a política de maximização de lucros por outra que melhor atenda seus interesses.

A obtenção de lucros é evidentemente um imperativo para a própria existência e autonomia da tecnoestrutura. A administração de empresas tem que garantir recursos para o cumprimento de pelo menos duas tarefas: a remuneração adequada dos acionistas e a acumulação de fundos suficientes para fazer frente às necessidades de investimentos da companhia. O que se pergunta então é se, após ter garantido um montante de lucros acima de um certo mínimo que permita satisfazer essas duas condições de autonomia, o objetivo racional da administração continua o mesmo. Para Galbraith, não existe motivo para imaginar que o lucro continue a ser o único objetivo, satisfeitas as condições mencionadas. Os membros

da tecnoestrutura não receberiam os lucros que eles maximizassem porque, entre outras coisas, a própria existência da tecnoestrutura, um organismo coletivo, impede que seus membros, individualmente considerados, se apropriem, por mecanismos escusos, de um quinhão indevido. Dessa forma, seria irracional que estes membros procurassem maximizar o lucro alheio, principalmente dos acionistas, quando estão tolhidos de fazê-lo para si mesmos.

O primeiro passo para compreender os objetivos da tecnoestrutura é reconhecer que, para além da simples compensação pecuniária, existem outras forças que ligam os indivíduos à organização; forças estas, aliás, incompatíveis com o comportamento de maximização de lucros.

Galbraith, em grande parte baseado nos trabalhos ligados ao nome de Herbert Simon, identificou quatro motivações que mantém o indivíduo ligado à organização: compulsão, motivação pecuniária, identificação e adaptação. A compulsão pode ser descrita como o "desejo" de se submeter aos objetivos do grupo, uma vez que um comportamento diferente ocasionaria uma recompensa negativa, uma punição. A motivação pecuniária é o desejo de se oferecer aos objetivos da organização em termos de tempo e esforço em troca de uma recompensa em dinheiro. A identificação é a motivação oriunda do reconhecimento da superioridade dos objetivos da organização comparados aos objetivos individuais. Por fim, a adaptação é a motivação oriunda da esperança de que, perseguindo os objetivos da empresa, os indivíduos possam atingir uma posição que permita adaptá-los aos seus próprios.

A compulsão e a compensação pecuniária não são motivações excludentes. Na verdade, elas se combinam em diferentes graus, de forma que onde quer que haja um sistema de punição para condutas indesejáveis, há também um sistema de prêmios para as desejáveis. Históricamente, esta combinação se apresenta da seguinte forma: o papel da compulsão vai perdendo importância no quadro das motivações e a motivação pecuniária tem a tendência a substituí-la progressivamente. A compulsão, por outro lado, é incompatível com a identificação e a adaptação. Não se pode esperar que um indivíduo submetido à compulsão possa, por qualquer razão, considerar os objetivos da organização superiores aos seus ou esperar um dia poder adaptá-los. Já a compensação pecuniária é compatível com

a identificação ou adaptação, mas só na medida em que na sua quase sempre presente associação com a compulsão, esse último elemento não seja predominante. A identificação e a adaptação, por sua vez, assim como o outro par de motivações, são altamente complementares. Muito provavelmente os indivíduos não consideram todos os objetivos da organização satisfatórios, ou ainda que com eles estejam completamente identificados, procurarão sempre encontrar um caminho para melhorá-los.

> O poder na vida econômica, com o tempo, passou de sua antiga associação com a terra para a associação com o capital e daí, nos tempos recentes, para o complexo de conhecimentos e proficiências que formam a tecnoestrutura. Refletindo a simetria que caracteriza a realidade, têm havido, associadas, deslocamentos nas motivações às quais os homens reagem. A compulsão tinha uma antiga associação com a terra. A motivação pecuniária tinha idêntica ligação com o capital. A identificação e a adaptação estão associadas à tecnoestrutura.[112]

A necessidade de conhecimento especializado e de sua coordenação exige que o sistema de motivações seja tal que, uma vez integrado ao grupo, o indivíduo se veja atraído por seus objetivos, ainda que não seja completamente indiferente à compensação pecuniária. Porém, esta não é, nem pode ser, a única ou a principal motivação.

Galbraith visualiza a empresa amadurecida moderna como uma série de círculos concêntricos, as faixas formadas por cada par representando um grupo diferente quanto ao sistema de motivações. A faixa externa, mais espaçosa, abriga os acionistas comuns: estes não se identificam, nem esperam influir nos objetivos da empresa, encarando-a como uma fonte da qual esperam obter a maior quantidade de recursos possível. A faixa intermediária abriga os operários: embora sem esperanças de poder adaptar os interesses da companhia aos seus, a progressiva diminuição da compulsão permite que um sistema de motivações combinando motivação pecuniária e identificação se desenvolva. A separação entre propriedade e gerência favorece este movimento. Na faixa interna, encontram-se os "técnicos, engenheiros, executivos de vendas, cientistas, projetistas, e outros

especialistas que formam a tecnoestrutura". Como é a tecnoestrutura que detém o poder, desaparecem quaisquer barreiras à identificação e adaptação. No tocante à identificação, Galbraith menciona quatro circustâncias observadas por Simon e March que a favorecem. Em primeiro lugar, se o prestígio do grupo é amplamente reconhecido, o indivíduo é induzido a aceitar os seus objetivos (do grupo) ao invés dos seus. Em segundo lugar, se há interação entre os membros do grupo, os bloqueios à identificação são atenuados. O mesmo acontece se um grande número de necessidades individuais são atendidos pela organização, sejam elas de natureza social, filantrópica ou excêntrica, ou ainda, se a competição entre os seus membros é reduzida a um mínimo, condição geralmente satisfeita pela própria dinâmica de uma organização, pois embora encerre uma certa competitividade, permite a todos sonhar com uma eventual promoção.

Galbraith localiza uma faixa ainda mais interna que abriga os membros da chamada alta administração. Aqui, as altíssimas remunerações que podem ser observadas obscurecem, segundo Galbraith, as reais forças motivadoras: a identificação, a troca voluntária dos objetivos dos administradores pelas da organização e a adaptação, a esperança de ver parte das últimas conformadas aos primeiros.

Feitas tais considerações, pode-se voltar a questão sobre quais são os objetivos da tecnoestrutura. Já foi visto que uma das pré-condições do poder tecnoestrutural é a preservação da autonomia. Conforme dissemos, isto exige que se garanta a obtenção de um lucro mínimo que possibilite à tecnoestrutura pagar dividendos adequados aos acionistas, suas dívidas aos credores, além de gerar fundos para reinvestimento. Contudo, se os efeitos de uma queda dos lucros abaixo deste patamar mínimo põe em risco a existência da tecnoestrutura enquanto tal, sua majoração pouco significa em termos de sua segurança, aliás muito ao contrário: uma política de maximização de lucros aumenta consideravelmente os riscos de prejuízo e, consequentemente, a vulnerabilidade da tecnoestrutura. Sua hipótese, portanto, deve ser imediatamente descartada.

Uma vez garantida a segurança da tecnoestrutura, através da obtenção de um nível mínimo de lucros, seu objetivo só pode ser seu próprio crescimento, ou seja, o crescimento da empresa tomando-se por base as vendas. A manutenção e crescimento das vendas é fundamental para a saúde da

organização. Uma eventual queda das vendas implicaria não só a dispensa dos operários, mas também o crescimento incrível dos custos operacionais da organização. A eventual dispensa de técnicos, por outro lado, geraria um caos interno na medida em que a organização forma um todo orgânico cujas partes são todas fundamentais no processo de tomada de decisões.

Para Galbraith, a mudança dos objetivos sociais é uma prova da mudança dos objetivos da empresa amadurecida. Galbraith estabelece um princípio dito da coerência segundo o qual "a relação entre a sociedade em geral e a organização deve ser coerente com a relação entre a organização e o indivíduo". Assim como na economia de mercado o objetivo do capitalismo — e portanto de sua empresa — é a maximização de lucros, o que, por sua vez, é o objetivo social aceito; na economia tecnoestrutural, o objetivo da tecnocracia e portanto da corporação é o seu próprio crescimento, enquanto o objetivo social aceito é o crescimento do Produto Nacional. Daí porque o apoio estatal a projetos em áreas de tecnologia sofisticada.

Do mesmo modo que o proprietário de terra e o capitalista perderam prestígio quando a terra e o capital deixaram de ser socialmente decisivos, também a tecnoestrutura logo haveria de mergulhar no segundo plano, se a oferta de produtos industriais se tornasse rotineira.

O crescimento do produto e da tecnoestrutura depende da criação contínua de novas necessidades, o que, em última instância, implica modificações tecnológicas e esforço de propaganda.

Passemos a focalizar uma última dimensão do trabalho de Galbraith. Segundo ele, o sistema de planejamento acima descrito, para o qual convergem as economias soviéticas ou não-soviéticas pelas razões já enumeradas (produção em grande escala, enormes necessidades de capital, tecnologia sofisticada e, consequentemente, organização aprimorada) não é, como se poderia supor, o último estágio do desenvolvimento humano. Este sistema ignora uma série de necessidades humanas, sejam materiais, sejam estéticas, cuja satisfação não está ligada às suas próprias necessidades. Mas, ao mesmo tempo em que se esforça por satisfazer suas necessidades — através de gastos em pesquisas, desenvolvimento tecnológico e sistema

educacional — faz surgir uma camada social que, espera-se, rejeitará seu monopólio de propósitos sociais.

Vejamos. A perpetuação e expansão da tecnoestrutura depende da formação contínua de novos quadros. Daí decorre a necessidade de investimentos crescentes no sistema educacional. Consequentemente, assiste-se o surgimento de um grupo crescente de educadores e de cientistas que, analogamente ao papel do banqueiro na economia de mercado, fornecem o fator decisivo de produção: o especialista. Embora ligados ao sistema de planejamento por inúmeros laços, estes grupos gozam de certa autonomia frente a tecnocracia, tanto pelo fator de produção que fornecem quanto pela própria natureza de suas funções. Adicionalmente, a classe científica, ligada a grupos intelectuais, possui uma vantagem significativa em relação a tecnocracia. Esta última, devido ao caráter coletivo e não especificamente monetário de seu domínio, vê-se limitada no que diz respeito a atividade política. Diferentemente, a classe educacional e científica, tendo um raio maior de ação política, tem a tendência a enfatizar os aspectos que o sistema de planejamento ignora.

Embora reconheça as dificuldades de coesão e disciplina que não vem fácil à classe educacional e científica, Galbraith convoca-a a assumir as responsabilidades pelas consequências da ciência e tecnologia, propondo a substituição do crescimento objetivo e mensurável do PNB pelo crescimento não-mensurável da pessoa humana (por mais que isso perturbe os economistas).

Aparentemente, Galbraith adota, perante o intelectual, uma postura próxima a de Mannheim. Este último recusa a tradição marxista (pelo menos até Gramsci) que enfatiza a natureza ideológica do processo de cognição, proclamando a independência da esfera do conhecimento frente a interesses particulares. O intelectual, assunto do próximo capítulo, foi objeto de estudos importantes, principalmente na década passada. Três autores merecerão nossa atenção — Bahro, Konrád e Szelényi —, mas antes disso, postergando a discussão específica sobre o intelectual, dediquemos alguns comentários à teoria da revolução organizacional.

Comentários à tese da revolução organizacional

Tomemos, num primeiro momento, a teoria de James Burham. Eu diria

que não só pode-se fazer à teoria da sociedade gerencial todas as críticas feitas à sociedade burocrática, como também pode-se acrescentar pelo menos outras duas. Em primeiro lugar, Burnham assume que a planificação da economia e o poder dos gerentes são totalmente compatíveis.

> Ele falha em perceber as mudanças no fenômeno de gerenciamento que agora vem engolfar a sociedade como um todo. Ele meramente substitui os capitalistas privados pelos gerentes, sem perceber que o processo que põe o poder dentro do contexto da empresa e nas mãos dos gerentes tende a destituir cada setor de sua autonomia e subordina tudo ao aparato estatal.[113]

Ele falha em perceber o antagonismo entre gerente (autonomia) e burocracia (plano), sendo que este antagonismo só poderia ser resolvido a favor dos primeiros através da implantação de um sistema de produção baseado em unidades produtivas independentes, isto é, produção para troca — mercado. Só no caso de uma eventual (re)inauguração da economia de mercado na URSS, os gerentes se tornariam candidatos naturais a serem reais controladores dos meios de produção.

Em segundo lugar, Burnham falha em observar que a função do gerente — segundo ele, a organização do processo de produção — é, na verdade, em grande medida, uma função parasitária:

> A contínua socialização do trabalho tem explodido as antigas tarefas dos gerentes, uma vez que agora o trabalho da empresa é garantido, em todos os níveis, por orgãos coletivos e que a existência de um aparato gerencial separado responde à necesidade social de exploração, antes do que a requerimentos tecnológicos.[114]

Na sociedade soviética pode-se observar o mesmo fenômeno descrito por Marx, quando tratava das sociedades capitalista por ações:

> Nas sociedades por ações criou-se novo embuste com o salário de direção, surgindo ao lado e acima do verdadeiro dirigente, conselheiros de administração e supervisão aos quais o título serve de pretexto para espoliarem os acionistas e se enriquecerem... Nos processos da justiça falimentar vê-se que este salário de direção está em regra na razão inversa da supervisão realmente exercida por esses diretores nominais.[115]

Quanto a Galbraith, ele aparentemente não cai nestas armadilhas. Ele localiza uma instância coletiva como a detentora do poder: a tecnoestrutura. Contudo, ao adotar uma visão empirista do problema, comum à organização industrial, ele acaba cometendo erros da mesma natureza.

A organização industrial tem uma tendência a, de uma maneira geral, substituir a epistemologia racionalista da microeconomia tradicional pela epistemologia empirista. Se a microeconomia parte de premissas hipotéticas falsas (concorrência perfeita etc.) para construir um modelo globalizante (o que lhe confere um aparente rigor), a organização industrial parte dos fatos apreensíveis e neles estaciona (o que, se por um lado confere-lhe um caráter realista, por outro quase sempre a impossibilita de identificar a falácia de composição a que está sujeita). Assim, é muito comum acontecer de — quando tenta explicar o comportamento da firma através da análise dos interesses dos grupos que a compõem —, esquecer do comportamento de uma firma em relação às outras, ou a inter-relação entre as firmas.

Consideremos este segundo aspecto. Por mais intenso que tenha sido o processo de concentração de capital, através do qual as modernas corporações absorvem os seus pequenos e médios rivais, a verdade é que este processo não tem evitado a ação de outras corporações gigantes em outros e até no mesmo ramo de atividades. Quando Marx realça o fato de que o capitalismo procura a valorização máxima do capital — conceito, aliás, tecnicamente mais preciso do que maximização de lucros, porque evita a discussão estéril sobre longo prazo e curto prazo — não infere que este comportamento seja conseqüência de uma decisão pessoal magnânima do capitalista ou do fato dele ser funcionário de um patrão desumano: o capital. Ele é funcionário do capital, sim, mas porque, caso contrário, deixaria em pouco tempo de existir enquanto capitalista: seria tragado pelos demais. Neste contexto, a substituição da figura do capitalista pela da administração não exime a última de responder às mesmas exigências da acu-

mulação de capital. Assim, Marx, ao tratar da sociedade por ações, no livro III d'*O Capital*, corretamente observa que a sociedade por ações

> ... é a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte, uma contradição que se elimina a si mesma, e logo se evidencia que é fase de transição para nova forma de produção [116]... Mas a mudança para a forma de ações ainda não se libera das barreiras capitalistas e, em vez de superar a contradição entre o caráter social e o caráter privado da riqueza, limita-se a desenvolvê-la em nova configuração.[117]

A libertação da tecnoestrutura ou da burocracia soviética da lógica do capital exigiria, no primeiro caso, a concentração do capital nas mãos de uma mesma tecnoestrutura e, no segundo, a inexistência do invólucro capitalista. Um novo modo de produção, nos moldes que estão sendo apresentados, exige a planificação econômica em escala internacional. Porém, como já se observou, o nível atual de desenvolvimento das forças produtivas é incompatível com a planificação burocrática, o que torna estes "novos modos de produção" pouco prováveis.

OS INTELECTUAIS

Marx e Engels não dedicaram nenhum estudo sistemático ao papel social dos intelectuais. Embora de algumas passagens se extraia a idéia de que os intelectuais se dividam, ao longo da história, entre progressistas e conservadores, Marx e Engels nutriam esperanças de que a classe trabalhadora encontrasse, por si mesma, seu caminho para o socialismo.

Como eram poucos os indícios de que isso viesse a acontecer (sendo o caso mais famoso o do operário auto-didata Joseph Dietzgen, a quem Engels atribuiu o mérito de ter descoberto o método dialético por seus próprios esforços), Lênin, baseado em algumas considerações de Kautsky, desenvolveu a teoria de que a consciência operária era trazida de fora, dando novos contornos ao papel social do intelectual. Essa teoria se apresenta sob dois aspectos distintos, mas complementares; comecemos por apresentar o primeiro deles pelas palavras (segundo Lênin, profundamente justas e importantes) de Kautsky:

> Como doutrina, é evidente que o socialismo tem as suas raízes nas relações econômicas atuais, exatamente do mesmo modo que a luta de classe do proletariado e, tal como esta, o socialismo deriva da luta contra a pobreza e a miséria das massas, pobreza e miséria geradas pelo capitalismo. Mas o socialismo e a luta de classes surgem um ao lado do outro e não derivam um do outro; surgem de premissas diferentes. A consciência socialista moderna

> não pode surgir senão na base de profundos conhecimentos científicos. Com efeito, a ciência econômica contemporânea é tanto uma condição da produção socialista como, por exemplo, a técnica moderna, e o proletariado, por mais que o deseje, não pode criar nem uma nem outra, ambas surgem do processo social contemporâneo. Mas o portador da ciência não é o proletariado, mas a *intelectualidade burguesa*: foi do cérebro de alguns membros desta camada que surgiu o socialismo moderno e foram eles que o transmitiram aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, os quais por sua vez o introduzem na luta de classe do proletariado onde as condições o permitem. Desse modo, a consciência socialista é algo introduzido de fora na luta de classe do proletariado e não algo que surgiu espontaneamente no seu seio.[118]

O segundo aspecto diz respeito a distinção entre o intelectual, individualmente considerado, e a intelectualidade enquanto *"classe"*:

> Tal como um capitalista, um intelectual pode, individualmente, entregar-se por inteiro à luta de classe do proletariado. Em tais casos, quando isso tem lugar, o intelectual muda também de caráter. No que vou dizer a seguir, não tratarei principalmente dos intelectuais *deste tipo*, que ainda hoje são exceção no seio da sua classe. A seguir, quando não houver qualquer reserva especial, entendo *por intelectual apenas um intelectual comum que se situa no tereno da sociedade burguesa*, e que é um representante característico da intelectualidade como classe. Esta *classe* mantém-se num certo antagonismo com o proletariado.
>
> Este antagonismo é de um gênero diferente do antagonismo entre o trabalho e o capital. O intelectual não é um capitalista. É verdade que o seu nível de vida é burguês e que ele é obrigado a manter este nível a menos que se transforme num vagabundo, mas ao mesmo tempo vê-se obrigado a vender o produto do seu trabalho e por vezes a sua força de trabalho e sofre com freqüência a exploração dos capitalistas e certa humilhação social. Assim, não existe nenhum antagonismo econômico entre o intelectual e o prole-

> tariado. Mas a sua situação na vida, as suas condições de trabalho, não são proletárias; daí um certo antagonismo nos sentimentos e nas idéias.
>
> O proletário não é nada enquanto permanecer um indivíduo isolado. Toda sua força, todas as suas capacidades de progresso , todas as suas esperanças, as suas aspirações, tira-os da organização, da sua atuação sistemática em comum com os seus camaradas.
>
> O que sucede com o intelectual é muito diferente. Ele não luta empregando, de um modo ou de outro, a força, mas servindo-se de argumentos. As suas armas são os seus conhecimentos pessoais, as suas capacidades pessoais, as suas convicções pessoais.[119]

A visão kautsko-leninista parece suficientemente clara: a consciência socialista só pode surgir a partir de conhecimentos científicos profundos; do cérebro de alguns membros da intelectualidade burguesa (portadora da ciência) surge a consciência socialista; as práticas socialistas, todavia, são incompatíveis com a situação na vida e condições de trabalho dos membros da intelectualidade; a doutrina identifica a classe operária como a classe revolucionária e a ela transmite as idéias socialistas; não obstante o intelectual possa integrar-se à luta dos operários, abrindo mão de seus traços psicológicos característicos, a intelectualidade, enquanto "classe", mantém-se num certo antagonismo com o proletariado: a consciência socialista, portanto, vem de fora, mas se prolifera no seio do proletariado.

A questão do intelectual foi também estudada por Gramsci e recebeu deste pensador um tratamento particular. Para Gramsci, embora todos os homens sejam intelectuais ("não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*"), nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais, função esta associada ao trabalho de organização no sentido amplo, direcionado a manter ou modificar uma determinada concepção do mundo. Gramsci divide os intelectuais em dois grupos: 1) o intelectual orgânico, produto orgânico da atividade essencial de cada grupo social no processo de produção econômica, cuja tarefa é dar a este grupo homogeneidade e consciência da própria função; e 2) o intelectual tradicional — categoria de intelectuais remanescentes de estágios de desenvolvimento social superados, que representam uma continuidade histórica não inter-

rompida pelas transformações radicais das formas políticas e sociais. Os intelectuais tradicionais, cujos representantes típicos são os eclesiásticos — outrora intelectuais orgânicos da aristocracia fundiária — justamente em função de sua ininterrupta continuidade histórica, possuem uma característica particular: consideram a si mesmos, utópicamente, um grupo independente do grupo social dominante.

Para Gramsci, o intelectual é um funcionário da superestrutura e seu grau de organicidade pode ser medido, fixando-se "uma gradação de funções e das superestruturas de baixo para cima". Pode-se fixar dois planos superestruturais: a sociedade civil, ou o conjunto de organismos sociais privados, a qual corresponde a função de hegemonia que o grupo social exerce sobre toda a sociedade; e a sociedade política ou Estado, a qual corresponde as funções de comando e coerção. Assim, de um lado, o intelectual organiza o consenso espontâneo das massas em torno das orientações dos grupos dominantes, ajudado pelo prestígio que tais grupos desfrutam em virtude das suas funções no processo de produção e, de outro, organiza o "aparato de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem", aparato esse utilizado, principalmente, nos períodos de crise, quando fracassa o consenso espontâneo.

Gramsci considera o partido revolucionário como o instrumento que permite à classe trabalhadora desenvolver seus próprios intelectuais orgânicos, possibilitando-a, ao favorecer o surgimento de uma hegemonia alternativa, criar uma nova sociedade. Cabe ao partido:

> ...elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade política-geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo.[120]

Tanto na visão kautsko-leninista quanto na visão gramsciana, o intelectual é visto como uma camada subordinada aos interesses dos grupos es-

senciais. Reconhece-se, em geral, que tal situação conflita com o caráter transcendente da atividade intelectual, mas assume-se que tal conflito só possa ser verdadeiramente superado pelo apoio à classe operária, tomada como a portadora dos interesses gerais rumo à sociedade sem classes.

Numa perspectiva bem diferente encontra-se, por exemplo, Mannheim (a cuja visão Galbraith parece implicitamente associado). Para ele, os intelectuais são uma camada independente dos interesses e ideologias particulares. A subordinação dos intelectuais a outras classes conflita com a natureza do intelectual, sua transcendência. O conflito aqui é resolvido pela própria camada intelectual que assume seu caráter universal, renunciando a todo e qualquer interesse particular.

Os intelectuais no caminho do poder de classe

Como observam Konrád-Szelényi, o traço comum a estas versões é que ambas encaram o conflito subordinação *versus* transcendência como um episódio histórico. Quer pela sua própria atividade, quer pelo apoio à causa operária, o intelectual é considerado capaz de pôr-se acima de sua determinação histórica e absorver "seu ser genético em seu ser genérico". Konrád-Szelényi apresentam uma visão alternativa desse conflito:

> De nossa parte, consideramos inaceitável e inútil para o propósito de um estudo objetivo, a hipótese de que tudo pertencente ao conceito genético de intelectual — tudo que é historicamente determinado — deva ser tratado como uma negação da essência da vida intelectual (sua transcendência) ou ainda como um elemento não-intelectual, e que a essência da vida intelectual deva ser perseguida exclusivamente em sua transcendência. Nós achamos igualmente inaceitável desconsiderar o grau de transcendência que é evidente na atividade dos intelectuais e restringir nossa investigação somente ao conceito genético de *"intelligentsia"* (intelectualidade). Nós vemos a tarefa da pesquisa social empírica sobre os intelectuais como uma investigação das tensões históricas entre seu caráter transcendente-genérico e histórico-genético, com vistas ao entendimento de como o relacionamento destas du-

> as concepções conflitantes de intelectuais tem variado ao longo do tempo. Nós devemos rotular como ideológicos todos os esforços filosóficos em negar o caráter historicamente determinado de intelectuais, identificando a intelectualidade empírica com sua própria transcendência. Os intelectuais de cada era têm descrito a si mesmos ideologicamente, de acordo com seus interesses particulares, e se estes interesses têm diferido de era para era, tem sido uma aspiração comum dos intelectuais de cada era representar seus interesses particulares em cada contexto como o interesse geral da espécie humana.[121]

A definição de intelectual de Konrád e Szelényi envolve dois aspectos. Em primeiro lugar, não é o conhecimento que torna alguém um intelectual, mas o fato de que não existe outro fator que determine o *status* deste alguém, exceto seu conhecimento. Um capitalista, portanto, por mais conhecimento que acumule, não é um intelectual. Em segundo lugar, o conhecimento intelectual não é todo e qualquer conhecimento, mas aquele que tem como traço qualitativamente distinto o fato de estar associado aos valores aceitos pela sociedade como parte de sua cultura. Isto significa que o conhecimento intelectual oferece modelos explicativos que transcedem situações particulares, sendo aplicáveis em contextos diferentes (Konrád e Szelényi atribuem-lhe um significado que chamam *cross-contextual*). Os intelectuais são, portanto, os proprietários dos conhecimentos ao qual a sociedade atribui validade *"cross-contextual"* e os adota para orientar seus membros. Em troca, a medida que estes conhecimentos são utilizados de forma a reafirmar os objetivos que a sociedade acha adequados, ela recompensa seus possuidores, eximindo-os de qualquer outra atividade que não seja intelectual. Se o intelectual, porém, utiliza seus conhecimentos num sentido socialmente indesejável, embora não perca o *status* de intelectual, seu prestígio não será mais medido pelas recompensas que a sociedade lhe garante, mas pelas sanções que lhe são por ela impostas.

Konrád e Szelényi partem da hipótese de que a posição estrutural da camada intelectual vem mudando ao longo da história. O processo de transformação pode ser assim descrito: de estamento *(estate)* nas sociedades redistributivistas tradicionais (basicamente as sociedades pré-capita-

listas) para estrato, nas sociedades capitalistas de livre mercado; e daí para classe, nas sociedades redistributivistas racionais (as sociedades de tipo soviético). Konrád e Szelényi "aceitam a premissa fundamental da sociologia marxiana de que a estrutura básica da sociedade é determinada pela forma pela qual a sociedade reproduz a si mesma, e mais particularmente, pelo modo de disposição do produto social excedente, quem o controla e sobre que princípios"; porém rejeitam a relação, normalmente aceita pelos marxistas, entre classe e relações de propriedade. Para eles, as relações de propriedade não explicam o conteúdo de classe nem do modo de produção asiático, nem do modo soviético de produção. Konrád e Szelényi condenam a tentativa daqueles que procuraram forjar o conceito de propriedade coletiva de classe, lembrando que propriedade e direito de disposição (o que inclui direito de transmissão) são inseparáveis. A disposição sobre o produto excedente não confere ao distribuidor a propriedade dos meios de produção, cujo controle possibilita o acesso ao produto. Negar isso é cair numa lógica circular que, por um lado, quando questionada sobre quem dispõe do produto excedente, responde serem os proprietários coletivos e, por outro, quando questionada sobre quem são esses proprietários coletivos, responde serem aqueles que dispõem do produto excedente. Para Konrád e Szelényi, além da propriedade, existem outras formas que legitimam o domínio de uma classe sobre as demais; portanto, propõem a substituição do conceito de modo de produção pelo de modelos de integração, um conceito que, segundo eles, embora lhe seja análogo, tem a vantagem de incluir as situações nas quais o domínio de uma classe está baseado num sistema de autoridade e não apenas nas relações de produção.

Dadas tais premissas, Konrád e Szelényi passam a analisar a posição do intelectual nos diversos modelos de integração, começando pelo sistema, por eles designado, redistributivista tradicional. A característica básica deste modelo é a ausência de crescimento econômico do rol das demandas e valores sociais. Sem o ânimo de expandir a produção e, consequentemente, na ausência de uma evolução dinâmica, esta sociedade desloca seus objetivos para um reino fora dela própria, "uma dimensão metafísica acima e além da existência histórica do homem". Nas sociedades pré-capitalistas, é a situação do clero que caracteriza a função daqueles que pos-

suem conhecimento intelectual e, ainda que se admita que nem todo intelectual seja um padre e nem todo padre seja um intelectual, são os ensinamentos da Igreja que servem de parâmetro para que alguém seja considerado intelectual e é a ordem sacerdotal que gradua todo o conhecimento intelectual nos seus próprios termos.

Sob o redistributivismo tradicional, apesar da Igreja, existem outras camadas sociais (senhores feudais, nobreza) que, embora aceitem sua hegemonia, lutam para defender seus interesses particulares, às vezes desafiando sua autoridade. Já nesta época, alguns intelectuais que possuem alguma habilidade incomum, se sentiam pouco compelidos a defender seu *status* feudal (estamento) e procuram escapar a tutela da Igreja e atender às necessidades destas camadas. Nos últimos estágios do feudalismo europeu ocidental, com o aparecimento das cidades, das corporações e dos patrícios, a situação ganha novos contornos. A ordem eclesiástica passa a ser uma limitação ainda maior àqueles intelectuais cujas novas atividades pré-anunciam o futuro papel que o desenvolvimento histórico lhes reserva.

> Os intelectuais que perseguem este tipo de posição intersticial — sejam eles pintores ou físicos, mercenários ou astrólogos, cronistas ou músicos — são os precursores dos intelectuais da sociedade de mercado, e a marginalidade que os liberta de sua situação feudal, mais ou menos os forja dentro de um estrato unitário.

Nas sociedades capitalistas, o intelectual se transforma de sacerdote em *"expert"*. Com a multiplicação dos empregos bem pagos, públicos e privados, que requerem profissionais qualificados, os intelectuais se beneficiam do seu conhecimento. Pode-se afirmar, sem muito risco de erro, que a camada intelectual compreende todas aquelas pessoas educadas sob um determinado padrão, geralmente, associado com um grau universitário. O intelectual, em geral, vende sua força de trabalho, embora, devido a um certo grau de monopólio decorrente do difícil acesso à universidade, usufrua de uma renda que lhe permite um estilo de vida burguês: alguns chegam mesmo a utilizar seus conhecimentos técnicos como meios de produção, tornando-se empresários. Konrád e Szelényi assumem que a *intelligentsia* nas sociedades capitalistas, sendo tanto burguesa quanto proletá-

ria, deve ser descrita como um estrato: tendo rompido os laços que a obrigava a prestar serviços pessoais aos senhores feudais, através da instituição do padroado, perde o caráter de estamento e passa a trabalhar com mais liberdade, em função das tendências do mercado.

A maior liberdade que a *intelligentsia* goza, todavia, acorrenta-a aos caprichos de um sistema de valores mutável, exterior a ela, e que a confina dentro de limites tão estreitos quanto os feudais, com a desvantagem de serem dinâmicos e incontroláveis. O quadro de preferência rígido do senhor feudal é substituído pelo quadro mutável de preferências dos consumidores. O intelectual, agora, enfrenta o risco de não encontrar comprador para seu produto. Hostil ao mercado, a *intelligentsia* procura fórmulas que conduzam a sua autonomização. Surge, então, a reivindicação de que o produto intelectual, seja de que natureza for, seja julgado "intra muros" pela própria camada intelectual, ou seja, sem a intromissão do consumidor que, afinal, não tem elementos técnicos para se ocupar dessa tarefa.

Mesmo com o processo de autonomização em curso, Konrád e Szelényi descartam a possibilidade de que a *intelligentsia* se transforme, gradualmente, de estrato em classe. Apesar de que o advento do capitalismo monopolista aumenta sua importância, a *intelligentsia* continua fragmentada em função dos interesses conflitantes do mercado. Por um lado, as crescentes necessidades de conhecimento técnico requerido pelo capital concentrado exigem que as universidades produzam um tipo de força de trabalho que preencha determinadas características associadas aos imperativos da acumulação, quais sejam: disciplina, subordinação ao trabalho cooperativo e treinamento especializado. Por outro lado, com o estímulo à formação de técnicos deste feitio e seu consequente aumento numérico, o poder de monopólio da *intelligentsia* sobre o mercado de trabalho declina gradualmente. Além disso, como o mecanismo de distribuição das sociedades capitalistas continua sendo o mercado, nenhum estrato intelectual, inclusive aquele absorvido pelo processo de acumulação de capital — a tecnocracia — tem a seu dispor meios de beneficiar outros estratos — por exemplo, a intelectualidade acadêmica ou artística. Fica, assim, excluída a possibilidade de que um deles sirva de agente de homogeneização, unindo-os todos numa classe unitária.

Na visão de Konrád e Szelényi, a *intelligentsia* ocidental segue atualmente duas estratégias contraditórias no esforço de aumentar seu poder. Uma delas é a tentativa de se apoderar do mais importante mecanismo de distribuição de renda, o aparato do Estado, e ampliá-lo ainda mais. Esta estratégia é seguida pelos membros do Partido Comunista que, tendo abandonado a revolução proletária por um entendimento com a tecnocracia, procuram infiltrar-se no aparelho de Estado e das grandes empresas nacionais. A outra estratégia está associada a atitude de uma burocracia supra-nacional nascida das entranhas da corporação multinacional. Por natureza avessa aos interesses nacionais, esses intelectuais se identificam com suas corporações, de quem recebem altos salários, perspectivas de mobilidade, bem como as mesmas condições de trabalho e existência, qualquer que seja o país em que estejam operando. Os conflitos entre *intelligentsia* e capital, de um lado, e entre *intelligentsia* nacional e supra-nacional, de outro, parecem dificultar o caminho do intelectual ocidental rumo ao poder de classe.

O intelectual oriental, não obstante, teve melhor destino. Konrád e Szelényi desenvolvem uma espécie de "teoria do elo (intelectual) mais fraco", que tenta explicar como foi possível à camada intelectual oriental transformar-se de estamento em classe. Esta teoria parte das já conhecidas características semi-asiáticas da Rússia tzarista. Como já foi visto, as contínuas agressões externas à Rússia geraram um sistema estatal de redistribuição centralizada baseado nas necessidades de defesa (e não na necessidade de um sistema hidráulico estatal, como nas sociedades asiáticas tradicionais). A sobrevivência do Estado centralizado, por sua vez, estava internamente condicionada ao enfraquecimento da nobreza feudal, parcialmente convertida em oficialato militar. O desenvolvimento das relações feudais de tipo ocidental foi também evitado graças a instituição da vila comunal, que unia o camponês a terra, sem lhe dar direito sobre ela. Nestas condições, inexistia muito estímulo à produção agrícola e, devido a consequente fraca demanda por produtos industriais, as cidades não cresciam.

O Estado centralizado logo se viu, porém, obrigado a promover o desenvolvimento. Um exército compatível com suas necessidades exigia não só a importação de armas (o que implicava a existência de excedentes ex-

portáveis) mas também a fabricação destas armas dentro das fronteiras nacionais. De um lado, o Estado se viu forçado a restabelecer a propriedade hereditária da terra, garantindo-se, porém, de que os nobres continuariam a seu serviço; isto foi obtido com o estabelecimento da grande propriedade fundiária. De outro lado, o Estado investiu crescentes quantidades de recursos na modernização da economia do país. Com isso, observava-se o fenômeno paradoxal do surgimento de um Estado nacional antes mesmo do surgimento da nação.

Nesta fase constituinte do chamado redistributivismo racional, o Estado absorve boa parte da camada intelectual, oferecendo-lhe emprego e poder; na verdade, ao intelectual restava pouca alternativa a não ser pôr seus conhecimentos a serviço do Estado absolutista — quase sempre a alternativa era o abandono de suas atividades. Porém, paralelamente à *intelligentsia* estatal, surgiu uma *intelligentsia* nobre de tendência liberal, estimulada pelos contatos com a cultura ocidental. A base econômica desta *intelligenttsia* era a propriedade da terra. Esta circunstância dava ao nobre industrial liberdade frente aos serviços pessoais ou às restrições do mercado a que o intelectual ocidental estava sujeito mas, por outro lado, dada a natureza feudal de seus ganhos, limitava-lhe a atuação. Além disso, o nobre intelectual estava sujeito à censura de um monstruoso aparato estatal que o intelectual ocidental só conheceu mais tarde.

De qualquer forma, o Estado centralizado liquidou a nobreza intelectual com o ato de emancipação dos servos. Libertar os servos sem lhes dar terras respondeu às necessidades de acumulação do Estado sem abalar as estruturas da redistribuição racional. Libertar os servos sem dar aos nobres capital para mecanizar suas operações, permitindo convertê-las em capital intensivo, significou o colapso da economia da nobreza, transformada, sem violência, numa camada de funcionários civis.

A emancipação dos servos deu um grande impulso a modernização, embora totalmente subordinada à órbita estatal. Assim, algumas das conquistas da economia ocidental foram atingidas sem que contudo se introduzisse o modelo ocidental de civilização.

O desenvolvimento social leste-europeu tomou outras direções. Um tipo diferente de crescimento industrial, modernização agrí-

> cola e administração estatal estava em processo de desenvolvimento ali, processo no qual o burocrata estatal teria, ao menos, uma papel tão importante quanto teve o burguês empreendedor

Nesta fase constituinte do redistributismo racional, os esforços estatais de reforma sociais e econômicas eram ambíguos.

> De um lado, os regentes absolutistas eram incapazes de separar-se, de uma vez por todas, daqueles elementos de autoridade política que eram legitimados por fatores não-racionais, como laços de família e sangue; de outro lado, novas tendências continuaram a aparecer, na direção da revolução socialista, que levaram seu sistema social próximo do modelo de mercado.

A *intelligentsia* estatal não se animava com a perspectiva de tornar-se *intelligentsia* orgânica, subordinando-se a burguesia, às expensas do poder crescente e seguro do seu ofício. Por outro lado, nem o Estado, nem o mercado recém-parido, absorviam o crescente número de quadros intelectuais. Estes intelectuais, naturalmente, começaram a se opor ao poder central e, dado o caráter absoluto deste, suas atividades assumiam a forma de conspiração. Parte destes intelectuais, formada principalmente por profissionais liberais, estava inclinada, por sua natureza, a apoiar a expansão do capitalismo de tipo Ocidental. Acusavam o Estado de, através de sua intervenção na economia, frustar ao invés de encorajar o crescimento da pequena e média burguesia. O Estado, promovendo somente a grande indústria e favorecendo a agricultura latifundiária, fortalecia os mecanismos de distribuição nos quais a *intelligentsia* não-estatal estava pouco interessada. As atividades dos intelectuais liberais, porém, eram só aparentemente favorecidas pelo crescimento do mercado. A grande burguesia, apesar de subordinada ao Estado e ao capital financeiro europeu, beneficiava-se da sua aliança com o poder central e com os grandes proprietários rurais. Assim, embora a revolução burguesa estivesse madura, não havia nenhuma força material para operá-la. Isto levou a *intelligentsia* liberal burguesa a uma profunda crise ideológica.

Por outro lado, porém, a não absorção dos intelectuais pelo aparelho

estatal fazia com que uma outra parte deles, formada por profissionais educados, identificassem-se com a classe operária, tornando-se intelectuais orgânicos. Contudo, com a contínua incorporação de ideais burocráticos (nacionalização, ditadura etc.) à ideologia socialista, estes intelectuais foram sendo liberados da necessidade de defender o proletariado e, graças ao programa bolchevique, vislumbraram uma rota mais direta rumo ao poder. A transformação da ideologia socialista em ideologia bolchevique só foi possível porque boa parte dos intelectuais não absorvidos pelo mercado puderam, dada a relativamente pequena classe operária, representar, abstratamente, seus interesses de classe.

Quando da tomada do poder, os bolcheviques traçaram as linhas do que seria o redistributivismo racional, organizando a economia e o Estado de forma que todo o processo de decisão fosse monopolizado pelos quadros do partido. Excluíam, assim, qualquer outra fonte de legitimação, propriedade ou representação política que não fosse a de membro do partido.

No primeiro estágio do redistributivismo racional, uma elite intelectual, organizada nos anos vinte por Stálin, dominou totalmente o aparato estatal e partidário.

> Nem todo membro do partido pertence à elite dominante; nem mesmo todo intelectual que pertence ao partido pode pertencer à elite. Mas é claro que ninguém pode ser um membro da elite que não seja ambos, um membro do partido e um intelectual.

Essa elite, contudo, não representava a classe intelectual como um todo, não só porque não compreendia numericamente todos os intelectuais mas também porque sua origem de classe a diferenciava. Nos momentos seguintes à tomada do poder, os intelectuais, de maneira geral, procuraram refúgio no Partido Comunista, na esperança de serem aceitos como um novo tipo de *intelligentsia*. Embora com isso o partido tenha se tornado um partido intelectual de massas, seus quadros eram, em boa parte, compostos por membros originários da classe trabalhadora, que a ele se agregavam na esperança de se tornarem intelectuais. Neste estágio, poucos dos intelectuais recém-admitidos às fileiras do partido conseguiram, efetivamente, integrar-se a elite dominante formada então, majoritaria-

mente, por intelectuais de origem operária. Pode-se, desta forma, dizer que o Partido Comunista, então, ainda funcionava como uma instituição de quadros operários.

Os conflitos entre a elite dominante e as demais camadas intelectuais se manifestaram nos expurgos dos anos trinta. Este período foi caracterizado por um movimento anti-intectualista que exterminou a *intelligentsia* burguesa, assim como toda a *intelligentsia* não-bolchevique: menchevique, socialista-revolucionária e anarquista. Estes expurgos fizeram a classe intelectual entender que ainda não era chegada a hora de exercer seu poder direto.

Duas circustâncias, porém, alteraram este quadro. De um lado, a enorme concentração de poder nas mãos desta elite fez surgir um aparelho político-policial sobre o qual a própria elite exercia cada vez menos controle. De outro lado, o interesse em promover um processo de industrialização acelerada pressupunha a cooperação de uma ampla tecnocracia. Operou-se assim a transição do stalinismo — marcado pelo exercício do poder autocrático, pelo primado do aparelho policial, pelo dogmatismo intelectual e pela politização da esfera privada da vida do cidadão — para o pós-stalinismo, marcado pelo exercício do poder por uma liderança coletiva, pela submissão do aparato policial, pelo fortalecimento do poder judiciário, pela liberação da ciência da prestação de serviço ideológico (embora mantido sob estreito controle) e pelo maior respeito à privacidade do cidadão.

O período pós-stalinista é caracterizado pela estabilidade fundada na aliança entre elite e tecnocracia. Esta aliança estabelece um quadro de mútuas concessões: o intelectual conforma-se com a falta de espaço dentro da elite dominante e desiste de suas ambições políticas; recebe em troca pelos seus conhecimentos profissionais rendimentos elevados e uma posição de prestígio na hierarquia estatal.

A elite absorve parte da *intelligentsia* em funções técnico-administrativas; com isso, divide a classe intelectual e frusta qualquer tentativa de aliança com a classe trabalhadora. Adicionalmente, a elite dominante diferencia os membros da nova tecnoestrutura, pela distribuição desigual de privilégios, dificultando qualquer tentativa dos rivais à hegemonia.

Os intelectuais não absorvidos pela tecnoestrutura (intelectuais marginais) são submetidos à uma estreita supervisão. Eles se dividem em dois

grupos: um grupo, composto por neo-marxistas e socialistas, critica as concessões feitas à tecnocracia e, na verdade, pretende simplesmente a substituição de uma elite por outra que o incorpore; um outro grupo, composto por "revisionistas", critica a hegemonia da elite. A elite reprime a ambos numa demonstração de força à tecnocracia. Fica claramente demonstrado que, nas circunstâncias do período de compromisso, a tecnocracia é incapaz de inverter a correlação de forças a seu favor. Todavia, Konrád e Szelényi observam que a *intelligentsia* marginal tem tentado, neste período, organizar interesses das outras classes e estratos sociais para além do redistributismo racional.

Esses interesses estão em conflito com os interesses da tecnocracia e da classe intelectual como um todo. Porém, a tecnocracia pode permitir a criação de mecanismos através dos quais estes interesses ganhem eco, no intuito de abalar as estruturas que sustentam a hegemonia da elite.

> A tecnocracia, se ela deseja superar o presente balanço de poder desvantajoso, deve fortalecer a unidade da classe intelectual, aliar-se a intelectualidade marginal e ainda permitir que alguns deles ajam como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.... Assim, nós prevemos que, em algum ponto, o socialismo entrará num terceiro estágio, caracterizado pela divisão de poder entre a tecnocracia e a elite dominante, lidando uma com a outra por meio de transações racionais. Neste estágio, emergem repetidamente das fileiras da intelectualidade marginal, advogando os interesses dos trabalhadores, uns poucos indivíduos que, tendo ponderado de forma completa o significado de sua própria existência social, tornar-se-ão os protagonistas diretos do poder de classe para a intelectualidade.

Konrád e Szelényi concluem que, com a emergência do redistributivismo racional, não só os intelectuais adquirem o *status* de classe, mas também, agora mais do que nunca, encontram-se unidos em torno de seus interesses rumo ao poder de classe. Tendo servido à muitas classes ao longo da história na luta pelo poder, dado seu monopólio sobre o conhecimento, os intelectuais põem-no agora a serviço de seus próprios interesses. Cons-

truirão, finalmente, um sistema no qual o antagonismo de classe entre capitalistas e proletários será substituído pelo antagonismo entre a classe intelectual, redistribuidora do produto social, e a classe trabalhadora, desprovida de qualquer direito à participação no processo de redistribuição.

> Sob o redistributivismo racional, entretanto, conflitos sociais não aparecem na forma de conflito aberto de classe, [já] que, na ausência de uma intelectualidade orgânica de classe, os interesses de classe não-podem ser articulados abertamente, e nenhuma classe pode desenvolver uma consciência clara de seus próprios objetivos estratégicos.

A tese de Konrád e Szelényi, embora parta de premissas diferentes, absorve importantes elementos das teorias até aqui analisadas. Em primeiro lugar, pode-se dizer que, em dois aspectos, a tese de Konrád-Szelenyi está para a de Burnham-Galbraith assim como a tese de Lefort-Castoriadis está para a de Rizzi. Os primeiros, cada par nos seus próprios termos, descartam a hipótese de uma convergência gradual entre o sistema capitalista monopolista e o sistema soviético: reconhecem que as sociedades do tipo soviético são frutos de circunstâncias históricas particulares que permitiram à burocracia (Lefort e Castoriadis) ou à *intelligentsia* (Konrád e Szelényi) se firmar numa situação de classe privilegiada. Concordam igualmente que os novos senhores só obtêm o *status* de classe nestas novas circunstâncias, sendo que no capitalismo monopolista compõem um estrato subordinado aos interesses dos capitalistas.

Em segundo lugar, em um terceiro aspecto, a teoria de Konrád e Szelényi está para a teoria de Burnham e Galbraith assim como a teoria de Melotti está para a de Rizzi. Isto porque os primeiros, nos seus próprios termos, reconhecem o sistema soviético como sucedâneo do modo de produção asiático; ambos resgatam a importante contribuição de Wittfogel, porém não sem alterar-lhe o significado, identificando traços que distinguem o atual modelo do modelo substituído. Julgam-se, por isso, no direito de, em oposição a Wittfogel, classificar o sistema soviético como um novo modo de produção, distinto dos anteriores, embora emerja do modo asiático.

As vantagens sobre Burnham e Galbraith não param aí. Acrescenta-

ríamos a importante distinção entre tecnocracia e *ruling elite*. Konrád e Szelényi não caem no engano de considerar a tecnocracia como a classe dominante dos sistemas soviéticos. A tecnocracia pertence à classe intelectual, que por sua vez ainda não detém o poder como um todo. A circunstância de que isso possa se tornar realidade é colocada como forte possibilidade, diante do estudo das variáveis em jogo, mas não é um fato consumado. Por fim, Konrád-Szelenyi escapam da asserção de que, por si, o conhecimento garante automaticamente poder. Como vimos, Burnham destaca o fato de que o poder dos *managers* é derivado da necessidade de organizar o processo de produção, enquanto Galbraith deriva o poder tecnocrático da escassez de conhecimentos técnicos, encarado como fator de produção. Para Konrád e Szelényi.

> A essência da função social da intelectualidade não repousa no fato de que o conhecimento de certa complexidade garante poder e recompensa em certas posições — antes, a intelectualidade esforça-se para obter poder e recompensa para si própria, explorando seu monopólio relativo de conhecimento complexo como um meio para atingir suas metas. O âmago da questão, então, não deve ser encontrado no conhecimento que é funcionalmente necessário mas, antes, no desejo de legitimar aspirações ao poder.[122] Porém, uma vez no poder, é especialmente importante para aqueles que definem as metas da sociedade serem bem organizados e disciplinados e que seus escalões permaneçam coesos... uma vez que a racionalidade científica joga uma parte muito menor em determinar e justificar metas do que na solução de questões técnicas.[123]

Se, portanto, o conhecimento especializado é um pré-requisito para tornar-se membro do seleto grupo dos redistribuidores do produto social, a questão é que, na mais importante tarefa social — estabelecer os objetivos da sociedade em linhas gerais —, este conhecimento joga um papel menor; os fatores dominantes são o desejo de legitimação do poder e a consequente organização dos distribuidores enquanto classe.

Aqui, porém, terminam os méritos e começam os problemas da teoria de Konrád-Szelényi. A questão que naturalmente se coloca é qual o fator

que orienta o redistribuidor na fixação dos objetivos sociais. Para Konrád e Szelényi:

> Uma decisão redistributivista é racional se seu resultado é um incremento máximo no tamanho do produto excedente apropriado para redistribuição. Ao nível empírico, isto significa que a distribuição tem um orçamento centralizado. Sua racionalidade é medida pela taxa de crescimento do orçamento estatal, por estes dados refletirem a proporção da renda nacional que entra no orçamento e assim se torna disponível para redistribuição.[124]

Surge aqui o mesmo problema anteriormente colocado: temos insistido que a maior falha dos teóricos que proclamam a novidade do modelo soviético é não perceber que ele, assim como as sociedades ocidentais, está de alguma forma sujeito a lógica da acumulação de capital. O leitor a esta altura pode-nos perguntar se não temos imaginação suficiente para conceber um processo de acumulação que não respeite aos imperativos da acumulação de capital. Responderíamos que isso é perfeitamente possível na ausência de um invólucro capitalista ou, em outras palavras, na hipótese do modelo soviético generalizar-se.

As distinções entre redistributivismo tradicional, economias de mercado e redistributivismo racional apontados por Konrád e Szelényi são bastante esclarecedoras. Dizem eles:

> Os sistemas de redistributivismo tradicional não são chamados a responder à demandas de crescimento; a economia dinâmica não é uma de suas metas ou valores... O livre mercado constrói o imperativo de expandir no próprio mecanismo de mercado, e a meta de crescimento, internalizada deste jeito, é então controlada através de um mecanismo impessoal de lucro. *As sociedades redistributivas racionais tratam o crescimento econômico como um desafio externo, um objetivo definido politicamente, ditado pelo desejo de alcançar as economias ocidentais desenvolvidas.*[125]

Este crescimento econômico (o aumento de trabalho excedente apro-

priado para redistribuição) ditado pelo desejo (na verdade necessidade) de alcançar os países capitalistas desenvolvidos, o que é, senão um objetivo subordinado à dinâmica a qual estas sociedades estão entregues? Como se pode alcançar sem repetir os mesmos passos a uma velocidade maior? E se assim não fosse, quanto tempo duraria um sistema que desafia o capital internacional, fechando-lhe as fronteiras? Vimos que um novo modo de produção (nem socialista, nem capitalista) só poderia firmar-se a partir da generalização do modelo soviético; mas sugerimos também que este modelo é incompatível com o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial: o planejamento burocrático parece ter prosperado somente em sociedades subdesenvolvidas. As alternativas ao modelo soviético, portanto, conforme sugerem os trotskistas, parecem restritas ao socialismo ou ao capitalismo. A primeira hipótese é improvável, por razões que serão discutidas adiante; estudemos a segunda à luz da teoria de Konrád e Szelényi.

Corretamente, Konrád e Szelényi observam que a sociedade soviética não é capitalista; diferentemente, ela é caracterizada pela coordenação total dos poderes econômico e político. A sobrevivência do sistema repousa sobre a existência dessa coordenação. Curiosamente, nas atuais condições, é a elite dominante — e não a tecnocracia — a camada mais comprometida com a manutenção desta coordenação. Dizem Konrád e Szelényi:

> A elite dominante é ela mesma o mais consistente representante da mentalidade dos redistribuidores, porque ela sabe muito bem que seu próprio poder especial está ligado à integração das esferas política e econômica. Como redistribuidores, os tecnocratas, como a própria elite dominante, têm um interesse em manter o trabalho numa posição dispositiva. Mas os interesses dos tecnocratas como proprietários de força de trabalho são precisamente o oposto — maximizar suas rendas por meios transitivos.[126]

Ou seja, Konrád e Szelényi reconhecem que a tecnocracia, em função da oposição entre seus interesses mais estreitos (enquanto estrato) e seus mais amplos interesses (enquanto classe), não é avessa às concessões no

sentido de tornar o mercado de trabalho, assim como toda a economia, mais transitivos. Ainda que se recuse a tese de um provável colapso do planejamento burocrático a partir de um determinado nível de complexidade da economia, Konrád e Szelényi não explicam por que está totalmente excluída a hipótese de um apoio da tecnocracia à implantação de um modelo de economia de mercado, uma vez que tal transformação implicaria que a força de trabalho seria avaliada por mecanismos que lhe permitiriam um maior poder de barganha. Em outras palavras, por que os interesses da tecnocracia enquanto estrato (proprietários de força de trabalho) não podem prevalecer sobre seus interesses enquanto classe (redistribuidores do produto social)? A resposta de Konrád-Szelenyi só poderia ser uma: porque não faria sentido a tecnocracia abrir mão da possibilidade de se tornar uma classe dominante para se tornar, definitivamente, um estrato sob o comando das forças de mercado. Tudo isso é muito lógico se a perspectiva dos intelectuais como classe tomarem o poder fosse factível. O problema da tese de Konrád e Szelényi é não compreender que a existência de uma elite dominante é constitutiva do modelo soviético. É próprio do planejamento burocrático (no sentido de não-socialista) a distribuição da força de trabalho (manual e intelectual) em camadas hierarquicamente dispostas que, mesmo que gozem de um certo grau de autonomia, estejam subordinadas a uma camada superior, de dimensões menores, num processo que culmina num ápice de pirâmide, onde se aloja a tal elite. É significativo o fato de que embora Konrád e Szelényi descrevam com certos detalhes o processo que levará a intelectualidade ao poder, não ousam sugerir as transformações que a nova classe dominante operaria no sistema atual.

PROTOSOCIALISMO

Toda a novidade da teoria de Rudolf Bahro repousa, pode-se dizer, sobre uma hipótese metodológica; ou melhor, sobre o abandono de uma hipótese metodológica: a hipótese hegeliana, adotada também por Marx, de que existe uma unidade entre o que é lógico e o que é histórico, o que, em outras palavras, significa que aquilo que parece perfeito logicamente deve realizar-se também historicamente. Esta é a chave para a compreensão do pensamento de Bahro tanto no que diz respeito aos caminhos que levam ao socialismo (ou o papel histórico do modo de produção asiático) quanto no que diz respeito ao sujeito revolucionário (ou o papel histórico da *intelligentsia*).

Uma das conseqüências do princípio da unidade entre o lógico e o histórico, segundo Bahro, é a superestimação e generalização do papel da propriedade privada capitalista. Marx parte do pressuposto de que a propriedade privada capitalista — ou melhor: a expressão burguesa da alienação — supera e contém em si todas as formas anteriores de alienação. A superação da propriedade privada capitalista aparece, portanto, ante os seus olhos, como solução de todas as contradições históricas, presentes e passadas. Para Bahro, Marx, sofrendo as tentações da abstração e generalização próprias a um ex-hegeliano, acaba por generalizar o papel histórico da Europa, onde a propriedade privada capitalista tornou-se a relação dominante. Existe a tendência no marxismo em negligenciar não só os resíduos históricos que, no século passado, ainda não haviam sido superados

pelas formações mais recentes, mas também as sociedades nas quais a propriedade privada não havia se tornado a relação dominante. Estas últimas (aqui inclui-se principalmente o modo asiático de produção) têm como característica a exploração e a opressão dos trabalhadores manuais por parte dos trabalhadores intelectuais; aqui, a divisão da sociedade em classes repousa, primordialmente, na divisão social do trabalho e no Estado (expressão desta divisão) e não na propriedade privada dos meios de produção. A eliminação da última e a superação da primeira, portanto, "podem muitíssimo bem estar separadas por todo um período histórico, mesmo além do capitalismo".

Como já se viu, o modo de produção asiático originou-se nas regiões onde, devido às condições naturais adversas, o trabalho cooperativo em escala social, sob a tutela estatal, era garantia de colheitas abundantes. Ao contrário, tanto o escravismo antigo quanto o feudalismo originaram-se nas regiões em que as condições naturais não impuseram a necessidade de um sistema de irrigação, havendo condições para uma agricultura não tão cooperativa. Adicionalmente, enquanto o escravismo antigo originou-se em regiões nas quais nenhuma forma de despotismo havia predominado, o feudalismo *originário* existiu apenas onde nem o escravismo nem o despotismo haviam-se fixado precedentemente. O capitalismo originário, por sua vez, originou-se nas regiões onde havia predominado *este* feudalismo — europeu ou japonês — que não trazia os limites e "defeitos" do escravismo e do despotismo.

> A linha que vai do feudalismo ao capitalismo é fundamentalmente uma só e ininterrupta linha de desenvolvimento, a evolução e difusão de uma única civilização humana.

O desenvolvimento capitalista, por sua vez, atinge sua fase imperialista, caracterizada pela acumulação de capital para além das fronteiras nacionais. As massas populares das sociedades asiáticas — sociedades nas quais as relações de produção ainda eram essencialmente pré-capitalistas — passaram a sofrer uma dupla exploração: de um lado, por parte do Estado despótico; por outro, por parte do capital europeu. Segundo Bahro, foi Lênin quem primeiro percebeu que não bastava uma guerra de liberta-

ção nacional ou uma revolução político-militar para subtrair as sociedades asiáticas do papel de *pária* da história. As condições imperialistas impunham que estas sociedades pré-capitalistas encontrassem um caminho de industrialização autônoma e independente do europeu, ou seja, um processo de industrialização não-capitalista. Eis como Bahro interpreta a revolução russa:

> O progresso em nossa época depende mais das contradições *externas* do imperialismo do que das internas. A própria Revolução de Outubro foi e é, com certeza, muito mais do que a substituição da frustada revolução nos países ocidentais, como a interpretaram *deformadamente* as limitadas expectativas européias. Ela era e é, antes de mais nada, a primeira *revolução anti-imperialista* em um país que, embora no limiar de seu desenvolvimento capitalista, é ainda *essencialmente pré-capitalista*, isto é, caracterizado por uma estrutura sócio-econômica em parte feudal, em parte "asiática". A sua primeira tarefa... consistiu... na industrialização rápida da Rússia segundo uma via não-capitalista.[127]

Para Bahro, porém, não-capitalista não significa socialista. Ele rejeita "a possibilidade de sobrevivência de uma realidade socialista com base numa produtividade ainda mais atrasada do que a atingida pelo capitalismo concorrencial". Isto porque o subdesenvolvimento industrial obrigou as sociedades pré-revolucionárias a adotar um modelo de estruturação econômica *inorgânica*, através da repressão estatal, incompatível com o socialismo. Bahro classifica de preconceito a "opinião geral de que nossos países, pelo simples fato de se fundamentarem no marxismo, são socialistas e até mesmo comunistas, ao passo que na realidade não o são ainda".

> Não é nem mesmo justa a definição de "jovens países socialistas", por analogia com os primórdios da era capitalista. No primeiro capitalismo, de fato, estavam já dadas todas as condições fundamentais que caracterizam também o capitalismo em sua fase de pleno desenvolvimento, enquanto em nosso caso a socialização, traço fundamental do socialismo, está ainda completamente

ocultada pelo estatismo. O melhor termo seria *protosocialismo,* já que ele indica uma fase larvar do socialismo para além do capitalismo.[128]

Aqui encontra-se a primeira ruptura de Bahro em relação a Marx. Bahro põe em dúvida o valor universal da tese, expressa por Marx, de que as diferentes formações sociais contêm em si os germes da sua própria transformação positiva revolucionária.

> No primeiro lugar entre os vários tipos de formações econômico-sociais que se sucederam na história, Marx coloca o asiático; mas nos *Grundrisse* ele tinha também demonstrado como e porque não se havia nunca originado desta formação, em nenhum país, um modo de produção mais avançado. Também no escravismo antigo, os antagonismos entre as forças produtivas e as relações de produção estavam presentes só em sentido destrutivo, e não revolucionário. A decadência do Império Romano do Ocidente não havia significado, de fato, a ascenção de uma nova classe revolucionária... foi necessária a intervenção externa dos germanos — embora suscitada pela influência da própria Roma — para poder dar um significado positivo à agonia do Império Romano...

Analogamente, apesar das massas do terceiro mundo não poderem mais ser consideradas povos bárbaros, elas...

> ...continuam a ser esmagadas e oprimidas pelas atávicas condições de vida de suas civilizações, já superadas e decompostas pela influência do capitalismo. Mas há de ser exatamente este atraso que, já agora insustentável, as obrigará a trilhar o caminho da luta e da revolta. Elas poderão libertar-se assim de suas cadeias antigas e novas, para lograr construir finalmente uma civilização nova e autônoma.

Para Bahro, portanto, o desenvolvimento histórico, diferentemente do que o desenvolvimento lógico possa sugerir, respeita um modelo de suces-

são segundo o qual a forma mais avançada num momento "t" não deriva jamais daquela mais avançada no momento imediatamente precedente "t-1". Ao contrário dos trotskistas, ele não condiciona o sucesso do socialismo à erupção da revolução proletária no ocidente; antes, é a perspectiva soviética que oferece condições para que o socialismo se estabeleça à escala mundial. Por outro lado, ao contrário dos demais teóricos, Bahro contempla a possibilidade de desenvolvimento *orgânico* (dialético) do socialismo a partir do sistema soviético (socialismo em estado larvar ou proto-socialismo); e isto, apesar do fato de considerar a sociedade soviética uma sociedade ainda dividida em classes.

Surge imediatamente, neste ponto, a questão do porquê Bahro classifica a sociedade soviética como proto-socialista, se ele mesmo admite que se trata de uma sociedade de classes. Por que ele, a exemplo de Melloti, não encara a sociedade soviética como um novo modo de produção (coletivismo burocrático ou qualquer outro nome que se lhe queira dar) que sucede o modo de produção asiático e precede o socialismo? A resposta, Bahro encontra estudando o antigo modo de produção asiático mais profundamente. Como já se disse, as condições naturais adversas às quais algumas comunidades estavam submetidas forçaram-nas ao trabalho cooperativo, cuja coordenação desde logo coube a uma autoridade superior, estatal e coercitiva, "já que homens não são diligentes por natureza". A complexidade crescente das tarefas exigiu, posteriormente o surgimento de uma camada intelectual dirigente, representada pelos sacerdotes, que orientava e organizava a força de trabalho. É justamente no momento em que se dá a diferenciação de trabalho manual e intelectual (só então pode-se falar de divisão social do trabalho) é que está dada a possibilidade, ou melhor, a certeza da exploração do homem pelo homem; a divisão do trabalho — e não a propriedade privada — é a forma mais antiga de antagonismo de classe; ela origina-se das necessidades do processo de produção e reprodução de uma sociedade cuja sobrevivência depende do trabalho cooperativo e, consequentemente, dos que o coordenam. Bahro prossegue:

> Na medida em que as cidades estendiam seus territórios e seus cultivos em torno da região do templo, avizinhando-se cada vez mais entre si e conformando umas com as outras, despertavam

também a vontade de conquista dos chefes ou das tribos bárbaras limítrofes, atraídos pela crescente riqueza destas populações. Adquiria assim cada vez mais importância a figura do chefe guerreiro, a quem cabia a organização militar e bélica. Por outra parte, os negócios internos do templo requeriam uma diferenciação cada vez mais acentuada das atividades. Estabeleceu-se desta maneira uma separação entre as tarefas ideológicas e as tarefas administrativas, ainda que se continuasse a atribuir aos sacerdotes, na maior parte das vezes, o controle dos territórios que eram de propriedade direta dos deuses. Afirmou-se a soberania dos reis: em primeiro lugar no Egito e depois também na Mesopotâmia, a necessidade de um controle central de todo o sistema fluvial levou ao surgimento do Estado territorial. E eis que assim aparece em cena o rei supremo, o imperador ou, numa palavra, o "déspota oriental" em pleno sentido da palavra. Frequentemente ele assumiu também a função de sumo sacerdote, elevando-se a representante ou até a encarnação mesma do deus, ou ainda nomeando-se seu filho. Em sua pessoa e, no caso ideal, somente nela, reuniam-se os dois ramos de que se constituía então a classe dominante: a hierarquia dos sacerdotes e a hierarquia dos funcionários públicos. Dito de outra maneira, os ideólogos e os burocratas civis e militares.[129]

As sociedades asiáticas, Marx já havia notado, assim como o escravismo antigo, apesar das contradições a elas inerentes, não possuiam nenhum elemento que garantisse sua supressão positiva. Eram sociedades que por natureza tendiam a estagnação. Se o imperialismo, por um lado, significou um elemento externo que lhe impôs um certo dinamismo, por outro, despertou-lhes, pela fúria de sua destruição, a vontade de realizar um desenvolvimento industrial a ele não submetido, ou seja, não-capitalista. Entretanto, dados os imperativos do desenvolvimento industrial, as revoluções anti-imperialistas, apesar de promoverem a abolição da propriedade privada (que afinal não ocupavam nestas sociedades uma posição predominante), não puderam renunciar a um instrumento que, na história, teve sempre um papel civilizador: a coerção organizada ou o Estado

burocrático. Em outras palavras, as sociedades soviéticas não puderam superar a divisão social do trabalho que, como demonstra o exemplo das sociedades asiáticas trata-se da causa mais antiga da divisão da sociedade em classes. "Sem o aparelho de coerção implantado pelos bolcheviques, a Rússia seria hoje ainda um país camponês, muito provavelmente na estrada do capitalismo".

Mas é a natureza transformada, mesmo que ainda despótica, deste aparelho de coerção — o Estado soviético — que explica o caráter proto-socialista das sociedades do Leste. O Estado despótico-soviético industrial, ao contrário do Estado despótico-asiático agrário é, em Bahro, um anti-Estado. Vejamos suas características distintas: em primeiro lugar, o Estado soviético, apoiado na centralização absoluta de toda a produção industrial e agrícola, adota como política econômica a meta de superar as economias capitalistas desenvolvidas; dada a modesta base econômica soviética, isto significa uma elevadíssima taxa de acumulação; sob o ponto de vista das massas trabalhadoras, isto significou trabalho para a simples reprodução da sua própria existência física. Noutras palavras, "é fundamental, antes de mais nada, a 'máxima valorização possível do capital', ou seja, dos fundos que têm entre nós a forma de capital estatal e, particularmente, dos investimentos em construção e equipamento".[130] Como é a burocracia, e não a sociedade, o sujeito da planificação, pode-se dizer que "o Estado soviético, com o partido ao centro, não foi o representante de uma classe operária incapaz por si mesma de exercer o poder, mas sim o representante (não o substituto!) de uma classe de exploradores".

Mas como se explica a sobrevivência obstinada da superestrutura stalinista *hoje,* quando a União Soviética já concluiu a parte mais difícil de seu caminho, quando os pressupostos materiais do socialismo foram realizados, pelo menos além da medida mínima que Lênin considerava necessária? A resposta está no fato de que as dimensões da acumulação socialista não são fixadas com base nas necessidades internas do sistema, mas sim à luz da chamada concorrência econômica com o capitalismo. Tanto a quantidade das necessidades que as indústrias ocidentais criam e satisfazem, quanto sua qualidade tão problemática, são assumidos pela plani-

ficação soviética, mais ou menos diretamente, mais ou menos "fragmentariamente", como modelo de referência.[131]

Finalmente, com Bahro, temos o resgate daquela idéia sobre a qual vínhamos insistindo nos capítulos anteriores. Um processo de industrialização não-capitalista não significa um processo de industrialização insubordinado à lógica do capital. Um dos aspectos que determinam o caráter anti-imperialista das revoluções "comunistas" é justamente o fato de que, embora as sociedades soviéticas tenham optado por um caminho autônomo de industrialização (não-capitalista) diverso das sociedades ocidentais, as primeiras tomam as últimas como parâmetro. É na perspectiva da relação capital/não-capitalismo que o modelo soviético não pode ser visto como um modo de produção acabado. Ainda que, por um lado, Bahro rejeite a hipótese de uma "restauração" capitalista e, por outro, denuncie o caráter burocrático de classe do Estado soviético (ao mesmo tempo em que afirma sua necessidade) ele, sem dúvida, recupera um dos pilares mais importantes da teoria trotskista: o caráter "incompleto" do sistema soviético. Isto lhe valeu o comentário de Mandel de que sua obra teria o mesmo significado histórico que *A Revolução Traída*, de Trotsky.

Mas para compreender melhor o conceito de *proto-socialismo,* é preciso descrever a segunda importante característica do Estado soviético. Ao mesmo tempo em que promove uma industrialização por uma via não-capitalista (embora subordinada à concorrência econômica com o capitalismo), o Estado soviético — "e este aspecto subjetivo da industrialização constitui a conquista mais promissora daquela época de ferro e sangue! — ... teve de garantir uma reprodução ampliada não só da quantidade mas também da qualidade dos trabalhadores, ou seja, a criação de uma *intelligentsia* técnica, pedagógica, de vastas dimensões". Se lembrarmos que, segundo Bahro, na sociedade soviética a divisão da sociedade em classes tem como causa única a divisão social do trabalho, ou seja, o antagonismo entre trabalho manual e intelectual (a propriedade privada já foi superada), este aspecto subjetivo do processo de industrialização ganha uma dimensão especial.

Diferentemente das sociedades asiáticas, onde a camada intelectual dirigente controla as massas através do monopólio das informações concer-

nentes à administração dos negócios públicos, na sociedade soviética, por força dos imperativos da industrialização, são as massas, elas próprias, que precisam ser educadas, instruídas. O Estado soviético, portanto, se objetivamente é Estado, subjetivamente é anti-Estado. Bahro conclui:

> A fase de transição entre comunismo e sociedade dividida em classes — realizada na antiguidade "para diante" e hoje "para trás" — é conduzida em ambos os casos por uma função específica do Estado ...ele é a emanação direta da divisão do trabalho e da cooperação dentro da sociedade. A estatização das forças produtivas que (então) não eram mais coletivas e (hoje) não são ainda socializadas, constitui o aspecto mais típico destas épocas históricas.[132]

Embora possa-se dizer que a passagem dos estágios de estatização para o de socialização das forças produtivas é um problema de natureza política — neste sentido, a exploração econômica é reflexo da distribuição do poder —, modificações de caráter exclusivamente político não iriam abolir as condições reais que produzem o fenômeno da divisão da sociedade em classes. Isto porque, ainda que o processo de industrialização exija a qualificação técnica de parte dos trabalhadores, o processo de socialização do conhecimento não assume proporções gerais nem elimina a subalternidade. Uma revolução meramente política, *à la* Trotsky, por exemplo, não superaria as causas que dão origem a uma distribuição não-socialista do produto e do saber. A divisão entre trabalho manual e intelectual — causa final da divisão da sociedade em classes — só pode ser superada através de uma revolução cultural. Para tanto, a sociedade deve constituir o poder político de forma a criar as condições que permitam estabelecer um consenso ideológico e uma estrutura organizacional que promovam "*the overcoming of the subalternity*", isto é, a abolição da divisão vertical tradicional do trabalho.

Bahro rejeita a hipótese de que a solução virá dos subalternos (aqui introduzimos a segunda importante consequência da ruptura entre a unidade hegelo-marxista entre o lógico e o histórico). Os interesses das camadas e estratos subalternos são sempre conservadores e, ao longo da história, a

ação destes grupos não têm contribuído positivamente para uma nova formação social:

> As revoltas dos camponeses nos despotismos orientais se concluíam sempre, necessariamente, com a instalação de um novo déspota. E os escravos, quando se rebelavam, visavam simplesmente a tomar o lugar dos escravistas. Os camponeses da época feudal combatiam para manter suas antigas liberdades. O proletariado moderno visa a conquistar, em suas lutas espontâneas, o nível de vida da burguesia ou, pelo menos, da pequena burguesia que lhe está mais próxima.[133]

Ainda que não se possa negligenciar o papel das massas nos processos revolucionários, o fato é que nunca partiu delas o impulso criativo e o ânimo organizador. Foi sempre a atividade social de uma classe intermediária, *média,* que promoveu as grandes rupturas; só quando as classes médias organizam os oprimidos, as perspectivas dos últimos ampliam-se.

Bahro lembra que se resumem a dois os argumentos marxistas que atribuem ao proletariado o papel de fundador de uma nova sociedade: um argumento de tipo negativo e um de tipo positivo. Em primeiro lugar, o proletariado é a classe que sofre todo o tipo de privações: o capitalismo sujeita o proletariado à máxima alienação, miséria e degradação. Em segundo lugar, o proletariado é a única classe ligada inteiramente à produção: com o desenvolvimento capitalista a burguesia vai perdendo suas funções dentro do processo produtivo, ao mesmo tempo em que todas as classes não-burguesas sofrem um processo de proletarização. Era de se esperar, portanto, que a crise final do capitalismo envolvesse só duas classes antagônicas: a burguesia parasitária e os produtores imediatos; o proletariado surgia, assim, como única força que poderia construir a nova sociedade, deixando para trás os escombros da anterior.

À luz dos acontecimentos e da ciência modernos, Bahro rejeita ambos os argumentos. De um lado, Bahro nega a possibilidade de que uma classe submetida à divisão do trabalho, à opressão e à alienação tenha condições, por si só, de se tornar uma classe dominante, exercendo controle absoluto sobre todos os aspectos sociais e econômicos. A psicologia moder-

na, principalmente a escola freudiana, oferece material suficiente para se declarar a impossibilidade da classe operária livrar-se de todos os padrões subjetivos impostos pelo capitalismo, ou por qualquer regime de exploração e opressão, e ainda dentro dos limites deste sistema, substituí-los por novos padrões que lhe permitam exercer uma atividade criativa. Do outro lado, o conceito de classe operária, como única classe social ligada diretamente à produção, é um conceito não passível de aplicação à realidade soviética.

Bahro propõe a substituição deste conceito pelo de trabalhador coletivo. A estrutura social soviética é constituída de forma hierarquizada, o que implica a diferenciação das funções e a subordinação de umas às outras. A estratificação institucionalizada, sempre reproduzida, tende a manter os indivíduos num mesmo nível de funções, dando origem a uma divisão piramidal de funções. A complexidade do processo de direção e produção exigidas pela tecnologia moderna, por sua vez, determina vários níveis de funções aos quais correspondem as divisões observáveis do trabalhador coletivo. A dificuldade está justamente em determinar a linha que separa o trabalho dirigente do trabalho dirigido, uma vez que, desde a faxineira até os membros do *Politburo*, todos têm uma função no processo de produção. Entre as camadas dirigidas, Bahro classifica os operários, sejam não qualificados, qualificados ou especializados. Entre as camadas dirigentes, cuja principal característica é um nível de instrução e educação superiores, Bahro arrola *os managers*, em sentido amplo, seja o dirigente de um turno, seção, ramo econômico ou da economia como um todo. A camada de corte é a camada dos especialistas. "Com relativa simplicidade, ele pode tanto assumir funções de direção *(management)* como também, inversamente, sair do *establishment*".

O aspecto novo, que se afirma há aproximadamente um século, é constituído, por um lado, pelo fato de que as funções diretivas de nível inferior estão profundamente ligadas ao processo produtivo material, visto que nelas as instruções técnicas e administrativas se ligam à intervenção direta na produção. Por outro lado, mediadas pelos especialistas, as funções de trabalho imediato no âmbito da organização e da preparação invadem a esfera administrativa, ditando muitas decisões aos responsáveis pela direção.[134] É justamente a existência da camada dos especialistas que obriga

à rejeição do argumento marxista de que os operários são os únicos que estão diretamente ligados à produção.

> A categoria dos especialistas — e deve-se ter isto bem claro, apesar da sua posição de contraste com relação às outras categorias mais antigas do pessoal produtivo [os operários] — não representa, na sua característica específica de trabalho intelectual vivo, um momento de nova divisão dentro da atividade diretiva, mas sim dentro da *produção*.[135]

Estes aspectos ressaltados por Bahro são de extrema importância, na medida em que o papel por ele atribuído à inteligência técnica, isto é, à camada de especialistas, coloca em campos opostos a sua tese e a tese de Konrád e Szelényi. Como foi visto no capítulo precedente, Konrád e Szelényi vêem a categoria dos especialistas como os portadores dos verdadeiros interesses da classe intelectual como um todo. O redistributivismo racional acabado, sistema que pressupõe a abolição da hegemonia da elite dominante pela ação da tecnocracia, substitui o conflito entre capitalistas e proletários pelo conflito entre classe intelectual, controladora dos mecanismos de distribuição e classe trabalhadora, desprovida de qualquer participação neste processo. Isto significa que, sendo o especialista de hoje o futuro senhor do operário de amanhã, seus interesses não podem coincidir no longo prazo. Bahro por sua vez, concorda com a tese de Konrád e Szelényi no que diz respeito ao conflito entre elite dominante e tecnocracia (nos termos de Bahro, entre *management* estatal e especialistas); porém, vê neste conflito a possibilidade de ruptura, no sentido do socialismo, na próxima fase do processo de transformação das sociedades soviéticas.

> A propaganda contra os intelectuais, no sentido mais amplo, que é em parte aberto, em parte subliminar, vem de uma estreita corporação que é, ela mesma, constituída por intelectuais que vêm se tornando reacionários e burocratizados, que têm usurpado todo poder social para si próprios... A questão que deve ser levantada, neste ponto, é de se algo pode advir de um processo desta es-

> pécie diferente de simplesmente uma nova distribuição do poder em favor dos intelectuais, cientistas e gerentes econômicos. Hoje, a *"intelligentsia socialista"* — compreendendo nela, com grande simplificação, as pessoas que têm uma qualificação superior à instrução obrigatória — constitui sócio-econômica e politicamente um conglomerado extremamente heterogêneo de grupos e estratificações que têm posições e funções sociais bastante diferentes, no qual se manifestam, de modo específico, todas as contradições características da estrutura social das sociedades industriais não-capitalistas. Olhando-se mais de perto tem-se a impressão de que os choques decisivos se dão entre as diversas frações dessa *intelligentsia,* cujos vértices estão certamente organizados no partido unitário. Na realidade, contudo, é uma das duas frações, a de oposição, que, quando tem a possibilidade de formar-se e desenvolver-se, contrapõe-se à outra, a que se agrupa em torno do aparelho do partido e do Estado, como representante de um interesse geral ou, no pior dos casos, de um interesse egoísta diferente.[136]

Não se trata de substituir o pretenso papel guia da classe operária por um efetivo papel da *intelligentsia*. Da mesma forma que os interesses dos produtores diretos, os interesses da *intelligentsia* tecno-científica, que se autoconsidera competente e responsável pela direção da sociedade, não têm um caráter universal. Todo o problema da emancipação universal deve ser revisto em sentido prático-político.

A revisão bahroniana do problema da emancipação começa focalizando os aspectos subjetivos do processo de industrialização promovido pelo Estado soviético. As necessidades tecno-científicas do processo de produção e administração requerem do trabalhador coletivo habilidades e conhecimentos que não são totalmente absorvidos pela luta por meios de existência. A crescente capacitação intelectual do trabalhador coletivo, subproduto de um processo de industrialização cada vez mais sofisticado, libera energia mental para atividades não relacionadas à satisfação de necessidades materiais básicas. Essa capacidade mental livre, a qual Bahro

dá o nome de consciência excedentária *(surplus conciousness)* divide-se em duas formas fenomenais opostas de interesse social:

— de um lado, os *interesses de compensação*, as reações inevitáveis ao fato que a sociedade limita e bloqueia, muito cedo, o desabrochar, o desenvolvimento e a afirmação de inúmeras pessoas. As necessidades correspondentes são saciadas por meio de satisfação de substituição;

— de outro lado, os *interesses de emancipação*, voltados para o crescimento, a diferenciação e a auto-realização da personalidade, em todas as dimensões da atividade humana.[137]

Tudo se passa como se, no interior da consciência individual de cada membro do trabalhador coletivo parcialmente liberado da luta pela subsistência, estivessem em conflito as forças genérica-transcendente e genética-histórica próprias da atividade intelectual. A tarefa dos elementos revolucionários, portanto, é localizar os interesses comuns que unifiquem os intelectuais para além das suas aspirações imediatas. Para Bahro, estes interesses comuns, cuja substância só pode ser a consciência excedentária são: livrar-se do poder privilegiado de formação de opinião e do processo de decisão nos negócios públicos; livrar-se da forma burocrática de dispor das forças produtivas e promover a auto-gestão social.

Baseado na experiência theca de 1968, Bahro declara que a revolução cultural deve se iniciar a partir dos elementos da superestrutura, ou seja, dos ideólogos. *O aparato, o próprio Estado, é sabidamente uma super-estrutura ideológica', uma consciência que, pela sua verdadeira substância, é alienada, funcionando para dominar, um 'poder-conhecimento' organizado hierarquicamente, para usar uma expressão de Marx. Uma vez que o aparato é o mais proeminente objeto de transformação, é muito natural que o bloco potencial de seus antagonismos deva aparecer, antes de mais nada, em sua cúpula.*

Em seguida, através de uma cadeia de reação, de cima para baixo, passando pela estrutura educacional, todos os estratos da sociedade são mobilizados no sentido das reformas.

O sucesso do processo revolucionário está condicionado a uma estratégia que explore a correlação de forças entre a consciência excedentária e a consciência absorvida pelas funções rotineiras ligadas ao processo de produção e reprodução e às atividades burocráticas. A dificuldade consiste em que:

> O balanço de forças parece mais desigual em termos políticos do que de um ponto de vista sócio-econômico. A razão disto é que a consciência absorvida é, pela sua própria natureza, completamente institucionalizada, precisamente na pirâmide da organização do trabalho da sociedade... onde a consciência excedentária é mantida cuidadosamente atomizada, como também obstruída pela polícia na organização e expressão política.
>
> Na medida em que a sociedade produz somente uma pequena quantidade de peritos, somente uma pequena elite, então o aparato absorve a maior parte da energia e capacidades mentais liberadas da produção imediata e pode, em larga escala, corromper a remanescente, preparando as condições para o lazer produtivo ou o consumo parasitário. Hoje, entretanto, a sociedade produz uma tal massa de habilidades gerais (apesar do aparato diminuir sua taxa de expansão) que ela não pode ser empregada diretamente pelo aparato. Sob as presentes condições, a sociedade simplesmente não tem ocupação suficiente para suas forças produtivas subjetivas. Daí os esforços incessantes da burocracia política em anexar a consciência excedentária poupada a interesses compensatórios.

Numa perspectiva revolucionária, a atomização da consciência excedentária, de um lado, e a sua anexação a interesses compensatórios, de outro, geram a necessidade da função de uma organização comunista — uma liga dos comunistas — formada por aqueles elementos ascéticos em relação à satisfação de seus interesses imediatos.

> Na medida em que os intelectuais ainda formam um estrato ou grupo tradicional, eles devem tornar-se conscientes de seus interesses especiais com o objetivo de restringi-los tanto quanto possível. Seu ascetismo em relação à satisfação de suas necessidades imediatas é precisamente a condição para pertencer ao partido da emancipação geral, a prova da habilidade para pensar como comunista.

Esta liga dos comunistas, intelectual coletivo representativo dos interesses sociais emancipatórios presentes, em algum grau, em todos os indi-

víduos, não se constituirá imediatamente num partido autônomo, uma vez que isto só serviria para abrir espaço ao dogmatismo e sectarismo. Bahro descarta mesmo a idéia de uma sociedade pluripartidária:

> A concepção de pluralismo político parece-me uma peça anacrônica de inconsideração. Nós podemos estabelecer como uma regra geral que, em nossa sociedade, os vários interesses a que são ligadas as estruturas sociais analisadas na segunda parte deste livro, não atingem o grau suficiente de autonomia e independência umas das outras que é requerido para a formação de partidos.

Por outro lado, tal liga não pretenderá conquistar o poder de dentro do partido dominante. Este último é tão vazio ideológicamente que tal alternativa deve ser descartada de imediato. A liga, portanto, será uma nova organização constituída de fora da estrutura do partido atualmente existente.

Sua atuação, na hipótese de que o partido não responda às necessidades de emancipação, deverá, finalmente, provocar um racha nos seus órgãos centrais.

> O racha descerá verticalmente através de todos os estratos e grupos de seus membros, incluindo o aparato, e, consequentemente, por toda sociedade que ele representa.
> Contudo, o agrupamento oposicionista que emerge não se esforçará para manter-se assim. Preferivelmente, sua intenção pode somente ser ambas, subjetiva e objetivamente, reestabelecer a unidade pela superação da contradição, negar a negação, e assim dar ao partido o tipo de constituição interna para o próximo passo que o preservará, tanto quanto possível, de uma nova perda de seu potencial revolucionário.

Sua função emancipatória é lutar por uma sociedade alternativa que socialize o processo de conhecimento e de tomada de decisão, fazendo dele um assunto de interesse público. Como já se disse, a desigualdade na sociedade soviética repousa na apropriação privilegiada da cultura que, por

sua vez, é reflexo da divisão social de trabalho. A revolução cultural, portanto, é sua superação. A primeira tarefa dos comunistas é modificar a idéia básica de que um superávit de bens materiais é pressuposto do comunismo.

> O desenvolvimento dos países industrialmente desenvolvidos, nas últimas décadas, provou que o problema da emancipação geral não consiste, de forma nenhuma, em assegurar um fundamento material suficiente, em termos de meios de subsistência, embora isto certamente permaneça uma pré-condição indispensável.

A exigência de um rápido crescimento do produto fazia sentido no tempo de Marx, quando o grau de desenvolvimento das forças produtivas era tal que não permitia a sociedade prover-se dos bens materiais necessários a sua existência. Hoje, os marxistas devem propor que:

> A humanidade não deve somente transformar suas relações de produção, mas deve também transformar fundamentalmente o caráter global de seu modo de produção, isto é, as forças produtivas também, que ela deve considerar sua perspectiva como sendo desvinculada de quaisquer das formas históricamente herdadas de desenvolvimento e satisfação de necessidades, ou do mundo dos produtos, que é designado para servir a estas.
> A associação dos comunistas, como um corpo social que será senhor dos seus problemas sem ter que sufocar seus membros individuais, pode somente ser um sistema de reprodução quantitativamente simples ou, no máximo, de reprodução ampliada muito lento e bem concebido, de homens, instrumentos e bens materiais. Somente deste jeito pode um excedente relativo de bens que são necessários à vida vir a existir em escala mundial; dado o domínio continuado da velha economia, com sua permanente "revolução de crescentes expectativas", guiada pelas necessidades mais recentes de luxo, a sociedade deve estar sempre muito pobre para o comunismo... Ademais, é somente no contexto de uma revolução tecnológica lenta, que uma auto-regulação confiável do

> processo social pode desenvolver-se gradualmente, algo que seria o oposto da regulação por um mecanismo burocrático... A burocracia é consequência inescapável da espontaneidade com que as leis de nosso mundo fetichizado das coisas nos dominam...
> A superação da subalternidade, em escala de massas, é a única alternativa possível à expansão ilimitada das necessidades materiais.

Justificada a tarefa de redimensionar o padrão segundo o qual as necessidades materiais se expandem, trata-se de delinear os mecanismos segundo os quais se promoverá a apropriação social da cultura. Em primeiro lugar, é preciso, através de uma redivisão do trabalho, elevar aqueles que têm sido submetidos às atividades subalternas. Evidentemente, não se trata de uma simples realocação segundo a qual aqueles que ocupavam funções dirigentes trocam de lugar com seus subalternos; a redivisão do trabalho almeja de um lado a desburocratização das atividades de direção e, de outro, a elevação da capacidade técnica e científica de cada membro do trabalhador coletivo. Assim não será mais possível impor a quem quer que seja somente aquelas atividades completamente destituídas de interesse. Isto, sem dúvida, implicaria que aqueles elementos dotados de uma qualificação técnica superior teriam que dedicar parte de suas jornadas à atividades que requerem um mais baixo nível de qualificação, mas, aos olhos de Bahro, tal fato poderia, em muitos casos, aumentar a eficiência do sistema: nada melhor para um engenheiro do que operar, por algum tempo, a máquina por ele construída, a fim de possibilitar-lhe o conhecimento prático necessário ao aperfeiçoamento técnico das suas criações. A redivisão do trabalho é vista por Bahro como um precioso passo no caminho da abolição da divisão do trabalho, embora as duas coisas não se confundam.

Um segundo passo decisivo no caminho da socialização do conhecimento é a criação de oportunidades de acesso irrestrito à educação. O Estado deve oferecer a cada indivíduo a oportunidade de obter uma educação superior, ainda que ela não seja estritamente necessária ao exercício de suas funções rotineiras.

> A revolução cultural e sua política educacional devem tirar a lição da incontestável experiência de que as pessoas que crescem sem a possibilidade de uma prática artística e político-filosófica, estão condenadas à subalternidade, mesmo se elas se tornam cientistas especializados.

Trata-se, portanto de mudar o próprio padrão educacional, dissociá-lo das pretensas exigências da produção e comprometê-lo com o processo de desenvolvimento do homem integral. Essa tarefa está imediatamente relacionada com o obrigatório redimensionamento da expansão das necessidades materiais. "A questão é criar as condições objetivas de forma que todos possam preferir saber e ser a possuir". Como observou Herbert Marcuse, Bahro provoca aqui mais uma reviravolta no marxismo ortodoxo: o objetivo final das sociedades comunistas, que é justamente o aparecimento do indivíduo universal, é transposto para o começo do processo; a aquisição de uma vasta cultura filosófica e artística que englobe todas as dimensões humanas é, em Bahro, uma pré-condição para o surgimento de uma sociedade que mereça o nome de uma livre associação de indivíduos em solidariedade. Marcuse não poderia deixar de ver com bons olhos o que para ele é o resgate do elemento idealista, de subjetividade, presente originalmente na teoria do materialismo histórico.

Bahro discute ainda um outro aspecto da teoria marxista. Trata-se da relação entre o reino da necessidade e o reino da liberdade. Marx referiu-se a estes termos quando quis sugerir que o reino da liberdade, o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, só poderia começar para além do reino da necessidade, isto é, para além da esfera da produção material propriamente dita. Não obstante, Marx acrescenta que o reino da liberdade só pode florescer tendo como base o reino da necessidade e que sua amplidão está naturalmente condicionada ao estreitamento dos limites deste último, ou seja, à redução da jornada de trabalho.

Quanto à questão da jornada de trabalho, Bahro está totalmente de acordo com Marx: sua redução é condição essencial para o desenvolvimento do indivíduo integral (universal). A atividade produtiva, voltada que está, exclusivamente, para a satisfação das necessidades, agrupa os indivíduos na base de funções tecno-administrativas que impedem uma mais rica e intensa relação humana entre os trabalhadores. Entretanto, para Bahro, através da redivisão do trabalho pode-se proclamar o reino da liberdade dentro do reino da necessidade. Se o reino da necessidade

compreende, em larga escala, trabalho rotineiro na produção e administração, compreende igualmente trabalho criativo orientado para o aperfeiçoamento do processo de produção. A fronteira entre os dois reinos passa, portanto, por dentro da fábrica. Sendo assim, Bahro propõe que seja dada "prioridade ao encurtamento do tempo de trabalho psicologicamente improdutivo dentro do tempo de trabalho necessário".

Por fim, Bahro discute a questão da administração geral da sociedade. A revolução cultural seria em vão se uma nova vanguarda se instalasse no poder, controlando o processo educacional e formador de opiniões. A socialização do processo de decisão exige que se estabeleça uma combinação adequada entre aquilo que deverá ser decidido centralmente e aquilo que deve ser deixado à cargo das unidades relativamente autônomas de trabalho e energia social combinados. A garantia de que haverá harmonia entre as várias instâncias de decisões é a consolidação do velho organismo proposto por Marx: a comuna. Bahro recorre ao princípio federativo para estabelecer a idéia de livre associação: os indivíduos associam-se de acordo com seus interesses, objetivos ou subjetivos; essas associações agrupam-se em comunas, com base no critério territorial; as comunas associam-se em escala nacional; e, finalmente, as nações se associam em escala mundial. Cada unidade decisória é mediada, naturalmente, por delegados eleitos pela base.

Considerações sobre o protosocialismo

Rudolf Bahro é um pensador excepcional. Entre seus méritos poderíamos arrolar os seguintes: 1) recoloca o papel da consciência no processo de transformação social: "o marxismo tem sempre sustentado que o ser pode determinar a consciência precisamente para determinar o ser novamente"; 2) recoloca o problema da divisão social do trabalho como fator de divisão da sociedade em classes; 3) reconhece o caráter anti-imperialista da revolução russa; 4) reconhece a natureza não-capitalista do processo de industrialização promovido pelo Estado; 5) assume que o padrão de acumulação socialista é determinado à luz da "concorrência" com o capitalismo, o que implica máxima valorização dos fundos que assumem a forma de capital estatal; 6) recusa os termos "nova classe" ou "novo modo de produção" aplicados à realidade soviética.

Entre outros tantos méritos, gostaríamos de nos deter em mais um, talvez o mais importante. Para Bahro, a superação das contradições da sociedade proto-socialista está condicionada ao redimensionamento ou redefinição das necessidades. A burocracia (o planejamento burocrático) é derivação fenomenal da divisão social do trabalho imposta pela expansão das necessidades, isto é, pela subordinação do processo vital ao mundo fetichizado das coisas. A livre associação de produtos (o planejamento comunista) pressupõe, assim, um sistema de reprodução simples ou um sistema de reprodução ampliada lento e bem pensado, que permita à sociedade como um todo administrá-lo, sem precisar recorrer a um controle que lhe é aparte, seja pessoal (burocracia, no proto-socialismo) ou impessoal (mercado, nas sociedades capitalistas).

Vejamos como Bahro compara estas duas formas de controle não-social do processo de reprodução, do ponto de vista da eficiência:

> Já se disse que a sociedade dividida em classes [Bahro se refere às sociedades capitalistas] se comporta, quanto aos meios de subsistência, como madrasta em relação à maioria de seus membros. O socialismo realmente existente vai além disso: ele regateia os meios materiais indispensáveis às tarefas produtivas até para seus indivíduos privilegiados. No capitalismo escasseava capital sob forma de dinheiro; em nosso sistema faltam mão-de-obra, matérias-primas deste ou daquele tipo, meios para a construção... Todas estas coisas são irremediavelmente racionadas, porque não existe de fato nenhum mecanismo econômico capaz de equilibrar a demanda com a oferta. Mesmo a planificação é um elemento de desequilíbrio permanente...[138]

Mais adiante Bahro acrescenta:

> O partido empreende esforços desesperados para reerguer a máquina econômica. Ultimamente, ele se pôs mesmo a cooperar honestamente com os Estados Unidos, o Japão e a CEE. Em termos econômicos, os países capitalistas avançados podem renunciar a toda política de *roll-back*, já que nosso bloco será gradualmente

integrado no mercado mundial unificado que estes países dominam. Os dirigentes da URSS analisam seu país, analisam a si mesmos e não têm outra saída. Se se tomam as coisas como são, e não como deveriam ser, o relativo sucesso no campo agrícola e industrial continua a constituir sua mais válida legitimação. Mas internamente o grande dilema reside no fato de que as massas avaliam os escassos progressos obtidos entre um e outro plano econômico segundo uma unidade de medida absoluta que é o distanciamento em face dos paraísos consumistas das nações industriais avançadas. A burocracia do escalão superior e as próprias clientelas antecederam o povo nesta orientação, de modo mais evidente na URSS que entre nós [na RDA, FH]. Não há nem sinal da modéstia bolchevique que considerava honroso compartilhar das privações materiais dos mais pobres. No momento em que os satélites de televisão liquidarem a visão antiquada do mundo que o público soviético conserva até agora, o aparelho moscovita se verá sobre um vulcão de necessidades materiais insatisfeitas... A máquina de propaganda será completamente impotente no momento em que os soviéticos virem com seus próprios olhos a sociedade de bem-estar.[139]

Tudo isso nos conduz à contradição mencionada nos capítulos anteriores, entre planejamento burocrático e processo de sofisticação da economia. O primeiro dos fragmentos acima citados indica, claramente, que a ineficiência burocrática gera uma situação em que as economias soviéticas a partir de certo ponto não podem oferecer meios materiais que permitam sua própria reprodução. O segundo sugere que assim que os soviéticos tiverem contato com o padrão de vida oferecido pelas sociedades capitalistas, o aparelho se verá diante de uma explosão de demanda à qual, segundo o primeiro fragmento, o planejamento burocrático não terá condições de responder. Para Bahro, a solução desta contradição encontra-se no processo de revolução cultural, que inclui, como já se viu, uma redefinição das necessidades. O que talvez Bahro se recuse a enxergar é o fato de que é impossível levar adiante um processo de redefinição das necessidades, num contexto capitalista internacional que as expande em bases diárias. O

bem-estar proporcionado pelo Ocidente, isto é, as necessidades que seu desenvolvimento criará, são e serão parte das necessidades humanas. Diz Marx nos *Grundrisse:*

> A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto social... A necessidade que sente deste objeto é criado pela percepção dos mesmos.[140] O objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto... A produção engendra, portanto, o consumo... gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ele como objeto.[141] A existência de um produto não faz dele uma necessidade social, mas a generalização da sua produção torna-o uma necessidade humana historicamente determinada.

Pode-se, certamente, através do controle social do processo de reprodução, controlar a expansão das necessidades humanas, mas não se pode abolir, ainda que por uma revolução cultural, as necessidades já existentes e ainda em expansão. Isto quer dizer que a adoção de um sistema de reprodução simples só tem sentido se envolver os países capitalistas desenvolvidos, caso contrário não há controle ideológico ou sistema educacional que garanta o sucesso de um novo projeto de sociedade.

Desde 1918, vem-se discutindo a eventual superioridade do "socialismo" frente às sociedades capitalistas desenvolvidas. Isto não é verdade em quase nenhum aspecto. Embora tenha-se que reconhecer que, muito provavelmente, as sociedades soviéticas estariam numa situação no mínimo tão ruim quanto a que estão se não tivessem encontrado o caminho do desenvolvimento autônomo, a verdade é que o seu destino sempre esteve subordinado, malgrado a teoria do socialismo em um só país, ao desenvolvimento do movimento revolucionário no Ocidente. Bendito seja Trotsky que não perdeu esta verdade de vista um único instante.

Se, entretanto, a revolução no Ocidente não amadurece (entre outras coisas porque não existe uma teoria revolucionária) qual o destino das so-

ciedades soviéticas? Se negamos que o socialismo possa existir num contexto capitalista a ele antagônico, qual a solução da contradição entre ineficiência e demanda crescentes? Poder-se-ia pensar numa simples reforma burocrática? Bahro responde:

> A questão que ora nos interessa consiste em que medida esta rivalidade burocrática pode desempenhar um papel no âmbito... de uma planificação estatal de toda a economia e da vida de uma sociedade. Com efeito, à primeira vista, este tipo de rivalidade parece ser relativamente "inócua" em comparação com a concorrência voltada para a obtenção de taxas de lucros mais elevadas. Para dizer a verdade, ele não apresenta nenhum ponto em comum com a criminosa astúcia do capital, com o qual Marx, críticas à parte, se impressionava profundamente. O problema básico reside justamente no fato de que, como substitutos da concorrência capitalista, ele constitui de fato um estímulo extremamente fraco para nossas forças produtivas (na verdade, não se pode nem se deve pensar num outro ordenamento social capaz de produzir continuamente um crescimento de forças produtivas tal como soube fazer aquele baseado na "caça" à mais-valia).[142]

Nossa conclusão é que o mercado é um estágio inevitável no processo de desenvolvimento das sociedades soviéticas. E é exatamente esta circunstância que nos obriga a rejeitar o termo proto-socialista.

SOCIALISMO DE MERCADO?

Ao longo deste trabalho, tenho insistido na tese de que as tendências hoje observáveis nas sociedades soviéticas conduzem à restauração de uma economia de mercado. Contudo, tenho evitado afirmar que o próximo estágio de desenvolvimento destas sociedades seja o capitalismo. Isto porque a publicação de *Economics of Feasible Socialism* por Alec Nove (1985) resgatou o velho debate sobre o conceito de *socialismo de mercado*.

Na verdade, são poucos os que negam a necessidade do mercado como estágio transitório entre a sociedade burocraticamente planejada e a socie-

dade de produtores livremente associados. Nove, porém afirma que este estágio não é um estágio intermediário mas constitui o que ele chama de socialismo factível *(feasible)*. Seus argumentos são os seguintes: o socialismo marxista ideal pressupõe estado de abundância; admitir que este estado será um dia atingido é uma utopia; a escassez exige um mecanismo eficiente de alocação de recursos; o mercado é mais eficiente do que o controle burocrático; portanto: socialismo factível = socialismo de mercado *QED*.

O que Nove não compreende é o carater histórico do conceito de abundância e, por conseguinte, de escassez. No famoso capítulo dos *Grundrisse*, que trata das formações econômicas pré-capitalistas, Marx estabelece:

> A antiga concepção segundo a qual o homem sempre aparece (por mais estritamente religiosa, nacional ou política que seja a apreciação) como o objetivo da produção parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção. *Na verdade, entretanto* [grifo meu, FH] quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras etc. do indivíduo, adquiridas no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças materiais — tanto a sua própria quanto as da chamada "natureza"? Contudo na economia política burguesa — e na época de produção que lhe corresponde — este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito das forças externas. Por isso, de certo modo, o mundo aparentemente infantil dos antigos mostra-se superior; e é assim, pois, na medida em que buscarmos contornos fechados, forma e limitação estabelecida. *Os antigos proporcionaram satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho (gemein).*[143]

Esta passagem, como tantas outras, tem sido aparentemente interpre-

tada da seguinte forma: as sociedades pré-capitalistas proporcionam satisfação limitada, as sociedades capitalistas, insatisfação e as sociedades socialistas futuras, satisfação ilimitada. Contudo, o conceito de satisfação ilimitada só fica claro se forem compreendidos corretamente os conceitos de satisfação limitada e insatisfação.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que eles não são sinônimos. Marx justamente usa um quando não usa o outro para transmitir a idéia de que a escassez do mundo antigo não é a mesma escassez do mundo moderno. O indivíduo antigo era limitadamente satisfeito enquanto seus descendentes modernos são insatisfeitos. O que os diferencia? A resposta encontra-se na própria passagem. Marx diz que no mundo antigo o homem é objetivo da produção, enquanto no moderno a produção é objetivo do homem. Neste sentido, o mundo antigo parece ser superior ao moderno. Contudo, no mundo antigo, o desenvolvimento do controle humano sobre as forças materiais era limitado; e como a natureza não se apresenta imediatamente ao ser humano de forma adequada, a produção não podia satisfazer completamente as necessidades do homem, embora fosse o homem o objetivo da produção. Daí porque o homem antigo é um ser limitadamente satisfeito.

Vejamos a situação do homem moderno. O homem moderno optou por submeter as forças naturais à satisfação das suas necessidades. Inconformado com sua satisfação limitada, identificou corretamente sua posição frente às forças naturais, como causa das suas limitações. Contudo, esta opção custou-lhe um preço: o desenvolvimento das potencialidades aparece como total alienação, como sacrifício do fim em proveito das forças de acumulação. Mas por que o capitalismo, que possibilita ao homem um controle progressivo de todas as forças naturais, não conduz naturalmente à uma situação na qual o homem volte a ser o objetivo da produção e não a produção o objetivo do homem? Simplesmente porque o capitalismo cria mais necessidades (novas necessidades) do que aquelas que satisfaz. Por isso o homem moderno, ao contrário dos seus ancestrais, não é um homem limitadamente satisfeito, mas um homem insatisfeito. Por isso, o capitalismo não pode ser o último estágio do desenvolvimento humano.

O socialismo é um sistema que substitui um padrão tecnológico que multiplica necessidades por um padrão tecnológico que satisfaz necessidades. Daí, diga-se, a importância da radicalização dos movimentos democráticos, particularmente o ecológico. Como observa Mandel na sua crítica a Nove: "a produção em massa de novos bens não seria automática como um resultado de novas invenções. Ela teria que ser uma escolha tomada pela maioria... Uma democracia socialista cresceria em civilização antes do que em mais consumo".[144] É por isso que o homem socialista é um homem satisfeito; é por isso que a alocação de recursos pode ser feita sem a necessidade de se recorrer a um controle não-social do tipo burocrático (pessoal) ou do tipo livre-mercado (impessoal).

O sistema soviético

Discutimos nos capítulos precedentes as teorias que, em mais de meio século, têm tentado decifrar a natureza do sistema soviético. Como procurei demonstrar, cada uma destas teorias aborda certos aspectos relevantes da realidade soviética sem, porém, abarcar-lhe a totalidade. Trata-se agora de, com base no que cada uma oferece de positivo, tentar mais um passo adiante no caminho da sua compreensão. Comecemos pelo seguinte inventário:

1) A sociedade soviética é uma sociedade dividida em *classes*: o Estado, o padrão de distribuição etc. são manifestações de seus antagonismos essenciais;

2) O processo de acumulação soviética opera segundo uma via *não-capitalista;*

3) A acumulação soviética é acumulação de capital (primitivo);

4) A classe dominante soviética não é uma classe capitalista; seu domínio é exercido sobre bases não-capitalistas;

5) O modelo soviético foi adotado por sociedades de tipo asiático (ou semi-asiático);

6) As revoluções comunistas são manifestações anti-imperialistas;

7) O sistema soviético é caracterizado pela centralização estatal dos meios de produção.

A acumulação primitiva de capital

São estas sete características que, juntas, conferem à totalidade soviética

um caráter novo. Todavia, houve um longo período histórico, sistematicamente estudado por Marx, no qual as primeiras três características já haviam se manifestado simultaneamente. Trata-se do período da chamada acumulação primitiva de capital, que se estende do século XVI ao século XIX. Diz Marx:

> A acumulação do capital pressupõe a mais valia, a mais valia a produção capitalista, e esta a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Todo esse movimento tem assim a aparência de um círculo vicioso do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista (*"previous accumulation"*, segundo Adam Smith), *uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida* [grifos meus, FH].[145]

Neste pequeno fragmento d'*O Capital* encontram-se, implícita ou explicitamente, aquelas três primeiras características mencionadas. A transição do feudalismo para o capitalismo é mediada, lógica e historicamente, por um período de intensa luta entre as classes, no qual a acumulação de capital não decorre do modo capitalista de produção. Apesar de sua longa duração e de suas peculiaridades, a este período não se atribui um caráter determinado: trata-se da pré-história do modo capitalista de produção. Logicamente, o modo capitalista de produção e o capital enquanto relação social só poderiam surgir sob determinadas circunstâncias especiais. O capitalismo, diz Marx, pressupõe:

> ...de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheio, e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. Estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas de produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho.[146]

Daí o primeiro traço característico da acumulação primitiva:

> O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que *retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho*, num processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção.[147]

O primeiro momento do capital é, portanto, a negação da propriedade privada dos meios de produção. Não poderia ser de outra forma. O capital, valor que se valoriza, pressupõe a mercadoria força de trabalho. Enquanto o produtor estiver associado aos intrumentos de trabalho, à terra e à enxada, a relação social capitalista não se estabelece. O elo que os une, a propriedade — seja de que natureza for — precisa ser rompido; a propriedade precisa ser negada. Só assim se dá o movimento que transforma os produtores em assalariados.

Um aspecto desse movimento é a emancipação dos servos: de um lado, libertam-se os produtores dos vínculos pessoais que os uniam aos senhores feudais; de outro, expropriam-lhes todos os meios de produção. Evidentemente, a eliminação da servidão por si só não transforma os lavradores em proletários, vendedores de si mesmos. É justamente a supressão dos seus direitos de propriedade sobre o solo que cultivam que cumpre esta função.

Com o desaparecimento da servidão que, na Inglaterra, data do século XIV, surgem as figuras do arrendatário livre e dos assalariados da agricultura, estes últimos relativamente pouco numerosos. Paralelamente, porém, a imensa maioria da população era ainda constituída de camponeses proprietários, "qualquer que fosse o título feudal com que revestissem seus direitos de propriedade sobre a terra que lavravam".[148] Estes campo-

neses costumavam utilizar seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários e, juntamente com os camponeses despossuídos, representavam a grande fonte de mão-de-obra assalariada. Entretanto, tanto uns quanto outros possuíam um grau relativamente grande de independência. Os primeiros, em virtude de seus direitos feudais de propriedade; os últimos em virtude de disporem, juntamente com os camponeses propriamente ditos, do usufruto de terras comuns de onde retiravam alguns meios de subsistência "A propriedade comunal, isto é, as terras comuns ... era uma velha instituição germânica que continuou a existir sob cobertura feudal".[149]

> O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos... Embora o poder real, produto do desenvolvimento burguês, em seu esforço pela soberania absoluta, acelerasse pela força a dissolução das vassalagens, não foi de modo algum a causa única dela. Opondo-se arrogantemente ao Rei e ao Parlamento, o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam seus direitos sobre ela, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais.[150]

Em fins do século XVIII, boa parte dos camponeses independentes que até o século precedente constituíam uma camada mais numerosa do que os arrendatários, bem como os vestígios que restavam da propriedade comunal da terra, haviam desaparecido. Em meados do século XIX, o processo de acumulação primitiva está completo: as terras se transformaram em capital — a agricultura, então, era agricultura capitalista — e os camponeses delas expropriados se transformaram em proletários, uma parte dos quais sendo absorvida pela agricultura capitalista, outra parte constituindo a oferta de mão-de-obra necessária à indústria das cidades.

> A expropriação dos produtores, entretanto, não constitui o único traço característico destes trezentos anos. Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, de outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo de produção capitalista, em seu pleno desenvolvimento, quebra toda resistência, a produção contínua de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das relações econômicas consolida o domínio capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas basta deixar o trabalhador entregue às "leis naturais de produção", isto é, à sua dependência do capital, o qual decorre das próprias condições de produção, e é assegurada e perpetuada por outras condições. *Mas as coisas corriam de modo diverso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente precisava e empregava a força de Estado, para "regular" o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia....*[151]

O processo acelerado de acumulação primitiva exigia uma massa enorme de assalariados, dado o predomínio, nesta fase, da parte variável do capital sobre a constante. A oferta de trabalho, entretanto, crescia num ritmo mais lento, ameaçando o processo de acumulação. Deixada à dinâmica dos mecanismos de mercado, a acumulação de capital não alçaria vôo. Foi preciso a intervenção regulada estatal na economia para viabilizá-lo. Assim estabeleceu-se "uma tarifa legal de salário para a cidade e para o campo, para o trabalho por peça e por dia".[152] Curiosamente, quem recebesse salário acima do fixado por lei era punido com mais severidade do que quem o pagasse. Além disso, o Estado não reconhecia o direito dos

trabalhadores à associação e à greve. Toda a legislação referente ao contrato de trabalho, pelo menos no que dizia respeito à quebra contratual por parte do trabalhador, foi subtraída ao domínio do direito comum e colocada sob o domínio de um direito penal de exceção. E quem se recusasse a trabalhar seria condenado como escravo da pessoa que o denunciasse como vadio. "A subordinação do trabalho ao capital — dizia Marx — era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda caráter especificamente capitalista".[153] *Assim pode-se dizer que o primeiro momento do capital é o controle formal (estatal) da força de trabalho, isto é, a negação da mercadoria força de trabalho.*

Por fim, gostaria de realçar mais um traço característico da acumulação primitiva de capital. A transformação do modo feudal no modo capitalista seria mais custosa e mais longa do que realmente foi se a transição não tivesse sido abreviada pela utilização de meios propulsores artificiais coordenados através de vários sistemas: o das dívidas públicas, o moderno regime tributário, o protecionismo e o sistema colonial.

A dívida pública é o sistema pelo qual o Estado, frente a despesas extraordinárias, prefere emprestar dos afortunados à taxar os contribuintes. Capacita, assim, os primeiros a multiplicar o seu dinheiro sem a necessidade de expô-lo aos riscos das atividades industriais ou mesmo usurárias. Por outro lado, em virtude da transferibilidade dos títulos públicos, os credores na verdade nada davam ao Estado, já que os títulos funcionavam como dinheiro. Marx sugere que o sistema bancário moderno prosperou às custas deste mecanismo. O Banco da Inglaterra, por exemplo, ao mesmo tempo em que emprestava seu dinheiro ao Estado a juros, foi autorizado pelo Parlamento a emprestar ao público o mesmo capital emprestado ao governo na forma de bilhetes de banco. Mais tarde, estes bilhetes foram emprestados ao governo e usados para pagar, em seu lugar, os juros da dívida pública. O desenvolvimento do sistema acabou criando um sistema internacional de crédito, que frequentemente dissimula esta fonte de acumulação primitiva.

A contrapartida da dívida pública é o moderno regime tributário. A acumulação das dívidas acaba levando o governo a ter que aumentar impostos, ainda que pudesse recorrer, parcialmente, a empréstimos para saldar as dívidas vencidas. Os impostos recaiam sobre os gêneros de primeira

necessidade, encarecendo-os. Cumprem, assim, uma função expropriante perante as massas; função fortalecida, ainda, pelo sistema protecionista.

> O sistema protecionista era um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar meios de produção e meios de subsistência, de encurtar a transição do velho modo de produção para o moderno. Esse invento criou uma grande disputa entre os Estados europeus que, uma vez colocados a serviços dos fabricantes de mais valia, não se limitaram a espoliar seu próprio povo, indiretamente através de impostos aduaneiros e diretamente através de prêmios à exportação etc. Nos países secundários deles dependentes, extirparam violentamente toda a indústria, como foi o caso por exemplo da manufatura de lã irlandesa, eliminada pela Inglaterra.[154]

Por fim, a expropriação das colônias, em geral na forma de monopólios, representou uma poderosa (com certeza a mais violenta) alavanca de acumulação primitiva de capital. Todas as riquezas coloniais afluiam para a metrópole, onde se transformavam em capital. Ao mesmo tempo em que constituiam uma importante fonte de matérias-primas, de minérios ou produtos agrícolas, as colônias representavam, também, um mercado adicional para a produção manufatureira metropolitana, então em rápida expansão. Sua exploração implicou, em alguns casos, o extermínio dos povos nativos e a utilização do trabalho escravo. Nas colônias, lembra Marx, havia máquinas, meios de subsistência e dinheiro que não podiam transformar-se em capital por faltar-lhes o complemento, o trabalhador assalariado, condição necessária para que se efetivasse esta relação social de produção. A dificuldade em submeter os povos nativos levou o explorador europeu a exterminá-los e substituí-los pelo negro africano transformado em escravo. A escravatura foi, assim, "a única base natural da riqueza colonial"[155] e, junto com o tráfico negreiro dela decorrente, representou mais um método de acumulação de capital.

Marx identifica um denominador comum a *todos* os sistemas acima mencionados: "Todos eles utilizam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de

transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição".[156] *Assim, pode-se dizer que o primeiro momento do capital é a utilização de mecanismos estatais artificiais de acumulação, ou seja, a negação parcial dos mecanismos tradicionais de mercado.*

Podemos resumir a pré-história do modo capitalista de produção, a acumulação primitiva de capital, como se segue: um período de transição no qual a acumulação de capital não decorre do modo de produção capitalista; antes, baseia-se na negação da propriedade privada, da mercadoria força de trabalho e do mercado. O mais importante agora é perceber que, neste período, a acumulação de capital depende de condições impostas pela força, isto é, *o capital primitivo é capital na medida em que as condições de sua valorização estão garantidas, ainda que coercitivamente, e não é capital, na medida em que não é ainda um sujeito automático que cria os pressupostos de sua própria reprodução*; antes, é relação social que se constitui a partir de intensa atividade estatal, seja garantindo a propriedade dos não-trabalhadores expropriadores, seja regulando o "mercado" de trabalho ou, ainda, acionando os sistemas artificiais propulsores da acumulação.

É claro que, apesar das semelhanças, seria forçar demais assumir, desde logo, um paralelismo entre a acumulação primitiva e a acumulação soviética. As duas formas de acumulação são não-capitalistas, mas em sentidos diferentes. A acumulação primitiva é não-capitalista no sentido de proto-capitalista, enquanto a acumulação soviética é não-capitalista no sentido de anti-capitalista. No primeiro caso, a negação da propriedade privada, da mercadoria força de trabalho e do mercado se interverte simultaneamente nos seus contrários e fortalece assim, imediatamente, a classe capitalista nascente. No segundo caso, a negação da propriedade privada, da mercadoria força de trabalho e do mercado permanece no seu momento negado absoluto, o que fortalece progressivamente uma classe não-capitalista — a burocracia estatal.

Do ponto de vista lógico, não obstante, poderíamos conceber um estágio intermediário no qual a propriedade estatal medeia a transformação da propriedade de trabalhadores e a de não-trabalhadores, a escravidão ou servidão geral medeia a transformação do camponês proprietário em trabalhador assalariado e o planejamento burocrático centralizado me-

deia a apropriação direta e o mercado. Teríamos, porém, que explicar este estágio historicamente. É o que tentaremos fazer, começando pelo estudo da acumulação primitiva das colônias independentes que, embora tenha atraído a atenção de Marx, dele não recebeu um tratamento sistemático. Vou me referir, adiante, ao caso específico da acumulação primitiva norte-americana.

A história da acumulação de capital nos Estados Unidos, até 1776, é um apêndice, em todos os aspectos, da história da acumulação de capital inglesa. A acumulação primitiva norte-americana propriamente dita só começa após as lutas pela independência e se estende por pelo menos um século até a Guerra de Secessão. O que agora nos interessa é um traço particular deste período: a escravidão.

> A escravidão — diz Marx, troçando de Proudhon — é uma categoria econômica como qualquer outra. Portanto, possui também seus dois lados. Deixemos o lado mau e falemos do lado bom da escravidão, esclarecendo que se trata de escravidão direta, a dos negros no Suriname, no Brasil, nas regiões meridionais da América do Norte.
>
> A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio que é a condição da grande indústria. Por isto, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância.
>
> Sem a escravidão, a América do Norte, o país mais progressista, transformar-se-ia num país patriarcal. Tira-se a América do Norte do mapa do mundo e ter-se-á a anarquia, a completa decadência do comércio e da civilização moderna. Suprima-se a escravidão e ter-se-á apagado a América do Norte do mapa das nações.[157]

Essa passagem dispensa maiores comentários sobre a importância da escravidão como alavanca da acumulação primitiva de capital. Com a independência americana, a escravidão se transforma de alavanca da acumulação primitiva inglesa em alavanca da acumulação primitiva america-

na; neste momento, as forças produtivas americanas não estavam suficientemente desenvolvidas para que se pensasse em abrir mão deste útil mecanismo. Durante quase um século a escravidão foi a principal mola propulsora da acumulação de capital, inclusive industrial (indiretamente), até que, quando o processo de industrialização atinge determinada dimensão, ela passa de estímulo à entrave ao processo de produção e reprodução. Em 1885, Engels introduz a seguinte nota à *Miséria da Filosofia* de Marx, comentando a passagem acima reproduzida:

> Em 1847 (data da publicação de *A Miséria da Filosofia*), esta era perfeitamente exata. Então o comércio dos Estados Unidos com o mundo se limitava, principalmente, à importação de emigrantes e de artigos industriais e à exportação de algodão e de tabaco, ou seja, produtos do trabalho dos escravos do Sul. O Norte produzia, sobretudo, trigo e carne para as regiões escravagistas. A abolição da escravatura só foi possível quando o Norte começou a produzir trigo e carne para exportação ao mesmo tempo em que se industrializava e quando o monopólio algodoeiro norte-americano começou a sofrer a forte concorrência da Índia, do Egito, do Brasil etc. A conseqüência da abolição foi a ruína do Sul, que não conseguiu substituir a escravidão aberta dos negros pela escravidão camuflada dos *coolies* hindus e chineses.[158]

Acrescentaria que a partir da segunda metade do século XIX, o progresso da produção capitalista na Europa — a Revolução Industrial, o progresso técnico etc. — já tornava supérflua uma quantidade apreciável de seres humanos que eram impelidos a emigrar para a América. Como a conquista do Oeste americano absorvia menos gente do que a provinda do fluxo de emigração europeu, a oferta e demanda de força de trabalho eram tais que o mercado de trabalho podia, e devia, ser estabelecido. A Guerra de Secessão, que envolveu o Norte industrial e o Sul escravagista, é a expressão da contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que neste caso, curiosamente, assumiu, devido a circunstâncias históricas e naturais, a forma de conflito geográfico.

O motivo destes breves comentários sobre o desenvolvimento capitalis-

ta americano é o seguinte: durante pelo menos o meio século seguinte à Independência dos Estados Unidos, a classe dominante deste país, sem sombra de dúvida, era representada pelo senhores de escravos modernos. A despeito disso, os teóricos marxistas não se têm perguntado sobre a natureza desta classe; caso contrário, teriam identificado vários traços comuns entre os senhores de escravos modernos americanos e os déspotas soviéticos: ou, em outras palavras, entre a escravidão moderna americana e a "escravidão geral" moderna soviética. Ambos os mecanismos são suportes de acumulação de capital sem serem, propriamente, capitalistas; analogamente, ambas as classes que os operam são "funcionárias" do capital (primitivo), sem serem classes capitalistas. A escravidão e o despotismo se opõem ao mercado, da mesma forma que o senhor de escravos e o déspota se opõem ao capitalista. Mas é justamente porque encerram em si uma contradição essencial — a de serem suportes de um processo de acumulação de capital não-capitalista — estas classes estão fadadas a desaparecer.

Temos agora um modelo — o modelo americano de acumulação primitiva — que apresenta quatro dos sete traços fundamentais do sistema soviético. Porém, embora tenhamos podido aproximá-los, muita coisa ainda os separa. Dissemos que o modelo tradicional de acumulação primitiva é não-capitalista no sentido de proto-capitalista, enquanto o modelo soviético é não-capitalista no sentido de anti-capitalista. O modelo americano de acumulação primitiva, por sua vez, é não-capitalista nos dois sentidos. Convivem, dentro dele, mecanismos proto e anti-capitalistas e foi por isso que a solução de suas contradições assumiu a forma de guerra civil entre a classe capitalista e a classe dos senhores de escravos modernos. Embora nos ajude a entender um pouco melhor o modelo soviético, ele não o explica. A chave desta explicação encontra-se na compreensão do fenômeno imperialista. Sem compreender os mecanismos econômicos através dos quais as relações imperialistas se estabelecem, o modelo soviético de acumulação primitiva continuará indecifrável.

Imperialismo e acumulação primitiva soviética

No primeiro capítulo do presente trabalho afirmei que a teoria leninista do imperialismo subestimou a base material sobre a qual se apoiou o mo-

vimento reformista, por ter negligenciado a questão tecnológica. Não obstante, tanto as teorias do imperialismo suas contemporâneas como as que se lhe sucederam não só não incorporam este fundamental elemento como, no todo, desconsideram alguns elementos que a teoria leninista tinha incorporado.

Depois de Marx, o economista que mais se dedicou ao fator tecnológico foi J. A. Schumpeter. Não marxista e avesso a qualquer teoria econômica que mencionasse o termo *imperialista,* Schumpeter oferece, ainda assim, um modelo teórico que enriquece o tratamento dado por Marx à questão tecnológica e, como procurarei demonstrar, chega a conclusões que podem muito bem servir de base a uma nova abordagem das relações internacionais.

Comecemos pelo conceito schumpeteriano de sociedade capitalista. Para Schumpeter, a sociedade capitalista é um caso especial de sociedade mercantil, definida como um padrão institucional caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela regulamentação privada dos processos produtivos. A especificidade da sociedade capitalista reside no fenômeno do crédito. É através do crédito que o empresário schumpeteriano, por hipótese desprovido de meios de produção, transfere os mesmos para suas próprias mãos a fim de implementar uma inovação tecnológica, tomada no sentido amplo, que lhe permita remunerar os fatores de produção (em última instância, terra e trabalho) e lançar mão de um lucro extraordinário maior do que o montante necessário para saldar seu débito (acrescido dos juros) junto ao banqueiro, que neste modelo leva o nome de capitalista.

A existência dos lucros extraordinários conduz novos agentes a implementar a inovação bem sucedida, gerando uma fase de prosperidade ou *boom* econômico. A concorrência inter-capitalista elimina progressivamente o lucro extraordinário e a liquidação das dívidas dos empresários, resultante do esgotamento do processo de inovação, gera a fase de depressão. No fim do processo, a economia se estabiliza num patamar superior àquele observado antes do processo ter início, no sentido da satisfação das necessidades humanas *vis-à-vis* seu custo. Neste modelo, as crises são, simplesmente, fenômenos que constituem parte do mecanismo de rejuvenescimento do aparelho produtivo.

Para Schumpeter, "o capitalismo deve ser tratado enquanto processo evolutivo, porque, entre outras coisas, não apenas não está, mas nunca pode estar estacionário." Assim, "não devemos observar como o capitalismo administra as estruturas existentes mas como as cria e as destrói através dos impulsos das inovações", ou seja, através do processo de Destruição-Criativa. Aqui, sem dúvida, Schumpeter acompanha Marx, para quem:

> A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária, enquanto todos os modos anteriores de produção eram essencialmente conservadores. A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente o instrumental de produção e, em conseqüência, as relações de produção e todas as relações sociais.[159]

Para Schumpeter, contudo, ao contrário das previsões de Marx, essa dinâmica permitiu à sociedade capitalista manter uma alta taxa média de crescimento, além de manter constante a parte relativa dos salários e ordenados em relação ao produto total. Mais do que isso, medido em termos reais, em virtude da produção em massa ter sido beneficiada pelo progresso tecnológico, a parcela relativa tem mudado, substancialmente, em favor dos grupos de renda mais baixa.

Contudo, Schumpeter atesta que, embora "o desempenho real e esperado do sistema capitalista se [faça] de maneira a negar a idéia de seu colapso sob o peso de seu fracasso econômico... seu próprio êxito... inevitavel-mente cria condições em que ele não é capaz de viver..."[160] O autor observa que, com o processo de concentração de capital, o processo de inovação tecnológica foi mecanizado e internalizado. Por um lado, tornou-se mais fácil fazer coisas fora da rotina, isto é, a própria inovação ficou reduzida a rotina. Por outro lado, tão logo surja uma nova invenção ou se desenvolva um novo sistema tecnólogico destes que dão origem às chamadas ondas longas (sistemas associados ao vapor, à eletricidade, ao petróleo, a cibernética etc.), são as empresas já estabelecidas as que têm as melhores condições de aproveitá-los. Numa palavra, o próprio ambiente capitalista torna supérflua a figura do empresário inovador porque acostuma os agentes

a toda ordem de mudanças. Os departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento, comuns a todas as grandes corporações modernas, são expressões desta verdade.

Este fato tem uma importância fundamental para o modelo schumpeteriano. O capitalismo, como vimos, segundo a definição de Schumpeter, caracteriza-se pela existência do crédito — instrumento através do qual o empresário desprovido de meios de produção lança mão dos mesmos a fim de implementar uma inovação tecnológica. Se este processo se torna automático e interno às empresas já estabelecidas, a própria lógica do modelo se desfaz.

Mas o que tudo isso tem a ver com imperialismo? Em primeiro lugar, observemos o efeito de uma inovação tecnológica sobre o organismo econômico. Suponhamos que se trata do caso comum, o lançamento de um novo produto.[161] Segundo o modelo schumpeteriano (e marxista), a empresa inovadora gozará de um lucro extraordinário até o ponto em que o comportamento reflexivo de seus concorrentes, na ânsia por obtê-lo, acaba por eliminá-lo. A empresa inovadora, dada sua posição monopolista inicial, fixa o preço do novo produto acima do seu preço de produção, o que imediatamente atrai o interesse das demais empresas. Mais e mais empresas passam a produzir aquele produto, corroendo assim a posição monopolista da empresa inovadora, até que o lucro extraordinário desapareça. Quanto antes uma empresa individualmente considerada absorva a inovação, produzindo o novo produto, maiores serão suas vantagens, já que gozará de um lucro extra por um período de tempo maior.

Estudemos a natureza deste lucro extraordinario. O que é ele? De onde vem? Suponhamos que o novo produto consista de um novo tecido para confecção do vestuário da classe operária. O preço de produção do novo tecido é **z** e o do tecido antigo **a**, sendo **z** < **a**. A empresa inovadora, dada sua posição inicial monopolística, o venderá por **w**, sendo **z** < **w** < **a**. Assim, seus empregados estarão recebendo **x** por uma mercadoria cujo valor é **y**, o preço de produção é **z** e que está sendo vendida por **w**. A diferença entre **x** e **y** é a mais valia produzida naquela unidade produtiva; a diferença entre **y** e **z** (supondo-a positiva) é consequência do processo de equalização da taxa de lucro, e a diferença entre **z** e **w** é justamente o lucro extraordinário.

Qual a natureza deste lucro? Se nos apressarmos em responder pode-

mos cair no erro de dizer simplesmente que o lucro extraordinário é mais valia relativa; dada a queda do preço de um produto que compõe a cesta do consumo da classe trabalhadora, o preço de reprodução da força de trabalho cairá, permitindo um aumento da taxa de mais valia, primeiro para a empresa inovadora, depois, estendendo-se para o resto da economia. Contudo, isto decididamente não é assim.

Uma inovação tecnológica provoca um fluxo de investimento que dá ensejo a um *boom* econômico, período no qual os salários, em geral, tendem a se elevar. Enquanto os salários se elevam, o preço monopolístico pelo qual o novo produto está sendo vendido cai, por força da ação da concorrência. Com o desaparecimento do lucro extraordinário, a economia sofre um período de depressão como conseqüência da queda dos investimentos. Neste período, os salários, que no *boom* subiam mais rapidamente que os preços, passam a cair mais rapidamente. Rigorosamente, é só nesta fase de depressão que os salários podem, eventualmente, acomodar-se num patamar mais baixo do que aquele verificado antes do processo ter início (em virtude do barateamento das mercadorias). Mas no período de depressão, o lucro extraordinário já desapareceu! Isto quer dizer que o lucro extraordinário não é "mais valia extraordinária", uma vez que, enquanto está sendo apurado, nenhuma "mais valia extraordinária" está sendo produzida. O lucro extraordinário só pode ser "mais valia ordinária" apropriada pela empresa inovadora do fundo geral capitalista, embora não produzida dentro de seus domínios. Isto implica que a existência do lucro extraordinário acarreta uma queda temporária, ainda que infinitesimal, da taxa de lucro médio geral.

Podemos agora, com base no que foi dito, apreciar as conseqüências econômicas da internalização e mecanização do processo de inovação. Nestas circunstâncias, quanto maior o porte da empresa, tanto maiores os recursos que estão à sua disposição. Sendo mais poderoso o seu departamento de P&D, maiores as possibilidades que esta empresa desenvolva ou se aproveite de novas tecnologias. Como o processo de inovação se torna um processo rotineiro, as empresas de grande porte gozam de um fluxo constante de lucro extraordinário, o que favorece o processo de concentração de capital.

Olhemos, agora, o fenômeno do ponto de vista das relações interna-

cionais. Quando o capital europeu experimentava a fase de mecanização e internalização do processo de inovação tecnológica, o capital não-europeu experimentava a fase de acumulação primitiva. Nisto, e não no diferencial de salários entre as nações, como pensa A. Emmanuel, repousa o segredo do que ele chama de troca desigual. O capital primitivo não-europeu, recém-nascido, não podia, devido a sua dimensão, ser um capital inovador. Nem ao menos podia acompanhar o fluxo do processo de inovação que, uma vez iniciado, exigia por parte dos capitais individuais montantes enormes de investimento em novas plantas, pessoal técnico etc. Portanto, não podia gozar, em nenhum instante, de lucro extraordinário algum. Ao contrário: como, por um lado, o lucro extraordinário pressupõe uma compressão temporária do lucro médio e como, de outro lado, o processo de inovação tende a se reproduzir automaticamente, cria-se um fluxo de mais valia dos países atrasados para os países avançados. É justamente este fluxo que permite ao capital europeu, em virtude do crescimento do movimento operário, principalmente sindical, remunerar melhor (ou subornar, como dizia Lênin) o trabalhador europeu. O que Emmanuel toma como premissa é uma mera conseqüência.

Contudo, se admito que o trabalhador europeu é mais bem remunerado, por que o capital europeu não migra, definitivamente, para as regiões menos desenvolvidas, e com isso apura um lucro ainda maior, pagando um salário menor? Admitindo-se o livre comércio internacional, um empresário de um país avançado poderia, simplesmente, levar consigo as máquinas mais sofisticadas para uma área subdesenvolvida e lá montar sua planta. O motivo pelo qual não o faz é o que os economistas costumam chamar de externalidades. A montagem de uma planta sofisticada num país atrasado exige que se leve a usina nuclear que a alimenta, o produtor dos demais insumos que a fazem funcionar, o técnico que a opera, o cientista que a inova, o aparato de distribuição da produção e, *last but not least*, o mercado consumidor.

O sistema capitalista, por mais caótico e anárquico que seja, se desenvolve como um todo orgânico. Os mecanismos de ajuste, por mais imperfeitos, atuam de forma a coordenar as ações das unidades produtivas independentes. Com o desenvolvimento técnico, o Estado é chamado a fazer investimentos enormes em infra-estrutura quando o capital privado não

tem forças suficientes ou quando o investimento, apesar de necessário, é não lucrativo. O Estado é também chamado a criar um complexo sistema educacional que forneça o material humano que vai operar e aperfeiçoar o aparato produtivo. Toda esta infra-estrutura prende a corporação à mãe-pátria. Assim evanesce-se o sonho daqueles que achavam que a empresa capitalista privada promoveria o desenvolvimento do planeta. O desenvolvimento econômico capitalista dos países avançados e atrasados me faz lembrar muito um fenômeno físico elementar: solte-se dois corpos ladeira abaixo, um imediatamente após o outro, e se perceberá que quanto maior a distância percorrida pelos mesmos, maior a distância que os separa.

A acumulação primitiva parecia, a partir da segunda metade do século XIX, fadada ao fracasso, não fosse o fato de que dois tipos diferentes de terapias lhe foram administradas de forma a permitir que a formação de capital prosseguisse o seu curso nas regiões atrasadas. Vimos que a acumulação primitiva tradicional lançou mão de alguns sistemas que lhe permitiram abreviar o período de transição para o modo capitalista de produção. Foram eles: o sistema colonial, a dívida pública, o regime tributário e o protecionismo. O primeiro destes sistemas, o colonial, estava completamente excluído do rol de possibilidades dos países atrasados, eles próprios ex-colônias. O último, o protecionismo, tinha uma eficiência um tanto limitada, visto que a promoção do desenvolvimento capitalista das regiões subdesenvolvidas estava, em grande parte, condicionada ao comércio com os países desenvolvidos, principalmente no que se referia a obtenção de bens de capital que permitissem que a produção fosse possível a preços internacionalmente competitivos. A dívida pública e o regime tributário foram utilizados intensivamente embora, dada a necessidade de grandes investimentos em virtude da escala de produção exigida pela concorrência internacional e dada a necessidade de uma infra-estrutura inexistente que viabilizasse estes investimentos, tais mecanismos tivessem um resultado limitado. A solução natural, que nenhum país desenvolvimentista pôde evitar, foi a intervenção do Estado enquanto agente econômico. Não me refiro a qualquer intervenção estatal, mas a um determinado tipo de intervenção estatal. Em geral, deve-se distinguir a intervenção do Estado patrocinador direto da formação de capital primitivo (nos países atrasados) da intervenção do Estado regulador da acumulação moderna de ca-

pital (nos países avançados). No primeiro caso, a atividade econômica estatal é constituinte, no segundo, saneadora. Aqui nos interessa o Estado formador de capital primitivo.

A história do Estado formador direto de capital primitivo é a história do que se pode chamar de *bonapartismo econômico*. Fazendo uma paródia com uma famosa frase de Marx, pode-se dizer que o bonapartismo econômico era a única forma de gestão econômica possível num momento em que o capital internacional não podia promover o desenvolvimento capitalista em escala mundial (muito ao contrário), e o capital nativo ainda não havia adquirido a faculdade de fazê-lo em escala nacional. Esta forma de gestão econômica pressupõe uma autonomia econômica relativa do Estado em relação a burguesia nacional privada que não é eliminada, mas assume um papel subordinado e subsidiário. O Estado, então, transforma-se no único agente econômico capaz de concentrar em suas mãos a quantidade de recursos que o padrão tecnológico internacional exige. Sua atividade permite que, a reboque, a burguesia nacional se desenvolva, ao mesmo tempo, em que cria condições que favorecem, progressivamente, a transferência de capital estrangeiro para solo nacional.

Do ponto de vista político, o Estado econômico-bonapartista assumiu formas variadas. Na América Latina, por exemplo, assumiu as formas populista[162] e ditatorial militar: enquanto a acumulação primitiva pode-se fazer às custas de um campesinato numeroso, o Estado populista estabeleceu um acordo tácito entre os latifundiários, a burguesia nacional e as massas urbanas; esgotada esta fonte de acumulação, o Estado voltou-se contra as massas em geral, perdendo, assim, a forma populista e assumindo a forma ditatorialesca.

O bonapartismo econômico é um padrão de desenvolvimento econômico que não rompe com o caráter proto-capitalista de acumulação primitiva. E, porque age num ambiente imperialista, promove um desenvolvimento capitalista dependente. Vejamos por quê. Como já foi mencionado, os países subdesenvolvidos não contavam com uma importante alavanca de acumulação primitiva: a colonial, totalmente excluída. O Estado, por certo, podia concentrar grandes quantidades de recursos; mas como convivia, de um lado com a lentidão natural do processo de acumulação primitiva, agravada pela limitação dos mecanismos adicionais de sua pro-

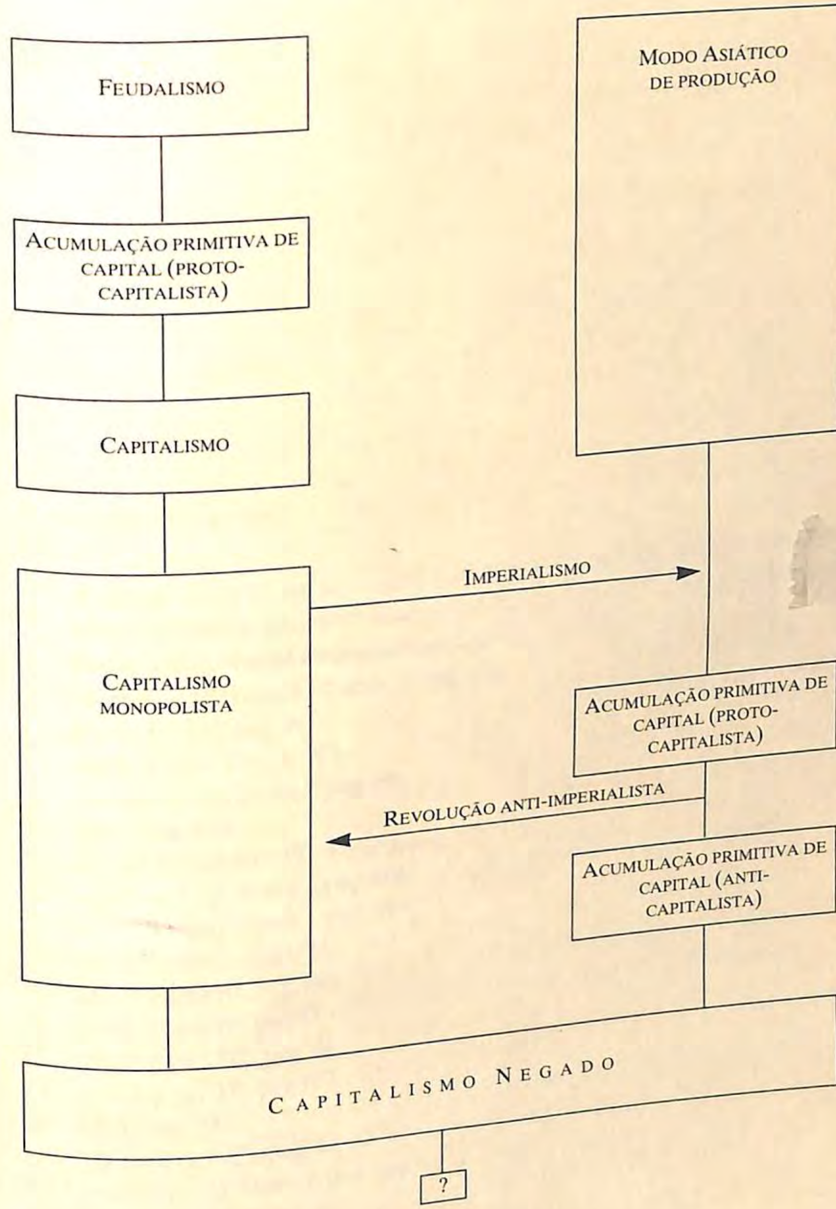
moção e, de outro, com a existência de uma burguesia nacional cujos membros concentravam parcela significativa do capital (embora individualmente consideradas quase nunca possuíssem um montante significativo para os padrões internacionais), estes recursos estatais não eram suficientes para fazer face a todas as tarefas econômicas que o momento impunha. Consequentemente, o Estado acabou tendo que recorrer à importação de capital, seja na forma de empréstimos, seja na forma de investimento direto. Na verdade, as duas formas estão intimamente relacionadas. Os recursos provindos de empréstimos eram utilizados para contratar empresas nacionais ou estrangeiras, para construir obras de infra-estrutura, incluindo a indústria de base. O investimento estrangeiro direto veio em seguida. A mão-de-obra barata e a incipiente infra-estrutura já compensavam, no caso particular de algumas atividades, as externalidades que o capital moderno gozava na sua pátria de origem. A formação de capital, assim, seguia seu curso. Vejamos em que condições.

Já vimos que o capital primitivo é, muito provavelmente, um capital não-inovador. Por isso, verifica-se um fluxo de lucro extraordinário dos países atrasados para os países avançados. A existência do lucro extraordinário, por sua vez, implica uma compressão do lucro médio da economia como um todo. Por outro lado, tanto o acionista estrangeiro como o banqueiro estrangeiro têm de ser remunerados pelo investimento ou empréstimos concedidos ao país atrasado. Essa remuneração é remetida ao país desenvolvido na forma de juros internacionais, no primeiro caso, ou repatriação de lucros, no segundo. Diga-se, ainda, que os dividendos pagos aos acionistas estrangeiros devem, no mínimo, flutuar em torno dos juros internacionais. O excedente que fica no país, portanto, é a diferença entre um lucro comprimido e os juros, o que, se por um lado é melhor do que nada, por outro é ainda pouco para patrocinar uma acumulação que proporcione ao país atrasado um padrão tecnológico que rompa o fluxo de riquezas. Disso deriva o traço dependente da acumulação primitiva contemporânea proto-capitalista.

Passemos a tratar da segunda terapia: a revolução soviética. A Rússia tzarista pré-revolucionária se desenvolvia, mais ou menos, da forma acima descrita. Em *O desenvolvimento capitalista na Rússia*, Lênin descreve o processo de acumulação primitiva russo (aliás, este deveria ser o nome do

livro), com detalhes sobre o processo de desintegração do campesinato. Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo,* esse mesmo autor mostra o quanto a economia emaranhou-se no sistema financeiro internacional. Nos escritos de Trotsky, especialmente *Results and prospects*, o autor realça o papel do Estado russo no processo de formação de capital. A situação era tal que parte do que era expropriado dos camponeses pelo Estado era transferido ao capital multinacional, na forma de juros. Uma das primeiras medidas da revolução soviética foi o rompimento com o sistema financeiro internacional. Não deriva daí, contudo, seu caráter anti-imperialista. Dissemos que o processo de acumulação primitiva proto-capitalista contemporânea estava limitado pela lentidão natural da acumulação primitiva tradicional e pela burguesia nacional, cuja existência pressupunha a dispersão de capital — fator indesejável, dadas as condições imperialistas. Estas duas dificuldades poderiam ser superadas se, de um (ou dois) golpe(s), o Estado proletarizasse os camponeses e concentrasse em suas mãos todos os meios de produção nacionais disponíveis, habilitando-se, assim, a promover uma industrialização forçada. Esta operação — expropriação dos camponeses e da burguesia — pressupunha, de um lado, um Estado já suficientemente forte frente a quaisquer outras forças sociais, inclusive no que diz respeito ao *front* internacional (trata-se portanto do rompimento do elo mais forte da cadeia asiática) e, de outro, uma ideologia que convocasse uma força social, que não fosse o campesinato ou a burguesia, para executá-la. Quando a "vanguarda do proletariado" tomou o poder, conduziu a transição da acumulação primitiva proto-capitalista para a acumulação primitiva anti-capitalista. A transição consistiu de dois momentos: 1) aliança com o campesinato contra a burguesia, isto é, contra a dispersão de capital (momento leninista); 2) movimento contra o campesinato, isto é, contra a dispersão da força de trabalho (momento stalinista).

Sob o stalinismo, o capitalismo já estava pressuposto e, não fosse a crença na possibilidade da revolução socialista internacional, Trotsky, sem dúvida, teria declarado sua inevitabilidade. Reconstruindo sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado, resumiríamos nossas conclusões através do seguinte diagrama:



Notas

O marxismo soviético

1. Wittfogel acusa Lênin, com razão, de falsificar a real situação da ordem econômica da Rússia ao negligenciar, em *O Desenvolvimento Capitalista na Rússia*, o papel gerencial do despotismo tzarista.
2. Marx e Engels (ref.38), Tomo II, pag. 246.
3. Idem, Tomo I, pag. 16.
4. Idem, Tomo III, pag. 297.
5. Lenin (ref.24), Tomo I, pag. 660.
6. Idem, pag. 636.
7. Marx e Engels (ref.38), Tomo I, pag. 47.
8. Lenin (ref.24), Tomo I, pag. 406.
9. Lênin (ref.24), Tomo I, pag. 443.
10. Idem, Tomo II, pag. 194.
11. Idem, Tomo III, pag. 280.
12. Idem, Tomo III, pag 47.
13. Trotsky (ref. 56), pag. 44.
14. Trotsky (ref.57), pag 127.
15. Idem, pag. 27.
16. Marcuse (ref.32), pag. 38.
17. Lênin (ref.24), Tomo I, pag. 649.
18. Marcuse (ref.32), pag. 42.
19. Lenin (ref. 24), Tomo II, pag. 230.

20. Idem, pag. 262.
21. Idem, pag. 255.
22. Idem, pag. 252.
23. Marx e Engels (ref.38), Tomo I, pag. 214.
24. Lênin (ref.24), Tomo III, pag. 299.
25. Idem, Tomo II, pag. 195.
26. Idem, pag. 277.
27. Marcuse (ref.32), pag. 137.
28. Lênin (ref.24), Tomo II, pag. 340.
29. Idem, Tomo III, pag. 189.
30. Idem, pag. 680.
31. Idem, pag. 281.
32. Idem, pag. 603.
33. Idem, pag. 153.
34. Idem, pag. 347.
35. Idem, Tomo II, pag. 581.
36. Lukács (ref.26), pag. 93.
37. Bahro (ref.1), pag. 102.
38. Marcuse (ref.32), pag. 72.
39. Idem, pag. 93.
40. Idem, pag. 75.
41. Idem, pag. 132.
42. Idem, pag. 112.
43. Idem, pag. 138.
44. Idem, pag. 84.
45. Absorvido o marxismo à teoria oficial, a transcendência filosófica deixa de representar uma ameaça e o embate ideológico gira em torno da transcendência nas artes. Neste embate, o marxismo soviético defende a tese de que a partir do momento em que a revolução conforma os interesses individuais aos sociais e o desenvolvimento das forças produtivas ao desenvolvimento de todas as faculdades humanas, em outras palavras, a partir do momento em que as manifestações subjetivas se realizam na própria sociedade, esta última torna-se, por assim dizer, o verdadeiro objeto de arte. Desta forma, a atividade transcendente perde todo significado e a arte soviética tem que ser uma arte realista, não qualquer arte realista, mas uma arte realista conformada à realidade social estabelecida. Assim, até a arte torna-se um instrumento de controle social.

Trotskismo

46. Trotsky (ref.58), pag. 8.
47. Idem, pag. 40.
48. Idem, pag. 42.
49. Idem, pag. 80.
50. Idem, pag. 129.
51. Idem, pag. 133.
52. Idem, pag. 190.
53. Idem, pag. 173.
54. Mandel (ref.28), pag. 36.
55. Trotsky (ref.58), pag. 199.
56. Idem, pag. 169.
57. Idem, pag. 165.
58. Marx e Engels (ref.38), Tomo II, pag. 215.
59. Marx (ref.36), Vol. 2, pag. 13.
60. Idem, pag. 15.
61. Trotsky (ref.58), pag. 42.
62. Mandel (ref.29), pag 53.

Capitalismo de Estado

63. Cliff (ref.9), appendix.
64. Idem.
65. Lênin (ref.24), Tomo III, pag. 425.
66. Cliff (ref.9), pag. 170.
67. Além disso, o trabalho de exploração e o trabalho explorado aparecem, ambos, como trabalho, isto é, a distribuição não é baseada em elementos qualitativamente diferentes como capital e trabalho no capitalismo tradicional.
68. Bettelheim (ref.3), Vol. 2, pag. 206.
69. Idem , Vol. 1, Pag. 127.
70. Idem, pag. 266
71. Idem, pag. 249.
72. Idem, pag. 428.
73. Lênin (ref.24), Tomo III, pag. 429.

74. Idem, pag. 522.
75. Bettelheim (ref.3), Vol. 2, pag. 487.
76. Idem, Vol. 1, Pag. 298.
77. Hegel (ref.18), pag. 17.
78. Marx (ref.36), Vol. 2, pag. 35.
79. Bettelheim (ref.3), Vol. 2, pag. 274, nota 2.
80. Castoriadis (ref.8), pag. 72.
81. Bettelheim (ref.3), Vol. 2, pag. 243.
82. Bahro (ref.1), pag. 127.
83. Mészáros (ref.43), pag. 44)

Coletivismo burocrático

84. Lefort (ref.23), pag. 35
85. Idem, pag. 36
86. Idem, pag. 38.
87. Idem, pag. 40.
88. Idem, pag. 43.
89. Idem, pag. 48.
90. Idem, pag. 52.
91. Castoriadis (ref.8), pag. 52.
92. Idem, pag. 136.
93. Marcuse (ref.32), pag. 10, nota 13.
94. Em 1952, antes de *A Nova Classe,* Djilas escreveu um artigo intitulado "Classe ou casta?" no qual afirma que a burocracia, embora possua muitas das características de uma classe, é, na realidade, uma casta, entre outras coisas porque não pode transmitir seus privilégios aos seus descendentes. É interessante notar que Djilas erra duas vezes, por dois diferentes motivos: em "Classe ou casta?" ignora, junto com os trotskistas, que o conceito de casta implica um estatuto hereditário e, em *A Nova Classe,* ignora que o conceito de propriedade pressupõe o direito de dispor e que o direito de dispor inclui o de transmitir.
95. Djilas (ref.11), pag. 27.
96. Marcuse (ref.32), pag. 173.

Modo de produção asiático

97. Melotti (ref.42), pag. 175.
98. Idem.
99. Idem.
100. Idem
101. Wittfogel (ref.62), pag. 440.
102. Idem, pag. 441.
103. Melotti (ref.42), pag. 176.
104. Idem (ref.40), pag. 154.
105. Mandel (ref.29), pag. 44. Ver ainda cap. 8.

Revolução organizacional

106. Burnham (ref.5), pag. 92.
107. Idem, pag. 120.
108. Idem, pag. 221.
109. Idem, pag. 249.
110. Galbraith (ref.15), pag. 22 e seguintes.
111. Idem, pag. 64.
112. Idem, pag. 111.
113. Lefort (ref.23), pag. 53.
114. Idem.
115. Marx (ref.35), Livro 3, Vol. 5, pag. 448.
116. Idem, pag. 507.
117. Idem, pag. 509.

Os intelectuais

118. Lênin (ref.24), Tomo I, pag. 107.
119. Idem, pag. 303.
120. Gramsci (ref.16), pag. 8.
121. Konrád e Szelényi (ref.22), pag. 13.
122. Idem, pag. 28.
123. Idem, pag. 180.

124. Idem, pag. 151.
125. Idem, pag. 49.
126. Idem, pag. 225.

Protosocialismo

127. Bahro (ref.1), pag. 50.
128. Idem, pag. 23.
129. Idem, pag. 70.
130. Idem, pag. 162.
131. Idem, pag. 127.
132. Idem, pag. 66.
133. Idem, pag. 143.
134. Idem, pag. 169.
135. Idem, pag. 169.
136. Idem, pag. 194.
137. Brunschwig (ref.4), pag. 31.
138. Bahro (ref.1), pag. 207.
139. Idem, pag. 227.
140. Este aliás é o problema dos países atrasados. Seus habitantes, através da percepção via satélite, têm necessidades que a economia na qual estão inseridos não tem condições de satisfazer. Daí a alta propensão a consumir.
141. Marx (ref.36), Vol. 1, pag. 10.
142. Bahro (ref.1), pag. 211.
143. Marx (ref. 37), pag. 80.
144. Mandel, E. "In defense of socialist planning", in *New Left Review*, n. 159, pag 18-25.

O sistema soviético

145. Marx (ref.35), Livro I, pag 828.
146. Idem, pag. 829.
147. Idem, pag. 830.
148. Idem, pag. 832.
149. Idem, pag. 840.

150. Idem, pag. 833.
151. Idem, pag. 855.
152. Idem, pag. 856.
153. Idem, pag. 855.
154. Idem, pag. 875.
155. Idem, pag. 987.
156. Idem, pag. 869.
157. Marx e Engels (ref.39), pag. 108.
158. Idem.
159. Marx (ref.35), Livro I, pag. 557.
160. Schumpeter (ref.50), pag. 87.
161. Outra inovação bastante comum é a introdução de um novo método de produção. Não esqueçamos, porém, que isso quase sempre é reflexo do lançamento de um novo produto por uma empresa produtora de bens de capital.
162. Não confundir com o populismo russo.

Bibliografia

Bahro, R. [ref. 1] *A alternativa para uma crítica do socialismo real*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

_________ [ref. 2] *The alternative in Eastern Europe*, London, New Left, 1978.

Bettelheim, C. [ref. 3] *A luta de classes na União Soviética*, 2 volumes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Brunschwig, J. e colab. [ref. 4] *Crítica ao SOREX (socialismo realmente existente) — debatendo as idéias de Rudolf Bahro*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

Burnham, J. [ref. 5] *The managerial revolution*, London, Putnam, 1943.

Deutscher, I. [ref. 6] *The unfinished revolution*, New York, Oxford University Press, 1967.

Carlo, A. [ref. 7] "The socio economic nature of the URSS", in *Telos*, n. 21, Fall 1974.

Castoriadis, C. [ref. 8] *Political and social writings*, volume 1/1946-1955, University of Minnesota, 1988.

Cliff, T. [ref. 9] *State capitalism in Russia*, London, Pluto Press, 1955.

Djilas, M. [ref. 10] "Class or caste?", in *Parts of lifetime*, by M. and B. Milenkovitch, 1968.

_________ [ref. 11] *A nova classe*, Rio de Janeiro, Agir, 1970.

_________ [ref. 12] *Além da nova classe*, Rio de Janeiro, Agir, 1970.

Erlich, A. [ref. 13] *The soviet industrialization debate: 1924-1928*, Cambrigde, Harvard University Press, 1960.

Fausto, R. [ref. 14] *Marx: lógica e política*, 2 volumes, São Paulo, Brasiliense, 1983.

Galbraith, J.K. [ref. 15] *O novo estado industrial*, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Gramsci, A. [ref. 16] *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

Gianotti, J.A. [ref. 17] *Origens da dialética do trabalho*, São Paulo, L&PM, 1985.

Hegel, G.W.F. [ref. 18] "A fenomenologia do espírito", in *Hegel*, coleção Os Pensadores, volume 2, Nova Cultural, 1989.

Hilferding, R. [ref. 19] "State capitalism or totalitarian state economy", in *Veredict of three decades*, editado por J. Steinberg, New York, Duel, Sloan and Pearce, 1950.

Hobsbawm, E. [ref. 20] "Introdução", in *Karl Marx, Formações Econômicas Pré-capitalistas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

Keynes, J.M. [ref. 21] *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, São Paulo, Atlas, 1982.

Konrad, G. e Szelényi, I. [ref. 22] *The intellectuals on the road to class power*, New York, Harcourt Brace Jovanovitch, 1979.

Lefort, C. [ref. 23] "What is bureaucracy?", in *Telos*, n. 22 , Winter 1974-5.

Lênin, V.I. [ref. 24] *Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa-Omega, 1979-1980.

________ [ref. 25] *O desenvolvimento capitalista na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, São Paulo, Abril Cultural, 1982.

Lukacs, G. [ref. 26] *História e consciência de classe*, Porto, Publicações Escorpião, 1974.

Mandel, E. [ref. 27] *Marxist economic theory*, 1968.

________ [ref. 28] "On the nature of soviet state", in *New Left Review*, n. 108.

________ [ref. 29] "Marx e Engels — A produção de mercadorias e a burocracia", in *Revista Ensaio*, n. 14.

________ [ref. 30] *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Nova Cultural, 1985.

Mao Tse-Tung, [ref. 31] *A critique of soviet economics*, New York, Monthly Review Press, 1977.

Marcuse, H. [ref. 32] *Marxismo Soviético*, Rio de Janeiro, Saga, 1969.

________ [ref. 33] "Protosocialism and late capitalism — toward a theoretical synthesis based on Bahro's analysis", in *Rudolf Bahro — critical responses*, edited by Ulf Wolter, New York, M.E.Sharp, 1980.

Marx, K. [ref. 34] *A miséria da filosofia*, São Paulo, Global, 1980.

________ [ref. 35] *O Capital*, 6 volumes, São Paulo, Difel, 1980.

________ [ref. 36] *Marx*, coleção Os Pensadores, 2 volumes, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

________ [ref. 37] *Formações econômicas pré-capitalistas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

Marx, K. e Engels, F. [ref. 38] *Obras Escolhidas de Marx e Engels*, 3 volumes, São Paulo, Alfa-Omega, 1980.

________ [ref. 39] *A ideologia alemã*, São Paulo, Hucitec, 1987.

Melotti, U. [ref. 40] *Marx and the third world*, London, Macmillan press, 1977.

________ [ref. 41] "In memory of Bruno Rizzi", in *Telos*, n. 33, Fall 1977.

________ [ref. 42] "Socialism and bureaucratic collectivism in the third world", in *Telos*, n. 43, Spring 1980.

Mészaros, I. [ref. 43] "Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias", in *Revista Ensaio*, n. 14.

Nove, A. [ref. 44] "Y a-t-il une classe dirigeante en URSS?", in *Revenue d'études comparatives est-ouest*, n. 4 , 1975.

________ [ref. 45] *Economics of feasible socialism*, London, George Allen & Unwin Ltda., 1983.

Preobrajensky, E. [ref. 46] *A Nova Econômica*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Rizzi, B. [ref. 47] *The bureaucratization of the world*, New York, Tavistock Publication, 1985.

Rubin, I.I. [ref. 48] *A teoria marxista do valor*, São Paulo, Polis, 1987.

Schumpeter, J.A. [ref. 49] *A teoria do desenvolvimento econômico*, São Paulo, Abril Cultural, 1982.

________ [ref. 50] *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1984.

Stálin, J. [ref. 51] *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, São Paulo, Anita Garibaldi, 1985.

________ [ref. 52] *Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, São Paulo, Global, 1987.

________ [ref. 53] *Fundamentos do Leninismo*, São Paulo, Global, s.d.

Sweezy, P. [ref. 54] *A sociedade pós-revolucionária*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Sweezy, P. e Bettelheim, C. [ref. 55] *A transição para o socialismo*, Lisboa, Edições 70, s.d.

Trotsky, L. [ref. 56] *Results and Prospects*, New York, Merit Publishers, 1969.

________ [ref. 57] *A revolução permanente*, Lisboa, Antídoto, 1977.

________ [ref. 58] A *revolução traída*, São Paulo, Global, 1980.

________ [ref. 59] "Not a workers and not a bourgeois state?", in *Writings of Leon Trotsky 1937-38*, New York, Pathfinder Press, s.d.

_________ [ref. 60] "Once again: The USSR and its defense", in *Writings of Leon Trotsky 1937-38*, New York, Pathfinder Press, s.d.

Weber, M. [ref. 61] *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira, 1967.

Wittfogel, K. [ref. 62] *Oriental Despotism*, New Haven, Yale University Press, 1957.